

Antonio de Ruggiero
Vania Beatriz Merlotti Herédia
(orgs.)

150

ANOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA
NO RIO GRANDE DO SUL

Olhares acadêmicos sobre história, memória e identidade

E-book



Antonio de Ruggiero
Vania Beatriz Merlotti Heredia
(orgs.)

**150 anos da imigração italiana
no Rio Grande do Sul**
**Olhares acadêmicos sobre história,
memória e identidade**

E-Book



São Leopoldo
2025

Editoração: Oikos

Revisão: Alex Latronico e Giselle Hirtz Perna

Arte da capa: Giselle Hirtz Perna

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial:

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza Marques Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Intern. Schule für Interkult. Philosophie Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848 / 9 81149642

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

C397 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul: Olhares acadêmicos sobre história, memória e identidade. [E-book]. / Organizadores: Antonio de Ruggiero e Vania Beatriz Merlotti Herédia. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2025. 326 p.; il.; color.; 21 x 29,7 cm. ISBN 978-65-5974-326-1

1. Imigração italiana – Rio Grande do Sul. 2. Colonização italiana – Rio Grande do Sul. 3. Patrimônio histórico – Imigração italiana. 4. Cultura – História – Imigração italiana. I. Ruggiero, Antonio de. II. Herédia, Vania Beatriz Merlotti.

CDU 325.14(816.5:450)

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

SUMÁRIO

Apresentação	5
<i>Antonio de Ruggiero</i>	
<i>Vania Beatriz Merlotti Herédia</i>	

Migrações e instituições sociais

“O homem da capela”: a trajetória de um imigrante em Rodeio/SC (1875-1931).....	7
<i>Gabriel Dalmolin</i>	

Feste religiosa di origine calabrese tra Porto Alegre e San Paolo	27
<i>Fabio Ragone</i>	

Jornal Stella D'Itália e seu papel na análise do desenvolvimento agrícola da colônia italiana no Rio Grande do Sul	53
<i>Danielli Pinho Varella</i>	
<i>Dante Rafael Kopczinski</i>	

Manoel Py e suas áreas de investimento: o sistema comercial de terras da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana como potencial de lucro	65
<i>Vinicius Pasa Pereira dos Santos</i>	
<i>Maria Medianeira Padoin</i>	

Marcas da integração da comunidade italiana em Corumbá (fins do XIX a início do XX)	80
<i>Felipe Dartagan Maropo Teixeira de Castro</i>	

O Corriere D'Itália e o fascismo italiano: da denúncia à apatia política (1920-1927)	90
<i>Lino Alan Ribeiro da Luz Dal Prá</i>	

Imigrantes italianos no comércio de Porto Alegre (1945-1955)	101
<i>Egiselda Brum Charão</i>	

Migração e cultura

A festa como construção da memória: comemorações da imigração italiana na Quarta Colônia (1975-1993)	130
<i>Juliana Maria Manfio</i>	

<i>Maggio di S. Uliva</i> : microanálise de um imigrante a partir de memórias familiares e da cultura religiosa	146
<i>Henrique Perin</i>	

Representação cultural da região colonial italiana do Rio Grande do Sul: considerações para o planejamento urbano e regional	160
<i>Eduardo Rotta Neves</i>	

Migração e identidade

A contribuição do turismo genealógico na busca pela identidade ítalo-brasileira 175
Catia Regina Calegari Dal Molin

A memória ítalo-brasileira da Serra Gaúcha através da produção audiovisual
de Boca Migotto 185
Ivanir Migotto

Aspectos simbólicos da prática devocional do peregrino João Luiz Pozzobon 200
Tatiana Godinho Martins
Marta Rosa Borin

De Giovanni a João Caruso: a trajetória de uma voz italiana no parlamento gaúcho .. 216
Pietra Elisa Beling
Guilherme Falcão Goulart
Maria Medianeira Padoin

Fronteiras culturais e empreendedorismo imigrante: a família Pasquali
e a formação da indústria joalheira em Guaporé (RS) 227
Marinilse Candida Marina

O culto ao imperador Francisco José entre os imigrantes trentinos
no Rio Grande do Sul (1875-1918) 241
Marcelo Armellini Corrêa

Migrações e relações interétnicas

“(...) Chamando de gringos e outros nomes”: a interetnicidade na antiga
Colônia Conde D’Eu (Serra Gaúcha – início do século XX) 255
Daniele Turcato Biffi

A força da capela na comunidade de origem italiana 271
Rosalina Luiza Cassol Schvarstzhaupt
Vania Beatriz Merlotti Herédia

Cantos e Identidade: as composições do Pe. Cornélio Dall’Alba e o resgate da cultura
musical dos imigrantes italianos na região de imigração italiana do Rio Grande do Sul 287
Paolo Parasecoli

Colonização Multiétnica e Relações Interétnicas: memória, identidade
e desenvolvimento regional no Noroeste Gaúcho 302
Viviane Rocha
Vania Beatriz Merlotti Herédia

Imigração italiana no Rio Grande do Sul: tendências e lacunas na produção
acadêmica de teses e dissertações nas bases da CAPES e BDTD (1996-2024) 316
Luciana Sanguiné

APRESENTAÇÃO

Em 2025, a sociedade gaúcha comemora os cento e cinquenta anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Pela ocasião a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul promoveu um seminário acadêmico internacional que, no mês de junho, reuniu vários pesquisadores para tratar a temática em perspectiva historiográfica e para analisar o legado que o fenômeno imigratório teve no estado.

Na abertura do evento foi feita uma linda homenagem a Prof. Dra. Núncia Santoro de Constantino (1944-2014) que, por 39 anos, foi professora do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, tendo criado uma linha de pesquisa que propiciou inúmeros estudos e pesquisas originais sobre a temática. Sua experiência na área de História é incontestável pela dedicação incansável aos temas da imigração italiana, imigração urbana, memória e etnicidade. Por serviços prestados à cultura italiana, Núncia foi agraciada com o título de *Cavaliere della Repubblica Italiana*, tendo sido uma pesquisadora que muito contribuiu para a História do Rio Grande do Sul e para a criação de pontes culturais entre Brasil e Itália.

O evento foi dividido em dois momentos, sendo que o primeiro foi dedicado à programação do Seminário Internacional “150 anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul”, com diversos painéis e conferências de experientes pesquisadores acadêmicos brasileiros e italianos que apresentaram os últimos resultados de suas investigações. O tema principal foi o legado histórico-cultural da imigração e as novas perspectivas de pesquisa que podem oportunizar aos estudiosos novos paradigmas interpretativos e uma atualização geral sobre o assunto.

Um segundo momento importante foi reservado à quatro Simpósios Temáticos que permitiram a apresentação de trabalhos recentes, desenvolvidos por pesquisadores que, em diferentes níveis – da iniciação científica até o pós-doutorado –, nos últimos anos produziram investigações capazes de tornar o quadro geral mais interessante e complexo.

Esta publicação reúne 21 textos que foram elaborados como ampliação de algumas das apresentações propostas e estão organizados seguindo a lógica dos eixos temáticos contemplados. A primeira seção, com título “Imigração e instituições sociais” conta com sete capítulos, e põe uma ênfase sobre o envolvimento do processo imigratório nas diversas instituições que estiveram presentes como fator decisivo na inserção e manutenção dos

imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, bem como as relações com o Estado, a igreja e com as diversas associações sociais. A segunda parte, composta por três capítulos, aborda o tema “Imigração e cultura”, promovendo uma discussão sobre as diversas manifestações promovidas pelos imigrantes italianos e seus feitos, atingindo desde a língua, a literatura, a música, as artes e a força da cultura no processo migratório. Na terceira parte, que apresenta o tema “Imigração e identidade” com seis capítulos específicos, a proposta foi aquela de trazer dados relativos ao conceito de italianidade, discutindo as questões da cidadania e pertencimento, e analisando os elementos que favoreceram a construção de uma identidade cultural italiana nos contextos migratórios. Por fim, os últimos cinco capítulos desta coletânea compõem a última seção intitulada “Migrações e Relações Interétnicas”, que visa a discussão dos processos migratórios e das relações interétnicas, envolvendo os aspectos políticos e culturais e a atuação e inserção na sociedade brasileira.

Portanto, essa publicação oferece ao leitor uma série de estudos acadêmicos recentes acerca do legado histórico e cultural da imigração italiana no Rio Grande do Sul, e traz perspectivas de pesquisas novas sobre o assunto. O agradecimento vai à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS que acreditou nesse projeto e ajudou a financiá-lo. A todos que participaram dessa obra a certeza da importância da pesquisa para a historiografia da imigração.

Antonio de Ruggiero

Vania Beatriz Merlotti Herédia

Migrações e instituições sociais

“O homem da capela”: a trajetória de um imigrante em Rodeio/SC (1875-1931)

Gabriel Dalmolin¹

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória do imigrante austríaco de língua italiana, Valentino Fruet, na comunidade de Rodeio², localizada na microrregião de Blumenau (Santa Catarina). A utilização do termo trajetória foi uma escolha a partir dos estudos recentes de imigração, especialmente vinculados com o aporte teórico-metodológico da Micro-História. Desta forma, privilegiou-se o uso do termo “trajetória” em detrimento de “biografia” uma vez que o estudo “procura centrar as análises num período determinado” (Karsburg, 2015, p.34), dentro do recorte temporal em que o imigrante viveu no Brasil.

A partir da trajetória deste imigrante, é possível perceber o contexto social e cultural de uma sociedade essencialmente teocrática que exemplifica em grande medida a colonização de língua italiana no Sul do Brasil e a virada do século XIX para o XX. Logo, analisou-se a participação ativa na comunidade por parte de Valentino Fruet, bem como o funcionamento das associações e organizações que fez parte durante sua vida.

A viagem de um imigrante para o Brasil

Batizado como Domenico Valentino Fruet e mais conhecido como Valentino (ou Valentin), nasceu em 25 de fevereiro de 1851 na cidade de Pergine Valsugana, na região de Trento, Condado do Tirol, então pertencente ao Império Austro-Húngaro (Bertoldi, 1978). A região, predominantemente de língua italiana, foi anexada à Itália apenas em 1919 após o Tratado de Saint-Germain, passando a integrar a região do Trentino-Alto Ádige, dividida nas províncias de Trento e Bolzano (Dalmolin, 2024a).

Ainda jovem, Valentino casou-se com Maria Celeste Fruet, com quem teve a primogênita Anna, nascida em maio de 1875. Naquele mesmo ano, decidiram emigrar para o continente americano. Em seus estudos, o historiador italiano Renzo Grosselli aponta os principais fatores para o êxodo trentino/tirolês. Entre esses elementos estavam

¹ Graduado em História pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) com pós-graduação em Metodologia em Ensino de História (UNIASSELVI) e Arquivologia (FAVENI). É autor de sete livros sobre imigração e catolicismo, com ênfase na imigração italiana e trentina/tirolesa na região do Vale do Itajaí/SC. Atualmente é professor de Língua Espanhola efetivo na rede estadual de ensino de Santa Catarina.

² Atualmente Rodeio conta com aproximadamente 13 mil habitantes, sendo intitulada de “Capital Catarinense Trentina” por lei estadual desde 2019.

a crise do sistema feudal com o advento do capitalismo, problemas agrários relacionados ao cultivo das vinhas e à criação de bicho-da-seda, as guerras de unificação e consequentemente, o serviço militar obrigatório (Grosselli, 1987).

Nesse sentido, países como Argentina, Brasil e Estados Unidos foram os principais destinos de imigrantes de língua italiana (Trento, 1989), embora também tenham ocorrido fluxos migratórios significativos no Chile, Guatemala, Venezuela e Uruguai. A publicidade era o principal meio utilizado por esses países para atrair e engajar imigrantes europeus com o objetivo de povoar seus territórios.

No caso do Brasil, “terceiro país no fluxo incessante da emigração italiana” (Trento, 1989, p.18), a publicidade foi organizada por Joaquim Caetano Pinto Júnior, empresário brasileiro que conseguiu um contrato junto ao imperador Dom Pedro II para trazer imigrantes ao Império. O objetivo era substituir a mão de obra escravizada pela dos imigrantes livres nas plantações de café do Sudeste e colonizar áreas ainda não povoadas por europeus no Sul do país. Essas campanhas publicitárias, realizadas por meio de folhetins, panfletos e jornais, eram conhecidas por seu tom exagerado, com o propósito de atrair imigrantes, muitas vezes por meio de promessas enganosas.

A logística da viagem era longa e complexa. Fruet e sua família tiveram de viajar de carroça de Pergine até Trento, partindo no final de agosto de 1875. Em seguida, tomaram um trem até a França, passando por cidades como Milão, Turim, Marselha e Paris, até chegarem ao porto de Le Havre, na Normandia (Grosselli, 1987). A travessia marítima era repleta de intempéries e, não raramente, pessoas morriam durante o trajeto, tendo seus corpos lançados ao mar.

Embarcaram no vapor Belgrano, junto a outros imigrantes de nacionalidades italiana, austríaca e francesa, rumo ao Brasil, fazendo escalas em Recife e Salvador até aportarem no Rio de Janeiro, em 1º de outubro. Ainda levariam algumas semanas para serem enviados ao seu destino final em Santa Catarina, onde tomaram uma embarcação menor até o porto de Itajaí e, posteriormente, um pequeno barco até a sede da Colônia Blumenau (Dalmolin, 2024a).

A colônia era administrada pelo empreendedor alemão Hermann Blumenau, que se estabelecera às margens do rio Itajaí-Açu em 1850. Inicialmente, seria composta apenas por alemães protestantes, mas uma mudança na legislação dos Estados Alemães por volta de 1870 levou o diretor colonial a investir na vinda de imigrantes de língua polonesa e, principalmente, italiana a partir de 1875. Num primeiro momento, houve muita desconfiança por parte de Hermann Blumenau, que considerava os italianos e

tirolese/trentino³ como “vagabundos incorrigíveis”, conhecidos por suas “exageradas exigências” e por serem “beberrões” (Blumenau, 2015, p.25). Contudo, com o tempo, a percepção sobre esses imigrantes mudou, e eles passaram a ser associados a uma identidade trabalhadora e conservadora.

A Colônia Blumenau era imensa, com diversos núcleos coloniais que compunham seu território, que se desmembraria em mais de 30 municípios. Dentre essas comunidades, as primeiras a receber colonos italianos foram Rio dos Cedros e Rodeio, que acolheram os primeiros imigrantes em 1875, seguidas por Ascurra e Apiúna, que receberam os primeiros imigrantes italianos em 1876 e 1877, respectivamente.

Rodeio recebeu três levadas de imigrantes em 1875, quase exclusivamente compostas por tirolese/trentino (Cani, 2011). Valentino Fruet e sua família chegaram na terceira leva, no final daquele ano, estabelecendo-se no lote nº 98 em Rodeio, nas proximidades do que hoje é o centro comercial da cidade. Nos anos subsequentes, diversos outros imigrantes chegaram, incluindo vênéticos, lombardos e piemonteses, que também foram pioneiros em outras linhas coloniais que hoje integram o município de Rodeio, embora em menor número que os grupos que vieram no ano mencionado. Em Rodeio, Fruet desempenhou um papel importante de liderança, atuando em diversas funções ao longo de sua vida comunitária na localidade.

A liderança comunitária do capelão

Os primeiros registros da participação de Valentino Fruet na vida religiosa e comunitária de Rodeio são imprecisos. Segundo a memorialista Iracema Cani, a primeira missa na localidade foi celebrada em 2 de outubro de 1876, na casa de Valentino Fruet (Cani, 2011, p.159). No entanto, Frei José Bertoldi menciona a mesma data, mas atribui a realização da missa à residência de Giovanni Pacher (Bertoldi, 1978). De toda forma, é consenso em todas as produções bibliográficas acerca da colonização italiana de que Valentino Fruet era quem “puxava as rezas” (Bertoldi, 1978, p.203) nas celebrações da comunidade.

Essa característica de liderança nos cultos religiosos fez com que o padre alemão José Maria Jacobs, que atendia as comunidades católicas da Paróquia de Blumenau,

³ Utilizou-se esse termo pois durante o processo migratório os imigrantes se consideravam tirolese, mas após a unificação italiana e, principalmente, após as comemorações do Centenário da Imigração Italiana em 1975, a identidade “tirolese” foi substituída pela “trentina”.

confiasse a Valentino o papel de capelão leigo e mestre-escola. Essas funções permitiam a Fruet a responsabilidade de celebrar os cultos religiosos e auxiliar o padre nas suas visitas mensais à comunidade, além de instruir as crianças por meio da catequese e do letramento das novas gerações.

Figura 1: Valentino Fruet



Acervo: Nélson Dellagiustina.

A função de capelão leigo era “fruto da seleção natural entre os colonos” (Grosselli, 1987, p.452), pois exigia habilidades como leitura, escrita e oratória, estando reservada às pessoas mais cultas da comunidade. Era o caso de Fruet, que, segundo consta, “era munido de bons conhecimentos religiosos desde Pergine, sua aldeia natal” (Bertoldi, 1978, p.203) no Tirol. Na vizinha Rio dos Cedros, um papel semelhante foi atribuído ao imigrante vêneto Pietro Trentini, que se destacou ainda mais como professor (Dallabrida, 2021). O capelão leigo, também chamado de ministro ou sacristão, era responsável por abrir, fechar, limpar e organizar o templo religioso, além de celebrar cultos, fazer leituras, ministrar a comunhão e auxiliar o padre durante a missa.

Quanto ao trabalho de Valentino Fruet no campo catequético e escolar, há poucos registros sobre a grade curricular e a metodologia de ensino que adotava. As informações disponíveis indicam que seu ensino era essencialmente voltado para a formação espiritual, com o objetivo de preparar as crianças para a Eucaristia e para a vida católica (Bertoldi, 1978). Praticava-se a leitura e a escrita em italiano padrão, embora a comunicação ocorresse inteiramente na variedade linguística (ou dialeto) trentino. É possível que, durante as aulas, entoassem cantos e orações católicas em italiano e latim. O aprendizado

da língua portuguesa, nesse primeiro momento, não era uma prioridade para os imigrantes.

Práticas de castigo corporal (Dallabrida, 2021) eram comuns na época para “disciplinar” os discentes, embora não haja registros claros de que Valentino as adotasse. Havia, no entanto, exceções na região, como Pietro Trentini e Giuseppe Sevegnani – este último, genro de Fruet –, que não aplicavam castigos físicos em seus alunos⁴. Valentino dedicou 15 anos de sua vida ao ofício de mestre-escola. Mesmo após deixar a função, continuou envolvido na comunidade escolar, participando de reuniões e sendo o segundo pai a assinar os Estatutos da Sociedade de Escola em Rodeio, em 1899 (Estatutos, 1899). Com a chegada de Lucínio Korte, as chamadas escolas paroquiais se multiplicaram em diversas comunidades (Cani, 2011) ao redor de Rodeio e região.

A participação de Valentino Fruet na vida religiosa, por meio das celebrações, era constante e se manteve até o fim de sua vida, na década de 1930. Em 1879, ele participou do processo de construção da primeira igreja da comunidade de Rodeio, erguida na casa de seu vizinho Giuseppe Bonvecchio, no lote nº 97, e dedicada à *Madonna Dolorata* (Nossa Senhora das Dores). O templo era simples, feito de madeira, com a imagem da padroeira no fundo do altar. Além das celebrações religiosas, o espaço da igreja também servia para as aulas de catequese ministradas por Fruet, que anteriormente ocorriam em sua própria residência.

A devoção à *Madonna Dolorata* era muito forte entre os italianos e trentinos, que buscavam sua intercessão em momentos de doença e outras adversidades do dia a dia. Há também o registro de um episódio ocorrido nos arredores da propriedade onde a igreja foi construída. Conta-se que uma criança da família Bonvecchio caiu em uma armadilha no chão (*trápola*), onde havia uma onça. Segundo a tradição oral, após as orações da avó (*nonna*) à *Dolorata*, a menina e a onça permaneceram em lados opostos do buraco, sem que a fera lhe causasse qualquer mal (Cani, 2011).

A gratidão à padroeira também era manifestada na chamada “*Sagra*”, uma procissão religiosa onde a imagem da santa era carregada durante um trajeto, entoando cantos e orações. Essa tradição, de origem medieval (Dallabrida, 1993), era historicamente uma forma de “consagração do santo padroeiro do lugar ao resultado

⁴ Sobre Giovanni Trentini não castigar seus alunos, o fato é analisado na obra de Dallabrida. Cf.: DALLABRIDA, Norberto. O Mestre-escola: Retalhos da vida de Giovanni Trentini em Rio dos Cedros. Florianópolis: Dois por Quatro, 2021. Enquanto que a prática exercida por Giuseppe Sevegnani é citado em obra sobre colonização de Rio do Oeste. Cf.: ARNS, Alice Bertoli. Crônica à margem da história de Rio do Oeste. Curitiba: Gráfica Linarth, 1987.

econômico da produção agrícola do ano” (Dolzan, 2003, p.37). A “*Sagra della Dolorata*”, como era chamada, acontecia sempre no domingo mais próximo do dia 15 de setembro, considerado o dia da padroeira. A celebração incluía a procissão, a novena e um banquete na casa de algum membro da comunidade. Fruet, como capelão e líder das rezas, tinha um papel fundamental nesse processo.

Em 1892, o padre secular Jacobs deixou a paróquia de Blumenau. Para substituí-lo, providenciou a vinda de padres franciscanos alemães que haviam chegado um ano antes à localidade de Águas Mornas, no litoral catarinense. Entre esses frades estava o jovem Frei Lucínio Korte, que, por ter passado uma temporada de 18 meses estudando em Roma, conhecia o idioma italiano. Por essa razão, foi designado para atuar nas capelas do entorno de Ascurra, Apiúna, Rio dos Cedros e Rodeio, fazendo paradas para pernoitar nesta última, que, estrategicamente, era o ponto central para alcançar as outras localidades.

Em 1895, após idas e vindas de Blumenau para a região e uma breve passagem de sete meses pela Bahia, Frei Lucínio fixa-se em Rodeio junto com o irmão leigo Germano Wunsick, que também dominava o idioma italiano e passou a atuar como mestre-escola, substituindo Valentino Fruet. Não há registros de dissidências entre os franciscanos e Fruet, sendo provável que a substituição tenha ocorrido devido à presença de Frei Germano e ao acúmulo de funções de Valentino, que, além de mestre-escola, já atuava como capelão e agricultor de subsistência na comunidade.

A chegada dos franciscanos à região acirrou os ânimos em algumas comunidades vizinhas, especialmente em Ascurra e Rio dos Cedros. Um dos fatores era o antigo desejo dessas localidades de serem atendidas por padres italianos, o que não incomodava o povo de Rodeio, uma vez que já estavam habituados ao padre anterior, que também era alemão, além de serem, em sua maioria, de origem trentina, “terra de fronteira entre o mundo alemão e o mundo italiano” (Grosselli, 2008, p.21).

Essa mesma relação fronteiriça, em contrapartida aos italianos estabelecidos em Ascurra, que eram majoritariamente vênets e lombardos, trazia à tona a rivalidade histórica entre Áustria e Itália durante o processo de unificação italiana. A região do Tirol Italiano foi um dos poucos territórios que o Reino da Itália não conseguiu anexar durante as investidas de Giuseppe Garibaldi no século XIX.

Outro elemento catalisador, relacionado a essas rivalidades do processo de unificação italiana, era o “catolicismo romanizado” (Dallabrida, 1993, p.65) trazido pelos franciscanos alemães. Essa prática estruturava a hierarquia do clero católico,

estabelecendo que os santíssimos sacramentos deveriam ser seguidos e aplicados, e que “o fiel deveria ser o último degrau, passivo, da pirâmide” (Grosselli, 1987, p.454). Essa prática não era bem-vista por muitos dos italianos reinóis, que estavam habituados a um maior protagonismo na vida cristã. A rivalidade entre o clero romano e os “italianismos” partidários da unificação italiana também estava em alta desde a tomada dos Estados Papais e a anexação desse território ao Reino da Itália em 1861. Enquanto isso, esses antecedentes não faziam parte da índole dos trentinos de Rodeio, acostumados à “obediência exemplar em relação às determinações eclesiásticas” (Dallabrida, 1993, p.147) desde os tempos no Trentino.

Havia também o desejo dessas comunidades de se tornarem paróquias, e elas percebiam uma preferência dos padres pela localidade de Rodeio, o que incomodava especialmente a comunidade de Ascurra. Os moradores de Ascurra alegavam que, nos primórdios da colonização, Hermann Blumenau havia designado que uma paróquia seria criada na “Freguesia de Ascurra” (Canônico, 1914). A tensão aumentou quando Rodeio foi erigida como paróquia em 22 de abril de 1900.

Entre os principais conflitos registrados entre os franciscanos e seus fiéis, destacou-se a tentativa de assassinato de dois frades em Rio dos Cedros, em 1911 (Vicenzi, 1975, p.112). Houve também inúmeras interdições da capela Santo Ambrósio, em Ascurra, forçando seus fiéis a se dirigirem a Rodeio para celebrar a missa e receber os sacramentos, o que gerava rejeição por parte de muitos imigrantes descontentes com essas medidas e com a perda de seu protagonismo na atuação eclesiástica. Por fim, um episódio em que os franciscanos teriam forçado fiéis de Ascurra a assinarem um documento proibindo outra congregação de atuar na região acirrou ainda mais a relação entre clérigos e fiéis nessas comunidades (Dalmolin, 2020).

Essas situações, assim como uma suposta trapaça no sorteio do local onde deveria ser construída uma nova capela nos arredores de Ascurra, levaram à assinatura de um documento (Canônico, 1914), anos mais tarde, por um padre que viria a atuar na comunidade, denunciando o autoritarismo dos franciscanos junto a Roma. Esses fatores, somados à distância para atendimento, resultaram no desmembramento de Ascurra e Rio dos Cedros, que foram transformadas em paróquias em 1912 e 1913, respectivamente (Berri, 1988).

Nesse contexto, na nova Paróquia de Ascurra, os imigrantes foram atendidos pelo padre João Canônico, entre 1912 e 1914. Depois, tornaram a ser atendidos pelos franciscanos de Rodeio por um curto período de dois anos, até a chegada dos padres

salesianos de origem italiana em 1916 (Dalmolin, 2024b). Em Rio dos Cedros, onde as tensões eram mais pontuais, mas a distância era maior, um padre franciscano que atuava em Rodeio foi designado pároco nos primeiros cinco anos, sendo substituído pelos salesianos em 1918 (Vicenzi, 1975).

Todos esses elementos do catolicismo romanizado afetaram diretamente a forma como Valentino Fruet participava da Igreja, o que possivelmente reverberou em sua “aposentadoria” da docência. Entretanto, sua relação com Frei Lucínio Korte foi marcada por uma forte amizade ao longo dos anos, sendo ele considerado o “braço direito” e “homem de confiança” do frade. Prova disso foi a doação, em 1894, de parte de seu terreno para a construção da nova igreja tão aguardada pelo povo de Rodeio. A outra parte do terreno foi doada por seu vizinho, Leonardo Scoz.

Valentino foi um dos imigrantes que se dispôs a ajudar com materiais, dinheiro e mão de obra na construção da nova capela, embora a obra fosse liderada pelo imigrante e mestre de obras Giosué Fiamoncini, junto a Nicola Moser. Durante o processo de construção, “os imigrantes e seus filhos trabalhavam como voluntários e gratuitamente em regime de mutirão, doando alguns dias da semana alternadamente entre as famílias” (Cani, 2011, p.142) em prol da construção do templo, também foi erguida, no espaço entre os lotes 98 e 96, a residência dos franciscanos, para que não precisassem mais pernoitar em casas de moradores ou retornar a Blumenau, percorrendo um trajeto de mais de 40 quilômetros por vias precárias no lombo de mulas. Em 1909, participou, juntamente com Scoz, da construção do muro ao redor da igreja, trabalho pelo qual foram remunerados com alimentação fornecida pelo convento “e uma diária de 2\$500, trabalhando, cada um, 40 dias” (Dellagiustina, 2021, p.66).

Nos arredores desses terrenos, seria construída a Igreja São Francisco de Assis⁵, inaugurada em 1899, o Noviciado São José, em 1901, e o novo cemitério da comunidade. Fruet também cedeu um espaço, embora não esteja claro se foi destinado à Igreja ou à comunidade, “onde antes funcionava uma pequena oficina” (Cani, 2011, p.182). Ali, os imigrantes estabeleceram um local para a prática de tiro ao alvo e a preparação das festividades, mantendo viva uma tradição tirolesa de sua terra natal. Frei Lucínio obteve da Alemanha duas espingardas para as competições.

⁵ São Francisco de Assis substituiu a padroeira original Nossa Senhora das Dores. A igreja inaugurada em 1899, segue até hoje sendo a Matriz da Paróquia. Contudo, existe um pequeno espaço no interior da igreja dedicado a primeira padroeira.

Figura 2 – Missa celebrada por padre trentino (1910)



Acervo: Arquivo Histórico de Rodeio Aléssio Berri (AHRAB).

As atribuições de Valentino não se limitavam às de capelão, mestre-escola e filantropo. Ele participou, até o fim de sua vida, do coral Santa Cecília, onde se destacava por sua voz. O coro foi criado em 1889 e regido pelo mestre Eugenio Trevisan, sendo posteriormente conduzido por Antonio Depin. As gerações seguintes de Valentino também contribuíram para a vida musical da comunidade, como Benjamin Fruet, que tocava trombone (Cani, 2011).

Figura 3: Banda Santa Cecília (1914)



Acervo: Arquivo Histórico de Rodeio Aléssio Berri.

A Ordem Terceira Franciscana também era um grupo no qual Valentino Fruet participava com destaque. A organização leiga, “dentre as associações religiosas

existentes nas colônias, podia ser considerada a mais importante pelo papel que desempenhava na sociedade” (Berri, 1988, p.194). Os “terciários”, como eram chamados, passavam por um processo de três meses de preparação para a admissão, renunciavam à vida mundana em dedicação a Deus e seguiam a Regra de São Francisco, que incluía a oração diária de 12 Pais-Nossos, Ave-Marias e Glórias ao Pai (Berri, 1988).

Entre 1909 e 1911, foram realizadas três edições dos congressos anuais da Ordem Terceira, organizados por Frei Modestino Oechtering. Durante esses eventos, os presidentes das ordens, Valentino Fruet (Rodeio) e Giovanni Trentini (Rio dos Cedros), proferiram discursos que “colocavam em evidência os dois principais líderes católicos da Paróquia” (Dallabrida, 2021, p.75). Durante o segundo congresso, realizado em 1910, o tema principal discutido foi a manutenção da juventude no caminho religioso. Durante o evento, também houve uma procissão, na qual Valentino Fruet teria proferido a expressão “*no so, che io devo più ammirare l’obbedienza del popolo o il comando del Padre*” (Material, 1910, p.10)⁶ em referência à exemplar dedicação e respeito demonstrados pelos membros terciários da paróquia.

Valentino também trabalhou, por cerca de 30 anos, como uma espécie de coveiro, ofício que demandava abrir “as sepulturas na terra, único meio de enterrar os mortos” (Bertoldi, 1978, p.203) e entoar cânticos e orações durante o enterro. Na época, eram abertas pequenas covas, e uma cruz de madeira era colocada para identificar o jazigo. Sua relação com o cemitério da paróquia remete à tríade capela-escola-cemitério, localizadas no mesmo espaço, que “tornaram-se centros sociopolíticos locais” e definiam essas comunidades católicas como uma “sociedade da capela” (Dallabrida, 1993, p.54). O fato de Valentino ter sido o doador do terreno e vizinho desse espaço, além de atuar como capelão nas celebrações, no coral, na Ordem Terceira, como mestre-escola e, posteriormente, como pai de filhos que fizeram parte da comunidade escolar, aliado ao seu ofício de coveiro, o colocava como o principal exemplo de um “homem da capela”.

Entre 1895 e 1904, o cemitério de Rodeio sepultou 127 pessoas, das quais 85 eram falantes de italiano, 31 poloneses, 10 luso-brasileiros e um alemão, evidenciando a considerável diversidade étnica no entorno da paróquia (Dalmolin, 2020). Embora a comunidade italiana fosse maior e contasse com outros cemitérios⁷ exclusivamente seus,

⁶ Tradução nossa: “não sei se devo admirar mais a obediência do povo ou a ordem do Pai”.

⁷ Como os das comunidades de Santo Antônio (Rodeio 12), São Virgílio (Rodeio 50) e Diamantina (Pico).

vale mencionar a presença de outros grupos étnicos que conviviam com a comunidade majoritariamente italiana de Rodeio. Outro fator que comprova a relevância dessas comunidades é que, durante a bênção da pedra fundamental no processo de beatificação da Igreja Matriz, foram realizados sermões em italiano, português e polonês (Berri, 1988). Essa situação demonstra como, ao longo da construção da história de Rodeio, alguns grupos étnicos ficaram “confinados ao silêncio” (Pollak, 1989, p.5) em detrimento das comunidades de língua italiana.

Em 18 de maio de 1909, Rodeio recebeu o primeiro bispo catarinense, uma vez que a Diocese de Florianópolis havia sido recém-criada, estando a comunidade anteriormente ligada a Curitiba. O episódio foi marcado por grande euforia e preparação, incluindo uma comitiva que se dirigiu até a estação de trem em Ascurra, onde o bispo “foi recebido com grandes honrarias, através de uma saudação oficial apresentada por Valentino Fruet” (Cani, 2011, p.126) que comandava 200 cavaleiros. O episódio talvez representasse uma homenagem pelos serviços voluntários prestados por Valentino Fruet, mas também evidenciava sua influência e papel de liderança comunitária em uma sociedade centralizada na tradição católica.

A família e suas redes de sociabilidades

A família de Valentino Fruet era composta por sua esposa, Maria, e seus 10 filhos: Anna, Maria Domenica, Maria, Rosa (faleceu na infância), Melânia, Luiza, Giuseppina, Benjamin, Massimino e Faustino (Bertoldi, 1978). As cinco filhas que chegaram à fase adulta casaram-se, respectivamente, com Giuseppe Sevegnani, Francesco Beber, Albino Pegoretti, Francesco Moser, Antônio Cipriani e Pedro Frankenberger. Benjamin casou-se com Amábile Longo, enquanto os outros dois filhos ingressaram na vida religiosa.

Esses casamentos evidenciam as redes de relações que a família Fruet mantinha com os habitantes de Rodeio e seu entorno. A maioria das uniões ocorreu com famílias de origem trentina/tirolesa, mas também houve casamentos com descendentes de vênets e alemães, como no caso de Antônio Cipriani e Pedro Frankenberger, respectivamente, sendo este último residente em Rio do Sul. Entre os genros de Valentino, destaca-se Giuseppe Sevegnani, que teve um papel importante nas comunidades de São Virgílio e Santo Antônio, atuando como professor das escolas paroquiais dessas capelas e também

como presidente da Liga Austro-Brasileira de Rodeio, fundada em 1909 (Dalmolin, 2024a).

Seu filho mais velho, Benjamin, foi o único a deixar descendentes com o sobrenome Fruet e esteve ativamente envolvido, junto ao pai, na fundação da Indústria de Madeiras Fruet, cuja atividade perdurou até a primeira década do século XXI. Um de seus netos recebeu o nome do *nonno* Valentino e também herdou sua vocação como fiel leigo, participando da Congregação Mariana e do teatro do *Milagre do Calvário* por anos.

A fé de Valentino Fruet e de sua esposa certamente se refletiu na família, com dois de seus filhos ingressando no Noviciado de Rodeio⁸, construído na terra doada pela família, e seguindo a vida religiosa. Era costume, na época, que os padres franciscanos trocassem de nome ao receberem a “vestição do hábito franciscano”⁹ pela primeira vez. Desta forma, Massimino e Faustino passaram a se chamar Frei Teófilo e Frei Calixto. A primeira missa de Frei Calixto, realizada em Rodeio no ano de 1918, foi registrada pelo pároco que destacou como a comunidade “estava de gala” para receber um “filho desta paróquia” (Livro Tombo, 1918, p.28) para sua primeira celebração religiosa.

As "redes de sociabilidade" criadas pelos imigrantes representavam uma complexa teia de alianças e “relações pessoais, de solidariedade e de apoio” (Levi, 2000, p.167). Havia várias configurações dessas redes, sendo uma delas a rede de vizinhança, na qual os imigrantes optavam por escolher lotes próximos a pessoas conhecidas, conterrâneos na Europa ou oriundos de cidades vizinhas. Essas escolhas por lotes em localidades próximas eram uma espécie de “tática para se adaptarem aos novos desafios trazidos pelas florestas subtropicais” (Dalmolin, 2021, p.73) da América.

Essa relação se aplicou especialmente aos imigrantes vindos das vilas de Roncegno, Fornace e Civezzano, que se estabeleceram nas comunidades rodeenses de Santo Antônio (Rodeio 12), São Virgílio (Rodeio 50) e Santa Apolônia (Diamante). Em menor proporção, também esteve presente na região central de Rodeio, com a chegada de Valentino Fruet (lote 98), Francesco Tomaselli (lote 93) e Pietro Moser (lote 118). Contudo, os vizinhos mais próximos de Fruet foram Leonardo Scoz (lotes 95 e 96), Giuseppe Bonvecchio (lote 97), Pietro Bridi (lote 99), Antonio Moser (lote 100) e Giacomo Furlani (lote 101), todos trentinos (Cani, 2011).

⁸ O Noviciado segue ativo até hoje.

⁹ Traje tradicional marrom usado por São Francisco de Assis no século XIII e utilizado até hoje pelos noviços e frades da congregação.

A relação com seus vizinhos era cotidiana. Como já mencionado, Fruet tinha uma relação próxima com seu vizinho Leonardo Scoz, que vivia no lote ao lado. Juntos, contribuíram para a paróquia por meio da doação de terras para a construção da nova igreja, além de oferecerem mão de obra remunerada para a construção do muro ao seu redor. Outro registro demonstra sua relação com os Bonvecchio, atuando como intermediador de uma doação de terras feita por seu vizinho aos franciscanos em 1896. Na ocasião, Valentino Fruet redigiu o documento, já que seu vizinho era analfabeto (Dellagiustina, 2021). Fruet também intermediou a compra de uma parte do lote dos Bonvecchio para que as Irmãs da Divina Providência instalassem um noviciado.

Essas redes de vizinhança podiam acionar “mecanismos para garantir o sucesso de suas opções” (Vendrame, 2015, p.203). Havia também “redes relacionais através do apadrinhamento” (Vendrame, 2013, p.192) de sacramentos religiosos como matrimônio, batismo e confirmação (crisma). As redes de compadrio por meio do batismo, por exemplo, também podiam ser utilizadas para “socorrer compadres endividados” ou “intermediar negócios de terras para beneficiar os afilhados” (Vendrame, 2013, p.198), bem como criar os afilhados em caso de morte dos pais.

Para fins de análise, elencou-se, no Quadro 1, as redes de compadrio a partir dos padrinhos de batismo dos filhos de Valentino.

Quadro 1 - Lista de Redes de Compadrio de Valentino Fruet (Batismos)

Nº	Data do Batismo	Filho(a)	Padrinhos	Origem
01	1875	Anna	<i>Desconhecidos</i>	Pergine Valsugana (Trento)
02	19.02.1878	Maria Domenica	Giacomo Furlani Domenica Pasqualini	Vigolo Vattaro (Trento) Mattarello (Trento)
03	12.02.1880	Maria (gêmea)	Antonio Moser Maria Sardagna	Baselga di Pinè (Trento) Civezzano (Trento)
04	12.02.1880	Rosa (gêmea)	Giacomo Furlani Rosa Girardi	Vigolo Vattaro (Trento) Fornace (Trento)
05	22.09.1881	Luiza Angela	Luigi Moser Domenica Tamanini	Baselga di Pinè (Trento) Vigolo Vattaro (Trento)
06	19.05.1885	Benjamin	Antonio Lunelli Domenica Fiamoncini	Civezzano (Trento) Mattarello (Trento)
07	11.02.1887	Melânia Candida	Nicola Moser Virginia Baptista	Pergine Valsugana (Trento)
08	11.02.1887	Massimino (<i>Frei Teófilo</i>)	Felice Delai Candida Delai	Pergine Valsugana (Trento)
09	07.05.1889	Giuseppina	Carlo Depiné Luigia Adami	Terlago (Trento) Besenello (Trento)
10	21.02.1892	Faustino (<i>Frei Calixto</i>)	Giovanni Fiamoncini Thereza Depiné	Mattarello (Trento) Terlago (Trento)

Fonte: Livro de Batismos da Paróquia de Blumenau. (1875-1895).

A partir do Quadro 1, é notável que todos os padrinhos de batismo escolhidos eram casais de origem trentina/tirolesa e, conseqüentemente, de nacionalidade austríaca. Além disso, todas as cidades de origem dessas famílias estão, no máximo, a um raio de 30 km de Pergine Valsugana. Essas redes relacionais faziam parte de uma tradição medieval que demonstrava aos compadres “uma capacidade variável de assegurar para si o acesso aos recursos materiais” (Torre, 2020, p.83) . Vale notar que dois desses compadres, Antonio Moser e Giacomo Furlani, eram vizinhos de Valentino.

Quadro 2 – Afilhados de batismo de Valentino Fruet

Nº	Data do Batismo	Afilhado(a)	Compadres	Origem Familiar
01	08.03.1881	Giuseppe Valentino	Pedro Moser Maria Zanesi	Pergine Valsugana (Trento) Pergine Valsugana (Trento)
02	25.05.1882	Arcangelo Meneghetti	Inocente Meneghetti Maria Luigia Cipriani	Fontaniva (Padova) Fontaniva (Padova)
03	29.03.1883	Giovanni Valentino	Giacomo Furlani Rosa Girardi	Vigolo Vattaro (Trento) Fornace (Trento)
04	13.01.1885	Serafino Vittorio	Giovanni Battista Scoz Rosa Cainelli	Cognola (Trento) Civezzano (Trento)
05	08.02.1887	Ida Maria	Nicola Moser Massimina Fiamoncini	Pergine Valsugana (Trento) Mattarello (Trento)
06	07.05.1889	Valentino Giovanni	Candido Pintarelli Orsola Fadanelli	Castagnè (Trento) Cadine (Trento)
07	21.09.1889	Cesare Valentino	Luigi Franceschi Domenica Scoz	<i>Desconhecido</i> Cognola (Trento)
08	22.09.1889	Elisabeth	Davide Cipriani Maria Caon	Fontaniva (Padova) Villa del Conte (Padova)
09	18.02.1891	Stefania Maria	Nicolo Faes Celestina Dalfovo	Vallelaghi (Trento) Mezzolombardo (Trento)
10	22.09.1891	Giuseppe Francesco	Francesco Scottini Candida Pisetta	Terragnolo (Trento) Fornace (Trento)
11	07.11.1893	Catharina	Giacinto Scottini Aquilina Ferreti	Terragnolo (Trento) Moglia (Mantova)
12	15.06.1894	Carolina Margarida	Giovanni Fiamoncini Vittoria Sardagna	Mattarello (Trento) Cognola (Trento)
13	18.08.1895	Carolina Angelica	Giuseppe Sevegnani Anna Fruet	Albiano (Trento) Pergine Valsugana (Trento)
14	18.07.1896	Albina Maria	Wilhelm Kratzke Johanna Kanitz	Alemanha Alemanha
15	13.06.1897	Maria	Sebastiano Dellagiustina Appolonia Fronza	Vittorio Veneto (Treviso) Civezzano (Trento)
16	22.09.1898	Valentino	Camilo Gobbi Rosalia Schulz	Mori (Trento) Alemanha
17	10.12.1898	Antonio	Antonio Beber Maria Domenica Fruet	Pergine Valsugana (Trento) Pergine Valsugana (Trento)
18	07.09.1899	Regina	Giuseppe Moser Monica Longo	Baselga di Pinè (Trento) Castelnuovo (Trento)
19	03.01.1904	Benjamin	Albino Pegoretti Maria Fruet	Mattarello (Trento) Pergine Valsugana (Trento)

20	06.08.1904	Valentin	Pedro Frankenberger Luiza Fruet	Alemanha Pergine Valsugana (Trento)
----	------------	----------	------------------------------------	--

Fonte: Livro de batismos da Paróquia de Blumenau, 1875-1894 e Livro de batismos da Paróquia de Rodeio, 1895-1905.

No Quadro 2, observa-se a significativa quantidade de afilhados que Valentino Fruet ajudou a batizar, totalizando 11 meninos e nove meninas. É importante destacar que, dentre esses 20 afilhados, seis receberam seu nome em homenagem. Esse “uso repetido de um mesmo nome entre conhecidos ou parentes” pode ser compreendido como “uma escolha que visa aproximar os indivíduos, possibilitando a transferência de algumas qualificações ao sucessor” (Vendrame, 2013, p.70). Além disso, percebe-se que os convites para que ele assumisse o papel de padrinho tornaram-se mais frequentes após a instalação da primeira capela em Rodeio, no ano de 1879, período em que ele passou a exercer uma participação mais ativa na comunidade, em contraste com a época em que as celebrações eram realizadas nas residências.

Da mesma forma, observa-se que algumas relações de compadrio foram “dobradas”, como no caso de Nicola Moser, Giovanni Fiamoncini e Giacomo Furlani, que também foram padrinhos dos filhos de Valentino. Além disso, vale destacar que quatro desses afilhados eram seus próprios netos, prática comum na época. A maioria dos compadres residia na área central de Rodeio, mas também havia famílias de Ascurra e de Rio dos Cedros. Este último caso refere-se a uma família alemã oriunda de Pomerode, que havia migrado para a localidade mencionada e se convertido ao catolicismo. Além dos afilhados batizados por Valentino, pode-se afirmar que novas configurações de “redes sociais” eram formalizadas com as 10 crianças que receberam sua esposa, Maria Fruet, como madrinha de batismo no mesmo período.¹⁰

As redes de sociabilidade de Valentino Fruet também se expandiram por meio dos matrimônios nos quais atuou como testemunha (padrinho). Conforme os dados dos Livros de Matrimônio das paróquias de Blumenau e Rodeio, Fruet testemunhou 44 casamentos durante sua trajetória na comunidade¹¹. A grande quantidade também se deve à sua função de capelão, já que grande parte dos casamentos foi de casais oriundos das comunidades de Ascurra e Rio dos Cedros, que realizaram sua celebração na matriz da paróquia em

¹⁰ Cf.: Livro de batismos da Paróquia de Blumenau, 1875-1894 e Livro de batismos da Paróquia de Rodeio, 1895-1905.

¹¹ Cf.: Livro de matrimônios da Paróquia de Blumenau, 1875-1894. e Livro de matrimônios da Paróquia de Rodeio, 1895-1910.

Rodeio, estando Valentino presente para assistir à celebração como ministro. Há também a participação de Fruet em vários casamentos entre imigrantes de língua polonesa da comunidade de Ipiranga (Rodeio) e de nacionais que viviam nos arredores.

Por meio desses dados, é possível inferir que Fruet tinha uma participação ativa na capela de Rodeio, onde esses casamentos foram celebrados. Consequentemente, ele foi convidado para testemunhar não apenas os matrimônios de famílias com as quais mantinha maior afinidade, incluindo sua própria, mas também de casais provenientes de localidades mais distantes, que se deslocavam especificamente para a celebração do casamento. Sendo assim, o fato de ser capelão e residir próximo à capela ampliava sua rede de sociabilidade, aumentando também o número de convites para atuar como testemunha em casamentos.

Figura 4: Pioneiros de Rodeio e seus descendentes (1916)



Acervo: Arquivo Histórico de Rodeio Aléssio Berri (AHRAB).

As amígdades de convivência de Fruet também podem ser representadas por meio da fotografia acima, que, segundo o memorialista Nélsom Dellagiustina, retrata os membros do Coral Santa Cecília (Dellagiustina, 2021). Na Figura 4, aparecem sentados da esquerda para a direita: Giovanni Battista Fiamoncini, Nicola Moser, Giovanni Tonet, Valentino Fruet e Giacomo Furlani. A partir da fotografia, é possível refletir que “imagens, sejam gráficas ou pictóricas, são representações do mundo elaboradas para serem vistas” (Pesavento 2004, p.85) e, no caso em questão, representavam laços de amizade, os quais podem ser confirmados tanto pela convivência no coral quanto ao fato de Fiamoncini, Moser e Furlani serem compadres de Valentino Fruet.

As redes de sociabilidade de Valentino Fruet também se estendiam aos religiosos, aos quais estava diretamente ligado. Ao longo de seus mais de 50 anos vivendo em Rodeio, conviveu com diferentes párocos que visitavam a comunidade e, posteriormente, administraram a Paróquia de Rodeio. Todos eram alemães, uma vez que a comunidade fazia parte da Colônia Blumenau, administrada pelo alemão Hermann Blumenau. O primeiro deles foi o padre secular José Maria Jacobs, que, entre 1876 e 1892 (Berri, 1988), vinha de Blumenau para atender as comunidades da colônia.

Em substituição ao padre Jacobs, vieram os franciscanos, que incumbiram Frei Lucínio Korte de atender as comunidades da região, por ser conhecedor da língua italiana. Ele exerceu essa função entre 1892 e 1900, quando foi criada a Paróquia de Rodeio, tornando-se seu primeiro pároco até 1904, ano em que foi nomeado ministro provincial dos franciscanos em Petrópolis (Rio de Janeiro). Retornou a Rodeio entre 1907 e 1909 como pároco, saindo novamente, mas voltando em duas outras oportunidades: de 1911 a 1917 e de 1926 a 1942, quando veio a falecer. Frei Lucínio Korte foi o padre de maior longevidade na comunidade (Berri, 1988) e teve a relação mais próxima com Valentino Fruet, que era seu “braço direito”, participando de todas as etapas da vida cristã e comunitária. Vale mencionar também que a abertura do Livro Tombo de Rodeio, escrito por Frei Lucínio Korte, possui a assinatura de Valentino Fruet como testemunha civil do ocorrido (Livro Tombo, 1900, p.1).

Korte era tido como um “pároco erudito” (Dalmolin, 2021b, p.25), uma vez que compreendia os idiomas alemão, italiano, português, latim, polonês e húngaro, sendo fluente nos quatro primeiros. Além disso, era um exímio violinista e incentivava a música por meio de corais e de bandas, como a Santa Cecília, da qual foi mestre. Também ampliou o número de escolas dentro da paróquia, fomentou o surgimento de cooperativas agrícolas voltadas ao mercado de tabaco e arroz, permitindo que os italianos concorressem com os comerciantes alemães da Colônia, e colaborou com a colonização de novas áreas no Alto Vale do Itajaí e na Bacia do Rio Benedito. Viveu nas imediações de Rodeio por 36 anos, tendo convivido com Valentino Fruet por 25 anos.

Outros padres que atuaram como párocos e tiveram relação direta com Valentino Fruet foram Frei Nicodemos Grundhoff (1904-1907 e 1917-1920), Frei Crysóstomo Adams (1909-1911), Frei Policarpo Schuhen (1911-1917 e 1920-1926) e Frei Bruno Linden (1926-1945). Destaque para Frei Policarpo, cofundador da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas em Rodeio, e para Frei Bruno, cuja comunidade atribuiu

diversos milagres de clarividência e bilocação, estando atualmente em processo de beatificação no Vaticano.

Essa “complexa rede de alianças”, fosse entre padrinhos, vizinhos, amigos ou com religiosos, criada pelos imigrantes, podiam naturalmente “assumir funções sociais e econômicas variadas” (Vendrame, 2013, p.208). Essas conexões foram construídas ao longo de toda a trajetória de Valentino Fruet em Rodeio, estendendo-se também a pessoas de comunidades vizinhas, como Pietro Trentini, de Rio dos Cedros, que fazia parte da Terceira Ordem Franciscana.

Valentino Fruet faleceu em 8 de abril de 1931, aos 80 anos de idade. Na ocasião, o pároco Frei Bruno Linden registrou no Livro de Óbitos o falecimento do primeiro capelão leigo e mestre-escola da comunidade.

Aos 8 de abril do ano corrente faleceu o zeloso e infatigável cantor da Matriz de Rodeio, Valentino Fruet, que desde a fundação da colônia tem sido o capelão e mais tarde o braço forte dos Reverendíssimos Vigários. Foi continuamente fortificado e consolado pelos ss. sacramentos no tempo da dolorosa enfermidade. O enterro ao nosso cemitério era triunfal, sinal do merecimento do falecido, e da gratidão do povo. Ele que mil vezes cantou “Requiem aeternam dona eis Domine” tenha agora o que desejou por longos anos aos seus caros irmãos e irmãs falecidos. Requiescat in pace et lux per petua luceat ei. (Livro de Óbitos, 1931, p.37v-38)

O trecho é muito representativo, uma vez que nenhum outro fiel na história da Paróquia de Rodeio recebeu um descritivo tão extenso de seu velório, honraria que era apenas dada aos frades franciscanos que eram sepultados no cemitério local. No texto, o pároco homenageia a trajetória daquele que foi o 'braço forte' dos franciscanos durante décadas, atuando previamente como capelão e enriquecendo as celebrações religiosas com sua voz no coro sacro da igreja. Além disso, a menção reforça a importância de Valentino Fruet na comunidade, recordando os inúmeros amigos que ele sepultou ao longo dos anos, sempre entoando cânticos e orações para preparar suas almas para o pós-morte e “confortar” os familiares enlutados.

Considerações Finais

O imigrante trentino/tirolês Valentino Fruet chegou a Rodeio, no interior de Santa Catarina, em 1875, onde viveu por mais de meio século. Nesta comunidade, esteve diretamente envolvido na vida coletiva, destacando-se por sua liderança e participação

ativa na esfera religiosa, atuando como capelão leigo, mestre-escola, coveiro, membro e presidente da Ordem Terceira, integrante da comunidade escolar e cantor do coral.

Entretanto, ao analisarmos sua trajetória, não podemos classificá-lo como um “homem à frente de seu tempo”. Pelo contrário, Fruet esteve profundamente inserido nos movimentos sociais, políticos, culturais e religiosos de sua época, sendo um sujeito ativo de sua própria história e protagonista na comunidade de Rodeio por meio de sua liderança. Seus feitos não o tornaram um imigrante mais relevante do que os demais, mas, em meio a uma “sociedade de capela”, ele se consolidou, talvez, como o maior exemplo do que se poderia chamar de um “homem da capela”.

Referências

- BERRI, Aléssio. *A Igreja na colonização italiana no Médio Vale do Itajaí*. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1988.
- DALLABRIDA, Norberto. *A sombra do campanário*. 1993. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.
- DALLABRIDA, Norberto. *O Mestre-escola: Retalhos da vida de Giovanni Trentini em Rio dos Cedros*. Florianópolis: Dois por Quatro, 2021.
- DALMOLIN, Gabriel (Org.). *Rodeio: 150 anos de colonização italiana*. Rodeio: Ed. do Autor, 2024a.
- DALMOLIN, Gabriel. *A Sociedade da Capela: Trabalho, fé e educação no povoado de Rodeio (1883-1904)*. Blumenau: Edifurb, 2020.
- DALMOLIN, Gabriel. *Ascurra: 60 anos de emancipação*. Rodeio: Ed. Autor, 2024b.
- DALMOLIN, Gabriel. *Laços Transoceânicos: O Pacto de Amizade entre Rodeio/SC e Fornace/TN*. Blumenau: Gráfica 3 de maio, 2021a.
- DALMOLIN, Gabriel. O 'agrônomo anarquista' e o 'pároco erudito': lideranças nas comunidades italianas da Colônia Blumenau. *Blumenau em Cadernos*, v. 62, p. 25, 2021b.
- DOLZAN, Janiane. *A (re)invenção da italianidade em Rodeio – SC*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- GROSSELLI, Renzo. *Colônias Imperiais na Terra do Café*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- GROSSELLI, Renzo. *Vencer ou Morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras Santa Catarina 1875-1900*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.
- KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In.: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- PESAVENTO, Sandra. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre. *Micro-história: um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Istituto Italiano di Cultura di San Paolo 1989.

VENDRAME, Máira Ines. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. PUCRS: Porto Alegre, 2013.

VENDRAME, Máira Ines. Mobilidade, redes e experiências migratórias: reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional. In: VENDRAME, Maria Ines et al (org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

Fontes Históricas

BERTOLDI, José. Figuras do Passado: Valentino Fruet. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, t. 19, v. 7, p. 202-205, jul. 1978.

BLUMENAU, Hermann apud GROSSELLI, Renzo Maria. Os tirolezes italianos na Colônia Blumenau: de malfeitores a amantes da “Ordem e Progresso”. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, t. 56, n. 6, p. 23-39, nov./ dez. 2015, p. 25.

CANÔNICO, Padre João. *Abaixo-Assinado dos Moradores de Ascurra para a Cúria Romana*. Blumenau: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS), 1914.

CANI, Iracema Maria Moser. *Rodeio: histórias e memórias*. Indaial: Ed. Uniasselvi, 2011.

DELLAGIUSTINA, Néelson. *Retalhos do passado: Parte I (1875-1975)*. Blumenau: Gráfica 3 de maio, 2021. p.66.

ESTATUTOS da Sociedade de escola em Rodeio, 1899. Transcrição. In: OTTO, Clarícia. *Catolicidades e Italianidades: jogos de poder no Mé dio Vale do Itajaí e no sul de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 249.

MATERIAL Zur Chronik des Conventes Rodeio. 1910, p.10.

LIVRO TOMBO. In Nomini Domini. Rodeio, 1918.

LIVRO DE BATISMOS da Paróquia de Blumenau, 1875-1894

LIVRO DE BATISMOS da Paróquia de Rodeio, 1895-1905.

LIVRO DE MATRIMÔNIOS da Paróquia de Blumenau, 1875-1894.

LIVRO DE MATRIMÔNIOS da Paróquia de Rodeio, 1

LIVRO DE ÓBITOS da Paróquia de Rodeio, 1931.

VICENZI, Victor. *História de Rio dos Cedros*. Fundação Casa Dr. Blumenau; Blumenau, 1975.

Feste religiose di origine calabrese tra Porto Alegre e San Paolo

Fabio Ragone

Introduzione

Nel 2019, ho presentato presso l'Università di Barcellona i risultati di una lunga ricerca dottorale dedicata alla cultura visiva degli emigranti dall'Italia Meridionale, giunti nel Rio della Plata tra la fine dell'800 e la seconda metà del 900. Uno dei membri del tribunale di valutazione della tesi, la Dottoressa brasiliana Rita Peixe, avendo apprezzato lo studio storico-antropologico realizzato, mi esortò a replicarlo negli stati brasiliani maggiormente interessati dall'immigrazione italiana. Accettai con entusiasmo l'invito e presentai alla CAPES (*Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*) un progetto post-dottorale da svolgere nello stato di Rio Grande do Sul. Lì sono riuscito a stabilire un contatto con la Pontificia Università Cattolica (PUCRS) attraverso colui che, successivamente, avrebbe svolto il ruolo di supervisore della ricerca, il Professor Antonio de Ruggiero. Grazie a lui ho potuto non solo identificare la comunità meridionale all'interno della quale avrei svolto il lavoro etnografico, ma anche conoscere l'ampio lavoro storiografico già realizzato su di essa dalla storica locale Núncia Santoro de Constantino.

In *L'italiano di Porto Alegre* (2015), l'autrice analizza il nesso tra immigrazione e modernizzazione della città. Utilizzando l'intervista come metodologia, evidenzia le strategie socioculturali ed economiche che hanno consentito a una comunità calabrese, prevalentemente proveniente dal comune cosentino di Morano Calabro, di preservare fino ai giorni nostri un forte legame col luogo d'origine.

L'obiettivo primario del mio progetto, prendendo le mosse dal lavoro svolto da Santoro de Constantino, era approfondire il ruolo e il potere che le immagini di culto hanno esercitato all'interno della colonia di immigrati calabresi, formatasi nel centro urbano della capitale del Rio Grande do Sul. Nello specifico, l'attività analitica si sarebbe concentrata sulle rappresentazioni oggetto di culto, presenti nello spazio pubblico frequentato dalla collettività italiana.

In seguito all'ottenimento della borsa per ricercatori, il lavoro sul campo è iniziato a ottobre 2021 con non poche difficoltà logistiche, dovute all'emergenza Covid 19. Contattare gli informatori telefonicamente, pianificare le interviste a persone spesso vulnerabili (a causa dell'età e di problematiche di salute pregresse) e realizzarle in condizioni di sicurezza è stata un'autentica sfida. Nonostante ciò, la collettività calabrese ha manifestato una grande resilienza

e voglia di raccontarsi. Con le dovute precauzioni, ha partecipato attivamente alla ricerca, testimoniando e facendo palese il rapporto che la lega alle immagini di culto simbolo della propria identità. In totale sono state realizzate oltre venti interviste a membri attivi dell'Associazione Centro Calabrese del Rio Grande do Sul, impegnati annualmente nell'organizzazione delle celebrazioni solenni dedicate alla Madonna del Monte Carmelo e alla Madonna del Castello, rispettivamente sante protettrici dei comuni cosentini di Morano Calabro e Castrovillari.

Subito dopo aver concluso il progetto *porto-alegrense*, è sorta la suggestione di poter realizzare un lavoro comparativo, replicando la ricerca etnografica nella città di San Paolo. In questo caso, grazie a una nuova borsa post dottorato offerta dal CNPq (*Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*), l'attenzione investigativa si è concentrata sugli accadimenti e i contesti che hanno determinato il successo devozionale raggiunto dall'immagine di culto di *Nossa Senhora Aquiopita*, giunta in Brasile a inizio 900 per volontà di una comunità di immigrati originari di Rossano Calabro. Nello specifico, si fa riferimento a una rappresentazione scultorea protagonista di una festività, dichiarata “manifestazione culturale nazionale”¹, che ogni anno richiama oltre 200.000 persone nelle strade del popolare quartiere paulista del Bexiga.

A San Paolo, il lavoro etnografico è stato svolto in collaborazione con la comunità religiosa legata all'Opera di Don Orione. Si tratta di un'organizzazione complessa che controlla l'accesso al tempio dedicato alla santa, l'organizzazione delle corrispondenti celebrazioni festive e numerose opere benefiche rivolte ai settori della società più vulnerabili. Sul campo, le interviste sono state rivolte sia ad alcuni discendenti dei primi italiani residenti nel quartiere, sia a persone che, indipendentemente dalle proprie origini familiari, manifestavano devozione nei riguardi della santa e partecipazione alle attività parrocchiali.

Le due ricerche mi hanno consentito di analizzare il diverso potere devozionale esercitato dalle rappresentazioni in esame e di definire le cause che hanno determinato:

- da un lato la delimitazione della capacità di azione dell'immagine della Madonna del Monte Carmelo all'interno della comunità italiana di Porto Alegre;
- dall'altra, la globalizzazione del culto rivolto all'Aquiopita nello Stato di San Paolo.

Un studio storico-antropologico sul potere delle immagini di culto calabresi venerate a Porto Alegre e San Paolo

¹ Tale attestazione è stata decretata dal Congresso Nazionale Brasiliano il 26 marzo 2024.

Grazie al lavoro etnografico realizzato nel Rio della Plata ho avuto l'opportunità di indagare il ruolo sociale che le immagini di culto hanno svolto durante le migrazioni che, tra Ottocento e Novecento, spinsero migliaia di abitanti delle aree rurali del Sud Italia a trasferirsi permanentemente in Sud America (Ragone, 2019). Tanto nella dimensione privata familiare, come in quella pubblica delle colonie, le rappresentazioni di santi e sante esportate oltreoceano dagli emigranti meridionali operarono (e in alcuni casi operano ancora) come strumento in grado di mantenere vivi i legami identitari e affettivi con la terra di origine.

Nelle comunità di italiani residenti all'estero, la presenza di immagini di culto trascende la necessità di possedere il medium fisico di un'entità soprannaturale, capace di svolgere un'attività protettrice in un ambiente estraneo e incerto. L'apparizione di tali simulacri rappresenta innanzitutto un indicatore sociale. Mediante loro si manifesta pubblicamente l'esistenza di un gruppo etnico, numericamente consistente, che condivide origini regionali, cultura, tradizioni e l'esigenza di rendersi visibili nel nuovo contesto. In questo senso, le istituzioni religiose create da immigrati rappresentano uno strumento fondamentale nei processi d'incorporazione nel nuovo paese.

Per mezzo dei rituali che coinvolgono le immagini di culto nello spazio pubblico, la colonia non solo stabilisce legami transnazionali con la terra di origine, ma ricerca il riconoscimento delle proprie pratiche culturali, attraverso la connessione con determinati settori della società ricettrice (Hirshman, 2004).

In modo del tutto simile alle comunità tegganesi identificate in Argentina e Uruguay (Ragone, 2019), le collettività calabresi studiate in Brasile hanno seguito un determinato processo di radicamento nel luogo scelto come nuova residenza. In una prima fase emerge la figura dei pionieri, emigranti esploratori che riescono a insediarsi in territori percepiti come fonti di opportunità. Successivamente, mediante il meccanismo delle catene migratorie viene favorito l'arrivo nel nuovo Paese di familiari e compaesani. Il risultato è la nascita di una prima comunità embrionale che inizia a permeare nel tessuto socioeconomico locale, occupando spazi e settori specifici che, in un secondo momento, faciliteranno l'inserimento dei nuovi contingenti di immigrati. Questi ultimi troveranno un contesto sociale ricettivo, familiare e accogliente, così come un primo lavoro in grado di favorire la sostenibilità del progetto migratorio e un eventuale progresso economico. Le strategie adottate durante questa fase sono frequentemente il risparmio estremo e l'investimento volto alla realizzazione di progetti interconnessi, quali l'indipendenza abitativa, una maggiore autonomia lavorativa e la creazione di un nucleo familiare, possibilmente all'interno del proprio gruppo etnico.

Solitamente, una volta raggiunti gli obiettivi minimi situati all'orizzonte dell'esperienza migratoria, i membri delle colonie italiane più numerose iniziano a manifestare esigenze di tipo aggregativo. In risposta a tale bisogno, sorgono organizzazioni di carattere locale, regionale o nazionale capaci di offrire ai propri soci spazi di socializzazione e servizi che mutano a seconda del contesto storico e sociale vissuto. In passato, indipendentemente dalla destinazione migratoria, la maggior parte di esse erano classificabili all'interno di tre categorie: le associazioni di mutuo soccorso, le istituzioni ricreative e le commissioni o confraternite di carattere religioso².

Le Associazioni di mutuo soccorso sono state particolarmente importanti per le prime generazioni di emigranti che arrivavano in paesi che non garantivano alcun tipo di servizio previdenziale. Ai soci veniva principalmente garantita assistenza sanitaria, medicine gratuite e sostegno economico di fronte all'eventuale inattività lavorativa sofferta a causa di malattie e problematiche invalidanti. Risultando obsolete, con il passare del tempo molte di queste istituzioni si sono trasformate in circoli ricreativi.

Le associazioni ricreative sono caratteristiche delle migrazioni più recenti. La loro finalità è tutt'ora quella di preservare legami socioculturali tra connazionali e/o compaesani residenti nella stessa località, attraverso l'organizzazione di feste, attività di interscambio con il paese di origine, spettacoli, commemorazioni e, in generale, di ogni tipo di intrattenimento.

Le istituzioni religiose si contraddistinguono frequentemente per il loro carattere locale o regionale. Avendo come finalità principale la promozione di culti rivolti a santi e sante protettrici delle località di provenienza dei propri soci, dedicano gran parte delle proprie attività all'organizzazione di celebrazioni religiose che prevedono, come requisito imprescindibile, la presenza di una rappresentazione bidimensionale o tridimensionale da poter venerare.

In realtà, come avrò modo di dimostrare nel paragrafo dedicato alla comunità moranese, il confine tra le diverse forme associative non risulta quasi mai del tutto netto. Molte organizzazioni sono infatti in grado di perseguire molteplici finalità, sia in base al proprio statuto, sia in relazione alle decisioni prese dalle commissioni che, nel corso della loro vita associativa, ne hanno assunto la direzione.

Il lavoro etnografico realizzato nella due città brasiliane è stato possibile grazie alla collaborazione stabilita con il Centro Calabrese di Rio Grande do Sul e la comunità di volontari legati all'Opera Sociale Achiropita. Nel primo caso, parliamo di un'associazione civile creata da emigranti calabresi e loro discendenti residenti a Porto Alegre, promotrice del culto rivolto

² A queste vanno aggiunte le istituzioni educative e quelle patriottiche.

alla Madonna del Monte Carmelo di Morano Calabro. Nel secondo caso, siamo invece di fronte a una complessa organizzazione religiosa che ha assunto il controllo del culto e della festa dedicata a *Nossa Senhora Achiropita*, in seguito all'estinzione della commissione calabrese che aveva promosso la creazione dell'immagine della santa e l'edificazione della prima cappella a essa dedicata.

Grazie alle testimonianze orali dei membri delle organizzazioni succitate sono stati identificati gli avvenimenti e le circostanze che, nelle città di Porto Alegre e San Paolo, hanno determinato il differente successo riscosso dalle celebrazioni festive organizzate in onore delle due sante calabresi.

Nell'approccio al mondo di "là fuori", le immagini non sono state solo l'oggetto, ma anche il metodo di studio. L'etnografia visiva realizzata ha previsto infatti l'uso di dispositivi e fonti audiovisive come tecnica di ricerca. La produzione di video interviste è stata concepita come dialogo collaborativo stabilito con coloro che hanno condiviso informazioni sui meccanismi di produzione e uso delle immagini di culto all'interno della comunità e nell'ambito della festa. L'uso combinato del dispositivo fotografico e di acquisizione video ha permesso di approfondire la conoscenza di luoghi, eventi e rituali indispensabili per conoscere il rapporto esistente tra simulacri, luoghi di culto e le diverse collettività che vi interagiscono. Nel caso del lavoro svolto con la comunità moranese, va inoltre considerato l'ulteriore contributo documentale fornito dagli archivi fotografici privati messi a disposizione dalle famiglie calabresi.

L'emigrazione calabrese verso il Brasile

Durante la grande ondata migratoria sviluppatasi nel periodo compreso tra il 1878 e il 1914, con 126 mila unità (su un totale di 515 mila registrate in tutto il Mezzogiorno), la Calabria è stata la terza regione italiana per numero di emigranti diretti in Brasile, dopo Veneto e Campania; e, con 45 mila partenze, la prima in assoluto durante il decennio 1905-1914. Nelle due ondate successive l'emorragia migratoria verso il paese sudamericano continua soprattutto attraverso le catene migratorie precedentemente stabilite, anche se con numeri più contenuti. Nel periodo tra le due guerre (1919-1939), dalla Calabria partono 22 mila persone, mentre nel movimento del secondo dopoguerra (1951-1975) se ne contano oltre 14 mila. In entrambi i casi la regione si afferma come la seconda maggiormente colpita dal fenomeno migratorio (Birindelli; Bonifazi, 2011).

Ulteriori studi evidenziano come l'espatrio massivo post unitario abbia avuto come principale epicentro la provincia di Cosenza. Analizzando le statistiche presenti nel testo su *La questione agraria e l'emigrazione in Calabria* (Taruffi, 1908), la storica Núncia Santoro de Constantino (2015) ricorda che nel periodo che va dal 1876 al 1905, dei 500.000 emigranti partiti dalla Calabria, il 46% era di origini cosentine (220.051).

A inizio Novecento, mediante la compilazione di specifici questionari, i prefetti della provincia di Cosenza identificano le principali cause dell'emigrazione locale. La mancanza di un lavoro stabile per gran parte della popolazione è aggravata da fattori quali: la debolezza del commercio locale dovuta alle scarse e malandate vie di comunicazioni; il perenne sfruttamento messo in atto dai proprietari terrieri sui gruppi più vulnerabili della popolazione rurale; la crisi di un settore chiave come quello dell'industria domestica³, legata alla filatura e tessitura di materie prime come lino, cotone, lana e seta; l'applicazione di tasse non sostenibili attraverso i ricavi garantiti da un'agricoltura arretrata come quella calabrese e meridionale in generale. Come ricorda Piero Bevilacqua (1985) le condizioni di miseria permanente in cui versa la classe rurale calabrese sono ulteriormente aggravate da eventi disastrosi come le malattie che a più riprese colpiscono il baco da seta decimandone la produzione, la depressione del 1868⁴ e, soprattutto, la crisi del 1880, quando il mercato internazionale si chiude al grano locale con conseguente crollo dei prezzi.

La drammatica situazione socioeconomica vissuta dai comuni della provincia di Cosenza fa sì che ampi settori della sua popolazione siano predisposti a intraprendere l'avventura migratoria. Il desiderio di emanciparsi dal vecchio ordine sociale è fortemente alimentato dall'idea di poter trovare oltre oceano un lavoro degno che possa garantire condizioni di vita meno amare e incerte. I primi a partire sono comunque persone che dispongono delle risorse minime per poter affrontare il viaggio. I contingenti meno abbienti espatriano invece sfruttando i benefici dei viaggi sovvenzionati dai governi esteri o, attraverso le catene migratorie sostenute da familiari già stabilitisi oltreoceano.

Per gran parte degli emigranti meridionali che aspirano al proprio progresso personale, la città rappresenta l'unica scelta possibile, l'alternativa vincente a quel mondo rurale da lasciare alle spalle, impregnato di incertezze e prevaricazioni. In centri urbani come San Paolo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba, il fermento industriale, l'incessante urbanizzazione e la richiesta di nuove infrastrutture garantisce un'ampia richiesta di manodopera non

³ La crisi è provocata dai prodotti a basso costo provenienti dal Nord industrializzato.

⁴ La mancanza di strade e l'alto costo dei trasporti fece sì che l'abbondante e inaspettato raccolto del 1868 rimanesse invenduto nei silos e nei granai dei comuni cosentini.

specializzata⁵. Parallelamente, nei quartieri di nuova formazione, la crescente popolazione immigrante, costituisce l'utenza di un mercato bisognoso di prodotti e servizi.

Partendo dai corrispondenti contesti urbani, di seguito ricostruisco gli eventi che hanno caratterizzato il radicamento di due specifiche comunità originarie della provincia di Cosenza: quella moranese stabilitasi a Porto Alegre e quella rossanese⁶ radicatasi a San Paolo. Centro d'interesse analitico sarà il legame esistente tra le vicende che collegano la vita associativa delle due colonie con il differente successo manifestato dalle loro rispettive immagini di culto e celebrazioni festive.

I moranesi di Porto Alegre: radicamento nel tessuto urbano e strutture associative

Grazie agli studi condotti da Santoro (2015) siamo in possesso di un considerevole numero di dati e informazioni che documentano l'arrivo e il radicamento dei moranesi nel tessuto urbanistico e socioeconomico di Porto Alegre, fin dall'ultimo trentennio dell'Ottocento. Ad esempio, già nel 1878, sul giornale locale *Album do Domingo*, viene ironicamente segnalata, nella *Rua do Arroio* all'angolo con *Riachuelo*, la presenza di un insolito negozio adibito alla vendita di scarpe e chincaglierie, intestato al moranese Nicola Filomena. Nello stesso anno, sul giornale satirico *O Figaro*, viene manifestata certa insofferenze nei riguardi degli ingenti flussi di calabresi arrivati in città per svolgere quella che, di lì in avanti, sarebbe diventata una delle attività lavorative più caratteristiche della comunità moranese. In una vignetta appare un gruppo di uomini nell'atto di importunare un passante. In appendice una nota recita: «i venditori di biglietti della lotteria arrivano in bande dalla Calabria e assaltano il popolo. Dov'è la polizia che non vede questa invasione di cavallette impertinenti?».

Al loro arrivo a Porto Alegre, i membri della prima generazione di immigrati moranesi riescono a trovare molteplici occupazioni. Alcuni iniziano a lavorare come artigiani nei quartieri centrali della città (sarti, calzolai, fabbri, lattonieri, falegnami, muratori, ecc.), altri si impegnano offrendo servizi di vario genere (cocchieri, camerieri, lustrascarpe, musicisti, ecc.), moltissimi invece si dedicano alla vendita ambulante di prodotti di ogni tipo (fruttivendoli, venditori d'acqua potabile, tessuti, biglietti della lotteria, ecc.).

⁵ Come ricorda Santoro (2015), citando altri autori, la rapida proletarizzazione dell'immigrante in città come San Paolo genera numerosi drammi legati al fallimento del progetto migratorio di individui e famiglie di origine italiana. Tra queste problematiche si riscontrano casi di ulteriore impoverimento, mendicizia, rimpatri obbligati, disturbi mentali sofferti dai soggetti più vulnerabili e frequenti disgregazioni familiari.

⁶ In base ai censimenti del 1881 e del 1911 sappiamo che a causa dell'emigrazione massiva la popolazione rossanese è passata da 18.141 a 13.122 abitanti. Nel caso di Morano Calabro, nello stesso periodo, a causa degli espatri la popolazione risulta quasi dimezzata, passando da 9.974 a 5.743 abitanti (Dati Istat).

Un nutrito gruppo di calabresi riesce a fare fortuna e ad emergere tra le fila della borghesia locale. All'interno di questo circolo, vi sono i fondatori della prima associazione moranese, costituita nel 1924 e denomina Moranesi Uniti. Non abbiamo molte informazioni sulle attività di questa organizzazione ma, come testimoniano alcune foto trovate a casa delle famiglie moranesi residenti a Porto Alegre, sappiamo che i suoi soci hanno l'abitudine di fraternizzare durante frequenti riunioni, organizzate presso la prestigiosa Caffetteria Rocco.

A partire dagli anni Trenta la presenza dei moranesi si estende al settore alimentare e dei bar/caffè. Contemporaneamente, si consolida un certo monopolio su due settori chiave del commercio locale: quello della carne⁷ (rappresentato da macellerie all'ingrosso e al dettaglio) e quello della lotteria (con circa il 57,1% delle attività gestito da moranesi). In quest'ultimo ramo commerciale si sviluppa la figura del *cambista*, venditore ambulante di biglietti della lotteria (Santoro, 2015). Detta occupazione, insieme a quella del *mascate*, venditore ambulante porta a porta di prodotti, favorisce l'inserimento di molti nuovi arrivati nel mercato del lavoro urbano. Come testimoniano numerosi informatori, si inizia a lavorare "a credito". I venditori ottengono in anticipo una certa quantità di merce o biglietti. Una volta conclusa la vendita pagano quanto dovuto al fornitore (quasi sempre un parente o un compaesano), si riforniscono di nuovi prodotti e ricominciano il proprio percorso alla ricerca di acquirenti.

Tali lavori, per quanto umili, rappresentano per numerosi immigrati il primo passo verso un progresso socioeconomico personale, strettamente legato alla capacità di risparmio e accumulo di capitali da investire in un'attività propria. In base a questa progettualità, i moranesi dimostrano di prediligere occupazioni i cui guadagni dipendono strettamente dal numero di ore di lavoro svolte e dalla quantità di prodotti venduti.

L'emigrazione verso Porto Alegre si esaurisce gradualmente all'inizio degli anni Sessanta, interrompendo quel ricambio generazionale che, durante quasi un secolo, ha consentito alla colonia moranese di rigenerarsi. Di fronte a questa situazione, tra i membri più giovani e preparati della comunità si instaura un attivismo volto alla preservazione e promozione della cultura di origine. L'inizio di questo fermento culturale trae origine da una riflessione condivisa dal Cavaliere Carmine Motta⁸ durante la sua ultima intervista: "Quando io sono arrivato a Porto Alegre ho notato che la maggior parte dei figli dei moranesi non sapevano nulla sulla Calabria, al contrario, conoscevano solo le cose brutte che i genitori gli raccontavano, cose tristi di chi ha lasciato la propria terra".

⁷ Tramite i registri di pagamento delle imposte del 1947, è possibile sapere che su 165 macellerie, ben 40 (24,2%), appartenevano a moranesi o loro discendenti.

⁸ Fondatore del Centro Calabrese e ispiratore delle sue principali attività culturali.

Con il fine di riunire i membri della comunità, nel 1975 viene organizzato un evento culturale denominato Serata Calabrese. Intorno ad esso Motta riesce a far aggregare la ricercatrice Núncia Santoro de Constantino e numerosi altri intellettuali locali, discendenti di immigrati moranesi di prima e seconda generazione. Ne nasce un fermento culturale che si pone come obiettivo di valorizzare il dialetto, la gastronomia, le tradizioni calabresi preservate dalle famiglie di origini calabresi residenti nel Rio Grande do Sul.

Un ulteriore passo viene compiuto nel 1982, grazie all'accordo di gemellaggio firmato dai rappresentanti dei Comuni di Porto Alegre e Morano Calabro. Questo evento genera all'interno della comunità calabrese la necessità di predisporre una struttura associativa in grado di mantenere vivo l'interscambio culturale con la terra di origine. A distanza di qualche anno nascono ben due organizzazioni: il Circolo Calabrese nel 1987 e, poco dopo, l'Associazione Calabrese. Nel 1990, dopo un periodo caratterizzato da conflitti e incomprensioni, le due organizzazioni si fondono per costituire il Centro Calabrese del Rio Grande do Sul. Secondo quanto riportato nel proprio statuto (1990, p. 8-9), l'istituzione si prefigge come obiettivi:

1. Riunire gli immigrati calabresi e i loro discendenti nel Rio Grande do Sul; 2. Diffondere la tradizione, la storia e la cultura calabrese del Rio Grande do Sul; 3. Incentivare l'interscambio dello Stato Gaucho con la Regione Calabria e con la Repubblica italiana; 4. Promuovere direttamente, o in collaborazione pubblica o privata, iniziative caritatevoli e sociali per gli immigrati e i loro discendenti; 5. Mantenere un interscambio con associazioni simili in Brasile e all'estero.

Dalla sua nascita, il Centro Calabrese promuove la cultura calabrese in Brasile attraverso l'organizzazione di eventi accademici, ricreativi, gastronomici, folkloristici⁹, commemorativi¹⁰ e religiosi. Dopo aver cambiato numerose sedi, attualmente condivide i locali della storica *Sociedade Italiana de Rio Grande do Sul*¹¹.

La festa della Madonna del Monte Carmelo a Porto Alegre.

Secondo la testimonianza orale fornita da Humberto Scorza¹², negli anni Cinquanta del secolo scorso, la vita religiosa degli immigrati moranesi giunti a Porto Alegre ha come primo

⁹ Merita una menzione la lunga attività del gruppo folklorico giovanile Monte Pollino.

¹⁰ Dedicati a membri della comunità che si sono particolarmente distinti nella società brasiliana.

¹¹ Fondata nel 1877 con il nome di Società Italiana "Vittorio Emanuele II".

¹² Figlio di immigrati moranesi e membro storico del Centro Calabrese.

centro nevralgico la Cappella del *Sagrado Coração de Jesus*¹³, situata nella *Rua Vigário José Inácio*, angolo con *Jerônimo Coelho*. Lì ogni domenica alle 10:30 del mattino, i padri Scalabriniani celebrano una messa in italiano. All'epoca il tempio rappresenta un luogo di ritrovo non solo per i moranesi, ma per tutta la collettività cattolica di origine italiana.

Negli anni Sessanta, l'apparizione di un nuovo luogo di culto favorisce lo spostamento delle attività religiose della comunità calabrese nella *Rua Barros Cassal*. In detta strada esiste una Cappella dedicata a *Nossa Senhora de Pompéia*, all'interno della quale è venerata una tela raffigurante la Vergine, donata da un immigrato italiano.

Humberto Scorza ricorda che, a quel tempo, grazie a Padre Corradin e sua sorella Natalina viene avviata una raccolta fondi per abbattere la vecchia cappella e costruire una chiesa sufficientemente grande da poter accogliere e assistere¹⁴ l'intera comunità di immigrati italiani residenti a Porto Alegre. Per la realizzazione di tale progetto i moranesi forniscono un contributo economico importante.

In base alle informazioni estratte da un libretto prodotto della Parrocchia, il nuovo tempio dedicato alla Madonna di Pompei viene terminato nel 1964¹⁵. Al suo interno troveranno posto non solo la tela che inizialmente aveva promosso il culto, ma anche un gruppo di immagini scolpite in legno rappresentativo del quadro miracoloso della Vergine¹⁶, realizzato nel 1920 dal noto scultore Tarquinio Zambelli¹⁷ di Caxias do Sul (Paróquia Nossa Senhora de Pompéia, 1996).

Come ricorda la Presidente del Centro Calabrese Filomena Rizzo, all'epoca i moranesi non organizzano alcuna festa religiosa, ma si preoccupano di fare una colletta per contribuire allo svolgimento delle celebrazioni dedicate alla devozione maggiormente diffusa nel paese di origine: "Anche se non è la patrona di Morano¹⁸, alla Madonna del Monte Carmelo dedichiamo la festa più grande. Ricordo quando ero bambina che la madre di Carmine Motta, passava da casa per la raccolta delle offerte da mandare in Italia per la festa".

¹³ Nel 1957, nell'adiacente *Colégio dos Anjos das Irmãs Franciscanas* i padri scalabriniani assistevano gli emigranti italiani più bisognosi (Zamberlam *et al.*, 2009).

¹⁴ In una struttura adiacente alla Parrocchia *N.S. de Pompéia* ha sede il Centro Italo-Brasiliano di Assistenza e Istruzione per i Migranti (CIBAI). L'organizzazione fu fondata nel 1958 dai Missionari Scalabriniani con il fine di aiutare i migranti italiani più vulnerabili. Attualmente, il CIBAI dà supporto a nuovi collettivi di emigranti, offrendo assistenza per l'inserimento socio-lavorativo e la tutela dei loro diritti (Zamberlam *et al.*, 2009).

¹⁵ La prima messa solenne venne celebrata il 29 giugno del 1967 (Zamberlam *et al.*, 2009).

¹⁶ La rappresentazione è composta da una scultura della Vergine Maria seduta in trono con Gesù bambino in braccio e, ai suoi piedi, dai simulacri di San Domenico e Santa Caterina da Siena.

¹⁷ Commissionato da due devote di Porto Alegre, il gruppo scultoreo si trovava inizialmente esposto alla venerazione dei fedeli nella cappella laterale de la *Igreja das Dores*.

¹⁸ Il patrono di Morano Calabro è San Bernardino da Siena.

Per capire il significato profondo che lega la comunità dei moranesi espatriati in Brasile all'immagine della santa protettrice è stato fondamentale tornare a Morano e rivolgersi a chi, più di chiunque altro, conosce la storia e le dinamiche psicosociali della comunità. Interpellato sulla questione, il giornalista e scrittore locale Pino Rimolo dichiara quanto segue:

La celebrazione della festa in onore della Madonna del Monte Carmelo a Morano costituisce un esempio emblematico di interazione tra devozione cristiana, identità collettiva e stratificazione storica. Non si tratta di un evento limitato a una semplice manifestazione liturgica, come accade per altre ricorrenze simili, bensì di un fenomeno culturale gravido di contaminazioni progressivamente rielaborate. Durante la processione, l'accostamento del simulacro di Maria a quello di santa Lucia esprime una logica votiva che amalgama pratiche protettive con significati connessi alla salute e alla salvaguardia del cammino. Si tratta di un aspetto simbolico, che giustifica il perché per molti anni la festa della Madonna del Carmine è stata identificata con la "Festa dell'emigrante". Al riguardo, la presenza nella Chiesa del Carmine di un affresco raffigurante una donna in abito tradizionale e un emigrante in partenza per il Sud America, incarna la dialettica tra radici e distacco sofferto da chi parte.

L'attaccamento degli emigranti all'immagine della Madonna locale emerge con forza, anche in chiave poetica, nella prima parte di una preghiera scritta dal professore e studioso moranese Biagio Giuseppe Faillace (1987, p.84):

Oh! Madonna del Carmine, o Regina!
a Te il mio cuore apro sera e mattina!
a Te offro questi bei fiori profumati
per tutti i Moranesi che qui son nati,
per quelli che son venuti a visitarTi
e di nuovo, poi, devono lasciarTi,
per chiunque s'è raccolto in questa piazza
e con gli occhi e con il cuore Te abbraccia!
Apri il tuo bel manto, Madonna mia!
illumina sempre lungo le strade del mondo,
pieno assai di disgrazie
per non perderci nel peccato che uccide!
Da' a noi l'onore d'invocarti, Mamma!
essendo anche noi tuoi figli;
Tu, che hai un cuore immenso,
evitaci ogni avversità e ogni sventura.
Porgi l'orecchio ai tuoi figli peccatori
che Ti pregano con cuore sempre sincero!
Intercedi presso il Padre per noi di Morano
e per quelli che lavorano lontano!
Veglia sui tuoi figli di Porto Alegre
e su chiunque si rivolge a Te!

su tutti i Moranesi che sono in America,
in Francia, in Germania, in Inghilterra!

Nel 1982, in occasione dell'accordo di gemellaggio sottoscritto con la Città di Porto Alegre, il comune di Morano Calabro dona alla colonia locale un'immagine della Madonna, collocata permanentemente nella Parrocchia della Madonna di Pompei. Tale immagine, non essendo rappresentativa della Madonna del Monte Carmelo, all'interno della comunità viene attualmente riconosciuta come "Madonnina" (per via delle dimensioni) o "Madonna degli Emigranti" (per il fatto di provenire dal paese di origine).

In seguito alla fondazione del Centro Calabrese, Carmine Motta ispira l'organizzazione di una festa annuale dedicata alla Santa Protettrice di Morano. La prima edizione della celebrazione ha luogo nel 1991, nella Chiesa di *Santo Antonio do Partenon*. La grande partecipazione della comunità motiva l'istituzionalizzazione della festa all'interno della programmazione annuale dell'associazione¹⁹. Dopo qualche anno, in seguito alla costruzione di un grande salone per cerimonie, la festa trasloca definitivamente nella Parrocchia della Madonna di Pompei. Lì, dalla sua introduzione, la celebrazione si ripete ininterrottamente²⁰ in coincidenza della domenica prossima al 16 luglio, giungendo quest'anno alla sua 33° edizione.

A livello gestionale, esiste una confraternita responsabile dei preparativi della festa formata da persone che hanno il nome di Carmela e Carmine. Le celebrazioni iniziano nove giorni prima, nella Chiesa delle Sorelle Carmelitane²¹, dove tradizionalmente viene concessa la possibilità di assistere a una celebrazione con messa, canti e preghiere in lingua italiana. Per quanto attiene il cerimoniale, la festa non presenta un rituale processionale stabile. L'assenza di una rappresentazione scultorea della santa celebrata fa sì che questa venga sostituita con un quadro contenente una sua rappresentazione fotografica, spesso accompagnata dall'immagine mariana donata dal Comune di Morano.

La processione è simbolica. Quando viene realizzata, parte dall'*Avenida Farrapos* e non si estende oltre il perimetro della parrocchia. Da qualche anno la festa si caratterizza per la presenza di un'ulteriore immagine. Si tratta di una piccola rappresentazione della Madonna del Monte Carmelo, prestata per l'occasione dalla famiglia Gerace. Tale simulacro non partecipa

¹⁹ Qualche anno dopo entra nella stessa programmazione anche la celebrazione dedicata alla Madonna del Castello. Tale santa è rappresentativa di una piccola comunità originaria di Castrovillari (CS), molto attiva all'interno del Centro Calabrese. Dopo alcune edizioni celebrate nella *Paróquia Nossa Senhora da Glória*, anche questa festa viene spostata definitivamente nella Parrocchia della Madonna di Pompei. I principali promotori della celebrazione sono i membri della famiglia La Falce.

²⁰ Va considerata la temporanea soppressione di due anni, a causa dell'emergenza Covid 19.

²¹ Situata nel quartiere della *Cidade Baixa*.

al rituale processionale, ma rimane unicamente esposta alla devozione dei fedeli presenti all'interno dell'edificio parrocchiale.

Dopo la processione viene celebrata una santa messa. Una volta terminata tale celebrazione, i fedeli si spostano nell'adiacente salone per partecipare alle attività ricreative. La programmazione prevede una tipica "Serata Calabrese", un evento che mira a rinnovare l'identità dei partecipanti attraverso l'esaltazione delle tradizioni gastronomiche e folcloriche (costumi, canti e balli) che, nel loro immaginario, maggiormente rimembrano il vincolo con la terra di origine.

Attualmente all'evento partecipano circa 200 persone. Un numero che se da un lato ne rende ancora sostenibile l'organizzazione, dall'altro, a fronte di migliaia di discendenti presenti nella città, denota un graduale scollamento delle nuove generazioni di discendenti dalle rappresentazioni culturali tipiche della colonia moranese²².

I rossanesi di San Paolo: radicamento e influenza nel tessuto sociale del Bexiga

A San Paolo la presenza italiana, e in particolar modo meridionale, risulta storicamente rilevante in tre quartieri: il Bràs, la Mooca e il Bexiga. In quest'ultimo distretto, immigrati prevalentemente provenienti dalla Calabria iniziano ad arrivare massivamente a fine 800. La maggior parte di loro, riluttanti al lavoro nei campi, vi si installa con l'idea di sfruttare le opportunità offerte dalla rapida urbanizzazione della città. Si tratta per lo più di individui di bassa estrazione sociale che, in condizioni di miseria e degrado diffuso, devono convivere con la comunità preesistente di origini africane (Marzola, 1979).

Fianco a fianco con i calabresi, nel Bexiga vivono anche gruppi regionali provenienti da Campania, Basilicata, Puglia e Sicilia (Lanna, 2012). Gli integranti di queste comunità con pochissime risorse risiedono in *cortiços*, strutture architettoniche composte da uno o più edifici, adibite a residenza collettiva per individui o famiglie. Al loro interno si affittano e, in alcuni casi, si subaffittano singole stanzette. Le cucine e i servizi igienici sono ad uso comune e pertanto spesso diventano focolaio di infezioni e epidemie come quella della febbre gialla e dell'Influenza Spagnola (Scarlato, 1995).

Altri gruppi di meridionali, approfittando dei prezzi bassi dei terreni locali, riescono a costruire modeste abitazioni, improvvisate e estranee a qualsiasi piano urbanistico. Nel 1902,

²² Secondo Carmine Motta, i moranesi residenti a Porto Alegre nel 1988 erano 16.000. Attualmente, lo stesso Centro Calabrese stima l'esistenza di una comunità di emigranti e discendenti che supera ampiamente le 20.000 unità.

l'agglomerato di case e baracche costruito da ex-schiavi e italiani assume l'aspetto di un nucleo abitativo che conta con la presenza di una panetteria e di un negozio di generi alimentari chiamato "la Basilicata", (Marzola, 1979, p.66).

Nonostante la presenza di piccole fabbriche e officine, gli immigrati meridionali arrivati qui, si legano prevalentemente al commercio, all'artigianato e in generale alla prestazione di servizi. Al riguardo, numerose fonti dimostrano come già intorno al 1905 molti di essi risultano proprietari di immobili e locali commerciali (Lanna, 2012).

Agli occhi del visitatore, le strade del Bexiga di inizio 900 appaiono strette e tortuose. Un ammasso di case povere forma un pericoloso "*bas fond*", senza vie di fuga per le acque piovane e per questo spesso soggetto ad inondazioni. Di notte non risulta raccomandabile circolare per le sue strade. Nessun uomo di legge osa metterci il naso in quanto "*Podia ficar sem ele ou sem a cabeca toda...*" (Marzola, 1979, p.66).

All'interno della collettività meridionale, i legami familiari e l'appartenenza a un luogo di origine comune creano reti di sopravvivenza e socialità, ma, allo stesso tempo, in un contesto all'insegna della precarietà, sono anche motivo di accesi scontri tra fazioni, all'interno dello stesso gruppo o tra comunità diverse (Lanna, 2012).

La gran parte dei calabresi residenti nel Bexiga provengono dalla cittadina di Rossano Calabro e, in numero minore, dalla vicina Corigliano. Secondo la testimonianza di Francesco Arnone, uno degli ultimi discendenti diretti di calabresi del Bexiga, rossanesi e coriglianesi si concentrano nello spazio a "U" formato dalle strade *13 di Maio*, *Conselhero Carrao* e *Luiz Barreto*. Si tratta nel complesso di commercianti che si dedicano alla vendita di frutta e verdura come ambulanti o allestendo bancarelle nei mercati.

Le ricerche storico-antropologiche svolte su questa collettività disegnano il profilo di un immigrato molto legato alle proprie radici e dal carattere alquanto irascibile. Sempre pronto ad esplodere, questi entra frequentemente in conflitto con africani, portoghesi, inglesi e italiani provenienti da altre regioni (Coimbra, 2021).

Come testimoniano i giornali dell'epoca e i registri delle autorità poliziali, i disordini sfociati in violenza sono strettamente legati ai luoghi di ritrovo degli italiani del Sud. In bar, taverne e negozi di vario genere gli immigrati si recano non solo per mangiare o acquistare beni di prima necessità, ma anche per cercare forme di intrattenimento accessibile. In questo contesto, balli, partite a carte e altre attività ricreative, accompagnate dal consumo eccessivo di bevande alcoliche, sfociano frequentemente in risse finite nel sangue (Siqueira, 2008).

Al di là delle cronache negative di inizio secolo, nel Bexiga i rossanesi sono ricordati soprattutto per il fatto di essere riusciti, nel corso del 900, a importare e diffondere nell'intera città di San Paolo la devozione rivolta alla loro Protettrice Maria Santissima Aquiopita²³. Rispetto a tale fenomeno, è possibile identificare almeno tre iniziative che denotano l'attivismo socioculturale e religioso dalla collettività calabrese: la creazione di un'immagine di culto, la formazione di una commissione incaricata di organizzare le celebrazioni in onore della santa e l'edificazione della cappella ad essa dedicata.

Riguardo agli avvenimenti che hanno caratterizzato la creazione del simulacro esistono due diverse narrative. Secondo una versione sostenuta dalla discendente di emigranti Maria Emilia Conte²⁴ questo sarebbe arrivato direttamente dalla città di Rossano:

Una coppia di anziani residenti nel quartiere, il calabrese Armando Melita e sua moglie Jolanda, mi raccontarono più volte che suo padre (Sr. Isidoro) quando riuniva la famiglia ricordava come nel 1904, di fronte alla necessità di voler mantenere viva la propria devozione, i calabresi commissionarono la realizzazione del busto ligneo direttamente nella terra di origine. I familiari di questo signore furono coloro che in Italia si preoccuparono di imballare l'immagine utilizzando cassette di cipolla e paglia. Dopo un viaggio in nave concluso nel porto di Santos, la scultura fu finalmente trasportata fino al Bexiga. Quando al suo arrivo venne aperta la cassa e verificato che l'immagine non presentava nemmeno un raschio, tutti i rossanesi piangevano per l'emozione. Io credo in questa storia commovente.

Francesco Arnone, uno degli ultimi discendenti diretti di emigranti calabresi residenti nel Bexiga, racconta invece la seconda versione sull'arrivo della rappresentazione scultorea della santa calabrese: "I miei nonni materni erano rossanesi e mi raccontavano che quando sono partiti dall'Italia la Madonna se la sono portata nel cuore. Dall'Italia è stata portata solo una stampa dell'Aquiopita. L'immagine scultorea presente attualmente nella parrocchia è stata realizzata qui in Brasile".

Indipendentemente da quale sia stata la reale genesi del simulacro tutti i membri della comunità concordano che questo per alcuni anni fu custodito nella casa di un rossanese chiamato José

²³ In greco "non fatta da mano umana". Nello specifico il termine vuol dire che l'opera pittorica non è fatta da alcuna materia colorante, ma immaterialmente dall'azione di Dio stesso. La suggestione visiva generata dalla parola fa riferimento alla genesi di un'icona bizantina rappresentativa della Madonna con Gesù bambino tra le braccia. L'immagine affrescata sarebbe apparsa miracolosamente nel luogo in cui attualmente si trova la cattedrale di Rossano Calabro. Alcuni studi recenti hanno dimostrato che l'opera parietale, risalente al VIII-IX secolo, ne ricopre un'altra più antica. Probabilmente, si tratta della "vera" immagine protagonista della miracolosa materializzazione che, secondo la narrazione ufficiale, rimonterebbe all'anno 582 d.C.. Riguardo a ciò, si ipotizza che la sovrapposizione possa essere giustificata da un irreparabile danneggiamento subito dell'originale (Renzo, 2024).

²⁴ Referente storico e membro permanente della struttura organizzativa della festa e dell'esercito di volontari che sostengono le diverse attività benefiche dell'Opera Sociale Aquiopita.

Falcone, residente nella *Rua 13 de Maio*, n.100. A causa dell'indisponibilità di un luogo di culto, l'abitazione diventa lo spazio in cui i membri della colonia si riuniscono per recitare novene e preghiere.

È solo intorno al 1908-1910²⁵ che l'immagine inizia ad essere celebrata nella via pubblica con una processione e una festa. Per l'occasione viene costruito un altare di legno al di sopra del quale, durante tre giorni, è esposta l'immagine a devozione dei fedeli.

Nel 1911 si costituisce invece la prima commissione festa. Il suo scopo è non solo organizzare celebrazioni in onore dell'Achiropita, ma anche raccogliere i fondi necessari per erigere una cappella a lei dedicata su un terreno situato nella *Rua 13 de Maio* (Coimbra, 2021).

La festa di *Nossa Senhora Achiropita* a San Paolo

Da celebrazione etnica a manifestazione della cultura nazionale brasiliana

Gli avvenimenti storici che, nel corso di tutto il Novecento, accompagnano la costruzione della cappella e della Parrocchia dedicata all'Achiropita sono stati esaustivamente descritti nei lavori di Maria Célia Crepschi Coimbra (*Nossa Senhora Achiropita no Bexiga: uma festa religiosa do catolicismo popular na cidade de São Paulo*, 2021) e di Silvio Pinto Ferreira Junior (*Festas "italianas" em São Paulo e a proteção do patrimônio imaterial*, 2009). Di seguito ho riportato i fatti più significativi, supportati dalle informazioni fornite da Maria Emília Conte durante il lavoro di campo realizzato in occasione della festa dell'Achiropita del 2023.

La comunità rossanese di San Paolo inizia ad organizzare la processione e la festa dedicata alla loro santa protettrice a partire del primo decennio del Novecento. Il 15 di agosto di ogni anno, il simulacro dell'Achiropita, portato a spalla dai calabresi, inizia a percorrere le strade del quartiere in cui si concentrava il maggior numero di compatrioti. Dalle sue mani pendono nastri ai quali i fedeli fissano con spilli le banconote donate come segno di devozione. All'angolo delle strade *Rua 13 de Maio* e *Rua Manuel Dutra*, c'era un grande arco, decorato con luci e gagliardetti, all'interno del quale si esibivano due bande musicali. Le maggiori attrazioni di quelle edizioni erano il *pau-de-sebo*²⁶ le bancarelle dedicate al sorteggio di premi di vario genere e i fuochi d'artificio (Coimbra, 2021).

²⁵ Nel 1910 il Bexiga passò a far parte del 17° sotto-distretto del Comune di San Paolo con il nome di Bela Vista.

²⁶ Palo insaponato.

Nel 1914, grazie al denaro raccolto viene edificata la prima cappella dedicata all'Aquiropita. Si tratta di una costruzione semplice, più simile a una stanza che a un luogo di culto. A causa del poco spazio a disposizione e della mancanza di banchi, per poter partecipare agli atti religiosi le donne sono obbligate a portare con sé un banchetto di legno. In quegli anni l'organizzazione della festa è totalmente in mano ai *festeiros*²⁷ rossanesi (Coimbra, 2021). Al riguardo, Maria Emília commenta che: “Gli anziani raccontavano che i membri della commissione uscivano con lo stendardo della madonna e con una carrozza. Passavano di casa in casa per raccogliere donazioni in denaro, generi alimentari di ogni tipo o animali come polli, da mettere all'asta durante la festa”.

Nel 1921, su suggerimento del vescovo dell'epoca, Don Orione²⁸ invia i Padri della Divina Provvidenza a dare supporto spirituale alla comunità calabrese. L'obiettivo è far diventare la piccola cappella dei calabresi una parrocchia aperta a tutta la collettività italiana locale e intorno ad essa creare una grande opera sociale. I Padri iniziano a dirigere i lavori di ampliamento della cappella finanziati con le donazioni ricevute dai calabresi e da altri gruppi di italiani residenti nel Bexiga. Tra questi si mostrano particolarmente attivi i pugliesi originari di Cerignola, interessati alla concessione di un altare su cui esporre l'immagine della loro Santa Protettrice Madonna di Ripalta (Junior, 2009).

Riguardo alla concessione degli spazi all'interno del tempio, tra pugliesi e calabresi nasce una vera e propria guerra delle immagini, basata sulla reciproca presunzione che la propria santa, personificata²⁹ nel simulacro venerato, fosse più importante di quella della fazione opposta. Tale conflitto rallenta non di poco la ristrutturazione del tempio che, dopo vari stati di avanzamento, si concluderà solo intorno al 1940.

Intanto, con i lavori ancora in corso, nel 1926 viene eretta ufficialmente la parrocchia locale. Quanto alla intitolazione di essa, per evitare ulteriori scontri tra i devoti delle due madonne italiane, il parroco dell'epoca Padre Carlos Alferano decide di dedicarla a San José. Nello stesso anno il Vicario nomina una nuova commissione festa dell'Aquiropita, da lui stesso presieduta, in sostituzione di quella fino ad allora autogestita dai calabresi. Una decisione questa che provoca non poche proteste all'interno della colonia (Coimbra, 2021).

In quegli anni la celebrazione riscuote un discreto successo fino al 1930 quando, a causa della rivoluzione, perde d'intensità fino a ritirarsi all'interno del cortile della parrocchia (Junior,

²⁷ Frequentatori della festa.

²⁸ Don Luigi Orione è stato un presbitero italiano, fondatore della congregazione Piccola opera della Divina Provvidenza. Visitò la comunità di fedeli dell'Aquiropita nel 1934 e nel 1937. Fu proclamato santo da Papa Giovanni Paolo II nel 2004.

²⁹ Uso questo termine per enfatizzare la capacità d'azione e il conseguente potere esercitato dall'immagine di culto.

2009). Il ritorno della festa per le strade del Bexiga a metà degli anni Trenta coincide con una trasformazione del quartiere. La popolazione aumenta e la strada in cui si trova la parrocchia diventa gradualmente l'epicentro di una vivace vita notturna, soprattutto grazie all'apertura di numerose cantine (Marzola, 1979).

Durante la Seconda Guerra Mondiale i festeggiamenti vengono soppressi a causa della repressione attuata da Getúlio Vargas. Contemporaneamente, la perseveranza dei rossanesi fa sì che il 1° giugno del 1949, su richiesta di Padre Carmelo Putuorti, la parrocchia venisse definitivamente intitolata a *Nossa Senhora Aquiropita*. Negli anni Cinquanta la festa ritorna nello spazio pubblico con celebrazioni ancora più risonanti. L'immagine, circondata da bambine vestite da angeli viene portata su un camion dei pompieri preceduto da un corteo di bambini vestiti da paggi e accompagnato dalla banda musicale. Dalle finestre decorate a festa si omaggia il passaggio dell'immagine con fuochi d'artificio e lanci di coriandoli e petali di rose. In questo periodo compaiono per le strade le prime *barracas*³⁰ dedite alla vendita di piatti preparati dalle donne della comunità (Ferreira Junior, 2009).

Nel 1957, nella parrocchia scoppia un nuovo conflitto³¹ a causa del tentativo di sostituire la rappresentazione scultorea dell'Aquiropita portata dai rossanesi, con una nuova di corpo intero voluta dai Padri, dal vescovo e dalle associazioni cattoliche che hanno assunto il controllo della festa. La resistenza opposta della collettività calabrese è immediata ed efficace. Questa non accetta che l'immagine *calabresinha* dal viso bruno possa essere rimpiazzata da una non verosimile con "faccia da spagnola". Dopo aver minacciato di chiudere le porte della chiesa i devoti rossanesi riescono a convincere il vescovo a tornare sui suoi passi (Coimbra, 2021, p.148-149).

Alla fine degli anni Sessanta la festa attraversa una nuova crisi organizzativa che comporta il ridimensionamento della manifestazione all'interno del cortile della parrocchia (Junior, 2009). Su questo fenomeno deve aver influito l'impoverimento numerico della colonia calabrese provocato, contemporaneamente, dall'interruzione dei flussi migratori entranti, dalla scomparsa della generazione che aveva importato il culto e dal trasferimento delle famiglie più benestanti in quartieri residenziali.

³⁰ Bancarella o stand.

³¹ Fu solo l'ultimo dei tanti contrasti iniziati con la destituzione della commissione calabrese nel 1926. Altri scontri furono causati dalla proibizione dello stendardo per la raccolta delle offerte in denaro e dal tentativo scampato di proibire anche i nastri legati alle mani del simulacro portato in processione (Coimbra, 2021).

La festa rinasce e si trasforma definitivamente nel 1975, con l'entrata in scena del movimento *Encontro de Casais com Cristo*³² (ECC), un'organizzazione che ha come obiettivo rafforzare il nucleo familiare e creare una comunità virtuosa in grado di agire positivamente e in modo caritativo nel suo contesto sociale. Nel Bexiga, l'ECC favorisce la creazione di una comunità di volontari, che assume con entusiasmo l'organizzazione di un nuovo concetto di festa al servizio dell'*Obra Social Nossa Senhora Aquiopita*. All'interno del progetto la gastronomia acquista un ruolo sempre più importante. Le famiglie volontarie preparano tavoli sui quali vengono esposti per la vendita dolci, pasticcini, carne arrostita e altre pietanze. Come conseguenza della sua crescita organizzativa, nel 1979 la festa ritorna definitivamente nella via pubblica. In tale occasione, viene introdotto anche uno spettacolo musicale. Con il cassone di un camion si improvvisa un palcoscenico al di sopra del quale si esibiscono gratuitamente i cantanti delle cantine del quartiere (Junior, 2009).

Nel 1980, la festa conta la presenza di 13 bancarelle e circa 200 volontari. L'edizione riscuote un grande successo di pubblico soprattutto grazie all'introduzione della *barraca* della *fogazza*³³. La celebrazione diventa poco a poco il mezzo attraverso cui riscattare e promuovere le ricette della tradizione culinaria delle famiglie italiane del Bexiga. Negli anni successivi aumenta il numero di volontari, di servizi e di bancarelle dedicate alla vendita di piatti tipici. Per i partecipanti più esigenti viene creata la Cantina Madonna Aquiopita, uno spazio coperto a pagamento, con servizio ai tavoli, pista da ballo e la possibilità di assistere comodamente all'esibizione di band musicali e gruppi folclorici italiani³⁴ (Junior, 2009).

Dagli anni Ottanta, la festa entra a far parte stabilmente del calendario turistico del Comune e dello Stato di San Paolo, in competizione con altre manifestazioni omologhe come San Gennaro della Mooca, San Vito e la Madonna di Casaluce del Bràs. La sempre maggiore copertura mediatica offerta da mezzi di comunicazione locali e nazionali (canali di televisione, giornali, riviste, e radio) contribuisce a far conoscere la celebrazione a un pubblico sempre più ampio.

Negli ultimi quarant'anni la festa ha continuato a crescere senza sosta, consolidando la sua struttura organizzativa e valoriale intorno ad alcuni capisaldi. Osserva al riguardo Maria Emília:

³² L'ECC viene fondato nel 1970 nella Parrocchia *N. Sra do Rosário de São Paulo* da Padre Alfonso Pastore. Seguendo un programma ufficiale della Chiesa Cattolica, il movimento si è diffuso in diverse diocesi e parrocchie del Brasile e del mondo.

³³ Un'adattamento del panzerotto ripieno italiano.

³⁴ Durante il lavoro di campo realizzato nel 2023, ho potuto assistere in tale spazio all'organizzate di agguerrite aste benefiche che avevano come oggetto della contesa i prodotti offerti dai numerosi patrocinatori della festa.

Oggi, la festa poggia su un tre pilastri: la devozione rivolta alla madonna, l'opera sociale e la tradizione italiana, non più intesa come calabrese, ma rappresentativa di tutte le anime italiane del quartiere. Nel corso del tempo, durante lo sviluppo della festa si è cercato di recuperare tutte le ricette condivise dalle famiglie italiane del posto. I piatti per poter essere venduti si sono dovuti adattare al gusto del brasiliano. Ad esempio, abbiamo provato a mantenere molti piatti che facevano uso di ingredienti regionali come le alici, ma non sono stati apprezzati e li abbiamo dovuti eliminare. In questo senso ci siamo impegnati ad adattare senza eccessi, evitando di proporre piatti che non hanno nulla a che fare con la tradizione italiana.

Come spiegato innanzi, tutti i profitti generati dagli stand gastronomici sono destinati al mantenimento di un'opera sociale che, seguendo l'insegnamento di Don Orione³⁵, assiste giornalmente a oltre 1000 persone. Nello specifico, grazie a sette diversi progetti sociali, la comunità dell'Achiropita offre: una scuola materna a oltre 200 bambini appartenenti a famiglie vulnerabili; supporto educativo, formazione e accesso occupazionale ad adolescenti a rischio; assistenza alimentare, igienica, psicologica e formativa a quasi 300 senzatetto; percorsi di recupero per tossicodipendenti e alcolisti; e assistenza agli anziani del quartiere.

Organizzazione della festa

Maria Emília spiega che la struttura organizzativa della festa presenta uno schema di tipo piramidale. Al vertice vi è un'equipe di 12 persone, composta da 5 coniugi dell'ECC e due Padri. Ogni coppia si preoccupa di supervisionare settori specifici della festa. Tra questi vi sono: relazioni pubbliche, marketing, finanze, personale (volontari e impiegati), acquisti di forniture, allestimenti, manutenzione, controllo degli spazi funzionali della festa (parrocchia, magazzino, cantina, stand, cucine, ecc.), organizzazione degli eventi ricreativi e degli eventi religiosi (processione e novena).

Per ogni settore di cui è responsabile, il supervisore nomina un coordinatore che, a sua volta dovrà organizzare, gestire e controllare le attività della squadra di volontari che gli è stata assegnata.

Dopo aver definito i ruoli all'interno dell'organizzazione della festa, supervisori, coordinatori e volontari si riuniscono nel patio della parrocchia per partecipare a un'attività formativa interna. L'obiettivo è spiegare a tutti i membri della comunità come dovranno essere realizzate le diverse attività previste dal programma e ricordare l'importanza che queste hanno per il raggiungimento degli obiettivi dell'istituzione.

³⁵ Maria Emília riassume il messaggio del santo con: "Fare il bene sempre, a tutti e soprattutto ai più bisognosi".

Riguardo agli incarichi assegnati all'interno della comunità, Maria Emília ci tiene a sottolineare che: "Nessuno è padrone della festa o di un ruolo di potere". Il regolamento interno all'organizzazione prevede infatti che, puntualmente, i supervisori vadano cambiati ogni due anni: "...delle 5 coppie al vertice della piramide, il primo anno ne restano 2 e ne cambiano 3. L'anno successivo, invece, ne restano 3 e ne cambiano 2".

La Processione

Ogni domenica successiva al 15 agosto, una copia³⁶ fedele della rappresentazione dell'Aquiropita, realizzata nel 1904, esce dalla chiesa alle tre del pomeriggio ed inizia a percorrere le principali strade del quartiere. Il busto della Madonna con bambino, caricato su una portantina, viene condotto a spalla da un gruppo di 8 volontari scelti dall'organizzazione in base alla loro altezza. Nel corteo che precede l'immagine sfilano, in ordine, il simbolo della croce, gli standardi delle tre immagini di culto legate alla storia della parrocchia (Aquiropita, San José e Madonna di Ripalta), tre gruppi di membri della comunità (chierichetti, adulti in abiti religiosi e bambine vestite da angeli).

Lungo il tragitto la processione effettua delle fermate prestabilite di fronte alle sedi della *Obra Social Aquiropita* e altre, occasionali, in corrispondenza degli altarini realizzati da alcune famiglie locali in segno di devozione. Sporadicamente e sempre con il permesso del Padre, è possibile far sostare l'immagine anche davanti alle residenze di persone malate.

Una delle tradizioni più antiche preservate dalle famiglie più devote è quella di decorare le finestre e i balconi delle proprie case con composizioni floreali, striscioni con messaggi dedicati alla madonna e numerose tovaglie, lenzuola e centrini decorati a mano. La sosta dell'immagine di fronte a tali abitazioni è ulteriormente celebrata mediante il lancio ripetuto di petali di rose, coriandoli e palloncini.

Il momento più originale della processione coincide con il passaggio del corteo lungo la *Rua São Vicente*, nell'ultimo tratto di strada che precede il ritorno dell'immagine nella parrocchia. Lì, ogni anno, i bambini del centro educativo disegnano sul manto stradale un tappeto colorato con scritte e decorazioni, in onore della madonna. La tradizione vuole che i portatori con il simulacro in spalla siano i primi a poterlo calpestare.

³⁶ Di fronte ai primi segni di deterioramento riscontrati sull'immagine storica, a titolo precauzionale, i Padri hanno deciso di produrre una replica 3D da utilizzare esclusivamente durante il rituale processionale. L'originale rimane invece esposta, permanentemente, all'attenzione dei fedeli che visitano la parrocchia.

Rispetto all'impressionante pubblico che ogni giorno assiste alle attività ricreative offerte dalla festa (circa 25.000 al giorno secondo mezzi d'informazione come la Rete Globo), la processione richiama la partecipazione di un numero di persone piuttosto contenuto. Durante l'edizione del 2023, ho potuto registrare sul campo la presenza di poco più di mille persone. Tra di esse ho identificato un centinaio di membri dell'organizzazione (figuranti, portantini, sicurezza, ecc.), poco più di 500 devoti partecipanti all'intero rituale processionale e altrettanti fedeli che hanno assistito a specifici momenti della celebrazione, in corrispondenza delle varie fermate agli angoli delle strade o direttamente dall'interno delle proprie abitazioni.

Conclusioni

Nel caso dei moranesi di Porto Alegre, il Centro Calabrese del Rio Grande do Sul si presenta come il mezzo di espressione socioculturale dell'ultima generazione di emigranti del secondo dopoguerra e dei loro discendenti diretti. Nel complesso, si tratta dei membri di una comunità transnazionale che si integrano e affermano gradualmente nel tessuto socioeconomico brasiliano, mantenendo vivi i legami con la terra di origine.

Da statuto, il Centro Calabrese nasce con la finalità principale di mantenere unita la colonia moranese, favorendo la preservazione e la promozione delle tradizioni, della storia e della cultura calabrese nello Stato del Rio Grande do Sul. In linea con questo proposito, la celebrazione collettiva organizzata dai moranesi in onore della Madonna del Monte Carmelo appare come una delle tante espressioni identitarie che evidenziano il loro legame con il paese natale. La festa dedicata alla santa si configura come un evento all'interno del quale il culto religioso convive in modo simbiotico con altre forme di espressione, quali il dialetto, il folklore (legato ai balli, agli abiti tradizionali e ai canti), la gastronomia e, incluso, l'atto rituale di interagire con persone che condividono i medesimi codici culturali. Annualmente, la festa mette definitivamente in scena un macro culto rivolto a *Murènu*, inteso come spazio emotivo collettivo nel quale tutte le pratiche identitarie succitate hanno origine e senso.

La non centralità del culto rivolto alla santa protettrice nella vita associativa dei moranesi, sembra essere confermata dall'assenza di un'immagine di culto propria, esposta permanentemente alla devozione della comunità. Durante le celebrazioni l'uso delle tre immagini utilizzate finora (la foto incorniciata, il simulacro prestato dalla famiglia Gerace e quello donato dal Comune di Morano) appare infatti puramente simbolico e libero da ruoli gerarchici. In base alle testimonianze raccolte, altrettanto opzionale, risulta l'esecuzione del rituale processionale che, a seconda degli anni e della disponibilità dei soci, può essere

realizzato o meno. In definitiva, nel corso della festa dedicata alla Madonna del Monte Carmelo, l'elemento religioso viene usato come mezzo per raggiungere il suo fine ultimo: la ricostituzione periodica di una collettività che rinnova la volontà di preservarsi di fronte all'inesorabile passo del tempo.

L'assenza di un simulacro simile a quello del paese di origine è stata senza dubbio la condizione che nel tempo, più di qualunque altra, ha impedito al culto moranese di attrarre l'interesse devozionale di altri gruppi sociali. Tale aspetto non sembra però preoccupare più di tanto i membri del Centro Calabrese che, da ben 33 edizioni, preservano il format di festa calabrese per i calabresi. Per quanto riguarda la promozione della festa, l'unico obiettivo dell'istituzione sembra essere infatti quello di garantirne la sopravvivenza e la sostenibilità favorendo la partecipazione fisica e il coinvolgimento emotivo delle nuove generazioni di discendenti.

Totalmente distinte rispetto a quelle moranesi, sono state invece le sorti della comunità rossanese e della corrispondente festa etnica importata a San Paolo. I suoi membri arrivano nel quartiere del Bexiga a fine 800, in un contesto socioculturale molto precario e intriso d'incertezze. Per questa generazione di immigrati la dimensione religiosa risulta fondamentale, proprio perché legata a pratiche di sopravvivenza in un ambiente caratterizzato da frequenti conflitti con gruppi etnici differenti e, nonché, con collettività d'italiani provenienti da altre regioni.

In linea con gli studi fatti da alcuni autori sul ruolo esercitato dalle chiese etniche nei processi migratori, anche nel caso dei rossanesi la realizzazione di un luogo di culto sembra nascere dalla necessità di creare un rifugio dall'ostilità percepita e vissuta nel proprio intorno sociale. Conseguentemente, l'ulteriore presenza di un'immagine di culto e la riproduzione dei rituali festivi ad essa connessi, rafforza il senso di appartenenza culturale della colonia e offre conforto psicologico a coloro che affrontano la difficoltà di adattamento alla nuova vita in un ambiente estraneo (Hirschman, 2004).

La festa dell'Aquiropita del Bexiga nasce quindi come l'ultimo atto di una strategia di radicamento, che prevede la concentrazione della comunità in un medesimo spazio urbano, la creazione di un'immagine rappresentativa della propria santa protettrice, l'edificazione di un tempio dove poter venerare quest'ultima e l'istituzione di una commissione incaricata di organizzare i corrispondenti festeggiamenti.

Nel suo passaggio da festa etnica a festa nazionale, la celebrazione paulista dell'Aquiropita attraversa tre fasi distinte. La prima copre un arco temporale che va dalla sua nascita, all'edificazione della parrocchia locale nel 1926. Sotto la direzione di una commissione

formata unicamente da calabresi, in questo periodo la manifestazione si caratterizza per la presenza di elementi simbolici e la riproduzione di tradizioni, pratiche folkloriche e rituali devozionali provenienti dalla terra di origine.

La seconda fase inizia con l'assunzione del controllo del tempio, dell'immagine di culto e della festa da parte dell'autorità religiosa costituita dai padri orionini e si conclude, all'inizio degli anni 70, con la quasi totale estinzione della collettività calabrese e la conseguente decadenza delle celebrazioni. Questo periodo è caratterizzato da accesi conflitti tra i rossanesi e i padri a capo della parrocchia. L'estinzione forzata della commissione nativa, il tentativo di proibire alcune tradizioni calabresi legate alla raccolta delle offerte e quello di sostituire l'immagine di culto originale furono solo gli eventi più eclatanti.

L'ultima fase coincide con la trasformazione definitiva della festa rossanese in manifestazione della cultura nazionale brasiliana. Il processo inizia con l'entrata in scena nel 1975, dell'*Encontro de Casais com Cristo*. Tale movimento genera una nuova e crescente comunità di devoti e volontari, al servizio di una macchina organizzativa in grado di convertire la celebrazione festiva nella fonte di finanziamento di tutti i progetti dell'*Obra Social Aquiopita*. Sotto la direzione dell'ECC e dei padri della parrocchia viene ultimato il processo di "scalabresizzazione" della festa. Questa perde definitivamente il suo carattere regionale per acquisirne uno di tipo nazionale, rappresentativo di tutte le collettività italiane del Bexiga.

L'esecuzione sistematica di un preciso piano di marketing e comunicazione ha fatto sì che, nell'ultimo decennio, la Festa dell'Aquiopita si posizionasse come marca leader nel mercato delle tante celebrazioni italiane organizzate a San Paolo. Grazie all'offerta di piatti gastronomici promossi come tipicamente italiani e rappresentazioni folcloriche stereotipate, la manifestazione sembra soddisfare ampiamente le aspettative della popolazione urbana con il maggior numero di discendenti d'italiani nel mondo.

L'enorme successo riscosso dalla festa brasiliana in onore di *Nossa Senhora Aquiopita* appare definitivamente come il risultato di un lento processo di "divoramento" (Aristodemo, 2010, p.70) della madonna calabrese, messo in campo da tutte le organizzazioni che, nel corso di un secolo, sono riuscite a esercitare il loro potere sul culto e la celebrazione dedicata ad essa. Un lento atto di appropriazione, risignificazione e uso di un'immagine che, oggi, si presta alla vendita di un prodotto di massa, ma per fini nobili.

Bibliografia

- ARISTODEMO, Lorenzo, La Madonna divorata. La festa della Nossa Senhora Achiropita: un culto calabro-bizantino in Brasile, in V.Cappelli, A.Hacker (a cura di), *Italiani in Brasile. Rotte migratorie e percorsi culturali*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2010. p.49-72.
- BEVILAQUA Piero, *Uomini, terra, economie*, in Bevilaqua Piero, Placanica Augusto (a cura di), *Storia d'Italia - Regioni dall'Unità a oggi: La Calabria*, Torino: Giulio Einaudi, 1985.
- BIRINDELLI, Anna Maria e Bonifazi, Corrado (2011). *L'emigrazione italiana verso il brasil: tendenze e dimensioni (1870-1975)*, in *Um passaporte para a terra prometida*. Porto (Portogallo): Fronteira do Caos Editores LDA, 2011. p.493-517.
- CENTRO CALABRESE DEL RIO GRANDE DO SUL, *Estatuto e regulamento do Centro Calabres del Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1990.
- COIMBRA, Maria Célia Crepschi. *Nossa Senhora Achiropita no Bexiga: uma festa religiosa do catolicismo popular na cidade*. São Paulo: Editora Dialética, 2021.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *L'italiano di Porto Alegre: immigrati meridionali nella capitale del Rio Grande do Sul*. Cosenza: Pellegrini Editore, 2015.
- FAILLACE Biagio Giuseppe. *Alla foce del coscile*. Porto Alegre: Movimento, 1991.
- HIRSCHMAN Charles. *The Role of Religion in the Origins and Adaptation of Immigrant Groups in the United States*, in *International Migration Review*, vol.38, núm.3. New York: Center for Migration Studies of New York, 2004. p.1206-1233.
- JUNIOR, Silvio Pinto Ferreira. *Festas Italianas em São Paulo e a Protecao do Patrimonio Imaterial: a identidade de grupo no contexto de diversidade*. São Paulo: Pontificia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2009.
- LANNA, Ana Lucia Duarte. *Aquém e além-mar. Imigrantes e cidades*, em *Varia História*, vol. 28, núm. 48. Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, 2012. p. 871-887.
- MARZOLA, Nádia. *Bela Vista*, vol. 15 em Série História dos bairros de São Paulo. San Paolo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico, 1979.
- PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE POMPÉIA. *Súplica*, Porto Alegre, 1996.
- RAGONE Fabio. *La Cultura Visual de los Tanos en el Río de la Plata: una aproximación etnográfica*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2019.
- RENZO, Luigi. *L'Aquiropita di Rossano e le sue suggestioni*, Sophia XXII, Storia 7. Corigliano-Rossano: Collana di Arte Storia, conSenso publishing, 2024.

SCARLATO, Francisco Capuano. *Estrutura e sobrevivência dos cortiços no bairro do Bexiga*, em Revista do Departamento de Geografia, vol.9. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. p.117-127.

SIQUEIRA, Uassyr de. *Entre sindicatos clubes e botequins, Identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)*. Campinas: Unicamp, 2008.

TARUFFI, Dino; De Nobili, Leonello; e Lori Cesare. *La questione agraria e l'emigrazione in Calabria: note statistiche ed economiche*. Firenze: G. Barbéra, 1908.

ZAMBERLAM, Jurandir; Bocchi, Laura; Corso, Giovanni e Filippin, Joaquim. *50 Anos de Serviço com os Migrantes: Paróquia da Pompéia - Missão Scalabriniana (1959 -2009)*. Porto Alegre: CIBAI Migrações, 2009.

Jornal Stella D'Itália e seu papel na análise do desenvolvimento agrícola da colônia italiana no Rio Grande do Sul.

Danielli Pinho Varella¹

Dante Rafael Kopczinski²

Resumo

O presente artigo trata de demonstrar a importância do jornal Stella d'Italia, publicado em língua italiana pela comunidade de imigrantes do Rio Grande do Sul, de 1902 à 1925. Nesse periódico bissemanal são abordadas questões ligadas ao desenvolvimento agrícola, especialmente da vitivinicultura, na região colonial. A pesquisa tem por objetivo buscar informações, explorando conteúdos inéditos publicados pelo jornal, procurando compreender a dinâmica social, política, cultural e econômica relativa aos assuntos mencionados. O método utilizado foi o de fichamento, a partir da análise criteriosa do conteúdo do periódico, respaldado por obras científicas sobre os temas. No aspecto da agricultura, foi possível evidenciar o esforço dos governos estaduais e federais da época, no sentido de colaborar com o desenvolvimento da colônia italiana na serra gaúcha. Ainda relativo à agricultura, o jornal Stella d'Italia ilustra a importância do empenho do seu diretor Adelchi Colnaghi, que foi incansável no uso do periódico como forma de pressão política, em favor do desenvolvimento de infraestrutura e melhores condições de vida e produção para as colônias de italianos.

Palavras-chave: imprensa étnica; imigração italiana; agricultura colonial.

Introdução

O presente artigo traz os primeiros resultados de um projeto de iniciação científica voltado à análise do periódico étnico Stella d'Italia, publicado em Porto Alegre, duas vezes por semana, em língua italiana, no período entre 1902 e 1925. O método utilizado é a análise de conteúdo e fichamento, através da leitura criteriosa do periódico, respaldada por várias obras historiográficas sobre o tema da imigração italiana no sul do Brasil.

No conteúdo do jornal, fica evidente a abordagem de questões diversas ligadas à vida da coletividade italiana, como, por exemplo, notícias sobre a Europa e a Itália, conteúdos

¹ Graduanda em licenciatura em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

² Graduando em licenciatura em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ligados à política brasileira, assuntos sobre as colônias italianas do Rio Grande do Sul e do Brasil e, até mesmo, comunicados do cotidiano desses imigrantes, como nascimentos e falecimentos. Para o artigo, serão evidenciadas as questões referentes ao desenvolvimento agrícola, com ênfase na vitivinicultura, na região colonial da serra gaúcha, além da relação de correspondência entre a comunidade italiana do estado e outras comunidades de imigrantes italianos localizadas em outras regiões do Brasil. Sendo o *Stella d'Italia* uma fonte ainda pouco explorada, principalmente referente aos exemplares recentemente encontrados, correspondentes aos anos entre 1902 e 1914, acaba por possibilitar uma análise inédita sobre os aspectos escolhidos.

O jornal *Stella d'Italia*

O jornal étnico *Stella d'Italia* foi concebido a partir do desejo de um grupo de nove imigrantes italianos da classe média porto-alegrense, sendo esses profissionais autônomos nas áreas da medicina, comércio, engenharia, farmácia e jornalismo, sendo Adelchi Colnaghi, seu principal idealizador, que vem a tornar-se o diretor do jornal. O objetivo de Colnaghi era dar voz a comunidade de italianos imigrantes do estado, através de colunas do jornal que abordassem as necessidades dessa comunidade, porém de maneira livre e independente, onde o único fim seria contribuir com o bem-estar e o progresso dessa coletividade, além de procurar preservar na sua comunicação a língua mãe, o italiano, assim como colaborar com a perpetuação da cultura e costumes trazidos por esses da Itália.

O periódico bissemanal nasce sob a aprovação de várias sociedades italianas, as quais os imigrantes pertenciam, sendo o aval dessas de muito valor para a aceitação coletiva.

Nasce pequena, mas livre e independente, sob os auspícios das beneméritas Associações italianas, as quais, consultadas, permitiram que usássemos o nome e que nos colocássemos sob a égide fulgente de sua bandeira. (Colnaghi, 1902, p. 1, tradução própria).

Já nas primeiras edições, as associações italianas eram citadas logo no cabeçalho do periódico, deixando claro o seu apoio ao jornal em nome da coletividade pertencente a cada uma dessas, abaixo da frase “Sob os auspícios das Sociedades Italianas no Rio Grande do Sul”, cada uma das sociedades era nomeada.

Ao longo dos anos, o jornal procura cumprir o seu propósito de ser o meio pelo qual a comunidade de imigrantes italianos se fazia ouvir. Em vários momentos o diretor Adelchi Colnaghi, faz uso de sua voz como forma de pressão política para a defesa de interesses dessa

coletividade. Além disso, o jornal assumiu outras iniciativas, onde coloca-se como o orientador dos colonos, com colunas assinadas por profissionais habilitados, até mesmo de cunho pedagógico, com o objetivo de não apenas informar, mas inclusive ensinar sobre melhorias e novas tecnologias que poderiam trazer vantagens aos negócios coloniais, em especial a agricultura. A importância do periódico é reconhecida através de uma menção honrosa na Exposição Universal de Milão de 1906.

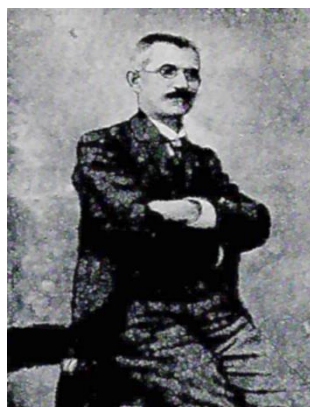
A direção pertenceu a Colnaghi até a sua morte, em 1917, quando o administrador do periódico, Benvenuto Crocetta, assume esse cargo, permanecendo diretor até o último ano de publicação, em 1925. Tanto Adelchi quanto Benvenuto tinham uma ótima circulação, não apenas entre os imigrantes italianos das colônias rurais e urbanas, mas na sociedade gaúcha como um todo, inclusive no meio político, o que conferia uma maior importância às suas reivindicações em nome dessa comunidade. Eram frequentemente convidados para eventos importantes como inaugurações de prédios públicos, banquetes e eventos políticos, muitas vezes atuando como oradores, o que reforça o reconhecimento deles como intelectuais influentes na sociedade gaúcha.

Contribuíram, enfim, com um papel de mediação cultural importante dentro da sociedade gaúcha, enquanto assumiam também o papel principal de guia civil de toda a comunidade italiana. (Barausse; De Ruggiero, 2022, p. 401-428).

Adelchi Colnaghi – o idealizador do jornal Stella d'Italia

A mente por trás do jornal Stella d'Italia foi o jornalista e educador milanês, Adelchi Colnaghi. Um dos primeiros jornalistas italianos a atuar no Brasil, construiu a sua carreira em Porto Alegre, cidade onde se estabeleceu quando chegou ao país. Trabalhou em jornais voltados à comunidade de imigrantes italianos, dirigindo alguns deles. Porém, a sua maior iniciativa profissional foi a concepção e criação do Stella d'Italia, fruto de sua visão sobre necessidade de haver um jornal étnico italiano independente, ou seja, livre de vieses políticos e religiosos. Essa diretriz provavelmente tem origem na sua orientação laica, influenciada pela maçonaria, sendo ele filiado à loja maçônica “Ausônia”, de Porto Alegre. (de Ruggiero, Barausse 2022).

Figura 1: Jornalista milanês Adelchi Colnaghi



Fonte: Wikipédia (2023)

Um fator importante norteava a atuação do jornalista: a sua preocupação com a aculturação dos imigrantes peninsulares, defendendo a preservação da cultura, dos valores e das tradições italianas. Apoiava as associações italianas como forma de viabilizar essa preservação, mas também pela sua importância na promoção da união desses imigrantes e na perpetuação da língua italiana através das escolas mantidas por essas. Sonhava com uma comunidade italiana única e fortalecida, robusta ao ponto de representar uma força de reivindicação política no estado e no país. Entendia que a união de todos os imigrantes italianos era uma ferramenta potente no estabelecimento do progresso dessa coletividade.

Fazia uso de sua voz e sua influência para reivindicar investimentos em melhorias e infraestrutura das colônias, além de proteger a comunidade de iniciativas políticas que viessem a prejudicá-las, como por exemplo, a redução de tarifas aduaneiras para a importação de vinho. (Colnaghi, 1909)

Adelchi tinha uma ótima circulação pela sociedade gaúcha, transitando entre empresários, políticos e famílias tradicionais e influentes, o que o tornava o porta-voz ideal para multiplicar as reivindicações da comunidade de peninsulares do estado.

A região colonial italiana da serra gaúcha no início do século XX: contexto

Durante esse período, grande parte das famílias de imigrantes italianos já estavam estabelecidas nas terras as quais lhes foram destinadas nas colônias da serra gaúcha. A maioria desses colonos estava dedicada à produção agrícola e de artigos coloniais, muitos desses usando os conhecimentos e as experiências que haviam trazido consigo, através das suas práticas profissionais na Itália. A produção de erva-mate, a extração e o beneficiamento da madeira, a criação de animais, principalmente gado e suínos, a produção de grãos, como milho, trigo e

feijão, além de frutas, com destaque para a uva, sendo o vinho amplamente produzido para consumo e para a venda aos membros das próprias colônias.

O progresso da vitivinicultura, com a implantação das vinhas, caracterizou a economia local, deixando de ser um produto de consumo doméstico para se caracterizar como cultura permanente da região e principal produto comercial. (Giron, Herédia, 2007, p. 82).

Havia oportunidades crescentes para a inserção de produtos coloniais nas rotas de exportação para a capital e o restante do país, porém as condições das estradas, a falta de infraestrutura e conhecimento, além de pouco investimento em processos produtivos otimizados, acabavam obstruindo o progresso local.

Nesse contexto, tanto homens letrados e influentes da própria comunidade, sendo um exemplo o editor do jornal *Stella d'Italia*, Adelchi Colnaghi, quanto o governo estadual, voltaram seus olhos para as colônias da serra gaúcha, entendendo haver um potencial importante para a produção e exportação dos produtos coloniais produzidos localmente. A partir desse entendimento, é possível notar que a resposta econômica advinda, principalmente, de investimentos governamentais é bastante positiva, sendo a construção da estrada de ferro que passa a ligar Garibaldi (colônia Conde d'Eu) e Bento Gonçalves (colônia Dona Isabel) a Carlos Barbosa, uma iniciativa que, objetivamente, proporciona um alavancamento da economia local, possibilitando o escoamento adequado da produção colonial.

Com o desenvolvimento da região, e sendo um local de passagem importante para ligação com a região Sudeste do País, em 1919 inaugura a primeira linha férrea ligando a cidade de Porto Alegre à Bento Gonçalves impulsionando a região. (Schinoff; Sanson, 2021, p. 7).

Figura 2 – Estação Férrea em Bento Gonçalves. Chegada do Dr. Bartholomeu Tacchini após uma viagem à Itália (aproximadamente 1930)



Foto: Camillo Pasquetti – Acervo: Museu do Imigrante.

A contribuição do periódico para o desenvolvimento do setor agrícola da colônia italiana da serra gaúcha

O jornal *Stella d'Italia* assumiu o papel de divulgar, apoiar, defender e até mesmo instruir, no que diz respeito ao setor agrícola das colônias italianas. Adelchi Colnaghi passa a usar a sua reputação e respeitabilidade para exercer pressão política, com o intuito de levar às colônias a infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos negócios coloniais.

Utiliza também o periódico para destacar produtos da colônia, como o recebimento de garrafas de vinho de determinados produtores, que sempre são elogiadas e divulgadas, principalmente daqueles que produzem com a preocupação na continuidade e no crescimento dos setores em questão. (Colnaghi, 1908)

Nas colunas do jornal, Adelchi traz várias situações que envolvem iniciativas das agroindústrias coloniais, sempre valorizando aqueles que colaboram com o desenvolvimento dessas. Em novembro de 1908, Adelchi escreve uma coluna intitulada “Per lo”, especialmente para divulgar a iniciativa de Oreste Braghirolli, proprietário de uma das primeiras vinícolas modelo da serra gaúcha, que através do consulado da Itália, consegue a indicação do enólogo Adalgiso Zanellato di Domenico, recomendado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio italiano (Colnaghi, 1908). Esse reconhecimento e essa valorização do colono que investe e aposta no desenvolvimento é também vista na edição de 14 de novembro de 1909, na coluna “Il vino nazionale e le tariffe doganali”, citada anteriormente, que ressalta a coragem de

industriais locais de investirem alto em grandes e modernas vinícolas, importando equipamentos da Argentina, como a empresa Oreste Braghirolli e Oreste Franzoni & C., em Bento Gonçalves. (Colnaghi, 1909).

A visão de Colnaghi era a de incentivar e promover a modernização, pois, ao que tudo indicava, havia na serra gaúcha grandes possibilidades de crescimento, tanto na agricultura, como na agroindústria. As terras coloniais já haviam se mostrado bastante apropriadas para o cultivo de trigo, milho, erva-mate, além das videiras (Cichero, 2022). Os agricultores já começavam a conhecer as terras que habitavam e o clima das regiões, e apesar de ainda valerem-se do hábito de cansar a terra com o cultivo continuado de um mesmo produto, principalmente do milho, onde as variedades plantadas pelos colonos acabavam por saturar o solo em poucos anos, o que os levavam a desmatar outras partes de seu lote para o novo plantio. Porém agora os imigrantes já haviam se apropriado das questões naturais, então a evolução para a nova fase de desenvolvimento era a etapa ambicionada por aqueles que vislumbravam o sucesso colonial.

As possibilidades tecnológicas da época, com o surgimento de maquinários e ferramentas, que além de facilitar o dia a dia dos agricultores, proporcionavam uma produção maior e de mais qualidade. Apesar do investimento necessário para essa modernização ser muitas vezes alto e nem sempre estar ao alcance dos produtores, havia formas de acesso à equipamentos importados, através de empresas que se especializaram nesse tipo de negócio. Um exemplo é a empresa Carlo Zuckermann, de Porto Alegre que, como anunciava nas páginas do jornal, importava diversos tipos de bombas para a produção de vinho, sendo esse um equipamento que facilitava a vinificação em diversas etapas de seu processo, diminuindo o tempo de processo e melhorando a qualidade do produto final.

Figura 3 – Anúncio no jornal Stella d'Italia em 14 de abril de 1910



Fonte: Jornal Stella d'Italia (1910)

Apesar do esforço demonstrado por Adelchi nas suas empreitadas, tanto no papel de jornalista, como no papel de mediador junto às autoridades e pessoas influentes na sociedade riograndense, muitos dos colonos não valorizavam essas iniciativas, pois haviam encontrado uma certa estabilidade e confiança no seu trabalho. A incerteza do resultado e do retorno do investimento em inovações acabava desestimulando os agricultores e os industriais do agronegócio. Além disso, a falta de informação e instrução de muitos desses colonos e de exemplos concretos de investimentos em novas tecnologias que esses pudessem de fato presenciar, também agiam como uma barreira à adoção dessas inovações.

Percebendo essa dificuldade, Adelchi passa a estruturar uma forma de instruir esses colonos, utilizando o jornal como meio de fazer chegar ~~à esses as~~ informações necessárias para que melhorassem os processos e obtivessem produtos com uma qualidade competitiva no mercado exportador. Nesse sentido, em 27 de setembro de 1908, é iniciada uma série de publicações de uma coluna sobre vitivinicultura, que nessa edição é intitulada “Vinicultura riograndense I”. Ela é escrita por Lorenzo Monaco até 01 de novembro de 1908, depois passa a ser redigida pelo seu irmão Oracio, até 11 de novembro de 1909.

Os irmãos Monaco são enólogos italianos nascidos na Província da Catânia, na Sicília, que emigraram da Itália em 1901 e iniciaram suas carreiras ~~como enólogos~~ estabelecendo-se em Mendoza, Argentina, onde trabalharam por 5 anos. Em 1907, Lorenzo entra em contato com o então embaixador do Brasil em Buenos Aires, Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil e, através desse, vem para o Rio Grande do Sul. É direcionado para conhecer os vinhedos das colônias da serra gaúcha e as suas várias cantinas, em maioria, familiares. A partir da visão que compartilha com o governo gaúcho de Borges de Medeiros, entende que as terras da região serrana têm um potencial semelhante as de Mendoza para produzir bons vinhos finos. Com base nessa visão comum com o governo local, Oracio se junta ao irmão e os dois são contratados para instruir e fomentar o estabelecimento de cantinas apropriadas para a vinificação de produtos que possam ser exportados para a capital e outros estados do Brasil. Dessa forma, além do trabalho junto às cantinas da colônia, Lorenzo passa a escrever colunas para o jornal Correio do Povo, e A Federação, sendo convidado para fazer o mesmo no jornal Stella d'Italia. Além disso, os irmãos Monaco davam palestras para os colonos sobre as boas práticas da vinificação, orientando e estimulando o investimento tanto na produção de uvas vitiviníferas europeias, abandonando pouco a pouco a popular uva Isabel, que produzia um vinho de baixa qualidade e baixo teor alcoólico, quanto no plantio das vinhas em espaldeira, onde as folhas e

os cachos são melhor controlados e banhados pelo sol, favorecendo o amadurecimento e o desenvolvimento do teor de glicose adequado às bagas.

As colunas do jornal *Stella d'Italia* tinham uma característica pedagógica, no sentido de efetivamente ensinar aos colonos as práticas modernas e eficazes de produção, para a geração de uvas e vinhos de qualidade. Nessas colunas era descrito como, por exemplo, na edição de 18 e 21 de fevereiro de 1909 (Monaco, 1909), a forma racional de preparar e higienizar os barris para garantir que o mosto se desenvolva sem os defeitos advindos de contaminações, orientando os produtores a reduzir perdas e garantir qualidade ao vinho. A partir dessa coluna, que se inicia na época da vindima, Oracio faz uma sucessão de colunas com instruções minuciosas sobre a fermentação, armazenamento e trasfega de forma bastante didática e explicativa. Já na coluna de 05 a 08 de agosto de 1909, na época da poda, Orácio traz uma orientação através de um passo a passo sobre a forma correta de executar a poda racional das vinhas. (Monaco, 1909)

Nessa iniciativa de Adelchi Colnaghi, de levar as informações sobre a forma correta de vinificar aos colonos italianos através do jornal *Stella d'Italia*, mostra o seu engajamento com o desenvolvimento da colônia de imigrantes italianos, evidenciando a sua crença no desenvolvimento das colônias da serra gaúcha, principalmente no que dizia respeito à vitivinicultura. Após as colunas assinadas por Oracio Monaco, o jornal dá continuidade a outras com o mesmo tema, assinadas por S. Acierno, Italicus, X.Y.Z., sendo a última a qual tivemos acesso, publicada em 12 de março de 1911, não sendo identificada a autoria.

Podemos observar o interesse dos governos estaduais em fomentar o crescimento das colônias italianas através de notícias publicadas no periódico *Stella d'Italia*. Para apontarmos alguns exemplos, podemos evidenciar a publicação de 11 e 14 de março de 1909, a qual aborda a intenção do governo estadual de investir no aperfeiçoamento da cultura das vinhas e na produção de vinhos finos, enquanto se aguardava a chegada de Alfredo Cassagneux, um profissional francês que deveria dar andamento a esse projeto. Na edição 740 do dia 13 de maio de 1909 o jornal informa sobre o envio de dois livros do Centro de Experiência Agrícola do Rio de Janeiro, um que instrui sobre as dosagens de fertilizante e outro sobre a fertilização das vinhas. Um terceiro exemplo, publicado na edição 945, de 30 de abril de 1911, trata sobre uma importação feita pelo governo federal de sementes de trigo da Argentina, que serão enviadas ao estado para serem distribuídas entre os agricultores. Esses exemplos foram todos publicados em uma coluna permanente do jornal, chamada “*Cronaca*”, que não era assinada.

Outra iniciativa governamental que pode ser evidenciada pelas notícias publicadas no jornal, trata sobre a chegada ao estado do Dr. Stefano Paternó, ~~que é~~ um especialista em cooperativismo e associativismo que foi contratado pelo governo federal para difundir e estimular a ideia de criação de cooperativas nas colônias italianas. Paternó já havia trabalhado fortemente no Rio de Janeiro, onde ajudou a criar várias cooperativas, sendo então designado para atuar no Rio Grande do Sul. A prática do cooperativismo já era conhecida dos italianos, pois era adotada em muitos lugares pela Itália, o que parecia favorecer o desenvolvimento dessas nas colônias italianas. A intenção de formar cooperativas nessas colônias seria a de viabilizar uma maneira de fortalecer e organizar os pequenos proprietários, criando vantagens competitivas para os seus produtos frente ao mercado nacional. Além de viajar pelas colônias promovendo palestras sobre o assunto, tarefa à qual Paternó era patrocinado pela Associação Nacional de Agricultura, acaba também por prestar apoio à criação dessas cooperativas. Na edição de número 997, de 29 de outubro de 1911, do jornal *Stella d'Italia*, podemos encontrar informações sobre a criação de uma cooperativa vinícola em Antonio Prado, uma em Caxias, além de uma terceira cooperativa em Bento Gonçalves (Paternó, 1911). O Dr. Stefano Paternó passa a atuar, eventualmente, como colunista do periódico.

Considerações Finais

É possível perceber, com a pesquisa ainda inicial que estamos realizando, o esforço empenhado pelo jornalista Adelchi Colnaghi em favor de seus compatriotas e suas comunidades ao longo das páginas do periódico, onde, no decorrer das edições, fica evidente o esforço em trazer à luz as possibilidades de crescimento dessas colônias, assim como a sua iniciativa em cobrar, muitas vezes com veemência, as autoridades estaduais e nacionais quanto aos investimentos que trouxessem as colônias melhores condições de produção e de vida. Em meio ao cenário de desenvolvimento nacional pulverizado da época, o jornal *Stella d'Italia*, através da voz de Adelchi e de seus colaboradores, parece ter sido fundamental ao exercer uma pressão política por alocação de disputadas verbas públicas nas áreas coloniais do estado, demonstrando a eficácia da influência do periódico no apoio à essa coletividade. Por outro lado, podemos perceber iniciativas governamentais que avalizam a visão dos governos, estadual e federal, em relação às potencialidades dessas colônias, enxergando nelas a possibilidade de desenvolvimento do estado e, conseqüentemente, do país.

Os setores agrícolas foram alvo de muito esforço por melhorias, sendo a principal delas a construção da estrada de ferro, por sua evidente contribuição para o escoamento da produção,

viabilizando seu acesso a mercados potentes como o da capital gaúcha. Dessa forma, também passou a ser possível a exportação para mercados ainda maiores, como Rio de Janeiro e São Paulo, levando a ascensão do estado do Rio Grande do Sul como economicamente relevante no cenário nacional.

Por fim, podemos concluir que esse estudo, ainda que inicial, traz evidências importantes sobre o comportamento do desenvolvimento, não apenas econômico, mas também do âmbito social, com o fortalecimento das comunidades de imigrantes italianos e seu processo de aculturação, que se dá a partir da união da bagagem cultural trazida por esses imigrantes na travessia pelo oceano, com a adaptação e absorção da cultura local, formando um novo cidadão transcontinental e dono de um repertório sociocultural rico e singular.

Podemos considerar, já que esse estudo tem um caráter inicial, que há ainda um campo promissor de continuidade da pesquisa, com novas possíveis informações contidas no periódico, oportunizando não apenas um aprofundamento nos assuntos abordados, assim como dados e fatos que venham a enriquecer outros campos de pesquisa sobre as comunidades coloniais italianas do Rio Grande do Sul.

Referências:

ADELCHI Colnaghi In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Adelchi_Colnaghi. Acesso em: 16 set. 2025.

BENTO GONÇALVES. Prefeitura Municipal. **História da imigração**. Bento Gonçalves: Prefeitura, [2021]. Disponível em: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/a-cidade/>. Acesso em: 16 set. 2025.

DE RUGGIERO, Antonio; BARAUSSE, Alberto. Novas fontes de imprensa étnica italiana em Porto Alegre: o caso do periódico Stella d'Italia. In: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RADUNZ, Roberto (org.). **Imigração e Emigração: balanço historiográfico no sul do Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2022. p. 401-428.

CICHERO, Lorenzo. et alii. Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud, 1875-1925. Edição fac-similar. **Posenato Arte & Cultura**, v. I, 2000, p. 204-213.

COLNAGHI, Adelchi. L'ideale della "Stella d'Italia". **Stella d'Italia**, ano. I, n.1, p. 1, 30 mar. 1902.

COLNAGHI, Adelchi. Cronaca. **Stella d'Italia**, ano VII, n.677, p. 1, 04 de nov. 1908.

COLNAGHI, Adelchi. Per lo. **Stella d'Italia**, ano VII, n.690, p. 1, 19 de nov 1908.

COLNAGHI, Adelchi. Il vino nazionale e le tariffe doganali. **Stella d'Italia**, ano VII, n.793, p. 1, 14 de nov 1909.

DE PARIS, Assunta. Coluna Opinião – Histórico da Companhia Monaco. **Jornal o pioneiro** edição online. 25 de maio 2013. <http://jornalsemanario.com.br> > histórico-da-companhia-monaco. Acessado em: 10 de Julho de 2025.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2007, p. 82.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Edições EST, 2001 p. 73-78.

MONACO, Oracio. Viticultura. **Stella d'Italia**, a. VIII, n.716, 717, p. 1, 18 e 21 de Fevereiro de 1909.

MONACO, Oracio. Viticultura. **Stella d'Italia**, a. VIII, n.764, 765, p. 1, 05 e 08 de Agosto de 1909.

PATERNÓ, Stefano. Coloni italiani. **Stella d'Italia**, a. X, n.992, p. 2, 12 de outubro de 1911.

SCHINOFF, Roberto; SANSON, Judite. A etnicidade dos imigrantes italianos representadas pela Ferrovia do Vinho de Bento Gonçalves. Setembro 2021. **Mouseion**, Canoas, n. 38, p. 01-12, set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18316/mouseion.v0i38.8249>. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/8249>. Acesso em: 03 jul. 2025.

Manoel Py e suas áreas de investimento: o sistema comercial de terras da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana como potencial de lucro

Vinícius Pasa Pereira dos Santos¹
Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin²

Introdução

Manoel Py “um dos grandes magnatas da cidade” (Caldas; Machado, 1987, p.98) de Porto Alegre, assim se referiu Breno Caldas, o diretor por cerca de 50 anos de um dos mais importantes jornais do estado do Rio Grande do Sul - “O Correio do Povo”, ao se lembrar de Py em um livro de memórias.

Hoje ainda presente como nome de uma rua e um edifício no bairro Higienópolis em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), o nome de Manoel Py já reverberou e mereceu outros sentidos e adjetivos entre a sociedade e historiografia regional, como o adjetivo, já destacado, “magnata”.

Em disputa por melhores salários, a classe operária porto-alegrense no início do século XX, enquadra Manoel Py como pertencente à “altruísta burguesia industrial”. Em um trabalho mais recente, a historiadora Marina Karina Ferraretto (2017) ao estudar através da prosopografia a elite empresarial da cidade de Rio Grande - Brasil (entre 1884 - 1913), enquadra Manoel Py e outros como “nomes ‘respeitados’ e representantes da “elite riograndina”.

Mesmo com tais estudos e produções que circundam as dinâmicas de atuação de Manoel Py, ainda se encontram diversas lacunas historiográficas que mensuram o peso econômico, capital social e, principalmente, o perfil de investimentos que o mesmo possuía. Pensando nisso, o presente artigo busca se conectar e dialogar com a historiografia já produzida a fim de traçar de forma geral, porém não limitante, as diversas esferas de atuação, investimento de capital e redes de contato de Py.

Ao decorrer do artigo, a participação de Py e a representação que seu perfil realiza sobre a sociedade da época, seguirá por diferentes campos de investimento de capital, como o de

¹ Graduando do curso de História Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: sociedade, poder e instituições. Bolsista de iniciação científica PROBIC/FAPERGS/UFSM. E-mail para contato: viniciuspasap@gmail.com.

² Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria, atuando na Graduação em História e nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, sendo também coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: sociedade, poder e instituições. E-mail para contato: maria.m.padoin@ufsm.br.

mercado de ações empresariais, de imóveis urbanos, e por fim, sendo o foco principal da pesquisa, o mercado de compra e venda de terras na área interiorana central do Rio Grande do Sul, principalmente nas colônias de Silveira Martins (a antiga Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana) e a de Santo Ângelo, marcadas pela colonização italiana e germânica, respectivamente.

Desenvolvimento

1) Biografia geral

As origens de Manoel Py remontam seu nascimento no Uruguai no ano de 1849, com o pai uruguaio também e a mãe brasileira³

No dia 11 de julho de 1923 ao noticiar, na primeira página, o falecimento de Manoel Py, o jornal “A Federação”⁴ destaca quando menciona as origens do “distinto amigo”⁵ que o mesmo “ficou orphão aos cinco annos de idade” e completa que “aos doze annos ingressou no commercio tendo, desde, então, se conservado sempre na vida activa”.

Pelo que é possível dialogar entre as fontes, Manoel Py realmente perdeu seu pai no início da vida, porém sua mãe esteve viva até pelo menos a década de 1890.

Ainda na notícia de pesar sobre a morte de Py, o jornal destaca que “pelos serviços prestados à República era official honorário do exército”. Com a patente de Tenente Coronel⁶, Manoel Py lutou, segundo Pazuch (2020, p.69)⁷, na Guerra do Paraguai (1864-1870) onde inclusive, segundo o mesmo autor, Py e outros combatentes receberam “lotes de terra que circundavam o rio Soturno foram dados como pagamento aos combatentes da Guarda Nacional pela participação na Guerra do Paraguai (1864-1870)”. Mais detalhes sobre esses lotes e os contextos de investimento que Py realizou a partir deles serão realizados mais adiante no artigo.

³ Os dados foram retirados a partir de dois sites, o FamilySearch e o Geneanet.

⁴ *A Federação*, 1923, Ed 161 p.1

⁵ Será desenvolvido melhor ao decorrer da pesquisa, porém, vale destacar por agora que Manoel Py foi deputado estadual por diversas legislaturas ao decorrer das décadas de 1890-1910 pelo Partido Republicano Riograndense (PRR).

⁶ Título que era usado e citado na maior parte das fontes empresariais e políticas quando iam se referir ao mesmo, inclusive à notícia de seu falecimento que tem como título apenas “Tenente-coronel Manoel Py”. Para Mugge “o desempenho de cargos de official conferia privilégios, muitas vezes simbólicos, mas significativos, para aumentar, consequentemente, o prestígio de membros de elites” (2012, p.12, *apud* Ferraretto 2017, p.69).

⁷ Pazuch, Giovane. Imigração italiana na colônia de Silveira Martins: cotidiano, deslocamento, cultura e sociabilidade (Rio Grande do Sul, 1877-1920). Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2020.

Outro aspecto interessante de ser levantado, é o fato de que Py lutou e foi reconhecido por isso, em uma guerra do Império Brasileiro (a Guerra do Paraguai) ao mesmo tempo que, como vimos, Py era oficial honorário do exército devido “seus serviços prestados à República”.

Voltando para suas relações familiares, Manoel Py casou-se aproximadamente em 1872 (na cidade de Porto Alegre) com Maria da Glória Baptista (Camaquã, 1851 - morte em data e local desconhecida até o momento)⁸, a partir desta união tiveram uma única filha, Mathilde Py. Tendo como genro, Possidonio Mancio da Cunha Jr⁹, nascido em Pelotas, o mesmo teve grande destaque e parceria com Manoel Py em diferentes empresas e negócios, além de Possidônio ter também uma carreira política considerável, sendo deputado estadual e federal por diversos mandatos e também Secretário Estadual da Fazenda e de Obras Públicas durante um período da República Velha¹⁰ (Strohaecker, 2005, p.6).

2) Homo Politicus ou Economicus: atuação de Manoel Py em Porto Alegre

Como define Ferraretto, industrializar é

[...] transformar a produção industrial em parte considerável da economia e partilhar de um movimento de modernização mais amplo que envolve inovação tecnológica, desenvolvimento econômico e profundas mudanças sociais, entre elas, a urbanização das cidades e a especialização da mão de obra (2017, p.21).

Deste processo que marcou as formas de ser e agir socialmente em basicamente todo o mundo, no Brasil seu início de forma mais consolidada e dinâmica teve como temporalidade principal a virada do século XIX para o XX. Tal processo não envolveu apenas as esferas mais diretas como donos de fábricas e seus operários, mas transformou também os ímpetus de ação e exploração de diferentes grupos sociais entre si.

Sendo o foco desse artigo, como já observamos na introdução, na década de 1890 e as primeiras décadas do século XX (até 1923, ano de sua morte), a figura de Manoel Py já estava

⁸ Os dados de casamento e nascimento da esposa foram consultados a partir do site Family Search.

⁹ Possidonio Mancio da Cunha Jr. tem origens que remontam uma das famílias mais tradicionais e mais ricas dentre os charqueadores pelotenses. Veja mais detalhes em: Vargas, Jonas M. “Os Barões do Charque e Suas Fortunas”. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX) - São Leopoldo: Oikos, 2016.

¹⁰ Strohaecker, T. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras em Porto Alegre (1890-1950). Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (13).

consolidada como magnata e membro da burguesia e elite riograndense. Porém, finalmente, quais eram as esferas de atuação econômica e política de Manoel Py, e seu peso?

Como o inventário¹¹ e testamento, uma das principais fontes para a esta pesquisa, de Manoel Py apontam, o monte-mor do mesmo ao falecer (1923) ultrapassa três bilhões de réis ou cerca de setenta e cinco mil libras esterlinas¹². Porém, mesmo sendo um valor extremamente alto para a época, é necessário uma reflexão sobre o real valor e o contexto que o estado do Rio Grande do Sul passava. Como Pesavento (1980, p.227)¹³ destaca, o RS passava por uma crise política, econômica e institucional.

Essa crise além de resultar na Revolução de 1923 (mesmo ano da morte de Py), resultou numa desvalorização enorme da moeda brasileira em relação à libra esterlina, por exemplo. Alguns dados comparativos: a taxa de câmbio entre libra esterlina e mil-réis esteve em média 11,99 (em 1903), 16,10 (em 1913) e 5,42 (em 1923)¹⁴.

Assim, Manoel Py, tinha seus investimentos divididos da seguinte forma: 23% em imóveis; 68,2% em ações e apólices; 8,5% em terrenos e 0,03% depositados em bancos.

Se enquadrando numa fase mais consolidada de sua vida como elite industrial e econômica do estado do Rio Grande do Sul, para Manoel Py e a

elite empresarial que surge, critérios mais tradicionais como herança familiar e posse de terras, vão sendo substituídos, por exemplo, pelo investimento em ações de companhias e compra de casas de aluguel. Aos poucos, vai se constituindo um novo perfil para essa elite local (Ferraretto, 2017, p.74).

Cabe ressaltar que mesmo com a gradativa substituição de formas e foco de investimentos, as áreas de mercado e posse de terras representavam, ainda mais no início de suas vidas empresariais, boas formas de lucratividade e formação de redes de apoio empresarial, como será visto posteriormente na pesquisa. Sem contar, que muitos desses industriais e elites possuíam uma base econômica familiar prévia que sustentou e impulsionou em grande parte sua formação, projetos e intentos.

¹¹ Inventário de Manoel Py, n.454, 1923, Comarca de Porto Alegre (APERS).

¹² Os valores exatos serão expostos e discutidos ao decorrer do texto.

¹³ Pesavento, Sandra J. República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre. Ed: Movimento, 1980

¹⁴ Devido aos cálculos de conversão da época, quanto menor o valor do câmbio mais valorizada estava a moeda estrangeira em relação à nacional. As tabelas das taxas de câmbio foram retiradas do trabalho de Ferraretto (2017, p.189-190), que por sua vez usou como fonte o Jornal do Comércio, Retrospecto Comercial, vários números (1870-1905), Câmara Sindical de Corretores de Fundos Públicos da Capital Federal, Relatórios, vários números (1905-1930).

Em 1923, o perfil de investimentos de Py se encontrava assim:

Quadro 1 - Eixos de investimento econômico de Manoel Py

Eixo Econômico (ações)	Maiores Investimentos (ações)	Investimento imobiliário (tipo e lugar)
Infraestrutura - 38%	Cia. Força e Luz - 40,9%	Casa - 71%
Seguros - 23,8%	Cia. e Tecidos Porto Alegrense - 34,5%	Chalet - 16,1%
Indústria - 19%	Cia. Fiação e Tecidos São Carlos - 9,9%	Sobrado - 12,9%
Apólice - 14,3%	Cia. Agrícola Imobiliária Brasil - 3,3%	Porto Alegre - 87,1%
Bancos ¹⁵ - 4,8%	Total: 2.573.420\$000 (valor em réis)	São Paulo - 12,9%
Total: 21 investimentos diferentes	-	Total: 31 imóveis (873.500\$000 réis)

Fonte: Elaborada por Vinícius Pasa Pereira dos Santos (2025)

Pesavento (1988) ao tratar sobre a política do Rio Grande do Sul regida por ideais positivistas, dos quais muitas vezes não passavam de meras condutas comportamentais que pairavam sobre o governo e sociedade, mas que não se refletiam na esfera material, destaca dois arquétipos responsáveis pelas “tarefas de garantir a ordem e assegurar o progresso” (p.100):

o empresário como homo economicus, que no mundo da produção é o responsável pelo progresso e, no seu espaço de ação, à sua maneira, deve

¹⁵ Manoel Py foi fundador e principal acionista do Banco Comercial Franco-Brasileiro, onde, segundo Retzlaff (2020, p.56-57), o banco estava entre os “4 grandes bancos originários do RS”, e que juntos esses quatro representavam “97% do total referente a patrimônio líquido dos bancos gaúchos” (o Franco-Brasileira contribuía com 18% desse total). Porém, como é possível observar no inventário post-mortem de Py, as ações do banco em 1923 se encontravam desvalorizadas e em liquidação.

também garantir a ordem, suplantando o conflito com o trabalho. O governante é, por seu turno, o **homo politicus**, que orienta, guia e administra em consonância com os interesses da esfera privada. (Pesavento, 1988, p.100)

Numa sociedade cada vez mais orquestrada pela sombra da suposta racionalidade e divisão social e do trabalho, atores como os homo “politicus” ou “economicus” ganhavam destaque como os detentores da incumbência de dirigi-la ao seu potencial máximo e a resolução de seus problemas. Em um jogo de interesses, os gargalos da sociedade podem se tornar campos de atuação para o fortalecimento econômico e de representação dos grupos de elite.

Na lista de empreendimentos que Manoel Py possuía, a partir do quadro 1, é possível perceber uma espécie de tripé: indústria, infraestrutura urbana e empresas de loteamento urbano e rural¹⁶. Tal perfil é destacado pelo jornal *A Federação* na nota de falecimento de Py, quando mencionam seu peso para a sociedade porto alegre e gaúcha:

Entre as várias sociedades anônomas que aqui fundou, convém lembrar a “Companhia Força e Luz Porto Alegre”, devendo-se ao extinto e ao Dr. Possidônio da Cunha a transformação da tração animal pela eléctrica; “Companhia Territorial Porto Alegre”, “Rural e Colonizadora” que foram mais tarde reunidas à “Companhia Predial e Agrícola” da qual também foi fundador.

Com a constituição dessas empresas cooperou ele, de modo brilhante, para o desenvolvimento não só da cidade, que viu seus arrabaldes de novas e excellentes vias de comunicação, como também do próprio Estado em vasta zona colonial. (*A Federação*, 1923, Ed 161 p.1).

Mais importante que destacar o suposto “modo brilhante” pelo qual Manoel Py desenvolveu tais empreendimentos, é necessário entender a relação entre essas diferentes esferas de emprego de capital. Para isso, destacamos três empresas: Companhia Força e Luz Portoalegrense (setor de infraestrutura urbana), Companhia de Fiação e Tecidos Portoalegrense (setor industrial) e a Companhia Predial e Agrícola (setor de comercialização de lotes de terra - rural e urbana - e suas infraestruturas). Todas possuíam Manoel Py como figura central, seja como diretor ou como principal acionista.

Numa sociedade cada vez mais proletarizada e desigual, os meios de ação das elites ganham cada vez mais peso e arbitrariedade, isso é possível observar a partir de Manoel Py e seus empreendimentos.

¹⁶ A partir do inventário de Manoel Py e a tabela de investimentos em ações dele, categorizou-se por “infraestrutura” as empresas que envolviam serviços estruturais para o funcionamento de uma localidade ou região, como os de fornecimento de luz, água, viação férrea ou loteamento e comercialização de lotes terra ou bairros.

Esses indivíduos não cuidavam apenas de suas fábricas, faziam nascer estradas para sua produção alteravam o perfil da cidade para atender suas necessidades e desejos e tinham ingerência sobre as mais diversas situações da vida cotidiana, afetando inclusive os cidadãos menos favorecidos e mais distantes desse grupo de elite (Ferraretto, 2017, p.146).

Um exemplo desse processo é a Companhia Territorial Porto Alegre¹⁷ (fundada em 1892), que possuía como um dos seus principais incorporadores Manoel Py. A empresa, dentre outras atividades, “promovia loteamentos distintos para grupos de renda diferenciado, conforme o sítio e a localização dos mesmos” (Strohaecker, 2005, p.3)

Tal processo de gestão da elite sobre o futuro e organização da cidade segue por caminhos de colaboração e pressão entre diferentes eixos dessa própria elite, e, analisando mais de perto, é possível observar o papel preponderante que Py possuía. Strohaecker (2005) ao traçar práticas comuns das empresas loteadoras (como a mencionada de Py), percebe que um hábito comum entre elas, era a

compra de ações de empresas exploradoras de serviços públicos - a Cia. Territorial Porto Alegre comprou ações de empresas como Cia. Hidráulica Porto Alegre, Cia. de Carris Ferro Porto Alegre, com o objetivo de pressionar estas companhias a estender seus serviços às áreas loteadas. A Cia. Predial e Agrícola, por sua vez, possuía ações da Cia. Hidráulica Porto Alegre, da Cia. Fluvial e da Cia. Melhoramentos do Caí, essas duas com o intuito de estender os serviços às áreas loteadas na colônia. (Strohaecker, 2005, p.4)

Esse perfil de ação ganha ainda mais complexidade se analisarmos pelo viés que Manoel Py além de ser um dos fundadores e principais incorporadores de cada uma dessas Companhias Loteadoras, ele também possuía ações na Companhia Hidráulica Porto Alegre (209 ações valendo ao total 12.540\$000 réis) e como menciona Strohaecker também, Manoel Py ocupou o cargo de diretor dessa empresa. Outra empresa pela qual Py foi diretor na virada do século é a Cia. Carris Porto Alegre, ou seja, Manoel Py estava em cargos diretivos nas duas pontas de interesse - da empresa loteadora que queria pressionar outras empresas por mais infraestrutura a fim de maior valorização de seus terrenos, quanto do lado da empresa de

¹⁷ Segundo Strohaecker (2005, p.2-4) a Companhia Territorial Porto Alegre possuía como principais incorporadores “o tenente-coronel Manoel Py, o comendador Antonio Chaves Barcellos pertencente à família tradicional e abastada, o capitalista e proprietário fundiário Eduardo de Azevedo Souza Filho e o empresário José Luiz Moura de Azevedo”, a autora ainda comenta que outra empresa de colonização teve destaque na cidade, a “Companhia Rural e Colonizadora”. Porém, ambas as empresas tiveram vidas não muito longas, ainda mais com a crise financeira do estado na virada do século. Surgindo em 1897, a “Companhia Predial e Agrícola” teve como novamente um dos seus principais incorporadores iniciais, Manoel Py e Possidônio Mancio da Cunha Jr (genro de Py), a empresa logo incorporou as outras empresas supracitadas e se tornou a única a resistir à crise financeira geral e resistir até os dias atuais (2005). Isso demonstra o poderio de Py e sua influência frente à crise econômica estadual e frente aos outros magnatas do estado.

infraestrutura e mobilidade que queria expandir seus espaços de atuação visando mais clientes e maior hegemonia comercial. Isso também geraria maior fluidez para o projeto argumentado anteriormente por Pesavento (1992), pelo qual, com maior dinamismo de mobilidade do bairro operário-fábrica, mais se poderia ter controle perante a massa trabalhadora.

Como já foi mencionado anteriormente, Manoel Py esteve presente no poder legislativo, sendo deputado estadual, por 4 mandatos (1893-1909). Ainda não é possível afirmar através de fontes que Py esteve efetivamente envolvido, porém Strohaecker (2005, p.5) argumenta que “o emergente setor imobiliário de Porto Alegre teve no Estado um forte aliado. De fato, as mínimas restrições legais impostas pelo poder público municipal, proporcionaram ampla liberdade de ação aos empreendedores”. Ou seja, mesmo que talvez não agisse de forma direta como poder político neste sentido, Manoel Py estando presente nas três esferas principais desse recorte de relações (companhias loteadoras - empresas de infraestrutura urbana - Estado), podendo assim, influir com mais peso nessas relações.

3) Manoel Py no mercado de terras no interior do Rio Grande do Sul

Como foi possível perceber, Manoel Py representou grande impacto para a sociedade Porto-Alegrense da virada do século XIX para o XX, tanto em sentidos de dominação quanto de status social. Uma das esferas de atuação que mais reverberou tal impacto foram as Companhias de Loteamento, como vimos.

Strohaecker quando menciona o surgimento da Companhia Predial e Agrícola (fundada em 1897), destaca que um dos seus diferenciais perante as concorrentes, era a sua atuação no mercado de terras no interior do RS. Porém, como veremos a partir de agora, esse tipo de foco de ação não era novidade alguma para Manoel Py, para afirmar isso, analisaremos sua atuação no comércio e especulação imobiliária nos territórios de colonização italiana e alemã no região central do estado: a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana (futura Colônia Silveira Martins e atual Quarta Colônia) e a Colônia de Santo Ângelo (marcada pela colonização alemã). Antes de tratar especificamente sobre o sistema especulativo de terras e a inserção de Manoel Py, é importante abordar a partir de qual caráter tais colônias (e diversas outras no Rio Grande do Sul) foram implementadas e desenvolvidas.

A partir da efetivação da Lei de Terras de 1850, se criou uma maior institucionalização do processo de ocupação e posse da terra, principalmente em áreas rurais, onde se pode observar diferentes tipos de relações sociais de associação e exploração. Com a implementação

da lei, diversas etapas fiscais e jurídicas começaram a ser cobradas para a regularização das propriedades de terras (Zarth, 1997, p.46)¹⁸.

Manoel Py (até onde conseguimos estipular a partir desta pesquisa), inicialmente não penetrou nesse sistema de apropriação de terras majoritariamente através de grupos com certo poder aquisitivo, mas a partir do viés da doação de terras devido a participação militar durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Como mencionado no início do artigo, Py recebeu “lotes de terra que circundavam o rio Soturno¹⁹ [...] como pagamento aos combatentes da Guarda Nacional pela participação na Guerra do Paraguai (1864-1870)” (Pazuch, 2020, p.69). Tal ocorrência de doação de terras para militares, na história do Rio Grande do Sul, não é novidade, Zarth (1997, p.37) argumenta que as “estâncias pastoris do sul do Brasil teve no seu bojo uma forte presença militar”, isso devido a prática desde a ocupação portuguesa, o militar “recebia como prêmio áreas de campo como incentivo para defender ou conquistar novas áreas dos castelhanos da bacia do Prata”. Gimeno (2014 p. 21-22)²⁰ comentando também sobre essas práticas de concessão de terras para militares, menciona os Comandantes Militares os quais as concessões aos mesmos eram “condicionadas ao poder do comandante de fronteira, sendo privilégio de indivíduos da elite, mas também de alguns indivíduos ligados ao contrabando”.

Mesmo ainda sendo pouco delimitado como se desenrolou a concessão de terras às margens do rio Soturno para Manoel Py, é possível afirmar, através da análise bibliográfica mencionada, que em meados da década de 1870 (pós Guerra do Paraguai) ele possuía esses lotes de terra. Essa afirmação também vai ao encontro do histórico mencionado por Zarth e Gimeno, onde militares recebiam concessões de terras por serviços prestados e como forma de fortalecimento da fronteira portuguesa frente as possessões espanholas, e posteriormente, da fronteira brasileira com Uruguai e Argentina.

Ainda na década de 1870, são realizadas as primeiras operações de instalação das colônias de Silveira Martins (inicialmente a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, sendo as outras três na região da serra gaúcha) e de Santo Ângelo (imigração alemã), coincidência ou não, sorte ou não de Manoel Py, foram instaladas de forma limítrofe às suas

¹⁸ Zarth, Paulo A. História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

¹⁹ O rio Soturno se localiza na região central do estado do Rio Grande do Sul, onde faz conexão com o Rio Jacuí (que deságua no Rio Guaíba), o Soturno teve e tem (apesar de seu estágio complicado de poluição e assoreamento devido a ação humana local) grande importância para as comunidades que cresceram às suas margens, como por exemplo, a cidade de Faxinal do Soturno-RS - cidade membro da região do Geoparque Unesco da Quarta Colônia e também oriunda da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana.

²⁰ Gimeno, Alejandro J. F. Apropriação e Comércio de Terras na Cidade de Cachoeira no Contexto da Imigração Europeia (1850-1889). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014.

possessões recebidas pela participação na Guerra do Paraguai. A partir disso, se torna interessante entender os atrativos do local de instalação e os sistemas de especulação e fortalecimento de elites que se desenvolveram a partir desse projeto colonial.

Como menciona Zarth (1997, p.56), o projeto colonial de imigração européia tinha como um de seus objetivos logísticos estabelecer as colônias em locais que teriam acesso mais facilitado aos “centro econômicos mais sólidos e dinâmicos próximos do litoral (Porto Alegre) e privilegiava as terras ao longo dos cursos de rios que davam acesso a Porto Alegre, capital da província”, seguindo essa lógica, a colônia Silveira Martins e de Santo Ângelo foram instaladas às margens do rios Soturno e Jacuí, o último desaguardo no Rio Guaíba (que banha a cidade de Porto Alegre). Além de também fazerem fronteira com cidades da região central mais bem estabelecidas, como, Santa Maria e Cachoeira.

A partir dessa boa localização e a expectativa futura de haver mais habitantes procurando por terras (os imigrantes), a população local com condições econômicas mais bem consolidadas se apressaram para legitimar mais terras, através das novas etapas jurídicas da Lei de Terras de 1850, e consolidar redes de apoio entre os grupos de maior capital econômico. Gimeno (2014) em sua pesquisa, como o mesmo menciona, enxerga tal perfil de ação na cidade de Cachoeira entre os anos de 1850-1889

há claros indícios da intenção de especulação imobiliária de muitos legitimantes quando observamos, além da localização das terras ora legitimadas, os envolvidos no processo de legitimação. O próprio agrimensor que executava a medição das posses transformou-se em um comerciante de terras associado a outros comerciantes. Até mesmo o Escrivão Notarial tinha interesses em jogo quando da legitimação de posses em Cachoeira. (Gimeno, 2014, p.17).

Esse ambiente de especulação, legitimação de terras e expectativa de bons negócios de venda para imigrantes incentivaram que os proprietários locais impulsionassem seus intentos de comercialização de terras, isso através “tanto por iniciativa própria como por iniciativa de Sociedades Loteadoras, formadas por comerciantes locais e pessoas de influência na região” (Gimeno, 2014, p.18).

Ainda em 1877, pelo menos vinte anos antes da fundação da Companhia Predial e Agrícola, a qual possuía áreas de atuação mais amplas que suas concorrentes, como argumentado por Strohaecker (2005, p.4), pois a mesma expandia seus negócios para o interior do estado, Manoel Py (fundador da companhia supracitada) já participava da comercialização de terras no interior do estado do Rio Grande do Sul. Gimeno (2014, p.94) ao realizar em sua

pesquisa uma série de fluxogramas que tornam visíveis o sistema de compra e venda de terras, legitimação das mesmas, até chegar na ponta final, o imigrante, menciona em um deles (em 1877), Manoel Py.

Num sistema complexo e com diversas figuras de destaque local envolvidas²¹ (como o tabelião da região, o agrimensor e até o diretor da colônia²²), Py surge comprando terras do Cap. Policarpo Pereira de Carvalho e Silva (guarde esse nome, ele voltará em breve) e posteriormente vendendo-as para imigrantes enriquecidos através de seus representantes comerciais.

Em 1882 surge uma nova frente de investimento de Manoel Py, juntamente a um novo parceiro comercial, João Gerdau²³. Como caracteriza Werlang (2002, p.83), “o término do loteamento oficial em 1882 (na colônia de Santo Ângelo) representou um verdadeiro caos para a região colonial”, isso, “numa região onde havia necessidade de mais terras para a agricultura em expansão” levou o surgimento da Sociedade Imobiliária de João Gerdau. A João Gerdau & Cia possuía como sócios iniciais João Gerdau, Antônio Peixoto de Oliveira (tabelião da região de colonização da cidade de Cachoeira e um dos líderes e principais articuladores locais para o sistema especulativo indicado por Gimeno) e o Capital Polycarpo Pereira de Carvalho e Silva. O último faleceu no ano de 1888 e sua parte na associação foi adquirida por Manoel Py e sua esposa (Werlang, 2002, p.83).

Na João Gerdau & Cia, fez-se representar por José Affonso Travassos nas prestações de contas no período entre 1900 e 1905, num total aproximado de 700:000\$000 réis, quando se encontrava domiciliado em Porto Alegre (Werlang, 2002, p.84)

Ainda nesse contexto, Werlang (p.91-92) detalha as exigências que a João Gerdau & Cia realizou a quem comprou as terras do Capitão Polycarpo Pereira de Carvalho e Silva, no

²¹ Ver mais detalhes desse sistema e dos fluxogramas elaborados por Alejandro Gimeno (2017) em: Gimeno, Alejandro J. F. Apropriação e Comércio de Terras na Cidade de Cachoeira no Contexto da Imigração Europeia (1850-1889). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014, p. 93-95.

²² O diretor da colônia citado por Gimeno é o Barão Von Kahllden, diretor da colônia de Santo Ângelo entre os anos de 1857 até 1882. O mesmo, além de participar e incentivar esse sistema especulativo de terras, recebia “do governo provincial 5% sobre o valor arrecadado em cada lote colonial medido e vendido na Colônia Santo Ângelo” (Werlang, 2002, p.68), o que indica o seu interesse em potencializar esse mercado de terras.

²³ Johannes Heinrich Kaspar Gerdau (1849-1917) ou, no Brasil, João Gerdau foi um imigrante prussiano que instalou na colônia de Santo Ângelo na década de 1860 e rapidamente se destacou como empresário e comerciante na cidade de Cachoeira e posteriormente em Porto Alegre, fundando empresas da área de metalurgia que até hoje se destacam no âmbito nacional. Indicação bibliográfica: Werlang, William. A família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: um estudo sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil. Agudo, RS: Editora Werlang, 2002.

caso, Manoel Py, dentre elas estavam (de forma resumida): providenciar ligações via estradas das terras para a cidade de Cachoeira; o comprador ficava obrigado, num prazo três anos, a estabelecer cinquenta famílias de cinco indivíduos em média; a obrigação de não atrapalhar o desenvolvimento da ex-colônia de Santo Ângelo, facilitando o trânsito entre terras via estradas e não contaria com indenização caso alguma terra sua fosse utilizada para a construção de estradas; era proibida a venda de mais de um lote de cem mil braças quadradas a cada pessoa; entre outras exigências.

Visualizando tais exigências e os futuros empreendimentos que Manoel Py fundaria na década de 1890 como os de infraestrutura hidráulica, elétrica etc faz pensarmos que mesmo que talvez esses serviços não chegassem de forma total (muito pelo contrário) na região interiorana do Rio Grande do Sul, a preocupação e a exigência que circundavam esses grandes investidores por fornecer infraestrutura, desenvolvimento local e conexão regional estavam na pauta diária. Serviços que, como vimos, são destacados e prestigiados no artigo de falecimento do jornal *A Federação* à Manoel Py.

Manoel Py na virada da década de 1890 para 1900 já estava consolidado, como vimos, como uma das figuras de destaque econômico de Porto Alegre, capital do estado, porém o que representava ainda de interessante, na perspectiva financeira, para Py, os investimentos em terras no interior do estado?

Mesmo não sendo exatamente na região central do estado, o contexto que estamos abordando, Zarth (1997, p.63), ao mencionar os valores que eram comercializados lotes de terras mais ao norte do estado, traça valores que iam de setecentos mil réis à um conto (um milhão) de réis em 1901 e que chegavam à 3,5 contos de réis em 1912 para cada “colônia” (que o autor explica que foi a maneira pela qual se popularizou chamar os lotes de 25 hectares).

Tais valores fortalecem a tendência de interesse de figuras como Manoel Py na comercialização de terras, ainda mais se analisarmos que o mesmo atuava em tal esfera de negócios desde o início da sua carreira comercial. Esse processo vai ao encontro da argumentação que Gimeno (2014) traz a partir de Zarth (2002)²⁴ onde, “a colonização oficial servia de base para a expansão do processo colonizador em mãos de empresas particulares, tornando-se um bom negócio para os empresários” (Gimeno, 2014, p.97), um bom negócio que segundo o mesmo autor “proporcionou um acúmulo de capital que mais tarde seria investido em outras áreas, como a industrial” (p.99). Essa argumentação de Gimeno, Zarth e outros outros

²⁴ Zarth, Paulo A. Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

historiadores gaúchos se encaixa muito bem no contexto que tentamos remontar de Manoel Py no sistema de comercialização e especulação comercial de lotes de terra.

Conclusão

A partir da conclusão argumentada por Zarth (1997) e Gimeno (2014), exposta acima, de que o envolvimento especulativo no mercado de terras por figuras de proeminência econômica gerou bases materiais para o investimento em outros setores econômicos, como o industrial. É possível estabelecer um contraste com a argumentação trazida por Strohaecker (2005, p.2), onde, a autora afirma que o valor acumulado pelo capital comercial passa a ser reinvestido em outras áreas econômicas, como o mercado de terras, ambas argumentações têm amparo empírico em diferentes contextos econômicos desenvolvidos no Rio Grande do Sul.

O caso de Manoel Py ganha destaque quando percebemos que ele representa as duas lógicas de acúmulo e investimento de capital, onde o sistema especulativo sobre lotes de terras coloniais segue tendo importância tanto material quanto em construção de redes sociais mesmo quando a figura de Py já se apresenta como personalidade consolidada da elite empresarial do Rio Grande do Sul.

O presente trabalho, então, buscou evidenciar a abertura de novas possibilidades individuais e coletivas de atuação e fortalecimento social que esse mercado de terras e a imigração possibilitaram, onde, o caso estudado, sugere a importância mútua que as áreas rurais e urbanas representaram para a construção das bases sociais que hoje vivemos. Cronicamente desiguais, onde pequenos setores do corpo social atingem capacidade de manejar a seu interesse as demandas e diferentes formas de desenvolvimento do grande estrato social.

Referências

ARAVANIS, Evangelia. **O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890 A 1917)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2005.

CALDAS, B. MACHADO, J.. **Meio século de correio do povo: glória e agonia de um grande jornal**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

FERRARETTO, Maria K. **Sociedades nem tão anônimas: um estudo prosopográfico sobre a elite empresarial de Rio Grande (1884-1913)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017

GIMENO, Alejandro J. F. **Apropriação e Comércio de Terras na Cidade de Cachoeira no Contexto da Imigração Europeia (1850-1889)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014.

HEINZ, Flávio M.; VIANNA, Marcelo. Elites Estatais no Sul do Brasil: prosopografia da alta administração republicana no Rio Grande do Sul, 1889-1937. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v.22, n.46, p.138-159, jan./abril. 2021.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 32.

MARTINY, Carina. **“O Chefe Político Dos Mais Avançados Republicanos”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903)**. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

MUGGE, Miquéias H. **Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania. Província do Rio Grande do Sul - segunda metade do século XIX**. Dissertação (mestrado). São Leopoldo: Unisinos, PPGH, 2012, p.13.

PAZUCH, Giovane. **Imigração italiana na colônia de Silveira Martins: cotidiano, deslocamento, cultura e sociabilidade (Rio Grande do Sul, 1877-1920)**. Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2020, p.69.

PESAVENTO, S. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988

PESAVENTO, Sandra J. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre. Ed: Movimento, 1980

PESAVENTO, Sandra J. **O Cotidiano da República: elites e povo na virada do século**. 2. ed. - Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1992.

RETZLAFF, Kevin. **Banqueiros e coronéis: um estudo sobre as relações políticas e econômicas das elites locais e o Banco Pelotense (1906-1931)**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020, p.56-57.

STROHAECKER, T. **Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras em Porto Alegre (1890-1950)**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (13).

VARGAS, Jonas M. **O método prosopográfico e o estudo da elite charqueadora de Pelotas (c. 1850 - c. 1900)**. Estudos de História Regional Platina [recurso eletrônico] / Ana Inez Klein et al (Orgs) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018

VARGAS, Jonas M. **“Os Barões do Charque e Suas Fortunas”. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)** - São Leopoldo: Oikos, 2016.

WERLANG, William. **A família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau: um estudo sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil**. Agudo, RS: Editora Werlang, 2002.

ZARTH, Paulo A. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

ZARTH, Paulo A. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p.94.

Fontes

APERS. Inventário de Manoel Py, n.454, 1923, Comarca de Porto Alegre.

Family Search. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/L3X1-KVT>. Acesso em: 05/03/2025.

Geneanet. Disponível em: <https://gw.geneanet.org/valdenei?iz=0&lang=pt&n=py&oc=0&p=manoel&type=timeline>. Acesso em: 05/03/2025.

MARCAS DA INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE ITALIANA EM CORUMBÁ (FINS DO XIX A INÍCIO DO XX)¹

Felipe Dartagan Maropo Teixeira de Castro²

Resumo: Este estudo analisa a integração da comunidade italiana em Corumbá, MS, entre o final do século XIX e o início do século XX, tomando como base o conceito de integração proposto pelo Comitê Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). A pesquisa utiliza fontes diversificadas, como registros cartoriais, jornais locais, álbuns gráficos e termos de recusa de naturalização, para traçar um perfil socioeconômico e cultural desses imigrantes. Os resultados evidenciam uma participação ativa dos italianos na economia local, com destaque para o comércio, a construção civil e atividades manufatureiras. Além disso, os laços matrimoniais, predominantemente com outros imigrantes italianos ou grupos da Bacia do Prata, revelam estratégias de preservação identitária. A presença de sobrenomes italianos em logradouros públicos e registros históricos atesta seu legado duradouro na cidade. Conclui-se que a comunidade italiana em Corumbá alcançou um elevado grau de integração, contribuindo significativamente para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: imigração italiana, história social, Corumbá, identidade cultural.

INTRODUÇÃO

A cidade de Corumbá, MS, é uma cidade fronteira que se localiza no extremo oeste do Brasil, na fronteira com a Bolívia. Fundada ainda no período colonial, em 1778, final do século XVIII, objetivava inicialmente servir de apoio ao Forte Coimbra (1775), num esforço da coroa portuguesa em garantir suas possessões em disputa com a coroa espanhola (Esselin, 2000; Peregalli, 2001).

Ao longo do século XIX, no entanto, especialmente a partir de meados desse século, o comércio fluvial cresce em importância e alavanca a posição estratégica da região. Com o início da “Guerra da Tríplice Aliança” (“Guerra do Paraguai”) – (1864-1870), porém, ainda mais em razão da cidade ter sido ocupada por forças militares paraguaias (1865-1867), há uma interrupção dessas atividades comerciais, o que compromete a economia local. Com o fim da guerra, as atividades comerciais são retomadas, fazendo com que a cidade se torne uma das mais importantes do estado: um entreposto comercial para regiões mais interioranas sem acesso a um grande rio, como o Rio Paraguai.

¹ Este trabalho conta com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no âmbito do projeto sem fomento “Os registros vitais civis dos migrantes em Corumbá no final do século XIX”, Protocolo: FJ2NU.031024.

² Professor do Curso de Licenciatura em História no Campus do Pantanal (CPAN), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e-mail: felipe.castro@ufms.br.

Esse momento histórico, que geralmente é apontado como o “período áureo” do comércio da cidade (aproximadamente 1870 – 1920) (Corrêa, 1999), coincide com a chamada “Grande Migração”, fenômeno de intenso fluxo migratório, especialmente da Europa, para as Américas, sendo que o Brasil foi um dos principais destino desses contingentes. Há evidências históricas que atestam que este foi um momento em que havia um número considerável de migrantes na cidade, e de uma variedade de nacionalidades, como, por exemplo: sírios, libaneses, bolivianos, paraguaios, portugueses, italianos, etc. (Sena; Siqueira, 2011).

Dado esse contexto, interessa-nos, neste trabalho, nos determos especificamente sobre um grupo nacional, qual seja: os italianos, e averiguarmos o grau de integração dessa comunidade na cidade de Corumbá, MS, tomando como base o conceito de integração do Comitê Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc, *in* Simões, 2017).

[...] um processo gradual pelo qual os novos residentes tornam-se participantes ativos nos assuntos econômicos, sociais, civis, culturais e espirituais da sua nova moradia. É um processo dinâmico no qual valores são enriquecidos por meio de reconhecimento mútuo, acomodação e compreensão. É um processo no qual ambos migrantes e seus compatriotas encontram oportunidade de realizar suas contribuições distintas. (Ecosoc, 1952, p. 1). (Simões, 2017, p. 414).

As fontes sobre as quais nos debruçamos para proceder a nossa análise e verificarmos o grau de integração dos italianos naquela cidade serão: **i)** “Italianos em Corumbá” (Póvoas, [1989] 2022); **ii)** “Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso” (t. III) (Ayala; Simon, [1914] 2011); **iii)** “Termos de Recusa de Naturalização” (Sian, 2025); **iv)** “Livros Cartoriais de Corumbá” (Familysearch, 2025).

Com base nessas fontes, nos foi possível elaborar uma tabela com a relação de 95 nomes de migrantes italianos, ao estabelecermos uma série de cruzamentos de dados. Essa tabela possui 5 colunas (“categorias”): a) nome; b) profissão; c) chegada; d) cônjuge; e) origem do cônjuge.

Nossa intenção com esse instrumento era ter clareza sobre quem eram esses migrantes (embora estejamos conscientes que se trata de uma amostra); quando aproximadamente chegaram; quais profissões exerceram; e, que tipos de consórcios matrimoniais estabeleceram.

A partir dos sobrenomes, iniciamos uma busca por jornais do início do século XX, na Hemeroteca Digital, publicados na cidade de Corumbá, que mencionassem os sobrenomes de nossa tabela, a fim de verificar os tipos de publicações, além de, subsidiariamente, fazermos uma busca no “Google Maps” pelos mesmos sobrenomes com o objetivo de verificar que logradouros faziam menção a eles, ou a seus descendentes. Acreditamos que esse conjunto de materiais nos forneça um vislumbre de tal integração.

FONTES (CARACTERIZAÇÃO)

Faremos a seguir uma breve caracterização de cada uma das fontes a que nos propomos a analisar, como uma forma de aproximação ao nosso objeto. Apresentaremos o escopo da fonte, autores e recortes espaço-temporais.

“Italianos em Corumbá”

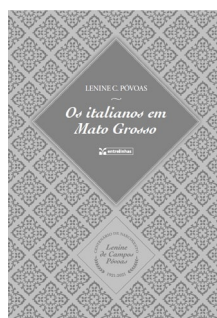
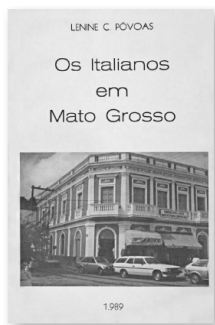
Trata-se de um capítulo do livro “Os italianos em Mato Grosso”, de Póvoas ([1989] 2022). O livro, como um todo, tem um caráter memorialista e genealógico, e o capítulo específico cita vários indivíduos e suas respectivas famílias, de origem italiana, que teriam se radicado em Corumbá (~1880-1940).

Além de citar os migrantes em si, também fornece informações sobre a descendência, chegando até a terceira, e em alguns casos, quarta geração. Tem um tom ufanista e geralmente enfatiza os aspectos positivos, grifando a tenacidade e ética do trabalho como motivos para o “sucesso” socioeconômico desse grupo. A citação da carta de José Fragelli é sintomática desse tipo de narrativa.

Sei que José Fragelli chegando a Corumbá empregou-se na Base Naval do Ladário, ganhando três mil-réis por dia. Devia fazer seus “bicos”, porque contava que, tendo juntado dinheiro, comprou um carro de boi com o qual começou a luta para subir na vida. Dormia às 7h ou 7h30 da noite e levantava-se às 3h da madrugada. Logo comprou outro carro e assim, naturalmente, tornou-se patrão. Devia, entre outros serviços que prestava, tirar lenha no mato próximo à cidade para vender e carregar água do rio Paraguai para suprir as casas mais abastadas e isso porque meu pai e meus tios, mesmo quando o velho Fragelli já tinha propriedades, lenhavam e enchiam pipas, fazendo o meu pai o primeiro trabalho e meu tio Vicente, o segundo, durante muitos anos, sempre com empregados. (Póvoas, [1989] 2022).

Passagens como essas, de caráter biográfico, revelam, entre outras coisas, os nomes dos migrantes, eventual descendência, esposa, profissão, etc.

Figura 1 e 2: Capas da 1ª e 2ª edição do livro “Os italianos em Mato Grosso” (Póvoas, [1989] 2022)

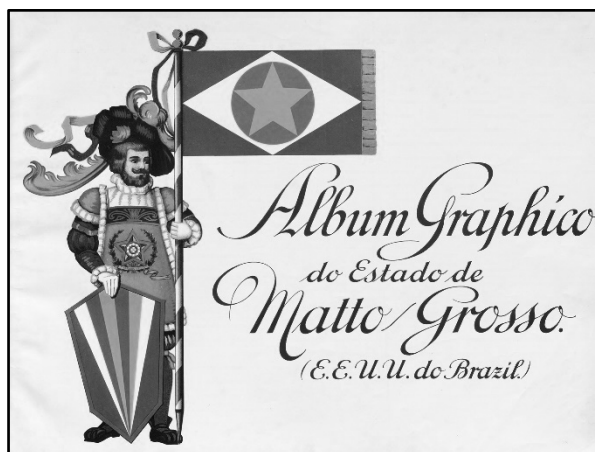


Álbum Gráfico de Mato Grosso

O “Álbum Gráfico de Mato Grosso” (Ayala; Simon, [1914] 2011) foi uma publicação do início do século XX, no momento áureo do comércio de Corumbá, em plena 1ª Guerra Mundial. Foi uma publicação de caráter propagandístico que enfatizava aspectos positivos de Mato Grosso. A impressão desse trabalho, inclusive, feita na Europa, demorou a chegar em razão daquele conflito. Ricamente ilustrada com fotografias de várias localidades, apresenta dados sociais, econômicos e demográficos bastante relevantes de cada um dos municípios que vai citando. Trata-se de obra abrangente, que abarca inúmeros municípios, mas que certamente dá destaque à Corumbá, conforme notamos na passagem a seguir: “[...] Corumbá, pelo número de habitantes a segunda cidade do Estado [...]. [...] Corumbá que é, na opinião de muita gente, atualmente a primeira do Estado; pelo menos, ela é a mais ativa, a mais moderna e a mais comercial.” (Ayala; Simon, [1914] 2011, p. 70)

Nessa fonte, nos valem do capítulo específico sobre a cidade, especialmente do trecho que cita a fundação e os membros da “Sociedade Beneficência Italiana”. Nesse trecho há a menção a inúmeros indivíduos de origem italiana, o que nos serviu de elemento para cruzar com as demais fontes, além de fornecer um vislumbre panorâmico sobre a cidade naquela época.

Figura 3: Folha de rosto do Álbum Gráfico (Ayala; Simon, 1914)



Termos de Recusa de Naturalização

Logo no início da implantação do regime republicano no Brasil, foi decretada uma lei que tornava todo estrangeiro que no Brasil residisse antes de 15 de novembro de 1889, salvo declaração em contrário, em um nacional brasileiro. Tratava-se do Decreto nº 58-A, de 14 de

dezembro de 1889. Esse contexto ficou conhecido como a “Grande Naturalização”. Ocorre que alguns estrangeiros, ao não quererem se tornar brasileiros, foram até a autoridade competente e declararam a sua recusa. Em seu artigo primeiro encontramos o seguinte: “Art. 1º São considerados cidadãos brasileiros todos os estrangeiros que já residiam no Brasil no dia 15 de novembro de 1889, salvo declaração em contrario feita perante a respectiva municipalidade, no prazo de seis meses da publicação deste decreto.” (Brasil, 1889).

Esses termos de recusa estão compilados em livro próprio que pode ser encontrado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). No livro destinado à Corumbá encontram-se 212 assentos contemplando indivíduos de 13 nacionalidades diferentes: Portugal (32), Espanha (10), Paraguai (103), Uruguai (3), Argentina (5), Itália (51), França (3), Bolívia (25), Áustria (7), Grécia (1), Inglaterra (2), Alemanha (1), Escócia (1), os quais apresentam informações como: data, local, nome, idade, estado civil, profissão, filiação, naturalidade, assinatura a rogo (quando não alfabetizado), e testemunhas. Os italianos são a segunda nacionalidade com maior número de pedidos, representando cerca de 25%, ficando atrás apenas dos paraguaios. De maneira semelhante às outras fontes, esta é mais uma rica fonte de informações sobre os migrantes que se estabeleceram em Corumbá.

Livros Cartoriais (registros civis)

Os livros cartoriais de Corumbá estão disponíveis digitalmente na plataforma Family Search. Essa plataforma é um projeto da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, comumente chamados de “mórmons”, que realiza a digitalização de documentos para a reconstrução de genealogias, principalmente com fins religiosos. O acesso, no entanto, é aberto, permitindo que pesquisadores utilizem o material para estudos acadêmicos.

Em uma análise preliminar, verificamos que há registros digitalizados de Corumbá cobrindo o período de 1875 a 2017, totalizando quinhentos e cinquenta e oito (558) livros. Esses volumes abrangem os três principais eventos vitais (nascimentos, casamentos e óbitos), além de registros de emancipação e proclamas de casamento. A maior parte refere-se à sede do município, mas há também livros específicos de alguns distritos (Familysearch, 2014).

Quanto à organização desses livros, observa-se que a maioria possui um código alfanumérico (por exemplo: A para nascimentos, B para casamentos, C para óbitos, D para proclamas e E para emancipações, seguido de um número sequencial). Contudo, alguns volumes não seguem essa padronização, e certos distritos podem ter codificações próprias.

Muitos dos livros contêm índices, localizados no início, no final ou em ambas as partes. Esses índices variam conforme a época: alguns são manuscritos, enquanto outros foram posteriormente datilografados ou impressos, o que agiliza a consulta. Além disso, o sistema de busca da plataforma permite pesquisar termos específicos, exibindo os resultados com links diretos para as páginas correspondentes. Essa funcionalidade foi viabilizada por um esforço voluntário de indexação. Atualmente, a plataforma também utiliza inteligência artificial para esse fim, embora ainda apresente algumas falhas.

Jornais de época

Na plataforma da Hemeroteca Digital, que faz parte da Biblioteca Nacional, há periódicos da cidade de Corumbá que cobrem parcialmente o período considerado nas demais fontes. Nessa plataforma, é possível fazer buscas por termos específicos, como nomes ou sobrenomes, por exemplo, e, portanto, verificarmos os tipos de menções que eram feitas aos migrantes e seus descendentes.

Para o estado de Mato Grosso do Sul, estado atual onde se encontra Corumbá, consta 7 periódicos: *i)* Tribuna (1925-1949); *ii)* O Brazil: Orgam Noticioso e Commercial, dedicado aos interesses do Povo (1902-1910); *iii)* A Patria: Imprensa Independente (1900-1902); *iv)* Prisma (1926); *v)* O Mephistopheles (1882); *vi)* Almanak Corumbaense (1899); *vii)* O Município (1935). Desses, apenas o “Prisma” não era editado na cidade, e ainda assim vale mencionar que esta publicação aparece como sendo de Porto Alegre, portanto, provavelmente sendo incluída no local de Mato Grosso do Sul por equívoco, o que demonstra a relevância de Corumbá para a imprensa local.

Claro está que muitas menções a assuntos da cidade também devem ter sido publicadas em periódicos publicados em municípios que, após a divisão do estado de Mato Grosso, permaneceram na porção que manteve o mesmo nome. Vale lembrar também que nem todos os periódicos possuem referências sobre os migrantes italianos, mas em uma avaliação preliminar já nos foi possível chegar a alguns achados.

Google Maps

Uma última fonte que nos pareceu promissora para perceber o grau de integração da comunidade italiana na cidade foi o “Google Maps”, na medida em que podemos verificar os topônimos dos logradouros da cidade. Em uma busca por sobrenomes, detectados nas demais

fontes, foi possível verificar a existência de referências aos italianos em alamedas, ruas e escolas, por exemplo.

A existência de tais topônimos correlacionados a estes imigrantes italianos aponta na direção de um certo reconhecimento de sua presença e relevância, ou ainda uma representação positiva sobre eles.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao cruzarmos os dados das quatro fontes iniciais citadas, chegamos a uma relação de noventa e cinco nomes. A partir desses nomes elaboramos uma tabela com cinco colunas (“categorias”) da seguinte maneira: a) nome (95); b) profissão (68); c) chegada (71); d) cônjuge (46); e) origem do cônjuge (26). Infelizmente não nos foi possível preenchê-la plenamente para todos os nomes, havendo lacunas, portanto. Apenas vinte e um nomes tiveram todos os itens preenchidos.

Embora saibamos da debilidade dessas lacunas, é bom lembrar que o conhecimento histórico é sempre lacunar, e isso não se constitui em obstáculo irremediável. Dos noventa e cinco indivíduos elencados, setenta e um sobrenomes distintos foram encontrados, e sobre as profissões mencionadas propomos a seguinte categorização:

Quadro 1 – Tipos de profissões exercidas pelos migrantes italianos

Tipos	Profissões
Comércio e Negócios (Proprietários e Comerciantes)	açougue; bar; carpintaria; estaleiro; fábrica de mosaicos para pisos; fábrica de refrigerante; fábrica de tijolo, telha e piso; padaria; representação de marcas; sapataria; torrefação de café; comerciante; negociante; proprietário (genérico);
Indústria e Manufatura	caldeireiro; caleiro; ferreiro; latoeiro; artífice de mármore; armeiro;
Construção Civil	carpinteiro; pedreiro; construtor; marcenaria;
Produção Rural	agropecuaria; criador de animais; fazendeiro; lavrador;
Transporte e Navegação	boteiro; carreiro; marítimo; maquinista;
Alimentação	açougueiro; padeiro;
Artesanato e Ofícios Especializados	alfaiate; sapateiro;
Profissões Diversas	distribuidor de água; farmacêutico; professor de piano;

Percebemos uma variação muito grande de profissões, muitas delas ligadas à área urbana, com destaque para o comércio, o que harmoniza com o próprio perfil da cidade de

Corumbá. Profissões como negociante/comerciante, o que parecem ser variações de nomenclatura para a mesma atividade, apareceram dezessete vezes, sem contar os proprietários; outra profissão que chama atenção é a de “carreiro” (7 vezes), que supomos estar vinculada às atividades comerciais do porto geral; e, também podemos citar construtor/pedreiro (11 vezes), o que reforça a literatura sobre a importância de certos nomes italianos na construção de várias edificações na cidade.

A data de chegada desses migrantes ocupa um interstício de tempo aproximado de 1890 a 1940, concentrando-se mais no fim do XIX. Esse período coincide com a “Grande Migração” de europeus para as Américas e Brasil, e também com o período áureo da economia corumbaense.

Não é possível saber se os indivíduos, para os quais não se encontraram os cônjuges, em algum outro momento não se casaram; e, apenas para os que se encontrou dados, pôde-se averiguar a origem deles, embora não de todos. Das 26 “origens de cônjuge” constatou-se o seguinte: argentina (1); corumbaense (4) [ascendência: 1: portuguesa; 1: italiana/boliviana; 1: italiana; 1: não identificado]; italiana (13); paraguaia (6); uruguaia (2). Percebe-se que pelo menos esses migrantes parecem ter firmado consórcio matrimonial preferencialmente com cônjuges da mesma origem; se não uma outra migrante, alguém que tivesse a mesma origem, sendo uma migrante de 2ª geração. Chama atenção também a existência de origens de países da Bacia do Prata, o que reforça a informação da literatura de que alguns desses migrantes estabeleceram-se anteriormente nesses países antes de irem para Corumbá.

Ao pesquisar em jornais de época, disponíveis na Hemeroteca Digital, que eram publicados em Corumbá no início do Século XX, a partir dos sobrenomes como termos de busca, pudemos encontrar alguns tipos de menções: desempenho escolar; ocupação profissional; participação em eventos beneficentes; felicitações pelo aniversário; participação em eventos esportivos; ações de caridade; propagandas de empresas que levam seus nomes, ou do próprio dono do negócio; ações judiciais; convocação de políticos; funções políticas, etc. Tais menções evidenciam a integração desses migrantes, bem como de seus descendentes (migrantes de 2ª geração), na sociedade em que se estabeleceram.

Por fim, também procedemos pesquisa pelos sobrenomes desses migrantes no “Google Maps” em busca por logradouros em Corumbá que tivessem topônimos correlacionados. Foi possível encontrar dez resultados: alameda (1); rua (4); escola (3); museu (1); comércio (1); nos parece um número considerável em relação à quantidade de sobrenomes extraídos de nossa tabela.

O conjunto de evidências encontradas que mencionam os sobrenomes, as profissões, o período de chegada, os cônjuges, a origem dos cônjuges, além das menções em jornais locais da época e as homenagens em logradouros da cidade, que permanecem até os dias atuais, sugerem que os italianos em Corumbá se constituíram em uma comunidade imigrante relativamente bem integrada.

Tal qual é sugerido na definição de integração do Comitê Econômico e Social das Nações Unidas, percebe-se elementos: econômicos, sociais, civis, culturais e espirituais, nesse conjunto documental explorado neste trabalho. Apesar disso, entendemos ser necessário aprofundar as pesquisas e comparar com outros grupos imigrantes para ter uma dimensão melhor do peso desse grupo no conjunto maior de grupos imigrantes na cidade. Além disso, a comparação com as migrações contemporâneas, tais como as que são citadas em Oliveira (2022) no “Anuário das migrações internacionais”, robustecem o entendimento da presença migrante na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das fontes históricas demonstrou que os imigrantes italianos em Corumbá não apenas se adaptaram ao contexto local, mas também deixaram marcas profundas na estrutura socioeconômica e cultural da cidade. Sua integração, conforme definida pela ECOSOC (Simões, 2017), manifestou-se em múltiplas dimensões: econômica, por meio de profissões diversificadas que impulsionaram o comércio e a urbanização; social, através de redes de solidariedade e participação em instituições como a Sociedade Beneficência Italiana; e cultural, com a preservação de tradições e a formação de famílias que perpetuaram seus legados.

Apesar dos avanços desta pesquisa, lacunas persistem, como a necessidade de comparar a experiência italiana com a de outros grupos imigrantes, como sírios, libaneses e portugueses, para entender melhor as dinâmicas de integração em Corumbá. Além disso, estudos futuros poderiam explorar fontes adicionais, como relatos orais de descendentes, para enriquecer a compreensão das estratégias de adaptação e resistência cultural.

Por fim, este trabalho reforça a importância da imigração italiana na formação histórica do Brasil, destacando como Corumbá, uma cidade fronteira, serviu como palco para processos de integração complexos e multifacetados. A presença contínua de sobrenomes italianos em logradouros e instituições locais não apenas homenageia esses indivíduos, mas também simboliza seu papel na construção de uma identidade regional plural e dinâmica.

REFERÊNCIAS

CORREIA, Lúcia Salsa. **História e fronteira: o sul de Mato Grosso 1870 - 1920**. Campo Grande: UCDB, 1999.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso: 1536-1778**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de, *et. al.* (coords.). **Anuário das migrações internacionais** – Corumbá/MS. Corumbá, MS: UFMS - MIGRAFRON, 2022.

PEREGALLI, Enrique. **Como o Brasil ficou assim?: formação das fronteiras e tratados dos limites**. 8. ed. São Paulo: Global, 2001.

SENA, Divino Marcos de; SIQUEIRA, Kiasse S. Moraes. Homens que labutam: um breve panorama sobre os trabalhadores livres na fronteira Oeste do Império do Brasil (1830-1880). *In*: COSTA, Gustavo Villela Lima da; SIQUEIRA, Kiasse S. Moraes; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (orgs.). **Fronteiras: conflitos, integração e políticas públicas**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011. (pp. 95-113)

SIMÕES, Gustavo da Frota. Integração. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; et al. (orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017. (pp. 413-416)

FONTES

AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. (org.). O município de Corumbá. *In*: AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. **Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso** – tomo III. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011. (pp. 69-99)

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). **Termos de recusa de naturalização**. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_A9/0/TRN/0160/BR_RJANRIO_A9_0_TRN_0160_d0001de0001.pdf. Acesso em: 20/06/2025.

FAMILY SEARCH. **Livros Cartoriais de Corumbá** (1875-2017). Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/search/catalog/2813616>. Acesso em: 15/05/2025.

GOOGLE MAPS. Logradouros de Corumbá. Acesso em: 15/05/2025.

HEMEROTECA DIGITAL. Jornais de Corumbá. Acesso em: 15/05/2025.

PÓVOAS, Lenine C. Italianos em Corumbá. *In*: PÓVOAS, Lenine C. **Os italianos em Mato Grosso**. Cuiabá, MT: Entrelinhas Editora, 2022. (pp. 27-57)

LEGISLAÇÕES

BRASIL. **Decreto nº 58-A**, de 14 de dezembro de 1889. Providencia sobre a naturalização dos estrangeiros residentes na Republica. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1889, Página 251 Vol. 1. Disponível em: <https://link.ufms.br/utdp3>. Acesso em: 20/07/2025.

O corriere d'italia e o fascismo italiano: da denúncia à apatia política (1920–1927)

Lino Alan Ribeiro da Luz Dal Prá (PUCRS)

Resumo

O presente artigo analisa as transformações da postura editorial do jornal *Il Corriere d'Italia*, publicado em Bento Gonçalves (RS), frente à ascensão do fascismo italiano entre os anos de 1920 e 1927. Vinculado à Ordem dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos), o periódico expressava uma posição católica e nacionalista que, inicialmente, combatia de forma sistemática o avanço do Partido Nacional Fascista. No entanto, ao longo do período investigado, observa-se uma gradativa atenuação desse enfrentamento, revelando um processo de apatia política diante do fortalecimento do regime fascista na Itália. O estudo parte da análise de editoriais, artigos de opinião e seções de conteúdo político do jornal, interpretando como esses discursos se relacionavam com os contextos locais e internacionais, bem como com os interesses da Igreja e da comunidade italiana no nordeste do Rio Grande do Sul. Ao fazer isso, o trabalho contribui para a compreensão dos limites da resistência ideológica em setores do catolicismo italiano no Brasil frente ao autoritarismo europeu em ascensão.

Palavras-Chaves: Imprensa étnica, Ordem dos Scalabrinianos e fascismo italiano.

Introdução

A ascensão do fascismo na Itália, a partir dos anos 1920, repercutiu de diferentes formas entre as comunidades italianas dispersas pelo mundo, especialmente naquelas marcadas por forte identidade étnica e vínculos religiosos. No Brasil, e particularmente no Rio Grande do Sul, jornais voltados a imigrantes e seus descendentes tornaram-se importantes espaços de expressão política, cultural e ideológica. Um desses veículos foi o *Il Corriere d'Italia*, periódico publicado em Bento Gonçalves sob orientação da Ordem dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos), que atuava tanto na evangelização quanto na organização comunitária das colônias italianas. Com um perfil nacionalista e fortemente católico, o jornal desempenhou papel relevante na mediação entre os valores religiosos e as disputas políticas em curso na Itália, posicionando-se, ao menos em um primeiro momento, de forma crítica à ideologia fascista e às suas implicações para a relação entre Estado e Igreja.

No entanto, ao longo da década de 1920, observa-se uma mudança no tom editorial do *Corriere*, que passa de uma postura combativa a um progressivo silêncio diante da consolidação do regime de Benito Mussolini. Esse percurso, que oscila entre a denúncia e a apatia política, é revelador das tensões internas no seio do catolicismo italiano no Brasil, assim como das dificuldades em articular uma resistência coesa ao autoritarismo em expansão na Europa. Este artigo propõe analisar esse processo por meio do estudo dos editoriais, artigos e seções políticas do *Il Corriere d'Italia* entre 1920 e 1927, interpretando seus conteúdos à luz dos contextos locais e internacionais, bem como dos interesses institucionais da Igreja. Ao fazer isso, busca-se compreender como a imprensa étnica religiosa operou frente às transformações políticas da Itália fascista e quais foram os limites de sua resistência ideológica no interior das comunidades imigrantes.

A imprensa no nordeste do Rio Grande do Sul: religiosidade, imigração e ideologia

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a imprensa desenvolvida na região nordeste do Rio Grande do Sul adquiriu papel central na articulação identitária, religiosa e política das comunidades locais, como nas colônias italianas que se estabeleceram na Serra Gaúcha. Mais do que simples veículos de informação, esses jornais e periódicos atuaram como mediadores culturais, funcionando como espaços de afirmação étnica, preservação de valores tradicionais e divulgação de pautas religiosas, muitas vezes associadas a orientações doutrinárias da Igreja Católica. O florescimento desse setor editorial esteve diretamente ligado ao crescimento demográfico das cidades da região e à consolidação de redes econômicas, sociais e culturais que estruturaram a vida colonial nas décadas seguintes à imigração. A emergência de centros urbanos mais organizados, como Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, favoreceu o surgimento de uma imprensa engajada, que não apenas noticiava fatos cotidianos, mas também participava ativamente da formação da opinião pública, do fortalecimento de lideranças comunitárias e da mediação de vínculos transnacionais com a Itália.

A dinâmica editorial desses periódicos variava conforme o potencial econômico, o grau de alfabetização e o perfil populacional de cada município, refletindo as especificidades socioculturais de suas respectivas colônias. Em locais com maior densidade populacional ou presença marcante de ordens religiosas, como os capuchinhos, os jornais tendiam a apresentar uma linha editorial mais estruturada, com ênfase na moral cristã, na defesa da educação católica e na manutenção dos laços com a pátria de origem. A imprensa local, nesse sentido, funcionava

como uma extensão simbólica do território italiano no Brasil, articulando simultaneamente elementos da vida prática nas colônias e das transformações políticas e ideológicas que ocorriam na península.

TÍTULO	INÍCIO	TÉRMINO	PERIODICIDADE	LOCAL	LINHA EDITORIAL
Bento Gonçalves	1910	1913	Semanal	Bento Gonçalves	Orgão dos interesses coloniais
A Thesoura	1911	1912	Semanal	Bento Gonçalves	Humorístico/crítico
Corriere d'Italia	1913	1928	Semanal	Bento Gonçalves	Católica
A Encrenca	1914	1915	Semanal	Caxias do Sul	Crítico/literário
O Echo da Serra	1914	1914	Desconhecida	Bento Gonçalves	Crítica/humor/notícias
L'Agricoltore	1914	1914	Desconhecida	Caxias do Sul	Interesses regionais
O Estado	1915	1915	Semanal	Bento Gonçalves	Interesses da região
O Pradense	1916	1916	Desconhecida	Antônio Prado	Político/PRR
O Estímulo	1916	1918	Semanal	Caxias do Sul	Literário/crítica/noticiosa
O Intruso	1916	1916	Semanal	Bento Gonçalves	Literário, crítico, humorístico e noticioso
La Staffeta Riograndense	1917	1941	Semanal	Garibaldi	Católica
O Popular	1928	1930	Semanal	Caxias do Sul	Pró-Vargas

Fonte: GIRON, Lorraine. 100 Anos de Imprensa Regional 1897 – 1997. Caxias do Sul: EDUCS. 2004, p. 75 – 76.

Nesse cenário, a atuação da Ordem dos Missionários de São Carlos Borromeu (Scalabrinianos) foi determinante. Chegados ao Brasil na década de 1890, inicialmente no Espírito Santo, os missionários scalabrinianos rapidamente expandiram sua presença para estados como São Paulo, Paraná e, com forte expressão, para o Rio Grande do Sul. Na serra gaúcha, sua missão combinava assistência espiritual e social aos imigrantes com a promoção ativa de valores católicos e nacionalistas. Essa missão ganhava corpo não apenas por meio de atividades pastorais e educacionais, mas também pelo uso estratégico da imprensa como instrumento de evangelização e orientação ideológica (Valduga, 2007).

Entre os veículos mantidos ou influenciados pela Ordem, destaca-se o *Il Corriere d'Italia*, publicado em Bento Gonçalves por quase vinte anos. O jornal tornou-se uma das principais ferramentas scalabrinianas para consolidar um discurso que articulava fé católica, identidade étnica e lealdade à Igreja e à Itália, especialmente em um período marcado por instabilidades políticas e disputas ideológicas (Souza, 2002). A publicação não só registrava

eventos e notícias das comunidades locais, mas também interpretava o contexto político italiano à luz da doutrina da Igreja e dos interesses dos imigrantes.

No mesmo espírito, outros jornais da região, como o *Il Colono Italiano* (Caxias do Sul) e o *Bento Gonçalves*, revelavam preocupações semelhantes. Esses periódicos frequentemente reservavam suas primeiras edições do ano para expor os anseios das comunidades que representavam, abordando questões políticas, sociais e econômicas sob a perspectiva dos colonos católicos. O editorial de 1º de janeiro de 1898 do *Il Colono Italiano*, por exemplo, enfatizava a defesa do “imigrante católico italiano” como prioridade. Já o periódico *Bento Gonçalves*, ao longo de três anos de existência, manifestava a intenção de debater os “assuntos de interesse colonial”, reforçando o vínculo entre imprensa, território e identidade.

A longevidade de jornais como *Bento Gonçalves*, *Il Corriere d'Italia*, *Staffetta Riograndense* e *O Popular* é indicativa da força e persistência dessas iniciativas. Em comum, esses veículos demonstravam uma inclinação temática marcadamente religiosa, frequentemente financiados ou apoiados por ordens como os capuchinhos e os próprios scalabrinianos. Esse traço confere à imprensa do período não apenas uma função informativa, mas também formadora, na medida em que atuava como mediadora entre o universo simbólico da Igreja e as realidades concretas dos imigrantes.

Pátria e Religião: *Il Corriere d'Italia* como mediador identitário

Embora compartilhasse com outros jornais da região serrana do Rio Grande do Sul preocupações comuns às comunidades de imigrantes — como a valorização da cultura de origem, os debates políticos locais e o acompanhamento da situação italiana —, o *Il Corriere d'Italia* apresentava uma prevalência clara na articulação entre nacionalismo e religiosidade. Dirigido pela Ordem dos Scalabrinianos, o periódico projetava, em suas páginas, uma visão de mundo em que a pátria italiana e a fé católica eram elementos indissociáveis da identidade dos emigrados. Seções como “A Itália Colonial”, “A Grande Itália” e “A Itália no Exterior” ilustram esse projeto editorial, ao exaltar tanto as conquistas materiais da Itália unificada quanto os vínculos espirituais que uniam os emigrantes à sua terra natal. Assim, mais do que apenas informar, o jornal buscava formar — promovendo uma identidade ítalo-católica que transcendia fronteiras e oferecia coesão simbólica às comunidades italianas no Brasil.

Exemplar dessa narrativa é a matéria publicada em 13 de setembro de 1913, que resenha a obra “A mais grande Itália”, de Pietro Garibaldi, professor da Escola Superior de Comércio

de Torino. No trecho citado, o jornal reproduz com entusiasmo a visão de uma Itália imperial em crescimento:

Nestes últimos dias o professor Pietro Garibaldi da Escola Superior de Comércio de Torino publicou um interessante volume chamado: *A mais grande Itália*. Nele escreveu sobre os italianos no exterior e as colônias italianas (Eritreia. Somália. Líbia). Neste livro, que porta um prefácio de Paolo Boselli, temos uma ideia clara e precisa de quantos filhos italianos existem nos confins da pátria. Segundo o livro, a Itália possui um império colonial de oito milhões e meio de quilômetros... existindo, com isso, mais de um milhão de seus filhos em todo o mundo (Il Corriere d'Italia, 13 de set. de 1913).

Essa retórica não apenas enaltecia o projeto expansionista italiano como contribuía para fortalecer entre os colonos o sentimento de pertencimento a uma comunidade transnacional e civilizadora, que unia cultura, fé e pátria sob uma mesma bandeira. No contexto brasileiro, essa construção identitária também servia como contraponto à assimilação plena, ao promover uma forma específica de integração que não prescindia da lealdade à Itália e à Igreja (Beneduzi, 2001).

Durante a Primeira Guerra Mundial, esse viés nacionalista se intensificou. O *Corriere* tornou-se um dos principais porta-vozes da causa italiana no sul do Brasil, apelando ao dever moral dos imigrantes de sustentar financeiramente o esforço de guerra da pátria-mãe. Campanhas de arrecadação e chamadas patrióticas dominaram as páginas do jornal, que procurava mobilizar o sentimento de pertencimento nacional em meio ao conflito global. O discurso religioso, por sua vez, reforçava o caráter moral dessa adesão, apresentando o apoio à Itália como um dever espiritual e civilizacional por parte de suas pequenas representações nacionais em solo brasileiro (Azzi, 1987).

Contudo, com o fim da guerra e a assinatura do Tratado de Saint-Germain (1919), o entusiasmo patriótico deu lugar a um sentimento ambíguo. A expressão “vitória mutilada” — amplamente utilizada na imprensa e no discurso político italiano — passou a figurar também nas páginas do *Corriere*, refletindo a frustração dos imigrantes diante do não cumprimento das promessas territoriais feitas à Itália pelas potências aliadas. Essa inflexão no discurso jornalístico revela não apenas uma mudança de tom, mas também o início de uma crise simbólica: o ideal da “Grande Itália” mostrava-se incompleto e frustrado, abrindo caminho para novas formas de interpretação da política italiana no exterior — contexto que, mais adiante, influenciaria inclusive a recepção do fascismo entre as comunidades emigradas (Marques, 2008).

O *Il Corriere d'Italia* no início da década de 1920: crítica ao fascismo e defesa da ordem católica

Nos primeiros anos da década de 1920, o *Il Corriere d'Italia* posicionou-se de forma explícita no cenário político italiano, reforçando sua vinculação ao nascente *Partito Popolare Italiano* (PPI), de inspiração católica e democrata-cristã, criado em 1919 com apoio do Papa Bento XV. Alinhado aos valores defendidos pela Igreja e à tradição moderada do catolicismo social, o periódico scalabriniano projetava, para seus leitores nas colônias italianas do Brasil, uma imagem do PPI como alternativa legítima e moral aos extremismos que começavam a disputar o centro do poder político na Itália.

Ao mesmo tempo, o jornal manteve uma linha editorial marcada por críticas contundentes ao *Partito Socialista Italiano* (PSI), reiterando temores sobre o avanço das ideias marxistas em solo italiano e seus reflexos na ordem moral e religiosa das sociedades ocidentais (Bertonha, 2014). Conjuntamente, ainda que em menor escala, o *Corriere* passou a observar com crescente inquietação a ascensão de Benito Mussolini e seu movimento fascista. Inicialmente tratado como um fenômeno periférico e duvidoso, o fascismo ganhava espaço nas páginas do jornal, sobretudo pela preocupação com seu potencial desestabilizador diante da já tensa polarização entre socialistas e conservadores, de sobremaneira conforme, pelo enfraquecimento do primeiro, os fascistas passaram a ocupar seu espaço no sistema de poder italiano (Gentile, 1988).

Se as eleições nos derem uma câmara séria e disciplinada, Itália logo será curada de seus ferimentos, e recuperará sua glória que está armazenada no concerto das grandes nações... Alguns gostariam de atribuir a ação fascista a esta melhoria. Não... nós não compartilhamos desta opinião. As lutas selvagens e terríveis dos fascistas contra os socialistas são graves e afetam os homens justos... Todos concordam que o fascismo se desviou da sua linha primitiva que era a legítima defesa da liberdade, da vida, da propriedade, ameaçada pela insolência comunista. Mas agora o fascismo passou a atacar tudo o que não é o fascismo .. Com isso, a Itália se transformou em um vasto campo de guerra civil (...) (*Il Corriere d'Italia*, 29 abr. de 1921).

Conforme o fascismo ganhava força e Mussolini se projetava como figura central na política italiana, o tom editorial do jornal tornava-se mais direto e hostil. Em seus artigos, o líder fascista era frequentemente retratado como um oportunista camuflado, cujas origens marxistas eram destacadas com o objetivo de afastar simpatizantes liberais e conservadores. Para reforçar essa desconfiança, o jornal utilizava metáforas carregadas, como a imagem da

cobra, associando Mussolini à traição, falsidade e perigo silencioso — recursos retóricos que buscavam deslegitimar sua figura pública por meio de associações morais negativas.

Este doloroso pós-guerra ainda é turbulento e agitado e o trabalho de reconstrução está ocorrendo quando de súbito e intenso ele é interrompido. Agora os fascistas estão tentando substituir o governo e, de fato, se a notícia é verdadeira, eles teriam depostos as mesmas autoridades civis em várias cidades, como Florença, Pisa e Cremona. A serpente morde o charlatão que se aquece no seu seio: um homem de violência, sem fundamentos morais e com o único programa de força bruta, nunca pode gerar a ordem (...) talvez, até mesmo para a monarquia não sejam dias felizes (*Il Corriere d'Italia*, 03 nov. de 1922).

A tensão política atingiu um novo patamar em 1924, com o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti, sequestrado e morto por paramilitares ligados ao regime fascista após denunciar, no Parlamento, os abusos e fraudes nas eleições daquele ano. O caso repercutiu fortemente não apenas na Itália, mas também entre os núcleos da diáspora italiana, gerando comoção e indignação (Ciufoletti, 2008). O *Il Corriere d'Italia*, atento aos desdobramentos do episódio, assumiu uma postura claramente crítica, publicando ao longo de quase todo o ano de 1924 uma série de artigos e notas que denunciavam os métodos violentos do fascismo e alertavam para os riscos de sua consolidação como regime autoritário.

Apesar desse esforço, a capacidade de mobilização do jornal mostrou-se limitada. A tentativa de dissuadir setores das elites coloniais do apoio ao fascismo obteve resultados frágeis, em parte devido à popularidade crescente de Mussolini entre grupos que viam em seu discurso uma promessa de ordem e de revalorização da nação italiana. Ainda assim, a posição editorial do *Corriere* nesse período evidencia uma resistência significativa no interior do catolicismo emigrado, revelando que a ascensão do fascismo não se deu sem contradições e tensões, mesmo entre aqueles que compartilhavam valores conservadores e nacionalistas.

Entre a indiferença e a simpatia: o *Il Corriere d'Italia* e o fascismo em seus últimos anos de produção

Independentemente de sua trajetória editorial marcada por posições firmes — especialmente no combate ao socialismo e, secundariamente, à ascensão do fascismo —, o *Il Corriere d'Italia* demonstrou, em seus últimos anos de circulação, uma mudança significativa de tom. A partir de 1925, coincidindo com a consolidação do Partido Nacional Fascista no poder e o aprofundamento da polarização política na Serra Gaúcha, entre apoiadores e

detratores, o periódico scalabriniano passou a reduzir progressivamente o espaço dedicado aos debates políticos italianos. Essa retração editorial não significou um silêncio absoluto, mas uma redistribuição temática que relegou as questões políticas para segundo plano, privilegiando conteúdos religiosos e de cunho moral.

Durante esse período, tornaram-se recorrentes publicações que destacavam a expansão do catolicismo em países de maioria protestante, como os Estados Unidos e a Inglaterra, com ênfase nos relatos de conversão religiosa e no crescimento da Igreja fora do mundo latino. Esses textos, embora aparentemente desconectados do contexto político italiano, indicam uma inflexão discursiva do jornal em direção a um catolicismo universalista, que parecia buscar refúgio em temas espirituais frente à complexidade do cenário político europeu, especialmente em um momento em que as alternativas partidárias alinhadas à Igreja, como o PPI, já estavam extintas devido à ação fascista.

Um episódio particularmente revelador dessa nova ambiguidade editorial ocorreu em 15 de abril de 1926, quando o *Corriere* publicou uma inusitada reportagem de capa dedicada à figura de Benito Mussolini. Em contraste com a tendência anterior do jornal de marginalizar os temas políticos ou relegá-los a seções secundárias, a escolha de destacar o *Duce* na primeira página sugeria um contraponto significativo. Mais do que noticiar, a matéria demonstrava um tom de admiração velada, preocupando-se com o estado de saúde de Mussolini e ressaltando sua importância no projeto de reconstrução nacional da Itália. Essa abordagem destoava abertamente das posições críticas adotadas anteriormente pelo jornal e denotava uma possível tentativa de acomodação simbólica ao novo regime — senão por convicção, talvez por pragmatismo diante da nova correlação de forças no cenário político internacional e no interior das próprias comunidades italianas no Brasil.

Esse gesto ambíguo revela um momento de transição e esvaziamento da função política do jornal, marcado por uma mescla de indiferença e simpatia, ou ao menos de resignação, frente ao fascismo. A mudança de enfoque e o abrandamento das críticas coincidiram com o declínio do *Il Corriere d'Italia*, que cessaria suas atividades pouco tempo depois. Sua trajetória final reflete não apenas a dificuldade de manter uma posição de enfrentamento diante de um regime em plena ascensão, mas também as limitações do catolicismo emigrado em sustentar uma oposição coerente e duradoura a um projeto político que, embora autoritário, prometia ordem, unidade nacional e valorização da cultura italiana — elementos caros às elites coloniais e a parte significativa da própria hierarquia eclesiástica.

Em sua última edição, o jornal destaca sua absorção à publicação *Stafetta Riograndense*, vinculado à ordem capuchinha e mais aberta, historicamente, as prerrogativas fascistas,

destacando talvez uma das facetas mais trágicas da história do Corriere, por tudo o que ele representava (Giron. 1996).

COM O OBJETIVO: de dar maior firmeza, vigor e unidade à imprensa católica colonial, de se aprofundar melhor na vida local, de oferecer um serviço mais perfeito na informação com as mais variadas matérias, de diminuir o tempo e as despesas necessárias pela existência, de duas redações distintas e independentes as redações dos dois semanários IL CORRIERE D'ITALIA e STAFFETTA RIOGRANDENSE - considerando ser único e o objetivo dos dois jornais - decidiram por unir-se efetuando o quanto antes este projeto.

COM O PRIMEIRO NÚMERO DO MÊS DE JULHO A NOSSA COLÔNIA ITALIANA TERÁ UM ÚNICO JORNAL COM O TÍTULO

“STAFFETTA RIOGRANDENSE”

“Corriere d'Italia”

O qual concentrando em um só grupo as forças intelectuais e financeiras dos velhos semanários, será o porta-voz dos sentimentos católicos dos nossos bravos colonos. Ao novo, mais grande e mais forte semanário que estará concentrado em Garibaldi, não faltará o aplauso e o apoio daqueles que sentem a necessidade da boa palavra que continuará a levar entre nossas famílias a sã formação religiosa e moral (Il Corriere d'Italia, 30 jun. de 1927.).

Considerações finais

Há momentos em que o silêncio editorial revela mais do que o discurso aberto. Entre palavras cuidadosas, escolhas de pauta e mudanças de tom, delineiam-se posicionamentos que nem sempre se expressam por meio da crítica direta, mas que, ainda assim, participam ativamente da construção de sentidos em tempos de incerteza. O estudo de publicações como o *Il Corriere d'Italia* permite compreender como determinados projetos editoriais, ancorados em vínculos religiosos e comunitários, respondem a conjunturas adversas não apenas por meio da oposição declarada, mas também por estratégias de retração, desvio temático ou mesmo ambiguidade.

Em contextos marcados por disputas ideológicas intensas, o campo religioso raramente se apresenta como neutro. Ainda que recubra suas posições com a linguagem da fé, da moral ou da missão pastoral, ele opera sobre realidades concretas e se inscreve nas tensões do tempo. A imprensa scalabriniana, como demonstrado neste estudo, participou desse processo, não apenas informando comunidades de emigrantes, mas ajudando a moldar os contornos do pertencimento, da lealdade e da legitimidade política.

Ao observar os deslocamentos discursivos de um periódico que transitou entre o enfrentamento e a adaptação, entre o protagonismo e a omissão, somos convidados a refletir sobre os limites da crítica em ambientes atravessados por vínculos institucionais, valores

espirituais e a necessidade de sobrevivência simbólica. Nesses espaços, nem sempre a ausência de enfrentamento corresponde à adesão plena — mas tampouco escapa da responsabilidade histórica que cabe à palavra publicada.

Referências

AZZI, Riolando. A Igreja e os Imigrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra scalabriniana no Brasil (1904 – 1924). V. 2. São Paulo: Paulinas, 1987.

BENEDUZI, Luís, Nem Jerusalém nem Sodoma: a vivência da religião nas comunidades italianas da serra gaúcha nos inícios do século. In: SULIANI, Antônio (org.). Etnias & Carisma. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2001.

BERTONHA, João. Os Italianos. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

CIUFOLETTI, Zeffiro. Dentro la storia: Eventi, testimonianze e interpretazioni. Firenze: Casa editrice G. D’Anna, 2008.

GENTILE, Emilio. Itália Fascista: do partido armado ao Estado Totalitário. in. GENTILE, Emilio & FELICE, Renzo de. A Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo. Tradução de Fátima Conceição Murad. São Paulo: Ícone Editora, 1988.

GIRON, Loraine Slomp. Colônia: um conceito controverso. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

_____. 100 Anos de Imprensa Regional 1897 – 1997. Caxias do Sul: EDUCS. 2004.

MARQUES, Alexandre. “A Questão ítalo-abissínia”: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SOUZA, Wlaumir Doniseti. Imigração italiana e Igreja: Ultramontanismo e Neo-ultramontanismo. In: DREHER, Martin Norberto. 500 anos de Igreja na América Meridional. Porto Alegre: EST/CEHILA, 2002.

VALDUGA, Gustavo. "Paz, Itália, Jesus": uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, defendida na PUCRS, 2007.

Imigrantes italianos no comércio de Porto Alegre (1945-1955)

Egiselda Brum Charão

Resumo: O presente artigo advém da análise de uma multiplicidade de fontes sobre comércio e imigração italiana do segundo Pós-Guerra na capital gaúcha que se dedicaram ao comércio dos mais variados ramos. O estudo lança mão de fontes primárias como depoimentos orais, jornais e assentamentos em órgãos oficiais como cartórios e Junta Comercial de Porto Alegre para entender as dinâmicas de movimentação dos peninsulares e as estratégias utilizadas para exercerem as atividades de comércio. O texto explana sobre o panorama do comércio de Porto Alegre no período proposto. Apresenta um mapeamento dos comércios, examina os arranjos de partida e chegada à capital e encerra ponderando que tais arranjos definiam a escolha pelas atividades de comércio do imigrante que chegava.

Palavras-chave: imigrantes italianos. Comércio. Porto Alegre.

Italian immigrants in the commerce of Porto Alegre (1945-1955)

Abstract: The present article stems from the analysis of a multitude of sources on Italian trade and immigration in the post-World War II period in the capital of Rio Grande do Sul, Brazil, which were dedicated to commerce in various branches. The study makes use of primary sources such as oral testimonies, newspapers, and records in official bodies such as registries and the “Junta Comercial de Porto Alegre” to understand the dynamics of movement of the Italian immigrants and the strategies used to engage in commercial activities. The text elaborates on the commerce panorama of Porto Alegre in the proposed period. It presents a mapping of the trades, examines the arrangements of departure and arrival in the capital, and concludes by considering that such arrangements defined the immigrant's choice of commercial activities upon arrival.

Key-words: Italian immigrants. Commerce. Porto Alegre.

Este trabalho analisa a inserção dos imigrantes italianos que vieram para Porto Alegre no segundo pós-guerra (1945-1955) e se dedicaram ao comércio¹. Para tanto, foram identificados, inicialmente, os novos comerciantes italianos inseridos no contexto de Porto Alegre e de seu comércio naquele período. Novos, porque os primeiros vieram para Porto Alegre nas ondas migratórias que antecederam II Guerra Mundial. Denomino estes peninsulares de “velha guarda”, estes predominavam em alguns nichos do comércio dos que provinham do sul da Itália. Ganharam destaque em alguns ramos e ascenderam social e economicamente.

O estudo emprega, juntamente com bibliografia pertinente, um número significativo de fontes como jornais, depoimentos orais, registros de casamentos das 1ª, 2ª e 3ª Zonas, registros da Junta Comercial de Porto Alegre. Pela variedade de fontes, a metodologia, com entrecruzamento de fontes se insere no campo da micro-história com um viés da História social. O texto apresenta ponderações sobre o comércio em Porto Alegre, sobre os arranjos da vinda dos imigrantes com relatos e documentação e a distribuição geográfica do comércio italiano na capital no Pós Segunda Guerra Mundial e encerra evidenciando que tais arranjos definiam as atividades de comércio do imigrante que chegava.

As imigrações interrompidas durante a Segunda Guerra Mundial recuperaram parte do fôlego no pós-guerra. No Rio Grande do Sul, esta nova onda migratória se beneficiou das estruturas étnicas consolidadas desde o final do século anterior nos principais centros urbanos. Porto Alegre, em particular, tornou-se uma meta atrativa, pois tinha uma conotação de cidade industrial desenvolvida e uma consistente presença italiana de velho assentamento, que se tornou o *network* principal para facilitar o acolhimento de novos compatriotas.

Para Ianni (1979, p. 25), o italiano que imigrou para o Sul do Brasil, no caso, Porto Alegre, no período pós-guerra, tornou-se a força dinâmica do Sul, porque tinha elementos favoráveis importantes como a tecnologia própria e a capital próprio. O autor considera o italiano do Sul diferente do italiano de São Paulo, pois o primeiro começou com seu próprio capital – trabalho e dinheiro – e daí passou para comércio e a indústria.

Ao estudarmos as casas de comércio pertencentes a imigrantes italianos que se estabeleceram em Porto Alegre no segundo pós-guerra, nos deparamos com alguns dilemas a respeito do que poderia ser considerado comércio naquele período, uma vez que encontramos oficinas e pequenas indústrias que praticavam comércio no mesmo estabelecimento. No

¹ O artigo é uma síntese da tese de doutorado “Os imigrantes italianos no comércio de Porto Alegre no segundo Pós-Guerra (1945-1955): a influência das redes de sociabilidade na mobilidade, na inserção e na escolha da atividade econômica”, defendida em 2023, no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS.

passado, grande parte dos comerciantes locais produziam os artigos para a venda, como ocorria com padeiros, confeitheiros, sapateiros, alfaiates, boticários, farmacêuticos, etc. Com o desenvolvimento industrial, pequenas fábricas mantinham um balcão de vendas no estabelecimento. Na medida em que a divisão social do trabalho evoluiu, o comércio e a produção foram se separando. Entretanto, sabemos que não há uma linha divisória clara e precisa para essas mudanças. Conforme Ortigoza:

No Brasil, pela sua história recente, as transformações no processo de desenvolvimento comercial e nas relações de consumo apresentaram uma maior velocidade nas mudanças e, conseqüentemente, um maior impacto no espaço urbano, se comparado aos países europeus. Não podemos nos esquecer de considerar que o comércio não pode evoluir isoladamente, nem ao modificar-se o faz sozinho; pelo contrário, ao se transformar, o comércio arrasta, no seu movimento, as demais etapas da produção e o próprio urbano (Ortigoza, 2010, p. 31).

No período estudado, Porto Alegre não apresentava uma indústria completamente desenvolvida, o que deixava espaço para os artesãos estabelecerem suas oficinas e venderem diretamente seus produtos. Além disso, verifica-se que algumas oficinas, com o tempo, se transformaram em lojas oferecendo, também, a opção de produtos feitos artesanalmente, como diferencial, a exemplo de sapatos e roupas.

Baseado em Marx, Ferreira (2016) define capital comercial:

O capital comercial divide-se em: (1) capital de comércio de mercadorias; e (2) capital de comércio de dinheiro. O capital global da sociedade sempre se encontra como mercadoria no mercado ou como dinheiro, que será transformado posteriormente em mercadoria. Essas duas funções do capital, o qual se encontra confinado na esfera da circulação, se autonomiza e passa a ser o negócio de uma classe específica de capitalistas atribuída pela divisão social do trabalho. Dessa forma, o capital-mercadoria torna-se capital de comércio de mercadorias ou capital comercial (Ferreira, 2016, p.2).

Foi durante essas transformações que muitos dos imigrantes italianos espontâneos que chegaram à capital gaúcha como artesãos, como sapateiros ou alfaiates e tinham aprendido a profissão/ofício na Itália. Tão logo conseguissem juntar algum capital no novo país, abriam uma pequena oficina. Os produtos eram vendidos na própria oficina, o que as caracterizava também como casas de comércio. Na medida em que o capital crescia, esses artesãos começavam a investir em produtos industrializados, tais como roupas e calçados, muitas vezes importados – transformando o “capital-mercadoria” em “capital de comércio de mercadoria”.

Portanto, considerando que o comerciante pode ser qualquer pessoa que realiza atos de comércio, como compra e venda ou troca de bens, nesse contexto estudado, o presente trabalho considera também como comércio, oficinas e pequenas indústrias com vendas de produtos, como, por exemplo, lojas de tecidos ou de roupas com alfaiatarias, marcenarias com venda de objetos de madeira e sapatarias com venda de calçados prontos, etc.

Porto Alegre e os novos comerciantes italianos:

A partir das reflexões trazidas por Leonardo Conedera sobre a presença de peninsulares nos segmentos técnico e artístico em Porto Alegre e sobre o conceito de rede social que baliza os estudos antropológicos e sociológicos desde a década de 1970, aprofundamos o conhecimento sobre as relações que se desenvolveram entre os imigrantes italianos que se dirigiram para Porto Alegre no segundo Pós-Guerra. Leonardo toma como norte a concepção de redes de Larissa Adler Lomnitz (2009), para a qual a rede:

[...] é uma abstração que se usa para facilitar a descrição de um conjunto de relações em um espaço social dado. Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes. As redes sociais são alicerçadas pelas relações de solidariedade e confiança. Normalmente, a família é a base da rede de solidariedade, visto que ela representa o grupo social do indivíduo (Lomnitz, 2009, p. 18)

A partir desse conceito, se entende as relações existentes dentro dos grupos de italianos que migraram para Porto Alegre após 1945. O recorte de estudo contempla uma reduzida imigração que surgiu no período, originando o imigrante “último tipo” que vinha em busca de melhor emprego para seu dinheiro (Trento, 1989, p. 442). Esta não era uma iniciativa somente dos imigrantes que possuíam fortunas, era também um recurso dos pequenos empreendedores ou comerciantes que tiveram suas viagens amparadas pelas redes familiares e de amizade.

Para o entendimento desses novos grupos migratórios, se recorreu, também, à obra *Sociologia delle migrazioni*, de Laura Zanfrini. As pesquisas da socióloga relacionadas às redes demonstram que há perpetuação da imigração. A autora assinala que as redes:

[...] possuem também uma natureza de autopropulsão que faz com que, já uma vez estabelecido, um fluxo migratório tende a durar no tempo, até mesmo com a mudança das condições que a estes tenham dado origem e se reduzam as oportunidades de inserção no contexto de destino (Zanfrini, 2007, p. 100)

Os italianos que vieram anteriormente já estavam integrados no espaço social urbano e, através dos meios de comunicação, sinalizavam aos conterrâneos os novos espaços de trabalho que emergiam na cidade em desenvolvimento, possibilitando a saída de uma realidade difícil na Itália do imediato pós-guerra. Apesar de se relacionar com os antigos núcleos étnicos estabelecidos na cidade, os imigrantes desse período possuem capacidades e características peculiares.

No ano de 1945 teve início o período caracterizado pelo afrouxamento da fiscalização referente à entrada dos imigrantes. Cinco anos depois, com um acordo entre os dois países, firmaram-se dois tipos de imigração: a espontânea e a dirigida. A imigração “espontânea” era fomentada pelas “cartas de chamada” de parentes e de ofertas de emprego; que consistia no “pagamento da passagem, certidão de trabalho, pessoa responsável pela permanência no Brasil e um atestado da igreja dizendo que o imigrante era católico e não comunista, e o visto do consulado” (Scavuzzo, 2004, p. 5), conforme testemunho da italiana que imigrou naquele período.

O objetivo do governo era estimular a imigração espontânea, já que esta não trazia custos para os governos. Na cerimônia oficial de assinatura do acordo de imigração de 1950, o então embaixador italiano no Brasil, Mario Augusto Martini, argumentou que a nação italiana era “tradicionalmente ligada ao povo brasileiro por tão indissolúveis laços de sangue e de cultura”. O acordo vinha balizar o objetivo do governo que na primeira metade da década de 1950 tinha como meta prioritária intensificar a industrialização no Brasil.

A imigração “dirigida” era fomentada por grupos e cooperativas, orientados pelos convênios entre o governo brasileiro e os organismos internacionais, assim como a Comissão Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) e a Comissão Católica de Migrações (Trento, 1989, p. 412). Nesses casos, muitas vezes, o imigrante empreendedor transferia do exterior toda a estrutura empresarial, como os materiais e o pessoal com conhecimento e competências, indispensáveis ao processo produtivo, mas ausentes na terra de destino, para montar e adaptar o empreendimento à nova situação. Nesse caso, cita-se como exemplo emblemático a Fábrica de Massas²Adria mencionada no depoimento de Valeria Novak Paskuin (Zamberlan, 2010, p. 62; Charão, 2013, p. 55). Desde então, o setor industrial e comercial porto-alegrense se tornou atrativo para os imigrantes.

² Valéria Novek Paskulin, natural de Trieste, norte da Itália, relata em depoimento que partiu da cidade natal em 1951, junto com o marido, pois ele era técnico de produção de alimentos e veio para montar a fábrica de massas Adria, em Porto Alegre, no Bairro São Geraldo. (Paskulin, 2002, p. 1-8).

A Porto Alegre do pós-guerra se encontrava em crescente ascensão, vivenciando uma notável expansão urbana, experimentando mudanças de ordem social e cultural com os setores da educação e do trabalho, aliados aos processos de industrialização. Além das transformações decorrentes da Segunda Guerra, os hábitos norte-americanos e europeus chegavam aos portalegrenses através das telas do cinema, das várias salas que a cidade possuía naquele período, e eram absorvidos por distintas classes sociais. (ScholL, 2012, p.54-55)

A capital gaúcha mostrava sinais de modificações propiciadas pelo fluxo cultural resultante dos intercâmbios entre grupos humanos oriundos de várias partes do mundo. Eles vieram atraídos pelo seu crescimento urbano e oportunidades econômicas ofertadas pela cidade em virtude do processo acelerado de industrialização (Constantino, 1999, p. 58).

O desenvolvimento que se verificava na capital com a rápida motorização do país requeria, a exemplo dos outros estados a expansão viária que foi possível graças ao aterramento do Guaíba, fazendo com que a zona urbana aumentasse sua superfície. O crescimento das dimensões estimulava a corrida imobiliária, fazendo com que surgissem os primeiros loteamentos próximos aos bairros operários e incrementando a construção civil. O centro da cidade, que concentrava as atividades comerciais, financeiras e administrativas, começou a crescer verticalmente com a edificação de grandes espigões. A economia foi descentralizada, dando origem a novos e mais dinâmicos bairros, como, por exemplo, o bairro dos operários que passou a reunir comércio, indústria e moradias. Nos locais se desenvolviam atividades sociais necessárias aos moradores, espaços onde era possível verificar o crescimento funcional da cidade (Silva, 1996, p. 56-57).

Naquele período, Porto Alegre ocupava a posição predominante de concentração de mercadorias, exportando 60% da produção. Além disto, junto com a região limítrofe (Zona Colonial) possuía 50% de fábricas, 60% de números de empregados trabalhando que garantia 50% da produção industrial e 50% da produção agrícola. Os percentuais referentes a Porto Alegre e região limítrofe equivaliam a 30% da produção de todo o estado (Pimentel, 1945, p.371).

O desenvolvimento econômico e urbano, aliado ao apoio de imigrantes já estabelecidos, atraíam novos imigrantes para Porto Alegre, como podemos ver na publicação do jornal O Orientador, de fevereiro de 1949, que informava aos leitores de Porto Alegre e do interior do Rio Grande do Sul que a dias chegara à capital gaúcha uma leva de imigrantes, sem especificar suas nacionalidades. Segundo o jornal, eram deslocados pela guerra e “foragidos das garras soviéticas”, estando a maior parte a procura de trabalho, pois estavam desempregados:

Trata-se de gente ordeira e laboriosa e de invulgar competência em suas diferentes especialidades profissionais. A chefia migratória desta cidade informa as profissões dos imigrantes desempregados: funileiros, metalurgistas, serralheiros, eletricista-mecânico, engenheiro de construção, especialista para fazer instrumento, motorista, alfaiate, domésticas, geômetro, desenhista-topógrafo, pedreiro, radio-técnico, operário de curtume, farmacêutico, operário de estrada, agricultor em vinicultura, costureira. Os imigrantes encontram-se alojados com esposas e filhos em três localidades, Cais do Pôrto, Sogipa, São João, por gentileza do vereador José Carlos Daudt; e, finalmente na Casa do Imigrante, prédio que está sendo ampliada para acomodar futuras e numerosas leva de imigrantes. Estes homens especializados enriquecerão as instituições industriais, agrícolas e comerciais. (O Orientador, nº 6, 26, fev., 1949, p.151).

Entretanto, no que se refere aos imigrantes italianos, sabemos que a maior parte deles não chegava como desempregados, pois obedeciam aos acordos estabelecidos entre Brasil e Itália. Os desempregados somente entrariam a partir de cartas de chamado feita por parentes. Ampliando as possibilidades dos imigrantes de conseguirem uma vaga de emprego no Brasil, italianos se reuniram criando empresas ou cooperativas para oferecer vagas a um maior número de trabalhadores italianos. Um exemplo de imigração de grupos de trabalho que ocorreu em Porto Alegre foi o da fábrica de massas Adria. Constituída por um grupo de jovens imigrantes italianos chegou no Brasil trazendo maquinário e mão de obra especializada³. O objetivo do grupo era produzir um dos alimentos mais requisitados pela comunidade italiana estabelecida em Porto Alegre que havia conquistado o gosto dos brasileiros. Os empreendedores eram provenientes da região norte da Itália, próxima ao Mar Adriático, que serviu de inspiração para o nome da empresa. Nesse cenário, a Adria iniciou as atividades em 1951, implantando sua primeira unidade no bairro São Geraldo, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Os imigrantes também receberam apoio de setores da igreja. Em 1958, o Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência aos Imigrantes (CIBAI), por iniciativa dos padres carlistas, iniciou as suas atividades, promovendo ações direcionadas para o atendimento das necessidades (roupas, atendimento médico, remédios e alimentos) dos migrantes italianos. Nas dependências da Paróquia Nossa Senhora da Pompéia organizavam-se almoços e reuniões de confraternização, visando a integração das famílias dos recém-chegados, com a intenção de diminuir as dificuldades na sociedade de acolhimento. Afora isso, os padres carlistas também buscavam, por intermédio de suas missas e dos encontros de confraternização, manter os laços dos fiéis peninsulares com a cultura do país natal. Em 1959, o CIBAI contabilizava mais de 1.500

³ Informação extraída do Blog Mundo das Marcas. Disponível em: www.mundodasmarcas.blogspot.com.br. Acesso em: 30 jul. 2018.

famílias vinculadas com as obras comunitárias dos religiosos “scalabrinianos” (Zaberlam, 2010, p. 62).

No caso de Porto Alegre, por exemplo, onde a estrutura social e as dinâmicas econômicas apresentavam importantes diferenças em relação às cidades industriais paulistas, a questão da religiosidade católica entre os peninsulares favoreceu a organização de pontos de sociabilidade, confraternização e assistência. Na capital gaúcha, a Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompéia constitui-se em um lugar de encontro para muitos italianos, velhos e novos imigrantes em maioria de origem meridional. A paróquia foi criada e administrada pela ordem de São Carlos, que procurou oportunizar um ambiente de culto religioso e de auxílio aos vários imigrantes chegados durante o período de nosso interesse (Zaberlam, 2010, p. 62).

Para Silva, os imigrantes que chegavam à capital gaúcha encontram um ambiente propício para trabalhar com comércio, onde concomitante com o desenvolvimento industrial, se multiplicava a rede comercial através de grandes estabelecimentos e pequenas casas varejistas que atendiam à demanda local. Os empreendimentos comerciais acompanham o ritmo de ascensão da capital gaúcha nas décadas de 1940-50 (Silva, 1996, p. 55). Nesta praça, encontravam-se os maiores magazines e atacados varejistas do país e dividindo com eles o mesmo espaço estavam os negócios de pequenos e médios comerciantes italianos que entre os anos de 1945 e 1955 possuíam em torno de mil novecentos e cinquenta estabelecimentos comerciais dos mais variados ramos de negócio (JUCERGS).

Quando esse novo imigrante chegou a Porto Alegre, a economia não gravitava exclusivamente na área central, porque a ampliação do eixo produtivo dera origem a novos bairros como Navegantes e São Geraldo, que assumiram características de metrópoles, os quais reuniam prédios comerciais, industriais e de moradias. Eram locais onde se desenvolviam todas as atividades sociais das quais necessitavam os contingentes trabalhadores (Silva, 1996, p.57). Era o ambiente apropriado para os imigrantes instalarem seus comércios. Foi nesse local que os peninsulares apareceram associados a brasileiros⁴ nos negócios de Angelo Bertotto, Maurício Starosta, naturalizado, e Bruno Panzini (JUCERGS), possivelmente porque esse espaço já estava ocupado pelos brasileiros quando os imigrantes chegaram. Esses últimos souberam estender suas redes para fora do campo étnico. Ao estudar a presença dos marmoristas italianos em Porto Alegre, Regina Guilherme observou que:

As redes de sociabilidade dos imigrantes italianos não se restringiam ao campo étnico, pois o isolamento não convinha ao processo de inserção na

⁴ Consideramos que sejam brasileiros pelos sobrenomes de origem portuguesa.

sociedade local. As redes se baseavam também em outras identidades de grupo, como religiosa, profissional e de posição social, por exemplo (Guilherme, 2021, p. 228).

Entretanto, assim como outros estudiosos de imigração italiana, a autora aponta que a principal rede de apoio estava nos grupos étnicos. Para ela “o apoio de imigrantes já estabelecidos aos novos imigrantes, em fase de inserção social, mantinha o funcionamento dos canais étnicos e das redes migratórias, assim como, facilitava a ascensão social do grupo no novo país” (Guilherme, 2021, p. 228). No caso dos imigrantes do segundo pós-guerra, Zamberlam (2010, p.62) destaca que empresas cujos donos eram italianos, como a Massas Adria, possibilitaram que italianos que não tinham a carta de chamada de familiares se fixassem em Porto Alegre no segundo pós-guerra, viabilizando estadia e oferecendo emprego. Leonardo Conedera (2015), por sua vez, ao tratar dos imigrantes do segundo pós-guerra, considera que “a imigração espontânea era promovida, muitas vezes, pelos próprios peninsulares residentes no Brasil. O motor das emigrações em várias ocasiões é motivado pela própria emigração” (Conedera, 2015, p. 8)

Leonardo Conedera (2012), em sua pesquisa junto ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul, analisou 466 certidões, nas quais, ao menos um dos cônjuges registrados era oriundo da Itália entre os anos de 1955 e 1975. Nos referidos registros, o autor observou que “inúmeros imigrantes apresentavam familiares residentes na capital (especialmente no caso das mulheres); entre as testemunhas, normalmente encontrava-se conterrâneos” (Conedera, 2012, p. 72-73). O autor coletou o depoimento de onze sicilianos dentre os quais “apenas três não imigraram para o país através do ato de chamada, e apenas um deles não contava com familiares ou amigos residindo no Rio Grande do Sul” (Conedera, 2012, p. 74).

A maioria dos indivíduos vinha para o Brasil através de atos de chamada. A saber, as redes sociais estabelecidas entre os italianos influenciaram de forma preponderante o ingresso de novos conacionais em Porto Alegre. Além disso, as redes construídas pelos imigrantes direcionaram, e auxiliaram, a inserção dos conterrâneos recém-chegados no mercado profissional do município. Logo, a família e os laços de amizade foram o alicerce mais forte que facilitou a integração do imigrante recém-chegado na sociedade de adoção. A solidariedade existente entre os peninsulares propiciou a adaptação daqueles que se estabeleciam na cidade (Conedera, 2012, p. 140).

Conedera (2012, p. 139) observa que os imigrantes italianos que se dirigiram para Porto Alegre no segundo pós-guerra, assim como os que se deslocaram no século XIX, também se dedicaram o comércio, em empreendimentos “voltados para o comércio varejista, como minimercados, fruteiras, padarias, açougues, casas lotéricas, tornearias, cafeterias, alfaiatarias,

sapatarias, barbearias, entre outras.” Entretanto, diferentemente dos que imigraram em períodos anteriores, muitos dos que entraram na capital no segundo pós-guerra, no primeiro momento se empregaram no setor industrial.

Conforme Conedera (2012, p. 121), “os elos de parentesco proporcionavam ocupações nos espaços econômicos, como a entrada e participação no comércio de carnes (preferencialmente nos açougues) e nas agências lotéricas, nichos comuns dos comerciantes moraneses”. O autor observou que, em alguns casos, amigos emigrados apoiavam os novos imigrantes, mas “na maior parte das vezes as pessoas interligadas por laços parentais (irmãos, tios, primos) eram as responsáveis pela ação de incentivar a imigração dos parentes para Porto Alegre (Conedera, 2015, p. 9).

Os meridionais residentes em Porto Alegre compartilhavam um conjunto de relações, isso é, cada imigrante representava um elemento importante na rede social estabelecida entre ele e seus compatriotas que vivem na cidade. As redes sociais são alicerçadas pelas relações de solidariedade e confiança. Normalmente, a família é a base da rede de solidariedade, visto que ela representa o principal grupo social do indivíduo. Com a pesquisa, ficou evidente que diversos imigrantes italianos que chegaram a Porto Alegre apoiados em suas redes, seja pelos chamados dos parentes ou pela oferta de emprego por parte de italianos com empresas estabelecidas em Porto Alegre, os quais se destacam, a seguir.

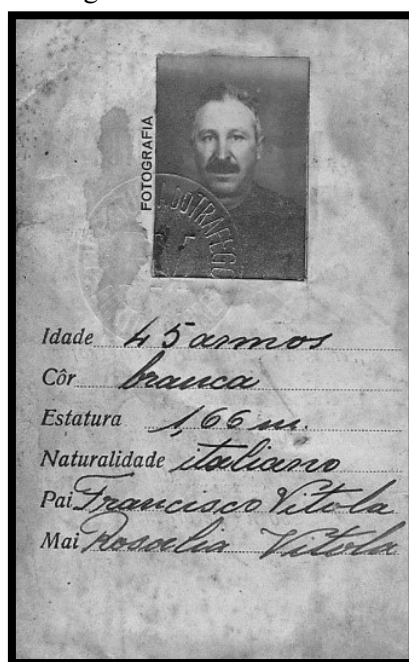
O italiano Rocco Vitola imigrou de Morano Calabro, Calábria, para o Brasil em 1934, juntamente com o filho Leonardo Vitola. Cinco anos depois o filho Francesco Vitola (figura 11 e 12) chegou à capital juntamente com a mãe Filomena. Em 1939, Leonardo e Francesco compraram um pequeno estabelecimento que daria origem ao restaurante Copacabana (Jornal do Comércio, 19, mar., 2012). Dez anos depois, os irmãos, visando incrementar o negócio, enviaram chamado ao tio Francesco Spina, especialista em todos os tipos de massas italianas, para trabalhar no Restaurante Copacabana. Em 1953, Leonardo, antes de viajar para a Itália, admitiu na sociedade Biaggio Sanzi e seu irmão Luiz, que efetuaram o trajeto Itália-Brasil em 1945, quando a Europa vivenciava o desfecho da Segunda Guerra Mundial. Os irmãos entram na sociedade por indicação do cunhado, Biaggio Rimolo, da Padaria Triunfo. Os irmãos Biaggio e Luiz eram proprietários do Café Nice, na Rua Dr. Flores (Jornal do Comercio, 19, mar., 2012).

Figura 01 - Francisco Vitola



Fonte: www.clicrbs.com.br

Figura 1 - Francisco Vitola



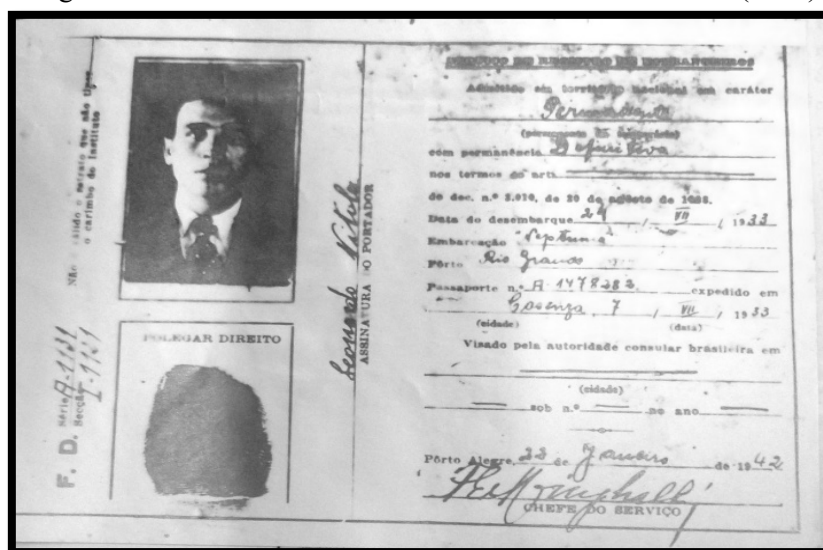
Fonte: www.clicrbs.com.br

Uma reportagem do jornal digital GZH (2018) contou parte da história de imigração de Rocco Spina, que veio para Porto Alegre em 1950 a convite do irmão para trabalhar no Restaurante Copacabana. O texto não menciona o nome do dito irmão, mas é possível que seja Francesco Spina. Rocco se casou com Maria Isabella Lamboglia em Morano Calabro, no dia 18 de maio de 1950 em seguida, imigrou para Porto Alegre. A esposa chegou um ano após sua vinda, em 18 de maio de 1951, posteriormente, quando Rocco conseguiu dinheiro emprestado com um amigo para comprar sua passagem. Ato contínuo o imigrante adquiriu uma casa no

bairro Partenon e nesse período passou a vender bilhetes de loteria, na Rua da Praia, durante o dia e, a concertar sapatos durante a noite, ofício que aprendera na Itália. Passado algum tempo, comprou equipamentos e se instalou com comércio de açougue São José, na Av. José do Patrocínio, 976, perto da Igreja Sagrada Família, ganhou fama e ficou conhecido pela linguagem calabresa, que teria sido levada, em um pequeno isopor, até o Palácio do Planalto, pelo coronel Lamaison (Peron, 2016, s.p).

Entre 1945 e 1955 é possível encontrar, na Junta, o registro do restaurante Copacabana (figura 13), de propriedade de Leonardo Vitola (figura 14), italiano, segundo a carteira, atuando no ramo de bar e restaurante, com início das atividades no dia 26 de setembro de 1939, localizado na Praça Garibaldi, nº 2, no bairro Cidade Baixa, com um capital investido de 115.000.00 mil cruzeiros (Declaração de Firma -29/09/1947).

Figura 03- Carteira Permanente Definitiva Leonardo Vitola (1933)



Fonte: Acervo da Junta Comercial

Anos mais tarde, o comércio se transformou em sociedade à razão de Vitola, Sanzi & Cia, composta por Leonardo Vitola, Biaggio Sanzi, Luiz Antonio Sanzi, todos italianos. O ramo é o mesmo, bar e restaurante, e inclui a sorveteria, no endereço à Praça Garibaldi, nº2, na Cidade Baixa, registrado na Junta Comercial, dia 01 de janeiro de 1953, sob o número 70254 e iniciando as atividades na nova conformação, dia 30 de janeiro de 1953, sem declarar o capital investido (JC-Declaração de Firma Social – 11/01/1953).

Na família Vitola se configura uma parte da rede (quadro 9) na qual Rocco atua como um elemento importante, porque envia o chamado para a esposa e o filho que estavam na Itália. E, em função do comércio, também envia chamado para os amigos Francisco e Luiz. A rede do

Rocco não se estende somente além-mar, ela se consolida ainda nas amizades e nas relações desenvolvidas na capital. Os comerciantes Biaggio e Luiz Sanzi, graças ao cunhado de Rocco, Biaggio Rimolo vão integrar uma sociedade alicerçada na família, nos laços com conterrâneos e nos laços de amizade. Da mesma forma, observamos que as redes atuaram nas escolhas de outros imigrantes que vieram para Porto Alegre no segundo pós-guerra, tanto em relação ao local de destino, quanto do comércio como atividade econômica.

Quadro 1 - Rede Social de Rocco Vitola

1934 Rocco Vitola → Leonardo Vitola Filho (Verdureiro e Sapateiro)
1939 Francisco Vitola (Filho) → Filomena (esposa) (Restaurante Copacabana)
1949 Francisco Spina → Luiz Spina
1950 Rocco Spina (Açougue)
1951 Maria Isabella Lamboglia (esposa de Rocco Spina)
1953 Biaggio Sanzi (Padaria Tiunfo) → Biaggio Rimolo (cunhado) → Luiz Sanzi (Café Nice, Rua Dr. Flores)

Fonte: Quadro elaborado pela autora.⁵

O imigrante italiano Genaro Bruno veio para o Brasil em 1945, por intermédio de Maria Antonieta, uma conhecida, sobrinha de um italiano que era proprietário de um restaurante em São Paulo. Trabalhou nesse restaurante por um mês para juntar dinheiro e viajar para Porto Alegre onde tinha parentes. Chegando na capital gaúcha começou a trabalhar com o tio que era dono da sapataria Roma e, aprendeu a falar português em três meses. Conseguiu recursos e se estabeleceu com sua própria sapataria na rua Mariante, que um parente ofereceu para alugar. Comprava sapatos usados, consertava e vendia para a população com menos poder aquisitivo.

Mais tarde, um irmão veio para Porto Alegre e comprou o Armazém Estrela do Sul, situado na Rua Venâncio Aires. Trouxeram, então, o pai e a mãe. O negócio prosperou e houve necessidade ampliar suas dependências, investindo em açougue e fiabreria, para tornar isso

⁵Dados disponíveis em: www.restaurantecopacabana.com.br. Acesso em: 12 ago. 2018.

possível constituiu sociedade com o irmão. O pai, por outro lado, se associou a um amigo e abriu um negócio na Rua Demétrio Ribeiro. Havia um tio que montara um negócio no bairro Glória. Mais tarde, ele e o pai compraram casa na Rua Marcílio Dias, onde se estabeleceram com Açougue e Fiambreria Bruno (Bruno, 2017, 2016, f:1-6).

Pascoal Courvello imigrou para o Brasil em 1947. Em seu depoimento recorda que pretendia ficar no Brasil por apenas um mês. No começo trabalhava como marceneiro, mas foi por pouco tempo. O cunhado era proprietário de uma loja de tecidos, onde Pascoal foi trabalhar. Começou, então, a viajar para vender tecidos em todo o estado. Permaneceu nesse trabalho até 1977, quando, junto com o cunhado passou para o ramo de hotelaria, fundando o Hotel Scala na Rua Júlio de Castilhos. Atuou no ramo hoteleiro durante nove anos e voltou a viajar, abrindo a empresa Pascoal Courvello (Courvello, 2016, f: 1-7).

Arturo Cocenza, irmão de Maria Laitano imigrou para Porto Alegre em 1948, atendendo ao chamado de Carmine Rímolo. Trabalhou durante os primeiros meses Açougue do Povo, na Rua José do Patrocínio, de propriedade de José Laitano, seu cunhado. Permaneceu na ocupação como empregado por um tempo e depois se associou a José Laitano em um armazém na rua Coronel Bordini. Posteriormente iniciou outro negócio, o Armazém e fiambreria Hércules, na Rua Venâncio Aires, onde Leonardo Blota entrou como sócio. Mais tarde, se associa a Rimoli Blota e compram um minimercado ao qual se dedicaram até 1998 (Cocenza, 2018, f. 1-4).

Dalva Cassará veio para Porto Alegre em 1948 com a família por intermédio de redes parentais. Conta ela, lembrando a chegada ao porto carioca: “Os sobrinhos do meu pai receberam a família no Rio de Janeiro. E todos aqueles... Ah, parentes do meu pai, e parte da minha mãe, que a minha mãe tinha umas irmãs aqui, uns irmãos”. Cita, ainda, Rocco Galló⁶ e o pai, que ela não conhecia (Cassará, 2010, f. 7). A vinda da família teve a ajuda de parentes maternos que estavam no Rio de Janeiro e paternos que estavam residindo em Porto Alegre. Nota-se que já fazia parte do cotidiano da família de Dalva o deslocamento. Desde a infância Dalva conviveu com essa mobilidade. Seu pai viajava a negócios, constantemente, entre o Brasil e a Itália.

Durante ausência do pai, a vida familiar e a educação eram regidas pelas normas da mãe, que encontrava formas de tornar presente o pai ausente, como no caso das finanças da família. Segundo ela, “toda a vez que o pai mandava dinheiro, a mãe reservava uma parte para uma eventual necessidade. E, aquilo nos salvou. Então, ela foi uma economista” (Cassará, 2010. f. 6). O dinheiro amealhado serviu para mantê-los durante a guerra, quando aumentou a carestia

⁶Proprietário da Barbearia Roma, que funcionava na Rua da Praia.

e diminuíram as remessas de numerários feitas pelo pai. A mãe assumiu a autoridade do pai para fazer valer as regras de convivência familiar e social. Dalva contou que o pai, Giovanni Martin, tinha um pequeno restaurante em Porto Alegre e viajava constantemente para a Itália. Trabalhava, conseguia dinheiro, retornava à Itália e assim sucessivamente (Cassará, 2010, f.7).

A Banca Central (43) iniciou sua história como fiambreteria, em 1949, localizada no centro do Mercado Público de Porto Alegre, onde permanece em funcionamento até os dias atuais. À frente do negócio, atualmente, está Valéria di Lorenzo, 46 anos, filha de Biagio di Lorenzo, sócio do negócio desde a fundação. Ele veio da Calábria, na Itália, em 1946. Dois anos depois, os irmãos fizeram o mesmo percurso e se associaram no empreendimento que há três gerações é administrado em conjunto. Valéria justifica o jeito de trabalhar “meio gritão” na banca de queijos, salames, frutas secas e outras especiarias, pela origem italiana Valéria cresceu brincando na câmara fria e ajudando no caixa. Por problemas de saúde, Biagio passou a sua parcela de responsabilidade sobre a Banca Central às filhas e à esposa, que comandam dez funcionários homens. Algo que seria incogitável alguns anos atrás (Weber, 2019; Valéria Di Lorenzo, 2019, p.1).

Maria Di Gesù (2013) chegou a Porto Alegre no ano de 1947 e foi morar na Rua Havaí. Relata que “outros italianos moravam na Demétrio Ribeiro, na Rua Espírito Santo. Era tudo mais ou menos no mesmo lugar”. Era um espaço ocupado pelos italianos da Calabria, já rastreados nos acervos documentais por Núncia Constantino. Maria prossegue dizendo que o seu pai e os seus tios eram sócios do restaurante denominado Bela Vista, na Rua Washington Luiz, esquina com a Rua Espírito Santo: “Naquele tempo era ao lado da Associação Cristã de Moços. Ainda chegava o trem até ali, quando viemos da Itália” (Di Gesù, 2013, f.4).

Dalva Di Martino (2010, f. 2) emigrou em 1948 para Porto Alegre. Quando imigrou para a capital gaúcha, o pai tinha comércio, um pequeno restaurante. Segundo Dalva, o pai tinha um pequeno restaurante. Era na Santa Casa onde havia aqueles vários lugares embaixo, na beira da calçada, que agora já não sei se estão usando⁷. Suas lembranças descrevem aspectos da memória e da cidade. E continuou explanando “então, depois ele colocou um armazém, mas sempre atuando na parte comercial”. O negócio ficava onde hoje é o Gasômetro⁸, próximo às

⁷ O local, mencionado por Dalva se refere ao conjunto das denominadas “casinhas” de propriedade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, localizadas na Rua Independência e na Rua Sarmento Leite. As edificações foram construídas para serem alugadas, com a finalidade de ajudar na manutenção do hospital. Algumas casas se destinavam à moradia de famílias e outras eram utilizadas como estabelecimentos comerciais, no qual indica o depoimento de Dalva, localizava-se o restaurante do seu pai.

⁸ Antiga usina brasileira de geração de energia, localizada na capital, que apesar do nome, a usina era movida à carvão mineral. A denominação “Gasômetro” faz referência à área onde hoje denominada Volta do Gasômetro, onde se encontra o prédio da Usina do Gasômetro, inaugurado no final da década de 1920 para abrigar a

margens do Guaíba” (Di Martino, 2010, f. 6). Provavelmente, o estabelecimento ficava próximo a Usina do Gasômetro, mais especificamente.

Amalia Morelli Aita (2012, f.2) lembra: “quando eu vim para Porto Alegre, em 1950, fomos residir na Vila São Luiz, no Jardim Botânico”. No começo, o marido vendia bilhetes de loteria. Depois de um tempo resolveram abrir um comércio de açougue e fiambreteria na Rua Tomaz Flores. “Eu trabalhava junto com eles, na frente, vendendo bilhetes e, também alugamos a peça ao lado onde colocamos a funcionar uma sapataria” (Aita, 2012, f. 5). A alteração ocupacional modificou a vida de Amalia que desenvolveu atividade paralela com a do marido. No mesmo espaço onde estava o açougue, vendiam bilhetes e consertavam calçados. Dessa forma, obtiveram uma transformação em seu status social e econômico. O marido deixou o trabalho de rua e ela melhorou sua condição de dona de casa, passando a trabalhar no próprio negócio, que trazia maiores proventos para o sustento da família.

Relato semelhante é o de Carmine Rimolo, que emigrou de Morano Cálabro para Porto Alegre, em 1952, onde trabalhou como vendedor para a Agência Fortuna até 1954, quando adquiriu de um patrício, um açougue na Vila São Caetano, permaneceu, permaneceu por pouco tempo, retornando à venda de bilhetes. Mais tarde, investiu no ramo de bar e armazém, que também não durou muito. A venda de bilhetes voltou a ser sua opção. Tempos depois fez uma nova tentativa no ramo de fiambreteria, comprou o Açougue do Povo na Praça Garibaldi, situado na Rua José do Patrocínio, onde permaneceu por dois anos (Rimolo, 2018, f.3.).

Em entrevista ao para o jornal GZH⁹ Porto Alegre, Giuseppe Ferraro contou que chegou de Morano Calabro, na Itália, aos 19 anos em um dia de Natal, no segundo pós-guerra. À época da entrevista, em 2020, Giuseppe estava com 78 anos. Portanto, nasceu entre 1941 e 1942, durante a Guerra. Sua chegada teria sido, então, entre 1960 e 1961. Ferraro conta que viajou para o Brasil com a mãe e quatro irmãos e que seu pai “viera para Porto Alegre dois anos antes, e antes disso, refere que o avô materno já trabalhava vendendo frutas na esquina da Rua dos Andradas com a Uruguai”.

Segundo Weber, o entrevistado relatou ainda que “o cenário era de pós-guerra na Itália, e que o tempo todo tinha gente se despedindo da família, buscando condições melhores na América”. Como havia aprendido na Itália o ofício de alfaiate, começou trabalhando como empregado em uma alfaiataria, logo que chegou a Porto Alegre. Mais tarde, teve sua própria alfaiataria no centro da cidade, em sociedade com um primo, durante doze anos. A concorrência

Companhia Brasil de Força Elétrica, subsidiária da Electric, Bond & Share Co., empresa com sede nos Estados Unidos que gerou a eletricidade e o transporte elétrico de Porto Alegre até a metade da década de 1950.

⁹ Fonte: gauchazh.clicrbs.com.br

com a moderna indústria da moda o obrigou a fechar as portas e encerrar a atividade. Foi quando migrou para o comércio abrindo uma lancheria, contudo não se adaptou ao trabalho. Abriu, então, uma tabacaria na Rua Coronel Vicente, dedicando-se ao negócio por trinta e cinco anos.

Maria Scavuso (2010, f.1-2), filha de Giuseppe Scavuzzo, que imigrou para Porto Alegre com a família, em 1948, atendendo do chamado do conterrâneo Giuseppe Pappalardo. Maria trabalhou em alguns estabelecimentos por um tempo. Logo decidiu que teria o próprio negócio. Como não tinha dinheiro, pediu auxílio para alguns patrícios que forneceram os móveis usados de seus negócios. O irmão Pedro se tornou sócio lançando mão da indenização de trabalhos nas Lojas Renner, de onde pediu demissão. Também contou com ajuda financeira do irmão Angelo, que residia em São Paulo, com as economias do pai e a velha máquina de costura da mãe. Fundaram a Loja Nicolleto, que produzia roupas infantis. Contou também com o apoio de uma amiga italiana que tinha negócios em São Paulo, que ajudou Maria a comprar tecidos nos atacados e investiu em produtos importados e em maquinário moderno (Scavuzzo, 2004, f.1-30). Maria e Pedro eram donos do próprio negócio e, como era característica dos peninsulares, trabalharam muito, durante trinta e três anos, das oito às vinte horas, parando para descanso somente aos domingos. Maria relata que:

“Com o dinheiro dessa loja conseguimos um bom capital, compramos casa na praia, compramos carro para nos locomovermos até a praia. Com a loja fizemos um monte de dinheiro, adquirimos muitos imóveis aqui, na praia e na Itália, onde vamos de seis em seis meses (Scavuzzo, 2004, f. 25)”

A história de Maria demonstra o espírito perseverante e empreendedor que o imigrante assume, apesar das diversidades que encontra pelo caminho. Com uma história semelhante à de Maria, em alguns aspectos, Vicenza Nani (2011, p 1-10), filha de agricultores, imigrou em 1946 para Porto Alegre, também a partir do chamado de um familiar e aqui se direcionaram para o comércio.

“Graças a Deus! Nós aqui progredimos bastante. Eu, logo quando casei, juntamente com o marido compramos uma fruteira. A família inteira trabalhou nesta fruteira. Primeiro veio minha irmã junto com o marido, depois da guerra. A mãe, com medo de uma nova guerra, pediu para o pai para vir para o Brasil, que aceitasse o convite de um tio que era verdureiro. Atendendo ao apelo da mãe o pai trouxe toda a família para Porto Alegre (NANI 2011, f. 2)”.

Concetta Schiffino (2007, f.2) partiu de Morano Calabro, para o Brasil atendendo ao chamado do sobrinho, cujo nome ela não pronunciou na entrevista. “Meu pai veio para o Brasil com o propósito de trabalhar, juntar dinheiro e voltar para a Itália.”.

Maria Cristina Prando (2010, p 1-10) chegou a Porto Alegre em 1955, com a mãe e os irmãos. O pai, sapateiro, imigrara para o Brasil dois anos antes, em 1952, atendendo ao chamado do tio, que era padre e tinha imigrado em 1945 através dos Scalabrinianos. Se estabeleceu com negócio de sapataria na Rua General Lima e Silva. “O pai trabalhou a vida toda, formou dois filhos, nos deixou bem, até nos deixou várias coisas [bens]. Ele era aquele que trabalhava e colocava o dinheirinho em casa e a mãe administrava. O pai labutava das sete horas à meia noite, comprando, consertando e vendendo calçados. A sapataria e o trabalho garantiram escola e faculdade para os filhos.

Maria Mancuso Vinciprova (2010, f. 1-10) emigrou em 1955 para Porto Alegre. “Nós viemos porque eu tinha uma “sorela” que mandou chamar a família toda. Minha irmã veio com o marido e foi chamando os irmãos. Um carregava o outro”. O marido, após anos trabalhando em fábrica de ferros moldados se estabeleceu como verdureiro. (2010, f.1).

‘Era assim, os italianos vinham por intermédio de outros italianos, a exemplo da minha mãe Francesca que veio com o marido, depois mandou chamar a minha mãe. Quando chegamos em Porto Alegre, fomos recebidos por conterrâneos que já estavam na capital gaúcha. Viajamos sem dinheiro somente com a ajuda dos tios. O meu pai trabalhava de manhã, de tarde e de madrugada para conseguir dinheiro e comprar nossa casa. Depois, trabalhando dia e noite comprou uma fruteira e um caminhão para ir na CEASA¹⁰’ (Vinciprova, 2010, f.07).

Teresa Mazzeo Lettieri (2010, f.1-15) imigrou em 1955 por intermédio de uma amiga da escola que tinha dois irmãos que residiam em Porto Alegre. Estes, enviaram chamada para a irmã que convidou Teresa para vir junto para o Brasil. Chegando na capital gaúcha, arrumou trabalho na fábrica de Massas Adria, por meio de recomendação dos parentes da amiga.

“A gente passou muito trabalho, mas devagarzinho a gente foi aprendendo a falar, a conhecer as coisas... Depois comecei a trabalhar por conta vendendo coisas na rua [de porta em porta]. Passamos muito trabalho..., mas hoje estamos bem, conseguimos comprar nossa casa, aposentadoria e sempre viajamos para a Europa [...] São Paulo é cheio de patrícios da minha cidade. Todos estão bem de vida. Claro, se sacrificaram no começo, mas hoje eles estão bem (Lettieri, 2010, f.1-15)”.

¹⁰ Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS).

Tereza, para imigrar, se amparou nas redes de amigos e quando chegou a Porto Alegre desenvolveu vínculos com os parentes do marido que moravam no mesmo bairro que ela.

A distribuição geografia do comércio italiano em Porto Alegre

Pretendendo compreender os comerciantes no espaço social de Porto Alegre, entre 1945 e 1955, se pesquisou nas cópias manuscritas das certidões de casamento do período, que estão salvaguardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Os documentos são relativos aos cartórios da 1ª, 2ª e 3ª Zonas que abrangem os bairros Floresta, Cidade Baixa e São Geraldo respectivamente. Os registros fornecem informações como nomes, sobrenomes, local de nascimento, nomes dos pais, atividade trabalho ou profissão, data do casamento e nomes das testemunhas ou padrinhos.

No conjunto de documentação relativa aos registros de matrimônio foi efetuado o entrecruzamento das certidões de casamento com os registros da Junta Comercial. Verificou-se que dos 66 comerciantes identificados nas certidões da 1ª Zona, 45 não constavam como registrados na Junta Comercial; dos 17 comerciantes apontados nas certidões da 2ª Zona, 12 não estavam inscritos na Junta Comercial; dos 21 comerciantes apontados nas certidões da 3ª Zona, 17 não estavam lançados nos documentos da Junta Comercial. As certidões indicam que 104 indivíduos declaradamente comerciantes contraíram matrimônio, entretanto, desse total, apenas trinta comerciantes possuíam registros na Junta Comercial.

Do entrecruzamento dos dados emergiu uma relação nominal de comerciantes com a descrição do ramo de comércio e, em quais bairros da cidade estavam localizadas as casas de comércio. Em linhas gerais, alguns ramos de atividades são recorrentes, por exemplo, na 1ª, 2ª e 3ª Zonas existiam sete açougues, nove negócios de bar, café e restaurante, sete armazéns de secos e molhados, três casas de representações e consignações, duas casas de venda de bilhete e botequim, um comércio de peças e acessórios, um de calçados e armarinho, uma ourivesaria e uma papelaria. A existência de todas as casas de negócio identificadas nas certidões foi relativizada com a documentação da Junta Comercial, dando origem aos quadros apresentados nessa seção.

A Junta Comercial de Porto Alegre foi fundada em 24 de maio de 1877, teve sua designação modificada em 1925 para Junta Comercial do Rio Grande do Sul, (JUCERGS, 2015). No órgão, estão guardadas e acondicionadas as mais variadas categorias de documentos relativos à história e à vida das empresas comerciais, agrícolas ou industriais, tais como atas, protocolos, registros de firmas, marcas, patentes, contratos iniciais, alterações de contratos, falências, etc. A Junta Comercial é um órgão de administração pública estadual e está ligada à

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Desde a sua fundação, a Junta Comercial atua ininterruptamente no registro de empresas gaúchas, pois é mediante o registro dos atos societários que uma empresa terá autorização para dar seguimento em suas funções comerciais. Estima-se que exista aproximadamente um milhão e quatrocentos mil dossiês de firmas registradas durante os cento e vinte anos de história da Junta Comercial. (JUCERGS, 2015). Vale observar que todos os atos societários das empresas custodiados pela Junta são de caráter permanente e passaram pelo processo de arquivamento após avaliação. A salvaguarda dos documentos pelo órgão assegura a preservação da história de cada empresa criada no Rio Grande do Sul.

Silva (1996) aponta que na década de 1950 surgiam e se desenvolviam novos bairros, como os bairros Floresta, São João e Navegantes, que abrigavam o setor industrial, as residências dos operários e, conseqüentemente, “se ramificam sistemas bancários”; Moinhos de Vento, onde vivia a elite e em seu entrono a classe média; Teresópolis e Glória, que expandiam a zona urbana para onde fora a zona rural da cidade.

A economia deixou de gravitar somente na parte central da capital. Ampliou-se o eixo produtivo dando origem a novos bairros com características de metrópole. Os bairros operários, por exemplo, passam a reunir comércio, indústria e moradias. Nestes, desenvolviam-se todas as atividades sociais das quais necessitavam os contingentes trabalhadores. Trata-se de um crescimento funcional para a cidade. [...] As pessoas das classes mais altas da sociedade procuram viver próximas ao centro administrativo e comercial da cidade. Ergueram luxuosas construções para moradias nos bairros altos, próximos ao centro. Moinhos de Vento torna-se o predileto. Abaixo da colina principal do Moinhos de Vento fixam moradias representantes da classe média porto-alegrense: pequenos comerciantes, industriais, artesãos, funcionários públicos, empregados do comércio. Os bairros operários estendem-se pela Floresta, São João e Navegantes, onde as casas são mais baixas, geralmente de madeira, ocupando pequenos lotes. [...] Outros nos arrabaldes começam a crescer, fazendo desaparecer a característica de zona rurícola da cidade. É o caso da Glória e Teresópolis. Nas décadas de 40-50 estes bairros começaram a adquirir vida própria. Surgem clubes como o Teresópolis Tênis Clube e o Glória, cinemas proliferam, assim como os pequenos estabelecimentos comerciais para abastecer as cercanias (SILVA, 1996, p. 57-68).

Nos quadros 10, 11 e 12 podemos observar que entre 1945 e 1955 havia um grande número de comerciantes italianos, instalados como suas casas de comércio nas 1ª, 2ª e 3ª Zonas de Porto Alegre.

Quadro 02 – Registros de firmas de italianos na 1ª Zona de Porto Alegre

Imigrantes italianos	Ramo de comércio	Bairro
Lucio Castellano (2)	Armazém de secos e molhados e o que mais convier	Petrópolis
José Motta	Armazém de secos e molhados, frutas e o que mais convier	Centro
Leonardo Rimolo	Comércio de peças e acessórios em geral para automóveis	Navegantes
Carmine Aita	Negócio de venda de bilhetes de loteria e representações	Jardim Botânico
Rimoli Francesco	Botequim	Não consta
Stefano Ippolito	Representações, consignações e conta própria	Centro
Ferraro Carmine	Negócio de bar e café	Centro
Laitano Leonardo	Açougue e o que mais convier correlato com o ramo	Petrópolis
Gaetano Donadio	Armazém de secos e molhados	Rio Branco
Rocco Rosito	Bar e biliars	Centro
Carlos José Motta	Armazém de secos e molhados, frutas e o que mais convier	Centro
Alberto Severino	Negócio de café, bar e o que mais convier	Centro
Francisco Sanzi	Açougue de carne fresca	Menino Deus
Mario Severino	Armazém de secos e molhados	Floresta
Francisco Gallicchio, Biaggio Gallicchio, Gallicchio Primo Carmine Gallicchio Gallicchio Leonardo	Representações, conta própria e tudo o mais que lhes convier	Santana
Mario Pettini	Ramo de Comissões e conta própria	Centro
Domingo Sanzi	Não Consta	Centro
Di Martino Leonardo	Açougue	Azenha
Pedro Rosito Carmine	Negócio de açougue e o que mais convier	Navegantes
Ferraro Carmine	Negócio de bar e café	Centro
Leonardo Scorza	Ramo de secos e molhados	Menino Deus
Carmelo Massimino	Não Consta	Centro
Antonio Bernardino Carello	Açougue retalhista	Menino Deus
Giorgio Petri	Restaurante (ecônomo do restaurante do Clube do Comércio de Porto Alegre) e o que mais convier	Centro

Fonte: A autora (2019).¹¹

Quadro 03 – Registros de firmas de italianos na 2ª Zona de Porto Alegre

Imigrantes italianos	Ramo de comércio	Bairro
Biagio La Falce José La Falce	Bar, restaurante e o que mais convier.	Não consta
Nicola Rosito	Comércio de calçados, chapéus, armarinhos e tudo o mais que convier.	Não Consta
Francesco La Falce	Bar, restaurante e o que mais convier.	Não consta

¹¹ Dados retirados das Certidões de casamento – 1ª Zona (APERS) e de registros da Junta Comercial (JUCERGS).

Renato Pacini	Alfaiataria	Centro
Carmin Rosito	Bar	Rio Branco
Rocco Feoli	Mercadinho	Centro
Leonardo Nunziato Marrone	Açougue e seus congêneres em geral	Cascata

Fonte: A autora (2019).¹²

Quadro 04 – Registros de firmas de italianos na 3ª Zona de Porto Alegre

Imigrantes italianos	Ramo de comércio	Bairro
José La Falce	Bar, restaurante e o que mais convier	Não Consta
Leonardo Tedeschi	Açougue	São Geraldo
Ernesto Donadio	Armazém de secos e molhados a varejo	São Geraldo
Carmin Feoli	Ourivesaria e mais o que convier a varejo como relógios, objetos de ourives, em ouro, prata, platina, cristais, porcelanas, etc.	Cidade Baixa
Bias Constanza	Papelaria ou o que mais convier	Higienópolis

Fonte: A autora (2019).¹³

Mesmo com dados escassos se verifica que os comerciantes da 1ª, 2ª e 3ª Zonas estavam inseridos nos mesmos espaços dos contrerrâneos que vieram anteriormente e, foram amplamente estudados por Nuncia Santoro de Constantino. Nuncia analisou a comunidade calabresa fazendo levantamento minucioso dos nomes e famílias que imigraram no período anterior à Segunda Guerra Mundial. Os nomes presentes nos três quadros indicam que a maior parte desses imigrantes procedia do Sul da Itália, de onde também provinham a maioria dos peninsulares aqui estudados. Os deslocamentos dos italianos da Calábria eram constantes, conforme relata Dalva Di Martino Cassará, que imigrou em 1950. O pai Giovanni Di Martino, comerciante, proprietário de um restaurante, como vimos acima, realizava o percurso entre Porto Alegre e Itália constantemente (Cassarà, 2010, f. 5).

Assim como Giovanni Di Martino e sua família, italianos de diferentes origens chegaram em número significativo a Porto Alegre, conforme levantamento nas certidões de casamentos. Chegando à capital foram se concentrando em determinados bairros como se observa nos mapas. Nesses locais foram criando condições para a persistência de algumas identidades. A imigração no contexto urbano tem como característica marcante o agrupamento dos imigrantes de mesma origem em torno de interesses comuns, simulando, principalmente, a solidariedade étnica em termos de enfrentamento de uma nova situação social. Assim, por maiores que sejam as pressões no sentido da assimilação, os imigrantes, em geral, mantêm alguma ligação com a cultura e a sociedade de origem. Guardam, sem dúvida, alguma forma de

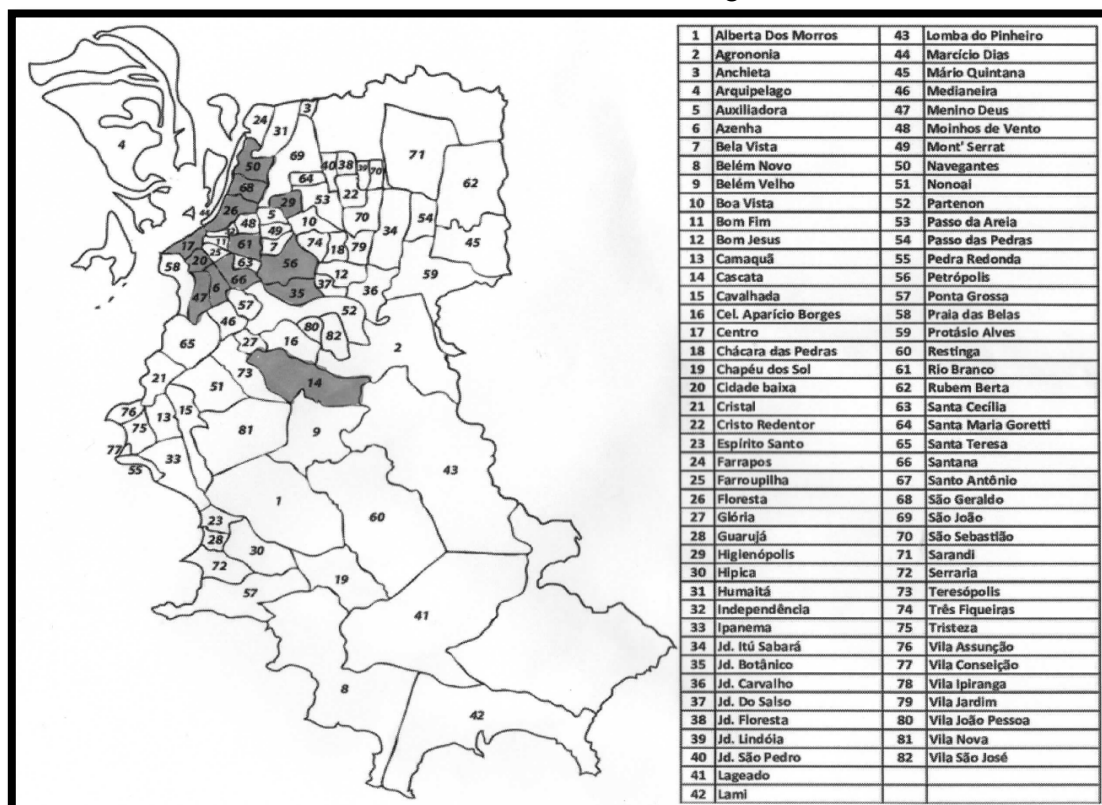
¹² Dados retirados das Certidões de casamento – 2ª Zona (APERS) e de registros da Junta Comercial (JUCERGS).

¹³ Dados retirados das Certidões de casamento – 3ª Zona (APERS) e de registros da Junta Comercial (JUCERGS).

identificação étnica, por mais precários que estejam os laços com seus países de origem (GROSSO, 2008, p.25).

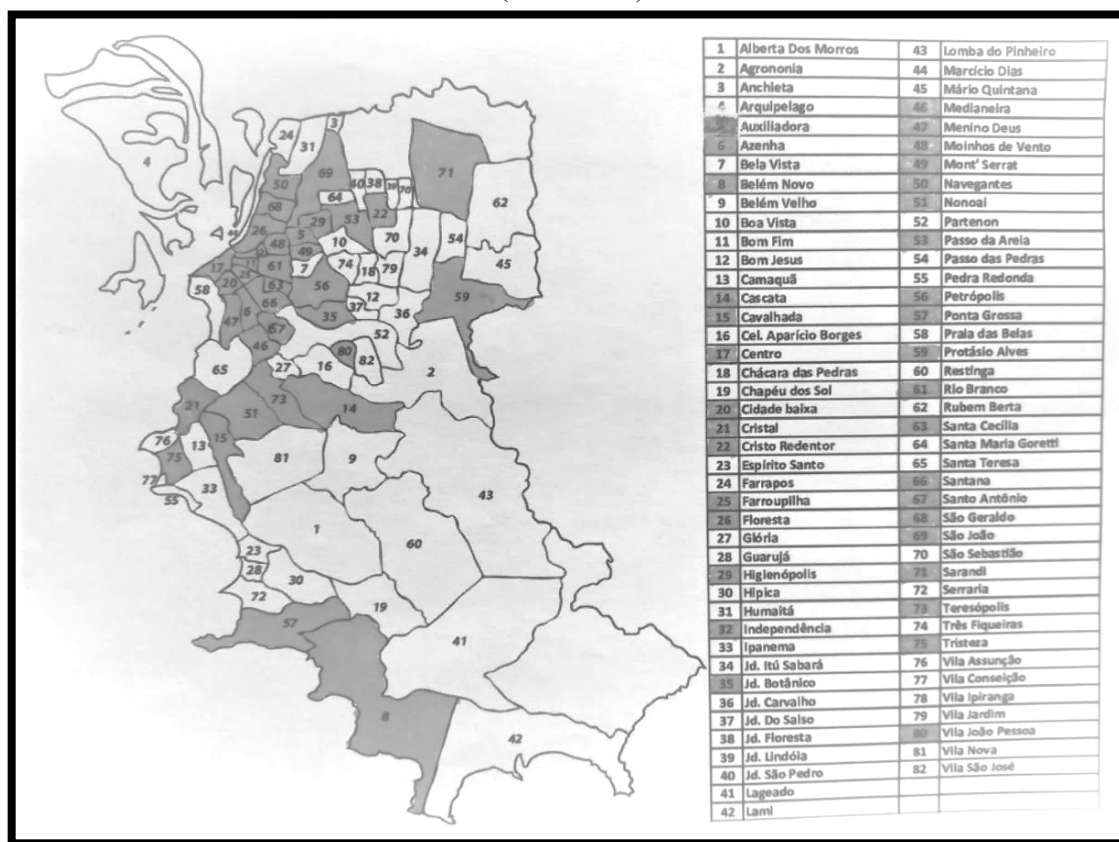
Nos mapas a seguir (figuras 15 e 16) é possível observar a localização espacial das casas de negócios de imigrantes em Porto Alegre, a partir das pesquisas realizadas em certidões de casamentos e nos registros de firmas da Junta Comercial.

Figura 04 - Localização dos comércios de italianos por bairros (1945-1955), segundo registros do 1º, 2º e 3º Cartórios de Porto Alegre



Fonte: A autora (2019).

Figura 05 - Mapa geral dos comércios italianos de Porto Alegre, segundo registros Junta Comercial (1945-1955).



Fonte: A autora (2019).

Considerações finais:

A partir das análises dos diversos contextos em que estiveram inseridos os imigrantes italianos que chegaram a Porto Alegre após a Segunda Guerra Mundial (1945-1955), observamos que esses se apoiaram em redes de relacionamento. Percebemos que houve uma continuidade nas redes de sociabilidade que tiveram papel importante na mobilidade e na inserção dos imigrantes italianos que se fixaram na capital gaúcha, desde o final do século XIX, especialmente no que se refere ao imigrante “espontâneo”.

Essas redes consolidadas entre os italianos residentes em Porto Alegre foram reativadas no segundo pós-guerra e viabilizaram uma retomada da antiga cadeia migratória, após um período de interrupção durante a Segunda Guerra. Acreditamos também que essas redes de sociabilidade, já estabelecidas, influenciaram os novos imigrantes, tanto na decisão de imigrar quando na escolha do comércio como atividade econômica, assim como, tiveram papel importante na solidificação dos negócios e na inserção desses indivíduos na nova sociedade.

Através deste estudo buscamos um entendimento maior a respeito das dinâmicas que envolveram a imigração da Itália para o Brasil no segundo pós-guerra. Considerando a continuidade das redes estabelecidas por imigrantes anteriores, analisamos a presença de comerciantes italianos, dentro de um fluxo de imigração “espontânea”, no país na fase anterior à Segunda Guerra Mundial, buscando evidenciar a formação dessas redes, assim como, conhecer um pouco do panorama econômico no país.

A partir da análise do *corpus* documental e dos depoimentos de imigrantes, foi possível entender que grande parte dos italianos que chegaram a Porto Alegre no segundo pós-guerra não chegaram como comerciantes, mas, apoiados em suas redes, se encaminharam para o setor comercial, como meio de ascensão econômica e social. As redes de apoio, tanto de parentes quanto de amigos, possibilitavam a vinda dos imigrantes, oferecendo trabalho para a manutenção no primeiro momento, e condições para a permanência no novo local e a inserção na nova sociedade.

A pesquisa apontou também que as sociedades estabelecidas entre parentes tornavam viáveis os negócios, mas que, assim como os empregos que lhes foram oferecidos no primeiro momento da imigração, as sociedades representaram também apenas uma primeira oportunidade, um degrau para obter o próprio negócio, que seria o verdadeiro o objetivo desses imigrantes.

Ao observar as características dos comerciantes italianos estabelecidos em Porto Alegre, percebe-se que os diversos núcleos familiares eram oriundos de várias localidades da Itália. Deve-se entender como uma estratégia que garantia um tipo de ocupação e organização comunitária, ou seja, os imigrantes se valiam dos benefícios do acordo entre Itália e Brasil, se inserindo em espaços ocupados por outras etnias, valendo-se das questões relacionadas ao trabalho e às oportunidades de negócios.

Esses imigrantes dependeram das redes de sociabilidade, tanto na decisão de imigrar quando na escolha do comércio como atividade econômica, assim como na solidificação dos negócios e na inserção social no local de destino. Dessa forma, como evidencia a presente pesquisa, há uma continuidade das redes tecidas pelos primeiros imigrantes, que viabilizaram o novo fluxo migratório de imigrantes “espontâneos” para Porto Alegre, após a Segunda Guerra Mundial.

Referências:

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)**Acervo**. Porto Alegre, 2012.

CHARAO, Egiselda Brum. **Mulheres Italianas em Porto Alegre (1945-55) aspectos da imigração urbana**. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação de História da PUCRS, Orientada pela Prof. Dra. Nuncia Santoro de Constantino, 2013.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. **A imigração italiana no pós-guerra em Porto Alegre: memórias, narrativas, identidades de sicilianos**. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. Imigração e trabalho: a presença italiana em Porto Alegre, no pós-guerra (1946-1976). **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 11, n. 22, p. 81-96, 2012.

CONEDERA, Leonado de Oliveira. A Porto Alegre dos Italianos (1946-1976). In: **XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**, Florianópolis, 2015.

CONSTANTINO, Nuncia Santoro de. Italianos na cidade. Porto Alegre (1850-1914). In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (Org.). **Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros**. Caxias do Sul: EDUCS, 1999. p. 55-64.

DECLARAÇÃO de firma social, 29, set., 1947. Acervo da Junta comercial do Rio Grande do Sul.

DECLARAÇÃO de firma social, 11, jan., 1953. Acervo da Junta comercial do Rio Grande do Sul.

FERREIRA, Paulo Sérgio Souza. **O Capital Comercial em Karl Marx**. Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Economia - Universidade Federal de Sergipe, 2016. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=631410&key=f995768cc447f2e178932f3f9d3a00ac>. Acesso em: 13 jan. 2023.

GUILHERME, Regina Zimmermann. **A Cidade de pedra: Leone Lonardi e os marmoristas italianos em Porto Alegre**. Porto Alegre: Edipucrs, 2021.

GROSSO. Carlos Eduardo Millem. Iguais e diferentes: estudo das relações interétnicas em grupos populares na cidade de Porto Alegre da virada do século XIX (1890-1909) In: **PerCursos**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 14-30, jan. / jun. 2008.

JORNAL do comércio, 19, mar., 2012.

JORNAL O Orientador, nº 6, 26, fev., 1949, p.151

JUCERGS – Junta Comercial do Rio Grande do Sul. In: **Histórico**. Porto Alegre: JUCERGS, 2015. Disponível em: http://www.jucergs.rs.gov.br/p_historico.asp. Acesso em: 13, ago., 2019.

JUCERGS - Junta Comercial do estado do Rui Grande do Sul. **Acervo**. Porto Alegre: 2018.

LOMNITZ, Larissa Adler. **Redes sociais, cultura e poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. 245 p.

PERON, Desiderio. O italiano que está em você 209. **Insieme**: a revista italiana daqui. 2016. Disponível em <<http://www.insieme.com.br/pb/litaliano-che-ce-in-te-209/#>> Acesso em: 22 nov. 2018.

PIMENTEL, Fortunato (org.). **Aspectos gerais de Porto Alegre**. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945, v.1.

SCHOLL, Raphael Castanheira **Memórias (entre)laçadas: mulheres, labores e moda na Escola Técnica Sen. Ernesto Dornelles de Porto Alegre/RS (1946-1961)**, Porto Alegre, 2012. 238 f.: il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, PUCRS.

SILVA, Márcia Andréa Schmidt da. **Uma comunidade eslava ortodoxa: Russos e ucranianos em Porto Alegre (1948)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1996.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**. Tradução de Mariarosaria Fabris (capítulos 2 a 5) e Luiz Eduardo de Lima Brandão (capítulos 1, 6 e 7). São Paulo: Nobel, 1989.

WEBER, Jéssica Rebeca. "A gente vinha no escuro", conta imigrante italiano que chegou há 60 anos em Porto Alegre: Vindo de Morano, Giuseppe Ferraro trabalhou como alfaiate, foi dono de bar e de tabacaria. In: **GZH Porto Alegre**: Aniversário de POA. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/03/a-gente-vinha-no-escuro-conta-imigrante-italiano-que-chegou-ha-60-anos-em-porto-alegre-ck7zft8je066z01pqoj63otzq.html>. Acesso em: 19 mar. 2019.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. **50 anos de serviço com os migrantes: paróquia da Pompéia - Missão Scalabriniana**. Porto Alegre: IMPA, 2010. 125 p.

ZANFRINI, Laura. **Sociologia delle Migrazioni**. 2º edição. Roma: Editori Laterza, 2007.

Referências do acervo do Laboratório de Pesquisas em História Oral da PUCRS (LAPHO)

AITA, Amália Morelli. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 25 out. 2012, f. 01-12.

BRUNO, Genaro. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral - Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2016, p. 1-6.

CASSARÁ, Dalva. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral - Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2010, p. 1-7

COCENZA, Arturo. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral - Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2018, p. 1-4.

COURVELLO, Pascoal. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral - Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2016, p. 1-7.

DI GESÚ, Maria. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 06 nov. 2013, f. 01-11.

DI LORENZO, Valéria. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, Porto Alegre, 09 fev. 2019, f. 01-7.

DI MARTINO, Dalva Casará. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2010, p. 01-12.

FERRARO, Giuseppe. **[História de vida]** Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/03/a-gente-vinha-no-escuro-counta-imigrante-italiano-que-chegou-ha-60-anos-em-porto-alegre-ck7zft8je066z01pqoj63otzq.html>

LETTIERE, Tereza Mazeo. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2010, p. 01-15.

NANI, Viceza. . **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2011, p. 01-09.

PASKULIN, Valeria Novak. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2002, p. 01-08.

PRANDO, Maria Cristina Liberatore. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2011, p. 01-18.

RIMOLO, Carmine **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, dez. 2018, f. 01-07.

SCAVUZZO, Maria. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2004, p. 01-30.

SCHIFFINO, Concetta. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Acervo.

Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2007, p. 01-17.

VINCIPROVA Maria Mancuso. **[História de vida]** Transcrição do depoimento oral. Complemento de informações e coleta de imagens. Acervo. Laboratório de Pesquisas em História Oral, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2010, p. 01- 12.

Migração e cultura

A FESTA COMO CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: COMEMORAÇÕES DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NA QUARTA COLÔNIA (1975-1993)

JULIANA MARIA MANFIO

RESUMO:

No final do século XIX, milhares de italianos migraram para o Brasil motivados pelas precárias condições socioeconômicas vividas na Itália após a unificação e a expansão capitalista. A busca por melhores oportunidades de vida e trabalho levou muitos deles às regiões Sudeste e Sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, a colonização italiana se iniciou formalmente em 1875, com a criação de núcleos coloniais como Conde d'Eu, Dona Isabel, Campos dos Bugres e Silveira Martins. A partir de 1877, famílias italianas provenientes do norte da Itália chegaram à Colônia Silveira Martins. Essa migração originou diversas comunidades na região central do Estado, conhecidas como Quarta Colônia, onde os imigrantes receberam apoio governamental e comunitário para iniciarem a vida nos lotes de terra. O objetivo deste trabalho é analisar as manifestações festivas promovidas pelos descendentes desses imigrantes italianos, principalmente as comemorações do Centenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia. A metodologia adotada consiste em pesquisa bibliográfica e análise documental de uma diversidade de fontes históricas produzidas pela e para as festividades. Os resultados evidenciam que, a partir da década de 1970, as comunidades locais passaram a organizar eventos comemorativos como forma de preservar a memória e fortalecer a identidade cultural dos descendentes. Mesmo fora do calendário oficial do Biênio da Colonização e Imigração, as festividades espontâneas, articuladas principalmente pela Igreja Católica e por padres locais, contribuíram para a valorização das práticas socioculturais herdadas dos imigrantes italianos.

PALAVRAS-CHAVES: 150 anos; Imigração Italiana; Quarta Colônia; celebrações.

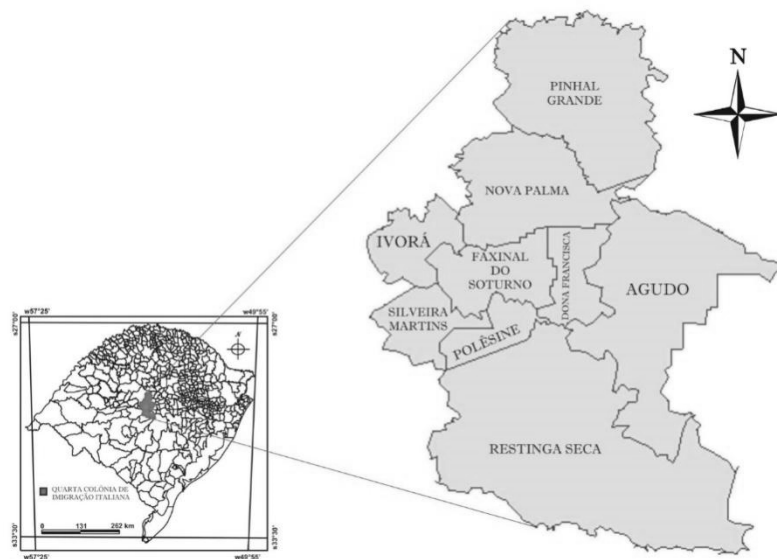
INTRODUÇÃO

No final do século XIX, milhares de italianos deixaram seu país de origem em direção ao Brasil, buscando escapar das precárias condições de vida e trabalho tanto no campo quanto nas cidades. Esses desafios eram resultado da expansão do capitalismo e das transformações trazidas pelas novas formas de produção implantadas na Itália recém-unificada. A busca por melhores oportunidades motivou muitos a se estabelecerem em território brasileiro — nas cidades, para atuar nas indústrias em crescimento, ou no campo, em busca de terras para cultivo.

Esse movimento migratório teve como destino principal as regiões Sudeste e Sul do Brasil. No Sudeste, os italianos foram incorporados à força de trabalho assalariada nas lavouras de café, substituindo a mão de obra escravizada após a abolição. Já no Sul, a partir de 1875, muitos imigrantes italianos se tornaram pequenos proprietários rurais, assentados em áreas destinadas à colonização. Nessa região surgiram os quatro primeiros núcleos coloniais: Conde

d'Eu, Dona Isabel, Campos dos Bugres e Silveira Martins¹. A comunidade de Nova Milano, localizada em Farroupilha, é reconhecida como o marco inicial da colonização italiana no Rio Grande do Sul, por ter recebido as primeiras famílias com o propósito específico de colonizar a região. Vale destacar que, mesmo antes do grande fluxo migratório, já havia presença italiana no território gaúcho.

Figura 1: Mapa de Localização das colônias italianas no Rio Grande do Sul



Fonte: DESCOVI FILHO, Leônidas Luis; BERTOLDO, Felipe (Orgs.). Mapa de Localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Nova Palma, 2008. In: STEFANELLO, Liriana Z. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História, UFSM. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007. p. 41.

O fluxo contínuo de imigrantes para a região central possibilitou a formação de outros núcleos, como Silveira Martins (sede), Arroio Grande, Vale Vêneto, Ivorá, Novo Treviso, Soturno, Val Veronês e Faxinal dos Meios. Nos primeiros tempos, o governo ofereceu apoio por meio da distribuição de sementes, instrumentos agrícolas e auxílio na construção de moradias. Além disso, famílias italianas já estabelecidas contribuíam alugando casas, ferramentas e oficinas à Comissão de Terras para acolher os recém-chegados (Manfio, 2015).

A partir da década de 1970, os descendentes desses imigrantes passaram a se mobilizar em torno da celebração do Centenário da Imigração Italiana no Estado. Diversas comunidades promoveram eventos e atividades com o objetivo de homenagear e valorizar as práticas culturais de seus antepassados.

¹ É o quarto núcleo de colonização italiana no RS. Também chamada atualmente de Quarta Colônia.

As comemorações contaram tanto com ações oficiais — como a criação do Biênio da Colonização e Imigração² — quanto com iniciativas espontâneas dentro das próprias comunidades. A Quarta Colônia, embora não tenha sido incluída nas festividades do Biênio, organizou suas celebrações com forte participação da Igreja Católica e das lideranças locais, buscando preservar a memória dos primeiros colonizadores. As manifestações comemorativas ocorreram de forma contínua, entre os anos anteriores a 1975 e, pelo menos, até 1992.

Para melhor compreensão do tema, este artigo está dividido em duas partes: a primeira aborda a historiografia das festividades como forma de entender as dinâmicas sociais e culturais promovidas por meio da festa; a segunda parte apresenta as manifestações comemorativas do Centenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia.

1. O ATO DE FESTEJAR: UMA HISTORIOGRAFIA RECENTE

A festa pode ser considerada uma reunião de pessoas que celebram alguma data ou evento comemorativo considerado importante para seu grupo social. Os indivíduos têm utilizado as festas como momentos de divertimento, lazer, construção de memórias e identidades, bem como de confraternização e práticas alimentares. O estudo das festividades é um campo relativamente recente para os historiadores e para as pesquisas sobre a imigração italiana no sul do Brasil.

Para compreender o sentido da festa e sua relevância para os indivíduos que a vivenciam e produzem, este estudo se inspira nas contribuições de autores que trabalham com o tema. Inicialmente, constatou-se que os estudos sobre as manifestações festivas foram, por algum tempo, um campo pouco explorado pelos historiadores. De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011, p. 134), apenas as comemorações de cunho cívico ou datas consideradas representativas “para a história da Nação mereciam alguma menção”, e a presença dos historiadores se devia à necessidade de “fazer o discurso de panegírico ou de legitimação da data que ali se comemorava”. O tema da festa era pouco abordado pelos pesquisadores, pois era considerado uma 'temática afeita, inicialmente, ao trabalho dos folcloristas e etnógrafos, que nelas viam expressões dos costumes e do espírito nacional' (Albuquerque, 2011, p. 135). Recentemente, o tema vem ganhando destaque, devido à diversidade de fontes e ao papel político e sociocultural que as festividades exercem na sociedade, principalmente quando se trata de um centenário.

² Foi um período de celebrações no Rio Grande do Sul, instituído pelo Governador Euclides Triches, entre os anos de 1974 a 1975, no qual foram comemorados os diferentes povos que se estabeleceram no Estado.

Pensando no papel desempenhado pelas festividades em comunidades e indivíduos, em determinado tempo e espaço, os autores Kraay e Malerba (2010) identificavam os momentos festivos como meio encontrado pelos grupos para a realização de uma avaliação de um determinado período que se quer festejar.

Para os historiadores, essas comemorações são fontes para pensar a memória coletiva, a invenção das tradições, a construção das nações e a contestação política manifestada nas polêmicas suscitadas por elas. Foram e são incentivos à produção de novos estudos históricos, sejam ufanistas, sejam polêmicos e críticos. Às vezes, abriram espaço para historiadores intervirem em debates públicos (Kraay; Malerba, 2010, p.368).

A festa elabora momentos de retorno ao passado, trazendo à tona as memórias individual e coletiva, recriando e reforçando tradições em uma sociedade. Além disso, estudar as comemorações permite investigar uma diversidade de fontes históricas, devido às formas escolhidas para comemorar – por exemplo, uma festividade pode começar com um ato religioso e terminar com um momento profano. Por isso, o estudo é essencial para compreender como são organizadas e como se desenvolvem as comemorações do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

No artigo intitulado *'Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar'*, Albuquerque (2011, p. 134) realizou um apanhado sobre a historiografia, retratando os sentidos históricos atribuídos aos atos de festejar. Nesse texto, o autor apontou as diversas formas de abordagem, pela escrita da história, sobre as festas, destacando o ato festivo em suas diferentes “formas de viver e de escrever a história”. O autor identifica como estão imbricadas as solenidades e a sensibilidade do historiador na escrita dessa história. Nesse sentido, Albuquerque (2011) define o festejo como

[...] espaços de negociação, de tensões, de conflitos, de alianças e de disputas entre distintos agentes, que se conflitam e se debatem em torno não só dos sentidos e significados a serem dados à festa, como também em torno das práticas que as constituirão, dos códigos que as regerão, das regras que estabelecerão permissões e proibições, que definirão limites e fronteiras entre o que pode ser admitido e o que deve ser excluído. As festas podem não só ser campos de lutas concretas, de enfrentamentos entre pessoas e grupos, em torno dos valores e preceitos que definem o viver em sociedade, mas elas são campos de luta simbólica, de luta entre projetos, sonhos, utopias e delírios, mas são acima de tudo momento de invenção da vida social, da ordem social e da própria festa e seus agentes. (Albuquerque, 2011, p. 147-148)

Dessa forma, as festas se tornam um importante instrumento para a pesquisa histórica, pois nos fazem refletir para os indivíduos que as organizam, para os tipos de manifestações festivas eleitas – atentando para cada detalhe – e o público a quem é destinado o festejo. Albuquerque (2011, p.148) afirma que o estudo da festa como é um desafio e uma tarefa do historiador, na qual “[...] as festas são históricas e feitas de histórias individuais e coletivas. A história não deveria tomar as festas apenas como objeto de estudo, a história deveria tomar as festas como inspiração, como um modo de ser e fazer”. Através das festividades, podemos investigar o cotidiano dos indivíduos e sua relação com o passado.

Outra obra que analisa com um olhar histórico as festividades é o livro intitulado de “*Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*”. São vários textos que abordam a festa diante da cultura e da sociabilidade. Segundo os organizadores Jancsó; Kantor (2001), a publicação procura apresentar novas possibilidades interpretativas, através de teorias e técnicas de investigação e de um tratamento sociológico e histórico sobre as festividades e suas fontes históricas. O livro provoca o historiador a explorar o universo da festividade, apontando novas formas de sociabilidade, de narrar o acontecimento histórico e de tratar a festa pública como um fato social. Além disso, as festividades coletivas influenciam a construção de uma identidade e sentimento de pertencimento de comunidade. Esta obra permite um olhar histórico para dentro das comemorações, analisando “certas particularidades das cerimônias e da sua narração ou memória, que são dois dados indissociáveis [...]” (Jancsó; Kantor (2001, p.85). Esse aspecto é relevante, pois a narração auxilia na criação de um imaginário sobre o passado e, por isso, são elementos que não se separam no que tange ao ato de festejar.

Outra obra importante sobre essa temática é de Roberto da Matta (1986), intitulada “*O que faz o Brasil, Brasil?*”, na qual afirma que as comemorações são consideradas ocasiões que “recriam e resgatam o tempo, o espaço e as relações sociais” (Da Matta, 1986, p. 54). O autor utilizou o conceito de *festas de ordem*, para assinalar relações sociais expostas e mantidas no cotidiano. Ele conferiu à alimentação como um elemento que define e marca a identidade pessoal ou grupal e “as relações que as pessoas mantêm entre si” (Da Matta, 1986, p. 39).

No passado são procurados os elementos que dão suporte às festas. Nessa perspectiva, a festividade busca amparo na memória e da identidade. Constata-se que os grupos sociais, no caso, os descendentes de imigrantes italianos da região sul do Brasil, propuseram festejar o seu pertencimento, através de comemorações caracterizadas por “uma imagem prestigiosa com a qual se supõe que todos possam se identificar” (Candau, 2012, p.148).

É no passado que são encontrados os elementos que caracterizariam os imigrantes italianos, criando uma imagem comum no presente. O ato de comemorar possui uma forte carga

de memória, sendo “destinada a desenvolver profundamente, entre a geração atual, o espírito histórico e o sentimento de continuidade (Candau, 2012, p.147).

Considera-se que as festividades referentes ao Centenário da Imigração Italiana buscaram no passado a identificação com a sua história. Entretanto, os indivíduos da Quarta Colônia exaltavam um passado e as práticas socioculturais do presente, como forma de divulgação e promoção da comunidade. “A memória só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias, centradas em reavivamentos, que só os *traços-vestígios* do pretérito são capazes de provocar” (Catroga, 2001, p. 48). O mesmo autor constata que,

[...] o conteúdo da memória é inseparável dos seus campos de objectivação e de transmissão – linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos – e dos ritos que os reproduzem. O que mostra que, nos indivíduos, não haverá memória colectiva sem suportes de memória ritualisticamente compartilhados (Catroga, 2001, p.48).

Considera-se que as festas se aproximam do passado através da memória. Pollak (1992, p. 201) afirmou que esse acontecimento é "construído coletivamente e sujeito a flutuações, transformações e mudanças constantes". Esses são aspectos que contribuem para a construção da memória nos eventos vividos pelo indivíduo, pois "a memória é constituída por pessoas e personagens", bem como pelos lugares de memória "particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser pessoal, mas também pode não estar ancorada no tempo cronológico" (Pollak, 1992, p. 201-202).

Festejar constitui “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal” (Silva, 2002, p.432). Dessa forma, procura-se evitar o esquecimento, sendo a memória seletiva, pois elegemos o que queremos lembrar ou esquecer. Assim, Silva (2002, p.432), retrata que, “apagam-se da lembrança as situações constrangedoras (por exemplo, nos “500 anos do Brasil”, os massacres indígenas, a escravidão negra, as violências na história), e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais [...]”. Ressalta-se que, durante as comemorações dos Cem Anos da Imigração Italiana, as situações de insucesso e fracasso foram lembradas como uma forma de enaltecer a imagem do imigrante, embora as condições de êxito fossem as mais recordadas.

O estudo recente sobre as festas oferece uma nova perspectiva sobre a interseção entre história, memória e identidade coletiva. Ao examinar essas celebrações, é possível compreender como eventos históricos são reinterpretados e reimaginados por seus grupos sociais. As festividades do Centenário da Imigração Italiana no Sul do Brasil não apenas recordam o

passado dos imigrantes italianos, mas também revelam as práticas socioculturais dos grupos atuais. Os estudos historiográficos recentes sobre as festas exploram não apenas os eventos em si, mas também os significados a eles atribuídos pelas comunidades envolvidas. Isso inclui análises críticas das narrativas oficiais e populares, investigando como certas histórias são destacadas e outras suprimidas, além do material produzido pela e para a festa. Além disso, a historiografia da festa examina o papel das instituições, como a Igreja e as organizações étnicas, na organização e promoção dessas celebrações, oferecendo uma visão mais ampla das dinâmicas culturais e políticas que moldam as comemorações do passado

2. OS FESTEJOS DO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA (1975-1993)

As comemorações do Centenário da Imigração Italiana na região da Quarta Colônia foram impulsionadas pela criação do Biênio da Colonização e Imigração, instituído pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. As festividades oficiais promovidas no âmbito do Biênio contemplaram principalmente a capital e as três primeiras colônias de imigração italiana. No entanto, essa delimitação não impediu que outras comunidades colonizadas por italianos também realizassem celebrações em alusão ao Centenário.

É o caso das cidades de Veranópolis e Paraí, localizadas na Serra Gaúcha, que promoveram suas próprias homenagens à imigração italiana, mesmo sem integrarem a programação oficial. Situação semelhante ocorreu na Quarta Colônia, cujas localidades não foram incluídas nas comemorações formais organizadas pelo Biênio. Ainda assim, uma série de eventos festivos foram realizados com o objetivo de homenagear os pioneiros da imigração italiana, preservando a memória histórica e promovendo, como destaca Beneduzzi, “uma determinada recordação como elemento de reconhecimento da coletividade” (Beneduzzi, 2016, p. 104).

Essas celebrações procuraram valorizar a história dos primeiros grupos de imigrantes que se estabeleceram na região, fortalecendo o sentimento de pertencimento e destacando práticas socioculturais que caracterizam a identidade local. Demonstraram, assim, a presença de movimentos regionais e comunitários empenhados em resgatar e transmitir a “saga migratória”.

Além das lideranças locais, a Igreja Católica desempenhou papel de destaque nessas iniciativas. Representada pela Diocese de Santa Maria e pelo bispo Dom Ivo Lorscheiter, a instituição religiosa foi uma das principais incentivadoras das festividades na região central do Estado. Isso se refletiu na atuação dos padres enquanto líderes comunitários, como foi o caso de Luiz Sponchiado, em Nova Palma, e Clementino Marcuzzo, em Vale Vêneto. Sponchiado

dedicou-se à preservação de registros históricos relacionados à imigração italiana na Quarta Colônia, enquanto Marcuzzo empenhou-se em reviver hábitos, costumes e tradições por meio de atividades festivas.

A forte presença da Igreja Católica nas comunidades desde o início do processo migratório também explica sua centralidade nas comemorações. Desde os primeiros tempos, a Igreja esteve presente nas manifestações religiosas, orações coletivas, celebrações, devoções aos santos, construção de capitéis e igrejas, bem como na solicitação por padres residentes nas colônias. Isso permite compreender melhor o contexto em que se organizaram as celebrações do Centenário da Imigração Italiana, bem como “o 'tom' que seria dado à comemoração, ou seja, qual o tipo de material utilizado correspondia ao tipo de ambientação escolhida pelos organizadores da celebração” (Beneduzzi, 2016, p. 103).

Dessa forma, as festividades na Quarta Colônia assumiram uma forte dimensão religiosa, característica que se explica tanto pela autonomia religiosa mantida pelos imigrantes italianos quanto pela presença constante e ativa de lideranças e instituições eclesiásticas desde os primórdios da colonização. A atuação dos padres foi essencial na organização dos festejos, contribuindo de forma significativa para o êxito das comemorações nas diferentes comunidades.

A partir da mobilização promovida pela Diocese de Santa Maria, diversas localidades da região central do Rio Grande do Sul se envolveram ativamente nas homenagens aos imigrantes italianos. Com base na análise de fontes históricas, é possível identificar como principais centros de celebração as seguintes comunidades: Silveira Martins, Arroio Grande, Val Feltrina, Ivorá, Vale Vêneto, Novo Treviso, Faxinal do Soturno, Val Veronês, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine e Santa Maria³.

Para celebrar o Centenário da Imigração Italiana, cada comunidade desenvolveu formas próprias de rememorar o passado e conectá-lo ao presente, transmitindo a noção de uma trajetória compartilhada entre seus membros. Ficou evidente o envolvimento ativo das populações locais na organização dessas festividades, construindo uma narrativa coletiva sobre o passado, que orientava as decisões relacionadas à estrutura e ao simbolismo das celebrações.

A análise das fontes históricas revela que o Biênio da Colonização e Imigração havia proposto a realização das comemorações entre os anos de 1974 e 1975, sendo este último

³É relevante destacar que, durante o período das comemorações do Centenário, as comunidades de Silveira Martins, Arroio Grande e Val Feltrina estavam inseridas no município de Santa Maria. Ivorá e parte de Pinhal Grande pertenciam ao município de Júlio de Castilhos. Vale Vêneto, Novo Treviso e São João do Polêsine faziam parte do município de Faxinal do Soturno.

reservado especificamente às festividades do Centenário da Imigração Italiana. No entanto, na região central do Rio Grande do Sul, as celebrações começaram apenas em 1975 e se prolongaram até 1993, em razão das diferentes datas de fundação dos núcleos coloniais. Assim, constata-se a realização de múltiplas celebrações vinculadas ao Centenário da Imigração Italiana ao longo desse período.

Outro aspecto relevante das celebrações na Quarta Colônia foi a descentralização das festividades. Durante o ano do Centenário da Imigração Italiana, diversos eventos foram organizados em diferentes cidades e comunidades da região. Não houve, portanto, uma única festa que abrangesse todo o território colonial; ao contrário, cada localidade realizou suas comemorações de forma autônoma, conforme suas próprias concepções e tradições.

Um exemplo analisado na dissertação de Juliana Manfio (2015) refere-se ao município de Nova Palma, que promoveu suas festividades ao longo de todo o ano de 1984, em alusão aos cem anos da fundação da localidade. As celebrações tiveram início com uma missa na Igreja Matriz Nossa Senhora Santíssima Trindade, na virada do ano, e se estenderam até o mês de dezembro, quando foram oficialmente encerradas.

O planejamento começou ainda em 1983, com a realização de reuniões voltadas à organização dos festejos. “Em outubro de 1983, a comissão organizadora do Centenário lançou cédulas para votação, a fim de escolher o lema das comemorações do século de colonização italiana” (Manfio, 2015, p. 101). Durante os meses de junho e dezembro, realizaram-se celebrações em homenagem às santas padroeiras do município. A programação incluiu almoços comunitários, jantares, desfiles e outras manifestações culturais e religiosas. Em julho, por exemplo, foi celebrada uma missa nas margens do rio Portela, local onde, segundo a tradição, ocorreu a primeira missa da história da cidade (Manfio, 2015).

Cada cidade ou comunidade da Quarta Colônia organizou suas comemorações de forma autônoma, por meio de comitês locais. Em muitos casos, as festividades se estenderam além de 1975, acompanhando as datas de fundação dos respectivos núcleos coloniais. Exemplos dessa ampliação ocorreram em localidades como Vale Vêneto, Silveira Martins e Ivorá.

Em Ivorá, por exemplo, as celebrações do Centenário ocorreram entre 24 de maio e 1º de junho de 1975, quando a comunidade ainda pertencia ao município de Júlio de Castilhos. A programação contou com cerimônias religiosas, momentos de confraternização entre as paróquias e a inauguração de um museu histórico na Linha Um. O encerramento foi marcado por um “grandioso desfile de encerramento, que consistiu em carros alegóricos alusivos à

solenidade”⁴. Em 1983, as festividades foram retomadas para marcar os cem anos da fundação do núcleo colonial, como registrado em materiais promocionais da época.

Essas celebrações geraram um rico conjunto documental, incluindo jornais, convites, folders, fotografias, monumentos e registros diversos. Dessa forma, analisar as festividades é trabalhar com uma diversidade e o cruzamento de vários tipos de fontes históricas, montando assim um quebra-cabeça festivo.

AS FORMAS DE COMEMORAR O CENTENÁRIO DA QUARTA COLÔNIA

As festas podem ser compreendidas como portas de entrada para analisar as dinâmicas de construção de identidades e laços de pertencimento nas comunidades formadas por imigrantes italianos. Celebrações, almoços, jantares, desfiles e inaugurações de monumentos constituem práticas que criam espaços simbólicos de memória e afetividade, fortalecendo vínculos e reafirmando tradições locais. Essas iniciativas também evidenciam processos de formação de territórios étnicos, nos quais determinadas práticas, valores e modos de vida precisam ser constantemente renovados e reafirmados.

Nesse contexto, buscou-se compreender os eventos festivos escolhidos para homenagear os imigrantes italianos, analisando as semelhanças entre as comemorações e investigando de que forma as comunidades desejavam ser vistas e lembradas. Como afirma Beneduzi (2016, p. 104-105), as manifestações selecionadas para compor as celebrações — “álbuns comemorativos, paradas e desfiles, encenações, cantos, reconstruções arquitetônicas e gastronomia” — integram uma narrativa comunitária que se pretende duradoura. Tais atos comemorativos refletem, assim, as práticas socioculturais já presentes no cotidiano dessas comunidades, reforçando elementos que ajudam a construir uma identidade coletiva.

As festas realizadas no Centenário da Imigração Italiana procuraram representar o processo migratório vivido pelas comunidades da Quarta Colônia e, ao mesmo tempo, manifestar como essas populações desejavam perpetuar sua imagem histórica. Para isso, foi necessário um resgate da própria história local, que embasasse a organização e a escolha das formas de comemoração.

Uma das expressões mais recorrentes foi a celebração de missas festivas, dada a importância da religiosidade para os grupos de imigrantes. Como afirmam Ramos et al. (2016, p. 7), a fé era “o principal suporte de quem e/i/migra, de quem se desloca de um lugar para

⁴Festividades do Centenário da Imigração Italiana em Ivorá – Promovidas pelo município de Júlio de Castilhos, 1975. Folder. Caixa Ivorá. Centro de Pesquisas Genealógicas

outro”. Desde a chegada ao Rio Grande do Sul, a religião teve papel central na estruturação social das colônias, acompanhando os imigrantes desde a partida até o assentamento em território brasileiro.

Exemplo disso foi a missa celebrada em Nova Palma em 1984, no local da primeira celebração católica da comunidade, contando com a presença de descendentes diretos dos primeiros imigrantes. Um monumento foi erguido no local da missa original, com o objetivo de “assinalar na comunidade o espaço e a história que os unia”, sendo reforçado pela presença de uma filha de imigrantes pioneiros. Assim, como analisa Huyssen (2000), o monumento passou a simbolizar tanto a origem quanto a continuidade da presença italiana na localidade.

Também foi comum a inserção das comemorações do Centenário nas festividades já tradicionais dos santos padroeiros das comunidades, como ocorreu em Val Veronês com a devoção à Nossa Senhora do Monte Bérico. Isso demonstra que, embora inspiradas no passado, as festas do Centenário também refletiram as práticas culturais vivas do presente, permitindo que as comunidades atualizassem e reafirmassem sua identidade.

Outro aspecto relevante foram as reformas dos capitéis — pequenas capelas construídas pelos imigrantes ao longo das estradas. Com o tempo, muitos passaram por intervenções para garantir sua conservação, utilizando materiais mais duráveis. Em Nova Palma⁵, esse processo foi conduzido pelo padre Luiz Sponchiado, que mobilizou a comunidade para reformar os capitéis e inserir placas dedicando as obras aos antepassados italianos, no contexto do Centenário.

Essas reformas, promovidas tanto por lideranças religiosas quanto pelas comunidades, buscavam entrelaçar a história dos oratórios com a dos próprios imigrantes. A memória do capitel era contada junto com a história de quem o havia construído, revelando diferentes usos e significados da memória: suas ressignificações, lembranças e silêncios.

As celebrações do Centenário da Imigração Italiana também incentivaram a criação de espaços de memória, como monumentos, acervos e museus, voltados à preservação da história dos imigrantes. Um exemplo é o Monumento do Imigrante, inaugurado em Faxinal do Soturno.

⁵O capitel de Santa Polônia, por exemplo, foi um dos primeiros erguidos em Nova Palma, em 1890, como cumprimento de uma promessa feita pela família de Giuseppe e Sabina Tomasi, que trouxeram a devoção à santa protetora dos dentes. Isso revela que a preocupação com a saúde bucal era um valor presente entre os imigrantes e seus descendentes. Giuseppe Tomasi, conforme relata Tura (2010), “exercia o ofício de dentista, por isso dedicou a capela à Santa Apolônia, padroeira destes profissionais”, mas também atuava em outras frentes, como proprietário de moinho e escultor de imagens sacras. Assim, as reformas nos capitéis durante o Centenário exaltaram a religiosidade dos imigrantes e contribuíram para a construção de uma memória positiva sobre suas trajetórias.

A estrutura representa uma réplica do navio *Columbus*, simbolizando a travessia transatlântica dos italianos até o Brasil.

A travessia oceânica foi um dos momentos mais lembrados nas festas, não apenas como deslocamento físico, mas como episódio simbólico de ruptura e superação. Ao evocar o momento da partida e da chegada ao desconhecido, os relatos enfatizavam as dificuldades enfrentadas, transformando-as em elementos heroicos da memória coletiva.

Entre as formas de comemoração, os desfiles históricos se destacaram. Localidades como Nova Palma, Ivorá, Novo Treviso, Vale Vêneto, Silveira Martins e Dona Francisca organizaram desfiles com carros alegóricos e trajes considerados “típicos”, com o objetivo de representar o processo migratório italiano em suas respectivas comunidades.

Em Vale Vêneto, por exemplo, o desfile histórico ocorreu em 1978, ano do centenário da fundação da comunidade. Na Figura 2, observa-se uma das alegorias apresentadas: um pequeno carro de tração animal, utilizado para o transporte de alimentos e produtos. O veículo era conduzido por Santo Bortoluzzi, neto de imigrantes italianos, e carregava alimentos, seguido por mulheres e crianças com ferramentas de trabalho — rastelos, foices — simbolizando a rotina familiar nas pequenas propriedades coloniais. O público que prestigiava o evento também aparece ao fundo da imagem, indicando o envolvimento coletivo com a comemoração.

Figura2: Desfile histórico da imigração em Vale Vêneto



Fonte: Acervo do Museu Geringonça (Novo Treviso, Faxinal do Soturno RS, Brasil). 2018.

O desfile histórico, representado por alegorias e vestimentas, demonstra a história das famílias de imigrantes italianos que viveram na região da Quarta Colônia. Buscou reforçar as

qualidades positivas dos imigrantes⁶, destacando o trabalho diário e coletivo que resultou em uma trajetória de sucesso. As narrativas construídas para o Centenário da Imigração Italiana tinham o objetivo de preservar o passado dos imigrantes italianos, contando uma história comum com a qual todos pudessem se identificar.

As festas do Centenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia foram caracterizadas por várias atividades festivas, que procuravam promover o trabalho, a religiosidade e a união familiar do imigrante. Essas celebrações mostraram como grupos locais se prepararam, visando construir uma narrativa comum sobre o passado da imigração italiana na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com a proximidade das comemorações dos 150 anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, é necessário realizar um balanço atualizado das produções acadêmicas relacionadas à história da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Investigar os eventos festivos é possível, como por exemplo, o Centenário da Imigração Italiana, devido a intensa análise de fontes históricas produzidas pelas próprias festividades, entre elas estão os jornais, as fotografias, os convites, as programações, os folders, os livros, os monumentos. As novas comemorações lançarão novas perspectivas de investigações histórico-sociais, utilizando também novas fontes históricas.

Com a investigação das fontes históricas, identificou-se as comunidades que promoveram as festividades alusivas ao Centenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia: Silveira Martins, Arroio Grande, Val Feltrina, Ivorá, Vale Vêneto, Novo Treviso, Faxinal do Soturno, Val Veronês, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine e Santa Maria. Esses espaços organizaram diferentes dinâmicas internas para comemorar a passagem do Centenário da Imigração Italiana em seu espaço.

É importante salientar que o estudo das festividades como objeto da historiografia revela-se uma via rica e plural para compreender a construção de identidades, a transmissão de memórias e a produção de sentidos no tempo presente. Ao investigar o Centenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia, nota-se que as festas ultrapassam o caráter meramente comemorativo: elas tornam-se palco de disputas simbólicas, de reafirmação de pertencimentos e de recriação do passado segundo as necessidades do presente.

⁶Favaro (1996, p.281), atribuiu a imagem criada ao imigrante ao crédito de “valores e qualidades individuais: ser dotado de coragem, tenacidade, perseverança, honestidade, espírito de iniciativa e, simultaneamente, de uma inabalável confiança no futuro, apoiada no trabalho incessante e infatigável”, no sentido de garantir o sucesso.

A abordagem historiográfica recente permite analisar as festas como manifestações complexas, nas quais elementos sociais, políticos, culturais e afetivos se entrelaçam. A memória seletiva e dinâmica, orienta os sentidos atribuídos aos eventos festivos, elegendo símbolos, silenciando traumas e valorizando imagens idealizadas. Nesse processo, as comemorações funcionam como instrumentos de reafirmação comunitária e de visibilidade social, sendo também espaços de negociação e de tensionamento entre diferentes grupos e discursos.

As festividades do Centenário da Imigração Italiana na Quarta Colônia demonstram uma complexa articulação entre memória, identidade e religiosidade. Embora essa região não tenha sido contemplada pela programação oficial do Biênio da Colonização e Imigração promovido pelo governo estadual, suas comunidades evidenciaram um forte desejo de participar das festas, organizando, de forma autônoma, comemorações que recuperam a trajetória de seus antepassados italianos. Essa iniciativa local evidencia que a memória da imigração não se restringe às diretrizes oficiais, mas emerge a partir do envolvimento comunitário e das lideranças locais.

O papel desempenhado pela Igreja Católica, especialmente pela Diocese de Santa Maria e pelos padres atuantes nas comunidades, foi primordial para o sucesso das festas. Por meio da valorização de aspectos religiosos, como missas, procissões, festas de padroeiros e a construção de monumentos, a memória da imigração italiana foi ressignificada e fortalecida. A atuação dos padres como figuras de liderança reforça a importância da religiosidade como aspecto importante da identidade das comunidades descendentes de imigrantes.

Nesse processo, as comemorações não apenas preservaram tradições, mas também (re)criaram significados e representações. A escolha de determinados eventos e símbolos para as festas revela a intencionalidade das comunidades em projetar uma imagem positiva de si mesmas, reforçando aspectos considerados essenciais para a sua identidade e continuidade cultural. Por fim, as comemorações do Centenário mostraram como as memórias coletivas são constantemente ressignificadas, sendo mobilizadas para fortalecer os laços comunitários. Essas manifestações deixaram um legado importante, visível nos espaços de memória, nos monumentos erguidos e nas narrativas construídas, que continuam influenciando o modo como essas comunidades se percebem e se representam.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. **Revista Patrimônio e Memória**. V.7; n.1; p.134-170. Jun/2011.

BENEDUZI, Luis Fernando. A festa como patchwork: indício e laboratório da memória coletiva. In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla (org.). **Imigração, práticas culturais e sociabilidade**: novos estudos para a América Latina São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016 (102-134p.).

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito**: Religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC / Museu do Ceará, 2005.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e ritual: trajetórias e passagens. In: Everardo Rocha. (Org.). **Cultura e Imaginário**. 1 ed. V. 1, pp.59-68. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1998.

FAVARO, Cleci Eulália. Amor à italiana (o real e o imaginário nas relações familiares na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul). In: DE BONI, Luis Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre/Torino: EST/ Fondazione Giovanni Agnelli, (p. 281-286), 1996.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JANCSÓ, István & KANTOR, Íris. (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2v, 2001.

KRAAY, Hendrik; MALERBA, Jurandir. Festejar e repensar a independência: um balanço. In: **Revista de Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS. Porto Alegre, 2011. (366-373p.).

MANFIO, Juliana Maria. **A construção de uma memória**: as comemorações do Centenário da Imigração Italiana na região da ex-colônia Silveira Martins (1975-1993). Tese. (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

MANFIO, Juliana Maria. **A construção de uma memória**: as comemorações do Centenário da Imigração Italiana na região da ex-colônia Silveira Martins (1975-1993). São Paulo: Edições Verona, GT Nacional de História Cultural. 2023.

MANFIO, Juliana Maria. **Entre o sacerdócio e a pesquisa histórica**: a trajetória de Padre Luiz Sponchiado na Quarta Colônia de Imigração Italiana. (Dissertação de Mestrado). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

MARCUZZO, Clementino. **Centenário de Vale Veronês**: Epopéia da Imigração Italiana de Vale Veronês com seus costumes e tradições. Santa Maria: Palotti, 1982.

MATTA, Roberto da. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 5, n. 10, 1992, (p. 200-212), 1992.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” /comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História. São Paulo**, v. 22, nº 44, (pp. 425-438), 2002.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. O sentido das comemorações e das festas de São Leopoldo: três momentos de civilidade e de sociabilidade. In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz (org.). **Imigração, práticas culturais e sociabilidade**: novos estudos para a América Latina. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, (135- 154p.), 2016.

TURA, Jocelaine Garlet. **Capitéis** - Fé e Religiosidade na Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul (Nova Palma 1890 – 1925). (Monografia de Conclusão de Curso). Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2012.

***Maggio di S. Uliva*: microanálise de um imigrante a partir de memórias familiares e da cultura religiosa**

Henrique Perin¹

Esta pesquisa, apresentada por ocasião do Seminário Internacional 150 anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, tem, entre outros objetivos, o resgate de documentos e memórias familiares de um imigrante chamado Lorenzo Vannini, guardados por sua família ao longo de mais de um século. O seu objetivo principal, entretanto, é compreender a construção da memória familiar por meio de objetos que podemos considerar relíquias – e tomo aqui emprestado do professor Ulpiano Bezerra de Menezes (1998) o conceito religioso de relíquia, que ressalta a contiguidade de objetos pertencentes a uma coletividade e seu prolongamento transcendente, o que é necessário para que a memória coletiva se aproprie desses materiais e reconheça o que deles resta para que, então, se tornem objetos de adoração, ou no caso, relíquias. Exemplo de relíquia mantida pela família, e alvo de especulações diversas ao longo de décadas sobre sua origem e finalidade, é uma cópia da lenda *Maggio di Santa Uliva* escrita por Domênico Vannini, pai de Lorenzo. Outras relíquias guardadas pela família são folhetos contendo sonetos e hinos oferecidos em celebrações religiosas, assim como fotografias, alguns cartões postais, passaportes e contratos firmados com seus parentes que permaneceram na Europa. Esses objetos constituem o ponto inicial desta análise, que também aborda algumas relações que a família imigrante estabeleceu no Rio Grande do Sul, assim como as que manteve com a Itália.

I figli inconsolabili dalle remote lande americane

Lorenzo Vannini, filho mais velho de Domênico Vannini e Maria Tomei, nasceu em Borgo a Mozzano, na província de Lucca, na Itália, em abril de 1863, e chegou ao Brasil com 25 anos, em 1888. Estabeleceu, inicialmente, um pequeno comércio em Caxias do Sul, e em 1907 mudou-se para a comunidade de São Domingos do Sul, onde faleceu em 1934. Acompanhado de seu irmão Giovanni Battista, Lorenzo foi o primeiro membro dessa família Vannini a chegar ao Brasil, enquanto o resto da família imigrou para o Rio Grande do Sul no inverno italiano de 1897, após o falecimento de Domênico: o filho mais novo, chamado Valente², e suas irmãs solteiras, Constanza e Corina. Não há

¹ Jornalista, historiador e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Duas vezes vencedor do prêmio Dyonélio Machado de Teses e Dissertações da Academia Rio-Grandense de Letras, atualmente é pesquisador do projeto Portugueses de Papel da Universidade de Lisboa. Contato: perin82@me.com.

² Recentemente foi encontrado o passaporte de Valente Vannini, no qual são indicados alguns dados que apresentam inconsistências com outras fontes. A primeira informação conflitante refere-se a uma possível data de entrada no Brasil no dia 29 de dezembro de 1890, conforme carimbo em seu documento. Não existem outros registros familiares que

registros sobre a morte de Maria, embora alguns relatos apontem que quando Domênico faleceu, em fevereiro 1896, já era viúvo; outra versão afirma que a matriarca chegou ao Brasil em 1897 e foi sepultada em solo sul-rio-grandense no início do século XX. Um documento recentemente encontrado responde esta questão: no dia 05 de outubro de 1916 o juiz distrital Mário Simões Lopes, acompanhado do ajudante de escrivão Antônio Dall’Igna, registra que: “...Valente Vannini [...], filho legítimo de Domênico Vannini e Maria Tomei, ambos falecidos na Itália.” (Registro Civil de Casamentos de Guaporé, 1916), casou-se com Josefina Mella, também italiana.

Há indícios da possibilidade de existência de uma terceira irmã, mais velha e que permaneceu na Itália, chamada Amábile. Rovílio Costa, entretanto, em seu livro *Povoadores das colônias de Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado* (1997), afirma que os filhos de Domênico e Maria foram somente os cinco membros já citados, mas como explica Alexandre Karsburg no livro *Micro-história, trajetórias e migração* (2015), não é raro nos depararmos com lacunas e ausência de fontes, o que implica o uso de alguns recursos como estratégia narrativa, como a utilização de advérbios de dúvida, por exemplo “possivelmente”, “talvez” e mesmo “provavelmente”.

Assim, a possibilidade de existência de uma terceira filha de Domênico e Maria surgiu quando encontrado um folheto de 1887 em que “Amábile di Domênico Vannini” ofereceu um soneto à festa trienal de *Maria Santíssma Delle Grazzie* (imagem 01). Sabe-se que não era incomum o oferecimento de sonetos, odes e hinos em festas religiosas, tanto no Brasil quanto na Itália, e muitas vezes esses poemas eram repetições de obras de poetas, músicos e escritores famosos. Neste caso, entretanto, não foi possível encontrar nenhuma outra referência a este soneto, nem ao conjunto e tampouco a partes dele, o que sugere a possibilidade que a Amábile tenha existido e que também tenha escrito poemas. E há mais uma razão para postular essa possibilidade: Domênico era proprietário, entre outros negócios, de uma tipografia em Borgo a Mozzano. Em 1891 foi impresso um folheto com um hino para a festa centenária em honra a São Luís Gonzaga (imagem 02) em que se lê a procedência da impressão (imagem 03). Domênico, proprietário da tipografia, consequentemente era um homem letrado (o fato de ter escrito uma cópia da lenda de Santa Uliva prova isso), o que sugere que seus filhos, Lorenzo, Gio Battista e Valente, Constanza e Corina (e provavelmente Amábile) certamente também eram pessoas alfabetizadas.

apontem para esta entrada de Valente em território brasileiro, entretanto não é possível negar que essa primeira incursão possa ter ocorrido. A segunda informação conflitante é referente ao nome do barco à vapor que consta em seu passaporte, “Rosário”. Segundo dados da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPMF) do Porto do Rio de Janeiro (Repartição Central das Terras e Colonização, 1891), a primeira entrada da embarcação Rosário ocorreu somente em 17 de abril de 1891, tendo sua partida de Gênova em 29 de março de 1891. Com a data de 29 de dezembro de 1890 há o registro de entrada no Brasil somente do vapor “Áquila” (Repartição Central das Terras e Colonização, 1890). O nome de Valente Vannini não é encontrado em nenhuma das listas de passageiros do “Áquila” ou do “Rosário”. Uma terceira informação conflitante é referente à empresa contratada por Valente para sua imigração, a “S. Maria Madalena”. O vapor “Áquila” apresenta em sua lista passageiros italianos sob este contrato, o que não ocorre com a lista do vapor “Rosário”. Novas pesquisas serão necessárias para desenvolver este tema.

Imagem 01

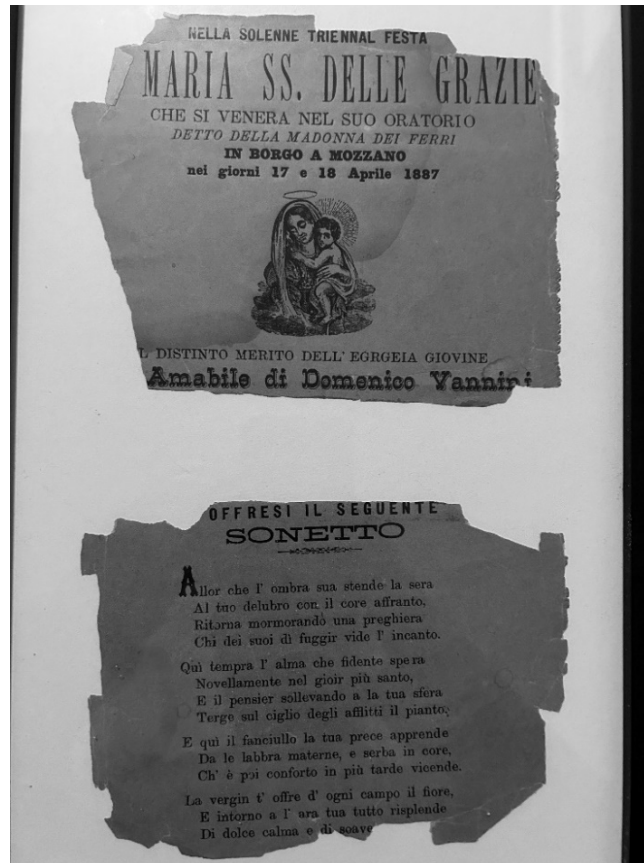
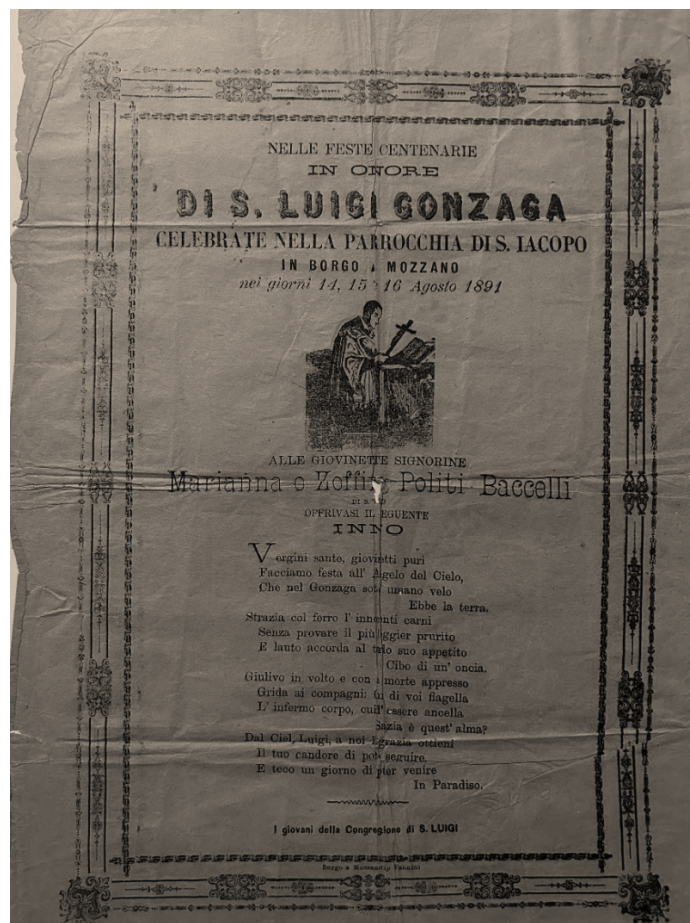


Imagem 02





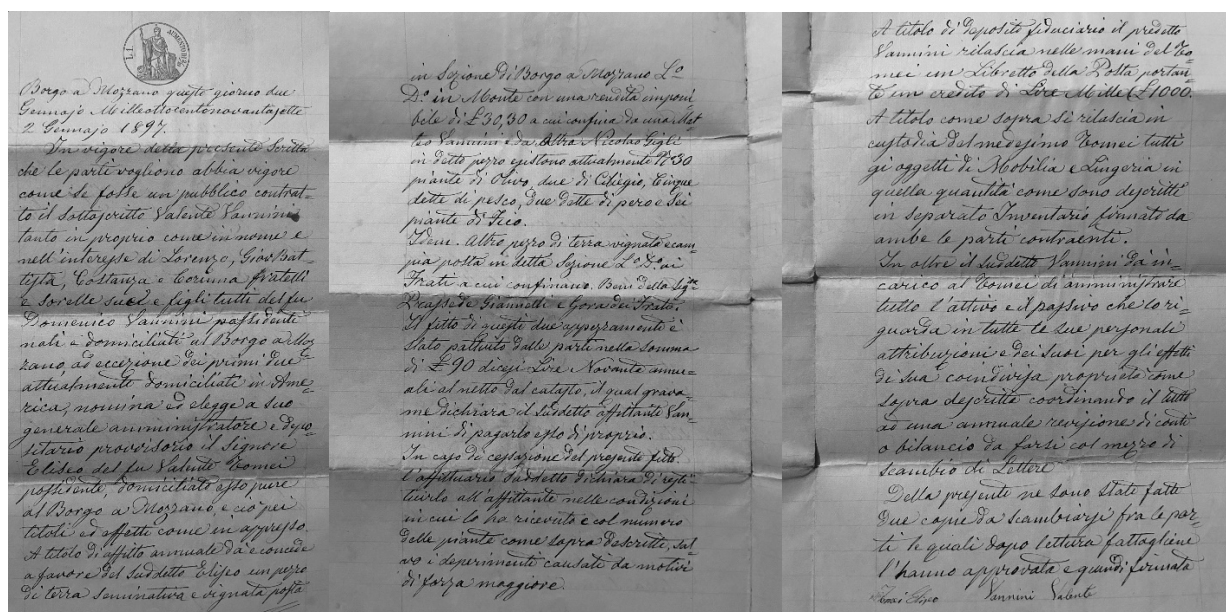
Quando da saída do restante da família Vannini da Itália, Valente, através de um contrato (imagem 04), elegeu como administrador geral e depositário provisório dos futuros proventos que o arrendamento das propriedades da família pudesse gerar, um primo chamado Eliseo Tomei, filho de Valente Tomei, seu tio materno. Deixou, como renda anual e doações ao primo, terras aráveis e um vinhedo, além de entregar, por meio de um depósito fiduciário, um livro postal com crédito de mil liras, roupas de cama e diversos móveis. Incumbido Eliseo de administrar os bens e os ativos que pudessem originar dos arrendamentos e aluguéis, restou acordado que revisões anuais de contas e balanços patrimoniais seriam realizados através de trocas de cartas:

Borgo a Mozzano, 2 Gennaio 1897. In vigore della presente scritta che le parti vogliono abbia vigore come se fosse un pubblico contratto il sottoscritto Valente Vannini tanto in proprio come in nome e nell'interesse di Lorenzo, Gio Battista, Costanza e Corina fratelli e sorelle sue e figli tutti del fu Domenico Vannini possidenti, nati e domiciliati a Borgo a Mozzano ad eccezione dei primi due attualmente domiciliati in America, nomina ed elegge a suo generale amministratore e depositario provvisorio il Signore Eliseo del fu Valente Tomei, possidente, domiciliato esso pure a Borgo a Mozzano e ciò pei titoli ed effetti come in appresso. A titolo di affitto annuale da e concede a favore del sudetto Eliseo un pezzo di terra seminativa e vignata posta. A titolo di deposito fiduciario il predetto Vannini rilascia nelle mani del Tomei un Libreto della Posta, portante un credito di Lire mille (L1000). A titolo come sopra si rilascia in custodia del medesimo Tomei tutti gli oggetti di Mobilia e Lingeria in quella quantità come sono descritti in separato Inventario firmato da ambe le parti contraenti. Inoltre il sudetto Vannini da incarico al Tomei di amministrare tutto l'attivo e il passivo che lo riguarda in tutte le sue personali attribuzioni e dei suoi per gli effetti di sua coindivisa proprietà come sopra descritto, coordinando il tutto ad una annuale revisione di conti o bilancio da farsi col mezzo di scambio di lettere. Della presente ne sono state fatte due copie da scambiarsi fra le parti le quali dopo lettura fattagli ne l'anno approvata e quindi firmata. Tomei Eliseo, Vannini Valente³ (Contrato firmado entre Valente Vannini e Eliseo Tomei, 1897).

³ “Borgo a Mozzano, 2 de janeiro de 1897. De acordo com esta escritura, que as partes desejam que tenha efeito como se fosse um contrato público, o abaixo assinado Valente Vannini, tanto em seu próprio nome como em nome e interesse de Lorenzo, Gio Battista, Costanza e Corina, seus irmãos e irmãs, e todos os filhos do falecido Domenico Vannini, proprietários de terras, nascidos e domiciliados em Borgo a Mozzano, com exceção dos dois primeiros atualmente domiciliados na América, nomeia e elegge como seu administrador geral e depositário provisório o Sr. Eliseo, filho do falecido Valente Tomei, proprietário de terras, também domiciliado em Borgo a Mozzano, e isso para títulos e efeitos,

Esse contrato prova que a família Vannini, quando chegou ao Brasil, manteve contato com seus parentes ainda residentes na Europa, mas infelizmente as correspondências trocadas entre o Brasil e a Itália não chegaram até o século XXI. Sabe-se, todavia, que elas ocorreram até pelo menos o ano 1926, quando os irmãos Lorenzo, Gio Battista e Valente ofereceram um folheto com uma ode por ocasião das festividades do Santíssimo Sacramento (imagem 05), comemoradas em Borgo a Mozzano. Presume-se que o oferecimento do folheto tenha sido encomendado através das correspondências mantidas com Eliseo, ou mesmo com a possível irmã chamada Amábile.

Imagem 04



Também há uma foto de Valente, quando de sua partida da Itália, ao lado do túmulo de Domênico (imagem 06), em que é possível ler a inscrição *i figli inconsolabili dalle remote lande americane per eternare la memoria*⁴. Isso comprova que as correspondências entre os irmãos eram constantes ao ponto de receberem a notícia do falecimento do pai, demonstrarem pesar através de uma carta remetida à Itália, e seu irmão Valente ainda conseguir posar em uma foto ao lado do túmulo, para trazer como lembrança (ou relíquia), para o Brasil.

bem como para apreciação. Como renda anual, ele dá e concede ao referido Eliseo um pedaço de terra arável e vinhedo. Como depósito fiduciário, o referido Vannini deixa um Livro Postal em poder de Tomei, com um crédito de mil libras (1.000 libras). Em virtude do exposto, todos os móveis e roupas de cama ficam sob a custódia do mesmo Tomei, na quantidade descrita em um inventário separado assinado por ambas as partes contratantes.

Além disso, o referido Vannini instrui Tomei a administrar todos os ativos e passivos que lhe pertencem, em todas as suas funções pessoais e dos seus parentes, para os fins de sua propriedade conjunta, conforme descrito acima, coordenando tudo isso com uma auditoria anual de contas ou balanço patrimonial a ser realizada por troca de correspondência. Duas cópias deste documento foram produzidas para serem trocadas entre as partes, as quais, após lidas, são aprovadas e assinadas. Tomei Eliseo, Vannini Valente”. Tradução própria.

⁴ “Os inconsoláveis filhos da remota terra americana para eternizar a memória”. Tradução própria.

Michelle Perrot (2014) aponta que a família era a responsável, na Europa do século XIX, por perpetuar os valores simbólicos, a memória fundadora e a consciência nacional. Essa transmissão pode ser notada claramente quando o retrato evoca que Lorenzo e Gio Battista, os filhos inconsoláveis de Domênico, encontravam-se na remota terra da América. A família, e neste caso representada pelo pai (uma figura que exerce papéis mais amplos e simbólicos), é a criadora da cidadania e da civilidade, e a perda da família (lembremos que Domênico foi sepultado na Itália) desterra definitivamente os irmãos Vannini. O amor à família e à pátria se descontinua, o que provavelmente motivou Valente, Corina e Constanza (e Maria Tomei, dependendo da versão familiar) a também imigrarem para o Brasil.

Imagem 05



Imagem 06



Lorenzo Vannini: apontamentos para uma breve biografia

Sabe-se que Lorenzo serviu no exército italiano como soldado, tendo sua baixa em 1885 (imagem 07). Em sua *contrassegni personali*, chama a atenção não apenas estar assinalado o fato de ter servido com lealdade e honra, ou mesmo os itens referentes ao seu conhecimento letrado, mas principalmente a sua profissão: Lorenzo era comerciante, ou contador, segundo a inscrição (imagem 08). Essa informação corrobora a memória familiar, que perpetua o conhecimento que ele estabeleceu um pequeno comércio em Caxias do Sul. Já em seu certificado de nacionalidade italiana, de 1894 (imagem 09), a profissão já é outra. Infelizmente não é possível compreender o que está escrito, mas ainda é distinto do que será posteriormente assinalado em seu título de eleitor brasileiro (imagem 10), em 1933: agricultor.

A memória coletiva familiar, como aponta Maurice Halbwachs (1997), se desenvolve a partir de terrenos distintos na consciência dos membros do grupo doméstico, e ainda com mais razão quando esses membros estão distantes, seja geograficamente, seja temporalmente. São diferentes os modos como os familiares se lembram de seus antepassados, e os membros da família Vannini da geração de Lorenzo recordavam de seu status de pessoa letrada e com uma profissão específica. Seus filhos, principalmente suas filhas, não estudaram (provavelmente a estrutura deficiente das colônias do

interior do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX não permitiu que seus filhos soubessem mais que realizar cálculos e escrevessem o próprio nome) e para eles Lorenzo era somente um agricultor e essa informação foi transmitida para seus netos e bisnetos.

Agricultor, comerciante ou contador, Lorenzo foi o pai da primeira geração dos Vannini nascidos no Rio Grande do Sul, e como é o pai quem fornece o sobrenome, ou quem dá verdadeiramente a luz, pois conforme Immanuel Kant (2017) o nascimento jurídico é o único nascimento verdadeiro, ele surge como proa da família perante a sociedade civil. Seus irmãos e irmãs não apenas o respeitavam por sua primogenitura, principalmente após o falecimento de Domênico, mas também recorriam a ele para se aconselhar e para tomar decisões. A morte de um pai, aponta Michelle Perrot (2014), é um momento carregado de tensões e significados na vida privada. Não causaria estranheza pensar que a vinda definitiva de toda a família Vannini ao Brasil tenha passado pela vontade e pela decisão de Lorenzo. Embora não se tenha certeza da data de reencontro dos cinco irmãos (imagem 11, 12 e 13), sabe-se que não tardou para que ocorresse.

Imagem 07

Regio Esercito Italiano
Foglio per l'invio in Congedo illimitato a: **Vannini**
Lorenzo Soldato
figlio di **Domenico** e di **Maria Mariat** del **Reggimento**
(1) **1.° Reg. Cava** N.° di Matricola **1824** accetto alla **1.ª** Categoria della
Classe **1824** nato il **10 Aprile 1863** a **Pisa** Mandamento
di **Pisa** Circondario di **Lucca** Distretto mil. di **Lucca**
ha esatto il N.° **220** nella leva della Classe **1824** quale iscritto di leva nel Comune
di **Pisa** Mandamento di **Pisa** Circondario di **Lucca** Distretto
militare di **Lucca**

CONTRASSEGNI PERSONALI
Statura metri **1,75** Fronte **alta**
Capelli **castano** Naso **quadrato**
Occhi **castano** Bocca **quadrata**
Colorito **rosso** Mento **quadrato**
Dentatura **buona** Arte o professione **Contabile**
Segni particolari **nessuno**
Sopraciglia **castano** Se sa leggere **sì**
Se sa scrivere **sì**
A **Pisa** addì **2 Aprile** 1885

B Il Comandante del Distretto di **Lucca** è invitato a mandare in Congedo illimitato
il militare suddetto, il quale ha dichiarato eleggere per domicilio il Comune di **Pisa**
Mandamento di **Pisa** Circondario di **Lucca** Distretto militare di **Lucca**
A **Pisa** addì **2 Aprile** 1885

Imagem 08

Foglio per l'invio in Congedo illimitato
Lorenzo Soldato
figlio di **Domenico** e di **Maria Mariat**
(1) **1.° Reg. Cava** N.° di Matricola **1824** accetto alla **1.ª** Categoria della
Classe **1824** nato il **10 Aprile 1863** a **Pisa**
di **Pisa** Circondario di **Lucca** Distretto mil. di **Lucca**
ha esatto il N.° **220** nella leva della Classe **1824** quale iscritto di leva nel Comune
di **Pisa** Mandamento di **Pisa** Circondario di **Lucca** Distretto
militare di **Lucca**

CONTRASSEGNI PERSONALI
Statura metri **1,75** Fronte **alta**
Capelli **castano** Naso **quadrato**
Occhi **castano** Bocca **quadrata**
Colorito **rosso** Mento **quadrato**
Dentatura **buona** Arte o professione **Contabile**
Segni particolari **nessuno**
Sopraciglia **castano** Se sa leggere **sì**
Se sa scrivere **sì**
A **Pisa** addì **2 Aprile** 1885

B Il Comandante del Distretto di **Lucca** è invitato a mandare in Congedo illimitato
il militare suddetto, il quale ha dichiarato eleggere per domicilio il Comune di **Pisa**
Mandamento di **Pisa** Circondario di **Lucca** Distretto militare di **Lucca**
A **Pisa** addì **2 Aprile** 1885

Imagem 09

R. CONSOLATO D'ITALIA
IN
PORTO ALEGRE

CONNOTATI

CERTIFICATO DI NAZIONALITÀ

Il Console di N. MARELLA R. D'ITALIA in questa residenza attesta che Amma Gonzaga da Romania originaria di Manja, Romania Praticante di Rece nata 1.7 divorziata in quindici anni d'anni dove esercita la professione di Rece Rece a suddita Italiana e così fare inscrivere nel Registro de Nazionali sotto il N. 1540

In fede di che gli abbiamo rilasciato il presente Certificato di Nazionalità autentico per L. 1300.

Porto Alegre, addì 16 Mayo 1914

PIRELLA GÖTTSCHE

Dritto L. n. 4
(Art. 59 L. 101)

IL REGIO CONSULE
Amma Gonzaga da Romania

Imagem 10

N. 12785
(Nado no Tribunal Regional)

TITULO DE ELEITOR

RIO GRANDE DO SUL

12. zona Guaporé (Município) São Domingos

Domicílio Eleitoral 8.º distrito

Número de ordem da inscrição 2.637

Data da inscrição no cartório 28 Março 1933

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
Leandro Vassini

Filiação Domingos Vassini

Naturalidade Itália

Idade 69 anos — Data do nascimento 2 Abril de 1863

Qualificativos

Estado civil viúvo

Profissão agricultor

Leandro Vassini
ASSINATURA DO ELEITOR

O presente título é expedido de acordo com o Código Eleitoral da República e em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul e recebe o número _____ aos _____ dias do mês de _____ do ano de mil novecentos e trinta e _____

Director da Secretaria

Polegar direito

Formulário
fotocópia

Imagem 11



Imagem 12 e 13



Maggio di S. Uliva

O falecimento de Domênico implica em um ponto sensível a esta pesquisa: sua cópia de *Maggio di S. Uliva* (imagens 14 e 15). Daniele Ronco, em *Il Maggio di Santa Oliva, origine della forma, sviluppo della tradizione*⁵ (2001), indica que a lenda, com origem no século V, é de amplo conhecimento e que existem duas versões: uma de matriz popular, que como toda aventura romanesca termina em júbilo após inúmeras dificuldades, e outra tida como culta, mas não menos maravilhosa. Ambas as versões apresentam dois elementos em comum: o oceano como espaço de transformação e a mutilação de Uliva. Na versão popular, Uliva é jogada ao mar duas vezes, a primeira quando é acusada de roubo em um convento na Bretanha, sendo posteriormente resgatada por dois marinheiros que a entregam ao rei de Castela; e a segunda, para salvar sua vida, quando o vice-rei de Castela a devolve ao mar. No final da lenda, Uliva chega a Roma e reencontra sua família. Na versão culta, Uliva também é jogada ao mar em duas oportunidades, sendo a primeira vez para salvar sua vida, pois seu pai a condenou à morte, e a segunda, também para salvar sua vida, mas na Escócia, após dar à luz ao filho do rei. Em ambas as versões, ela tem suas mãos amputadas, seja por ordem de seu pai, seja devido a situações ligadas ao seu pai.

Oliva, sia ella santa o solamente regina dai costumi integerrimi, è la protagonista di una tra le più note leggende, con diffusione tanto popolare quanto colta, che getta le sue radici nella letteratura medievale. Oliva è una delle ‘fanciulle perseguitate’ tanto amate dal popolo, oppressa dal potere maschile, osteggiata da parenti malvagi, scossa dai capricci della sorte, ma sempre pronta alla sopportazione delle sofferenze,

⁵ Conforme o autor, a oscilação entre os fonetismos Uliva e Oliva se explica pela idade da lenda (Ronco, 2001, p. 3). Diferentemente de Daniele Ronco, que optou por simplificar e adotar Oliva, nesta pesquisa decidiu-se utilizar a primeira versão da lenda, Uliva.

all'umiltà, al perdono, che attraverso la fede e la preghiera riesce immancabilmente a far trionfare la sua virtù⁶ (Ronco, 2001, p. 3).

É provável que os irmãos Vannini tenham trazido essa cópia da lenda por dois motivos: o primeiro, para se lembrar de seu pai, Domênico, que ficou na Itália, e mantinha o poder político sobre a família perante a sociedade, assim como também dispunha de poderes domésticos, sendo o responsável pela renda familiar com negócios diversos e posse de terras. Como as decisões fundamentais da família no século XIX cabiam ao patriarca, é possível que a resolução de que Lorenzo e Gio Battista viriam ao Brasil tivesse que passar obrigatoriamente pelo aval de Domênico. Lembremos da inscrição na fotografia em seu túmulo: *i figli inconsolabili dalle remote lande americane per eternare la memoria*.

O segundo motivo pode ser percebido nos simbolismos da lenda: Uliva passa por provações e encontra seu destino no mar; junto a Gio Battista, Lorenzo atravessa o oceano Atlântico em 1888. Uliva é uma santa, ou tornou-se uma santa, mas antes precisou atravessar o mar, ser resgatada e por fim reencontrar a família; Lorenzo e Gio Battista atravessaram o mar, deixando sua família na Itália com a intenção de retornarem. Se não houvesse essa intenção, não haveria necessidade de Lorenzo assegurar, em 1894, sua nacionalidade italiana no consulado em Porto Alegre (imagem 09). Outro simbolismo, e neste ponto adentra-se no campo da conjectura, é o da obediência servil dos filhos em relação ao pai. Uliva tem suas mãos decepadas por ordem de seu pai, mas devido à intervenção divina, posteriormente são restituídas e reencontra sua família em Roma, inclusive seu pai. Talvez a privação de Lorenzo e Gio Battista do convívio em família possa ter encontrado alívio na ideia de que alguns laços (ou mãos) precisam ser cortados para que posteriormente possam ser restituídos. Mesmo que para isso seja necessária a intervenção divina.

⁶ “Oliva, seja uma santa ou simplesmente uma rainha dos mais retos costumes, é a protagonista de uma das lendas mais famosas, de circulação popular e culta, com raízes na literatura medieval. Oliva é uma das “donzelas perseguidas” tão amadas pelo povo, oprimida pelo poder masculino, oprimida por parentes perversos, abalada pelos caprichos do destino, mas sempre pronta a suportar o sofrimento, a demonstrar humildade, a perdoar e, por meio da fé e da oração, consegue infalivelmente fazer sua virtude triunfar”. Tradução própria.

Imagem 14

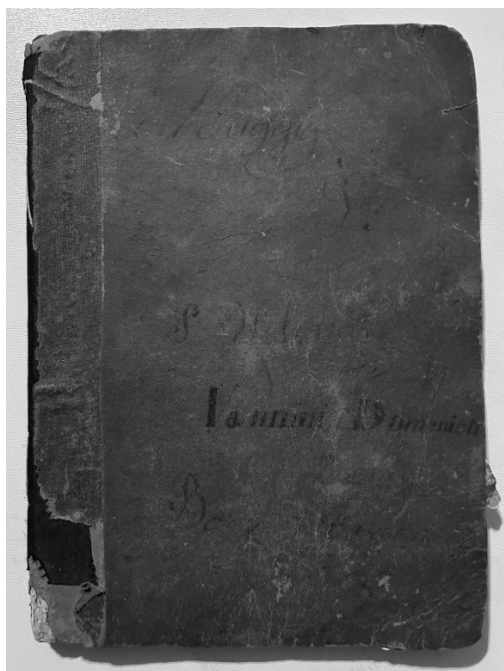
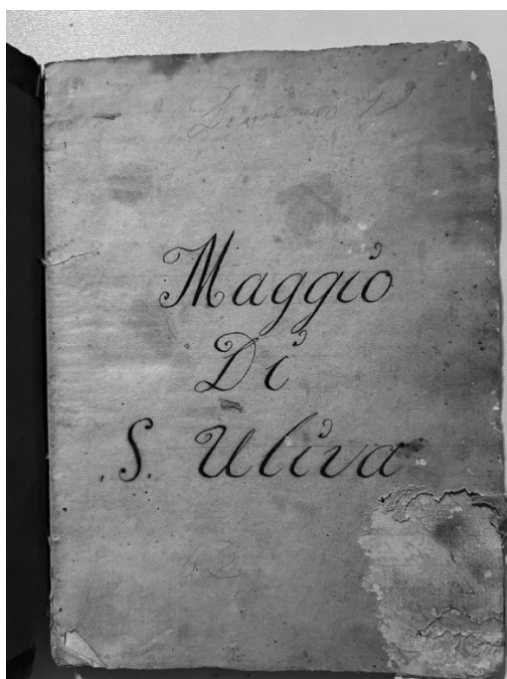


Imagem 15



Infelizmente não podemos ter certeza sobre os reais motivos dessa cópia da lenda ter sido trazida e mantida por Lorenzo no Brasil. As pessoas que ainda estão vivas e que poderiam detalhar esses pormenores, ou estão em situações de saúde delicadas, ou reproduzem as mesmas impressões que se perpetuam erroneamente na família: é um diário escrito por Lorenzo quando estava viajando ao Brasil; ou ainda, é uma peça sacra escrito por Lorenzo. Essas memórias familiares ajudaram a construir o conceito de memorábilia que nutre esses objetos, e como aponta Luís António Umbelino

em *Memorabilia, o lado espacial da memória* (2019), é graças aos esforços de preservação da casa que as lembranças das famílias permanecem vivas. Por “casa,” o autor não se refere somente a um bem imóvel, mas a um lugar, mesmo intangível, que a família possa se reconhecer como uma coletividade. É exatamente esse movimento que ocorreu para a preservação dos documentos, dos folhetos e da cópia de *Maggio di S. Uliva* guardados pela família Vannini: a casa de Lorenzo (e consequentemente da família Vannini) não estava necessariamente na Itália ou no Brasil, mas sim nas lembranças que trouxeram da Itália e nas recordações de Domênico.

Referências

Costa, Rovílio *et al.* **Povoadores das colônias de Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado.** Porto Alegre: EST Edições, 1997.

Halbwachs, Maurice. **Quadri sociali della memoria.** Nápoli: Ipermedium, 1997.

Kant, Immanuel. **A metafísica dos costumes.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

Menezes, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 89-103.

Perrot, Michelle. Os atores. In: Perrot, Michelle (org.). **História da vida privada (4): da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Ronco, Daniele. **Il Maggio di Santa Oliva, origine della forma, sviluppo della tradizione.** 2001. Tese (Doutorado em Humanidades) – Universidade de Pisa, Itália.

Umbelino. Luís António. **Memorabilia: o lado espacial da memória.** Ilhéus: Editus, 2019.

Fontes

Contrato público firmado por Valente Vannini e Eliseo Tomei. Borgo a Mozzano, província de Lucca, Itália, 1897.

Documento. Régio exército italiano, Borgo a Mozzano, província de Lucca, Itália, 1885.

Documento. Certificado de nacionalidade expedido pelo consulado italiano de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1894.

Folheto religioso. Soneto oferecido por Amábile Vannini. Borgo a Mozzano, província de Lucca, Itália: [s.n.], 1887.

Folheto religioso. Hino oferecido por Marianna o Zoffira Politi Bacelli. Borgo a Mozzano, província de Lucca, Itália: Tipografia Vannini, 1891.

Folheto religioso. Ode oferecido por Lorenzo, Battista e Valente. Borgo a Mozzano, província de Lucca, Itália: Tipografia Togneri, 1926.

Fotografia. Borgo a Mozzano, província de Lucca, Itália, 1897.

Registro Civil de Casamentos de Guaporé. Estado do Rio Grande do Sul, 5 out. 1916.

Repartição Central das Terras e Colonização. Estado do Rio de Janeiro, 29 dez. 1890.

Repartição Central das Terras e Colonização. Estado do Rio de Janeiro, 17 abr. 1891.

Título de eleitor. Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1933.

Vannini, Domênico. Maggio di S. Uliva. [S.l.: s.n.], [s.d.].

Representação cultural da região colonial italiana do Rio Grande do Sul: considerações para o planejamento urbano e regional

Eduardo Rotta Neves¹

Resumo:

Este artigo tem por objetivo analisar as relações entre a Modernidade e a Italianidade expressa na cultura da região colonial italiana do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX. A imigração de camponeses italianos veio ocupar as terras devolutas localizadas nas encostas montanhosas da serra gaúcha, concedidas pelo então governo imperial brasileiro para a colonização. Na bagagem trouxeram conhecimento, tradições, hábitos, costumes, enfim, valores de uma cultura própria que passou a ser expressa sobre o território, mesclando-se com a cultura local, transformando o espaço em lugar, e este em referência de pertencimento e identificação. Enquanto se modifica, em função das rápidas mudanças sociais, econômicas e culturais decorrentes dos processos de industrialização e modernização, integrados ao contexto histórico da modernidade, o lugar também se valoriza e se reconhece mediante a preservação de seu patrimônio. É no lugar que a cultura adquire a sua dimensão simbólica e material, que a memória se cristaliza e a identidade se consolida e se reafirma. Única em sua manifestação e representatividade, a italianidade sempre esteve integrada ao processo de modernização desta região, podendo ser identificada mediante a análise do seu patrimônio cultural, material e imaterial, onde traços, marcas e símbolos de sua presença nele permanecem inscritos. Conhecer, conceituar e contextualizar a essência da cultura que caracteriza os ambientes urbanos e rurais de uma sociedade, reveste-se de fundamental importância para embasar a produção de estudos, dos mais diversos, nas distintas áreas do conhecimento e, sobretudo, para ações analíticas e propositivas de planejadores urbanos e regionais.

Palavras-chave: Imigração Italiana - Cultura – Patrimônio - Italianidade

¹ Arquiteto e Urbanista formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAU/UFRGS), sócio diretor do escritório *Neves & Baldauf Arquitetos Associados* e doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da FAU/UFRGS.

Introdução

O presente artigo decorre como síntese de uma extensa pesquisa desenvolvida para a Tese de Doutorado² do autor, intitulada “As dinâmicas da Modernidade e da Italianidade na representação cultural da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul”, defendida em novembro de 2023. Este artigo, trata do processo de urbanização e modernização da região de colonização italiana, localizada na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, que engloba as cidades criadas a partir dos primeiros núcleos de ocupação territorial decorrentes do movimento migratório entre a Itália e o Brasil ocorrido a partir do final do século XIX, e o conceito de italianidade a ele vinculado.

O conhecimento, em sentido mais amplo, e em um mundo cada vez mais globalizado, inicia-se sempre a partir da compreensão que se constrói do lugar onde se vive. É preciso conhecer a si próprio, para depois conhecer aos outros, e é exatamente esta relação, a do eu com o outro, necessariamente estabelecida em um ambiente de sociabilidades, que estrutura o lugar, palco de histórias e memórias. A soma de experiências, sensações e sentimentos resultante da relação temporal que se estabelece entre o indivíduo e o seu espaço, contribuem para o entendimento dos aspectos históricos, culturais e simbólicos que conferem singularidade ao ambiente de complexas e contínuas interações, denominado lugar, e identidade para quem nele habita.

As representações relacionadas a um indivíduo ou a uma coletividade, que estão associadas ao pensamento simbólico alimentado pela memória e também pelo imaginário, pressupõem a elaboração de uma forma particular de linguagem, a qual se encontra expressa na produção material e imaterial concebidas pelos mesmos sobre um lugar, um território, permitindo a “leitura” e a interpretação de todo um sistema de ideias condicionado, em última análise, pela sua cultura. Dentre inúmeros elementos, a arquitetura e o urbanismo assumem papel fundamental como formas de representação, pois refletem, materialmente em suas dimensões, técnicas, símbolos, detalhes e proporções que exprimem e comunicam a tradição, os costumes, as práticas, as técnicas construtivas, enfim, um conjunto de conhecimentos acumulados ao longo do tempo na tentativa do domínio do homem sobre a natureza. Fortalecer a compreensão de sua importância em um sentido social, como expressão cultural de uma coletividade, e, principalmente, como uma forma de conexão entre os indivíduos e o seu lugar, o que determina um dos elos mais importantes para o sentimento de pertencimento e

² Tese de Doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAUFRGS).

identificação social, é, portanto, uma tarefa de fundamental importância, na qual todos aqueles que trabalham com atividades relacionadas ao planejamento urbano e à preservação patrimonial, devem estar sempre empenhados. Uma emergência que se torna ainda mais premente nos dias atuais, onde a velocidade das transformações estruturais das cidades, que também se refletem em mudanças sociais e econômicas, ocorre de forma cada vez mais acelerada e generalizada.

Modernidade e Italianidade: os conceitos, a representação e a influência destas dinâmicas na RMSG - Região Metropolitana da Serra Gaúcha.

Ao longo de toda a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), ou melhor, sobre o “território da imigração italiana na serra gaúcha”, como é comumente conhecida a região objeto de estudo (Imagens 01 e 02), onde a ação do homem sobre a natureza transformou o espaço em lugar, encontram-se evidenciadas as permanências materiais e imateriais que expressam a cultura dos primeiros imigrantes e seus descendentes.



Imagem 01 – Municípios de colonização italiana da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul que compõem a Região Metropolitana da Serra Gaúcha.

Fonte: Adaptação do autor



Imagem 02 – Municípios que integram a Região Metropolitana da Serra Gaúcha, área territorial escolhida como objeto de pesquisa desta Tese. Todos os 14 municípios tiveram sua origem vinculada ao processo de ocupação do território, iniciado no final do século XIX, por imigrantes italianos.

Fonte: Adaptação do autor

A representatividade desses elementos, correspondentes a determinadas épocas e contextos, e a sua manutenção ao longo do tempo, de geração a geração, alimentam a memória desta coletividade e determinam características singulares relacionadas com a sua identidade. Fruto da interação do indivíduo com o mundo cultural que o cerca (Hall, 2005), ela está,

portanto, ancorada aos costumes, valores e práticas sociais que permeiam a memória coletiva daquele determinado grupo social.

É notório, ademais, que sobre esse território se estabelece hoje uma diversidade populacional muito grande, composta por muitas etnias, resultante da integração de imigrantes de diversos países e migrantes de diferentes regiões brasileiras. Apesar disso, ainda predominam, em relação ao todo, os descendentes dos primeiros italianos que deram início à colonização daquelas terras. Importante ressaltar que bem antes deles já circulavam e se estabeleciam, por períodos intermitentes na região, povos indígenas de origem caingangue que, por expulsão, acabariam cedendo seu lugar aos europeus. Por esse motivo, foram esses últimos, os principais responsáveis pela base da organização social, econômica e, sob muitos aspectos, política, estabelecendo, ao longo dos anos, a consolidação de sociedades, associações, entidades, que determinaram o surgimento de uma elite com força suficiente para estruturar e sistematizar todas as relações que se expressam decorrentes de uma cultura e de uma identidade peculiar. Esta identificação vincula-se ao grupo de italianos e seus descendentes, agregando também a ele simpatizantes e “adotantes” espontâneos das práticas, dos costumes e das tradições representadas por essa “cultura da imigração”, revelando-se como resultado de um longo processo de integração entre os povos que lá se encontram estabelecidos, com uma certa predominância da cultura já mencionada, por ser ela ainda muito presente, forte e representativa, cultuada e praticada pela maioria da população. Indicativa da referência de origem, do ponto de ancoragem das memórias coletivas, dos padrões de comportamento social, do conhecimento dos processos produtivos, da vinculação com a terra, das sociabilidades, este conjunto de conhecimentos e saberes confronta-se constantemente com as permanências, tangíveis e intangíveis, que se encontram presentes e ininterruptamente sendo produzidas no território.

A história analisa, relaciona e demonstra os efeitos que a modernização, este constante e irrefreável movimento que decorre da própria evolução científica e racional do homem, vem promovendo nas sociedades, provocando mudanças e transformações, por vezes radicais, cabendo a todos entendê-las, aprender a conviver com as mesmas adaptando-se às suas decorrências, e, quando possível, tratar de conduzi-las de forma a minimizar os seus impactos. Os núcleos urbanos, assim como os territórios, sobre os quais estes estão localizados, absorvem o “turbilhão de desorientação e de possibilidades” (Berman, 1986) provocado pela modernidade, gestionam seus efeitos e implementam, cada um à sua maneira, ações direcionadas à organização do espaço urbano e intraurbano e à dinâmica social, com o intuito

de proporcionar uma melhor qualidade de vida para todos aqueles que convivem em comunidades a eles vinculadas.

A modernidade é tema recorrente em diversas pesquisas, em muitas áreas do conhecimento. Assim, buscou-se direcionar o seu foco em concomitância ao interesse fomentado pelas discussões relacionadas às ações do homem sobre o seu território e às relações sociais que nele têm lugar e das quais é protagonista. Muitos autores, como Marshall Berman e David Harvey, voltaram o seu olhar, e continuam atentos, às modificações sofridas pelas sociedades ocidentais ao longo dos séculos, as quais permanecem continuamente atuantes nos dias atuais. As ações transformadoras provocadas por esse processo e visíveis cotidianamente em todas as aglomerações urbanas, em maior ou menor grau, permanecem sendo amplamente por eles estudadas. Dentro deste contexto se inserem os Estados Modernos, que passaram a se configurar a partir do despertar da razão, impulsionada pelos ideais do Iluminismo, que estabeleceu um novo modo de ser, sentir e agir dos seres humanos em sociedade. A luta contra o absolutismo dominante por muitos séculos e o desejo de conquistar, o que se poderia definir como o livre arbítrio que proporcionaria a liberdade de coordenar uma vida sem as amarras feudais, impulsionou muitos indivíduos a partir em busca de novos horizontes, deixando para trás, o seu lugar e toda uma vida pregressa. Brasil e Itália, no final do século XIX, viviam realidades políticas, sociais e econômicas completamente diversas, porém, ambos os países, ansiavam a modernização de seus territórios. O Brasil necessitava de mão de obra para o trabalho assalariado, em substituição ao escravo e também desejava povoar seu vasto território, e a Itália, por sua vez, havia passado por uma transformação radical, unificando os seus territórios em uma nascente república, mas enfrentava problemas para manter uma população crescente sem acesso a condições dignas de trabalho. A imigração de milhares de camponeses italianos partidos da região norte da península itálica em direção ao Brasil foi o resultado da conexão estabelecida naquele momento entre as autoridades brasileiras e italianas. A grande maioria destes desembarcou em São Paulo, para trabalhar como assalariados nas fazendas cafeeiras e comerciantes nas cidades que já estavam formadas, mas uma considerável parte rumou para as terras altas do sul do Brasil, com o objetivo de colonizar aquela região e criar, a partir das matas nativas, novos povoados, novas cidades, enfim, um novo lugar no qual pudessem recomeçar suas vidas, produzir e progredir. E foi exatamente sobre esse território, um dos mais pujantes do Estado, formado a partir do assentamento de imigrantes italianos, e sobre estes indivíduos e seus descendentes que o construíram e hoje o mantém como

representativo da expressão de uma cultura e de uma identidade peculiares, decorrentes deste processo migratório, que se voltou o olhar.

Esta identidade étnica, moldada e transmitida pela sucessão de gerações mediante a perpetuação da memória e do imaginário coletivo e, por isso mesmo, também expressa pelo sentimento de pertencimento vinculado a uma cultura baseada em uma origem comum, é a italianidade que aqui se conceitua. Uma italianidade, na verdade, não exatamente vinculada aos símbolos nacionais de uma Itália que, à época do movimento de imigração de camponeses para o Brasil, encontrava-se recém unificada, mas baseada sim nos costumes, crenças e tradições vênetas, transportadas na bagagem da memória, recriada e desenvolvida em território brasileiro.

Os italianos que para cá vieram eram itálicos acima de tudo, descendentes de muitos povos que experimentaram, ao longo do tempo, a interação com diversas e milenares culturas. Aqui chegados, necessitaram reconstruir-se como cidadãos, reafirmar-se como indivíduos possuidores de uma identidade étnica. E para essa missão, muito contribuíram os estímulos despertados pelo novo ambiente natural que os recebia e as relações com ele e com as novas culturas encontradas, elementos fundamentais para a consolidação de uma nova identidade, de novos sentimentos de pertencimento, de novas amálgamas culturais, de novos vínculos, de novas experiências. E é neste contexto que se entende a formação da italianidade no sul do Brasil, diferente daquela expressa em outras partes do país que também receberam imigrantes italianos. Diferente, da mesma forma, daquelas reveladas nas diversas nações onde os italianos, ao longo do tempo, se estabeleceram e que, ao se estudá-las, a partir de experiências particulares junto aos países de destino, apresentavam-se distintas, mas aliadas ao inegável e vigoroso vínculo com a Itália e com a descendência italiana. Como resultado, percebeu-se que apesar dos processos particulares de construção étnica, vinculados aos lugares de destino, estabeleceu-se, a partir do ambiente globalizado no qual todos se encontram inseridos, uma espécie de “rede de itálicos” pelo mundo (Bechelloni, 2007), resultando em efetivas interações sociais, econômicas e políticas, além, é claro, do intercâmbio de experiências e tecnologias.

É essa italianidade, muito mais próxima daquela concentrada sob o foco da Quarta Colônia, na região central do Estado do Rio Grande do Sul, criada a partir da expansão do processo de imigração italiana iniciado na região nordeste, cujos pilares família, religião e trabalho, ainda representam a essência dos muitos descendentes daqueles primeiros colonos (Zanini, 2006), que se percebe hoje no chamado “território da imigração italiana na serra gaúcha”. Embora se possa imaginar que ela faça parte de uma relação identitária construída em torno do ambiente formado por imigrantes e descendentes, que lhe confere um sentido de

pertencimento, essa não é uma conceituação que deva ser generalizada a todo e qualquer grupo que tenha vivenciado essa experiência. A Italianidade é específica e está vinculada diretamente ao processo de formação destas comunidades, às interações culturais que se processam entre o país de origem e o de destino, ao ambiente paulatinamente transformado em lugar, às atividades por estes indivíduos desempenhadas e às experiências destes no tempo e espaço. Com o desenvolvimento lento, porém sólido, das comunidades, as relações de interação entre os cidadãos foram crescendo e as novas experiências vividas e compartilhadas nas terras colonizadas foram somando-se àquelas recordadas e guardadas na memória. Estas relações de convívio propiciaram que o sentimento de pertencimento a uma comunidade etnicamente identificada com o lugar de origem fosse ganhando cada vez mais corpo e tornando-se uma referência de si mesmos. Ao mesmo tempo a memória coletiva construída em torno de todo o processo migratório funcionou como uma espécie de paradigma de unidade entre o passado, o presente e o futuro.

A RMSG nasceu e cresceu baseada na pequena propriedade, na força do trabalho do imigrante e na união em torno da religião católica. A identificação como grupo étnico que, por força de condições adversas para se estabelecer e prosperar, incentivou o desenvolvimento das diversas associações formadas com intenções cooperativas e assistenciais, característica esta que se mantém como referência na história das organizações de trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com uma aproximada ordem cronológica, enumeram-se as Sociedades de Capela, as Sociedades de Mútuo Socorro, as Cooperativas de trabalhadores, as Associações de Indústria e Comércio e, recentemente, as Associações Cívicas, Institucionais, de Bairro e Comunitárias, comprometidas com o estudo, manutenção e a divulgação da cultura da imigração italiana, bem como com a preservação da memória e do patrimônio cultural que dela foram decorrentes.

As cidades, que se sobrepujaram aos primeiros e pequenos núcleos urbanos, cresceram sobre um território previamente demarcado por um traçado ortogonal. Ao crescer fizeram adaptações a esse rigorismo e, principalmente nas áreas de expansão, adaptaram-se às condições naturais do terreno. Sobre essa regularidade de vias e lotes, que desafiava a geografia naturalmente acidentada, foi produzida uma arquitetura original e peculiar, desenvolvida a partir dos saberes trazidos na memória e que representou um marco, principalmente no que se refere àquela elaborada sem a presença da figura do arquiteto ou profissional da área, como ocorreu na maioria dos casos. É representativa de um saber espontâneo, adquirido pela vivência e experiência pregressa, e executada, em seus anos iniciais, por indivíduos que não possuíam

formação técnica específica. Por esse motivo ela pode ser considerada como popular, não erudita, nascida da necessidade de sobrevivência, acessível a todos, independentemente da classificação por classes ou extratos sociais, pois naqueles primeiros anos todos os imigrantes experimentavam as mesmas dificuldades e os recursos eram limitados. É uma arquitetura, que na origem, foi fruto de uma sociedade ainda muito homogênea no que se refere às questões culturais, sociais e econômicas. Brotava de uma relação muito próxima com a natureza, que oferecia os recursos necessários para a sua elaboração, todos estes extraídos do próprio local de execução. Porém, mesmo não sendo erudita, essa arquitetura demonstrou qualidade técnica de execução, expressão plástica, escala considerável e interessantes soluções espaciais, motivos pelos quais é considerada ainda hoje, por estudiosos, como uma das mais destacadas arquiteturas populares já produzidas no país (Posenato, 1983; Rigatti; Trusiani, 2017).

Da mesma forma, os costumes, as práticas, as tradições e as relações de sociabilidade eram, de maneira geral, comuns a todas as comunidades, fato que, aliado ao crescimento econômico baseado primeiramente na agricultura e, posteriormente, no comércio e na indústria, dotou a região de uma unidade territorial, identificada, de forma institucionalizada, a partir das características sociais, econômicas e culturais decorrentes de uma visão de mundo partilhada e implementada pelos imigrantes italianos. A melhoria paulatina das estradas e dos acessos, principalmente com a chegada de novos meios de transporte como o ferroviário, um dos grandes marcos da sua modernização, tornaram a região mais acessível e conectada com os demais Estados da União, proporcionando um melhor escoamento da produção local e trocas comerciais mais eficientes e constantes. O cultivo da uva e a fabricação do vinho, características emblemáticas da cultura da imigração, cresceram e transformaram-se em dois dos principais negócios da RMSG, gerando muitos dividendos. A arte da vinificação vem obtendo cada vez mais reconhecimento pela sua qualidade, contribuindo também para o crescimento de uma atividade muito importante: o enoturismo, quem vem se consolidando juntamente com as inúmeras opções de lazer e cultura disponibilizadas na região. O turismo cultural, voltado principalmente à experiência de quem o pratica, além de fomentar muitos negócios a ele vinculados, promove e divulga a cultura da região, contribuindo indiretamente para reforçar a memória coletiva e valorizar ainda mais o patrimônio material e imaterial que se encontra sobre o território e que se mantém como expressão de uma identidade vinculada à cultura da imigração italiana. É inegável que esta característica contribuiu para a formação de uma “matriz turística” conformada por uma série de atividades vinculadas à essa herança comum e apresentadas ao consumo externo em termos de um legado que está amalgamado à

vitivinicultura, à gastronomia, ao folclore, à devoção católica e ao patrimônio. “Retratos” de uma região que vem sendo captados a partir da formação da imagem de uma realidade que se tornou indissociável da presença dos imigrantes italianos e de seus descendentes.

Um outro elemento fundamental, que não foi esquecido, e que também se constituiu em um fator determinante para o fortalecimento desse sentimento identitário é a língua característica da região. O *Talian*, um sistema de comunicação que se transformou em um linguajar próprio e único, comum aos imigrantes e seus descendentes e praticado por muitas pessoas, principalmente nas regiões do sul do país, foi reconhecido e certificado pelo IPHAN como Referência Cultural Brasileira em 10 de novembro de 2014³. A “língua de uma italianidade”, continua sendo praticado diariamente em quase todas as comunidades, sendo ouvido nas ruas das cidades, em conversas entre os moradores, nas ondas sonoras das transmissões radiofônicas, que legam a ele programas específicos, e lido nas impressões de jornais e diversas publicações periódicas. O patrimônio imaterial, do qual o idioma é parte integrante fundamental, também se encontra amplamente expresso e muito preservado, representado pelas festas populares, festas religiosas, encontros de parentelas, festivais musicais e de cultura popular, ampla gastronomia, cinema e literatura. É importante reforçar aqui a constatação do poder dessas relações que promovem o “sentimento de pertencimento” e a integração entre os indivíduos que fazem parte dessas sociedades formadas a partir da cultura da imigração italiana.

A italianidade sofre, ao longo da sua existência, a influência de diversos fatores, principalmente do tempo, no sentido que ao longo dele se sucedem diferentes gerações, distintos indivíduos advindos de novos fluxos migratórios de variados lugares e culturas, com desiguais maneiras de pensar e agir, mas que, por fim, acabam por valorizá-la e revivê-la a partir de suas experiências no lugar onde se estabelecem, ou pelo acúmulo de memória coletiva que, a partir do reconhecimento, manutenção e preservação do patrimônio tangível e intangível, é capaz de proporcionar. Neste sentido ela também está sujeita ao processo de construção e desconstrução, da mesma forma como as mudanças e rupturas que se processam nas sociedades com o avançar do tempo e que são por elas absorvidas e ressignificadas a cada momento. A italianidade é um fato da modernidade, justamente por encontrar-se intimamente

³ Certificação da inclusão da língua *Talian* no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, conforme atestado pelo processo de n.º 01450.010077/2014-66 e dossiê correspondente, fazendo jus ao título de Referência Cultural Brasileira, conforme o Decreto 7.387, de 09 de dezembro de 2010. Fonte: IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Idioma Talian*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao_%20Talian.pdf. Acesso em: 19 mai. 2019).

ligada às manifestações sociais, constituindo-se, também ela, em uma de suas questões latentes, que, em momentos de mudanças e transformações, demonstra-se presente, retornando à cena com toda a sua força e vitalidade, e adaptando-se aos novos tempos, da mesma forma como, ademais, se ajusta toda a sociedade.

Com a globalização, também a economia se amplia e a produção dos bens de consumo manufaturados, que já eram tradicionalmente elaborados na RMSG, alcança uma nova escala, com mais dinamismo e qualificação, estimulada pelas oportunidades decorrentes da conquista de novos mercados consumidores e de trocas e interações, cada vez mais frequentes, de técnicas de fabrico, de incremento tecnológico, novos materiais, design de produtos, tendências e até mesmo aquisição de maquinário para o beneficiamento de matéria prima, entre parceiros, produtores e distribuidores. Em praticamente todos os setores industriais, em especial o metal mecânico, o moveleiro, o têxtil e o agroindustrial, principalmente aquele focado na produção vitivinícola, observam-se práticas de estabelecimento e manutenção de relações de proximidade com diversos países, dentre os quais a Itália como principal referência, promovendo constantemente o intercâmbio de estudantes, técnicos e empresários, em busca de conhecimento e experiência. E esta não é uma relação de um só caminho, de uma só direção, como se poderia supor, o contrário também vem ocorrendo: de outras nações e, principalmente da Itália, em função da reciprocidade em diversas áreas de interesse e conhecimento, partem estudantes, técnicos e empresários dispostos a aprender o que os “italianos do sul do Brasil” tem a oferecer como benefício para o incremento da indústria daquele país. Estes intercâmbios têm se concentrado em diferentes setores, mas especialmente naqueles vinculados com a produção de móveis, utensílios domésticos, vinhos e espumantes. Além disso, o Brasil, pela sua grandeza, não pode ser desconsiderado, em termos globais, como um importante mercado consumidor.

Neste sentido é que se percebe que a italianidade se relaciona não somente com a ideia de uma Itália da qual partiram os primeiros imigrantes em direção ao sul do Brasil, mas também, e principalmente, com uma Itália “contemporânea” e “atual”, ou seja, dos dias presentes, no que concerne à modernização tanto daquele país, quanto da própria RMSG. No imaginário coletivo nacional, uma série inesgotável de produtos provenientes de seus mais variados setores produtivos - hortaliças, frutas e grãos da agroindústria, produtos beneficiados como o vinho e seus derivados, produtos têxteis, como tecidos e itens de vestuário, produtos coloniais, como queijos, massas, pães e geleias, produtos da indústria metal mecânica, como simples utensílios domésticos ou complexos veículos e maquinários para a indústria e para o campo, produtos da indústria moveleira, como perfis, chapas, acessórios e beneficiados como móveis residenciais

ou comerciais - adquirem a preferência do consumidor por serem elaborados em uma região que possui como marca a tradição aliada a qualidade de sua produção. Característica que lhes confere um selo de qualidade de artigos “*made in Serra Gaúcha*”, assim como ocorrem com aqueles identificados com a origem “*made in Italy*” ou “*made in Brazil*”, por exemplo, que demonstra e reforça todo um histórico de requisitos de interesse e importância, como design, expertise e exclusividade a eles inerente. Importante destacar ainda que essa espécie de “denominação de origem” reforça ainda mais o turismo cultural e de experiência que, conforme já mencionado anteriormente, vem adquirindo maior expressão nesse momento, contribuindo para a consolidação das ações que visam e intencionam a preservação de uma cultura singular, a da imigração italiana na região, pois dela e de suas características peculiares é dependente, não somente para se manter vivo e ativo, mas também para conseguir se expandir.

O olhar atento sobre o conjunto de obras que compõem a extensa produção arquitetônica e urbanística presente ao longo da RMSG, bem como focado em suas principais manifestações culturais, auxiliou na compreensão de como a modernização, através de constantes e ininterruptas alterações decorrentes do crescimento econômico e populacional, transformou os espaços urbanos e rurais ao longo do tempo, da mesma forma que modificou as sociedades formadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes ali estabelecidos. Muitas destas construções, localizadas tanto nas zonas urbanas e rurais, assim como as diversas manifestações de cunho imaterial, continuam ali presentes, tornando-se referenciais de uma expressão cultural peculiar que está evidenciada ao longo de toda a região. Elas marcam, com a sua permanência, como já foi anteriormente dito, o domínio do homem sobre a natureza e testemunham a transformação do espaço em um lugar identificado com as práticas, as crenças, as tradições e os saberes daqueles que o produziu, na memória coletiva da população da região.

Apesar do acentuado crescimento urbano, que gerou a necessidade de ampliação de moradias, provocando mudanças no valor do solo e verticalizando o *skyline* das cidades, estas passaram a manter, em suas áreas de maior adensamento, apenas aquelas construções consideradas mais simbólicas, como igrejas, prédios administrativos, clubes sociais, sociedades recreativas, colégios e hospitais, equipamentos geralmente de grande valor patrimonial e que vieram a se tornar “lugares de memória” (Nora, 1993). O mesmo processo ocorreu, em menor velocidade e abrangência, nas comunidades do interior e nos pequenos núcleos rurais. Nestes locais ainda pode ser verificada a presença de muitos exemplares que mantêm a sua originalidade preservada. São os casos, por exemplo, dos capitéis e capelas, edificadas como

forma de agradecimento e devoção à religião católica, mas também com a intenção de demarcar a posse da propriedade.

Municípios como Antônio Prado e localidades como Galópolis, em Caxias do Sul, preservam grande parte de suas construções históricas como testemunhos dos saberes e das técnicas construtivas que ali foram utilizados e aprimorados na edificação das primeiras moradias. Como resultado, permitem ao observador experimentar a sensação de “voltar no tempo”, em um momento que não mais existe, mas que se materializa, de certa forma, naquelas permanências. Sensação essa que, principalmente para os habitantes dessas duas cidades que convivem diariamente sob sua influência, promovem o elo necessário entre o passado e o presente, que mantém vivas a história, a memória e a cultura daqueles que as construíram, ou seja, dos seus antepassados. Percursos inteiros, como o Caminhos de Pedra, no município de Bento Gonçalves propõe um passeio pela história da imigração na região e preservam, ao longo de doze quilômetros, residências, moinhos, fábricas e capelas, construídas no final do século XIX, algumas em sua total originalidade. Percorrer esse caminho, também é experimentar a mesma sensação despertada no percurso por entre as ruas centrais das cidades acima citadas.

Nota-se mais claramente hoje que o conhecimento da história e das características peculiares da RMSG, já se constitui em uma base sólida que apoia o crescimento de diversas atividades vinculadas às características e demandas locais, indicando que a originalidade ainda preservada na região deve e precisa ser mantida. Neste sentido as ações das próprias comunidades que estão sempre muito atentas às transformações, se destacam, já a bastante tempo, no sentido da promoção e implementação de ações em prol da valorização cultural, da preservação patrimonial e do incentivo de atividades que mantenham viva a cultura da imigração, como forma de valorizar e reforçar a sua identidade. A partir da união de esforços colaborativos e cooperativos, uma prática característica e destacada destas sociedades, como já informado, muitas ações que inicialmente se focavam na superação dos problemas econômicos, foram expandidas para outras áreas, como a do planejamento, através da criação de diversas associações que, em conjunto, buscam discutir as demandas e indicar os caminhos em prol do crescimento integrado da região.

Associações estas, como a ATUASERRA, de caráter regional, que tiveram sua origem vinculadas aos anseios e proposições comuns entre as municipalidades e que continuam ainda muito atuantes, sendo mantidas e administradas por elas, de forma coordenada. Bem como as muitas associações civis, que se conectam com as associações de moradores, de bairros, de comunidades e também com as associações estaduais, criando uma rede de comunicação e

informação que auxilia na implementação de projetos, ideias e programas em prol dos bem comum a todos. Tais organizações promovem a divulgação cultural entre as diversas comunidades, apoiando as várias atividades fomentadas no sentido de sua valorização, estimulando a produção local e o enaltecimento dos saberes que continuam sendo aplicados na elaboração do artesanato, da arte e da culinária, além da manutenção e ampliação das diferentes formas de expressão. Muitas destas trabalham vinculadas ao poder público e foram as principais responsáveis pelas assinaturas dos pactos de amizade que, posteriormente, vieram a garantir os processos de cooperação (*Gemellaggio*) entre as comunidades locais e as comunidades italianas, em uma relação de auxílio mútuo, reforçando os laços de pertencimento com o país de origem. Muitas delas encontram-se empenhadas especificamente na divulgação da cultura e na valorização dos saberes locais e outras tantas atuam tendo como foco a administração pública auxiliando na implementação de leis e decretos no sentido de promover a integração dos poderes públicos com o privado e o local, para, conjuntamente, poderem viabilizar e promover a valorização da cultura e do patrimônio cultural da região.

Considerações Finais

Conhecer a história, conhecer o ambiente onde se atua, experienciar a sua cultura, a fluidez de seus espaços e a beleza de suas construções, integrar-se aos costumes, às práticas, às crenças e às sociabilidades que naquele lugar tem o seu local de atuação e produção mediante todas as condições peculiares que conformaram aquela região e a imprimem uma identidade, é fundamental. São questões necessárias para se compreender e entender suas características e captar suas demandas, para que então se possa pensar em alternativas e ideias para se implementar ações que permitam um planejamento integrado, participativo, eficiente e sustentável que consiga propor soluções para a resolução dos problemas, ao mesmo tempo que permita preservar o que de melhor foi produzido sobre o território como expressão daquela cultura. Somente desta forma será possível transformar esses espaços em polos de ancoragem da memória e, conseqüentemente, da história dos antepassados e dessa cultura peculiar de onde partem as raízes da identidade de um povo. Pensar a partir dessas relações de interação é pensar na construção de um futuro baseado em questões latentes de desenvolvimento que essa cultura demanda e que desta relação de proximidade e conhecimento pode requerer.

Fortalecer a compreensão da importância da preservação dos patrimônios culturais em toda e qualquer época, principalmente na emergência dos dias atuais, onde as transformações físicas nas cidades ocorrem com constância e velocidade, não é uma tarefa fácil. Para tanto é

necessário que se promova uma educação patrimonial com ampla abrangência mobilizando toda a comunidade. A preservação pode, e deve indicar novos caminhos para o crescimento de núcleos urbanos através da divulgação e das possibilidades advindas do ato que o promove, da atração de novos negócios a ele vinculados, bem como das marcas de produtos ou serviços que podem se beneficiar desta exposição. Atualmente a consciência da necessidade da preservação destes referenciais vem tentando balizar as discussões que envolvem o patrimônio edificado nas cidades, porém, infelizmente muitas vezes, questões econômicas e políticas se sobrepõem a ela. Leis e normas cada vez mais eficientes e abrangentes, têm procurado regulamentar ainda mais as ações de proteção e resguardo, da mesma forma que a participação da sociedade vem sendo cada vez mais constante e ativa, contribuindo para justificar tais ações. Apesar deste posicionamento não ser exatamente uma unanimidade entre os seus integrantes, muitos tem despertado para o fato de que, ao se preservar o seu patrimônio histórico, estar-se-á igualmente resguardando um dos elos fundamentais de ligação entre o indivíduo e sua cultura, protegendo, desta forma, sua história e memória, e, por consequência, sua identidade.

Portanto, para o planejamento integrado e para todas as demais áreas do conhecimento, principalmente onde profissionais de diversas áreas atuam em conjunto, torna-se fundamental a compreensão e o entendimento global do território sobre o qual seus esforços estarão voltados. Além disso, torna-se essencial também que os gestores públicos e privados apoiem e respaldem, dentro de um entendimento, as atividades ali desenvolvidas, organizando-as e direcionando-as da melhor maneira possível. Com relação à RMSG, particularmente, entende-se ser de fundamental importância dar continuidade à implementação de circuitos culturais localizados em setores históricos consagrados e, igualmente, estimular a identificação daqueles que ainda não foram descobertos, reforçando trajetos e caminhos já existentes, divulgando e organizando suas atividades, para que seja promovido, desta forma, um incremento ao turismo cultural e de experiência, que, notadamente, tem experimentado um grande crescimento nos últimos anos. Da mesma forma, acredita-se que é preciso organizar e otimizar a rede de cidades existente através da identificação, mapeamento e ampliação de suas conexões físicas, sócio culturais e econômicas. Tais ações necessitam ser propositivas para aquelas cidades que precisam ser incentivadas ao desenvolvimento, de maneira sustentável, e protectionistas, ao mesmo tempo, para aquelas que orbitam em torno da preservação patrimonial. Ao valorizá-las, organizá-las e preservá-las, estes procedimentos e condutas, que são prerrogativas do planejamento urbano e regional, mas não somente dele, contribuirão para reforçar ainda mais a identidade local, esta

italianidade forte, marcante e presente, e também, como consequência, a cultura peculiar de toda a sua população.

Referências:

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BECELLONI, Giovanni. A italianidade como recurso cosmopolita. In: *Revista Matrizes*, vol. 01, nº 01, out. 2007. São Paulo: USP, 2007, p. 99-116. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143017362006>. Acesso em: 12 mar. 2018.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HARVEY, David. *Paris capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

IPHAN. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Idioma Talian*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/183>. Acesso em: 19 mai. 2019.

IPHAN. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Idioma Talian*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao_%20Talian.pdf. Acesso em: 19 mai. 2019.

MACHADO, Heloísa Guaracy. Resenhas. In: *Cadernos de História*. Out. 1997. Belo Horizonte: PUC Minas, 1999.

NEVES, Eduardo Rotta. *As dinâmicas da Modernidade e da Italianidade na representação cultural da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2023. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. In: *Projeto História, n. 10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP*. São Paulo: PUC, 1993.

POSENATO, Júlio. *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul: assim vivem os italianos*. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli / EST / EDUCS, 1983.

RIGATTI, Décio; TRUZZIANI, Elio (Org.). *Arquitetura e paisagem na serra gaúcha: migração italiana e territorialidade*. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP). *Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-da-serra-gaucha> Acesso em: 15 nov. 2020.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS*. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

Migrações e identidade

A CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO GENEALÓGICO NA BUSCA PELA IDENTIDADE ÍTALO-BRASILEIRA¹

Catia Regina Calegari Dal Molin²

Resumo: A pesquisa, que está sendo desenvolvida no Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM, sob orientação da professora Dra. Maria Medianeira Padoin investiga as rotas de turismo genealógico como estratégias de reconstrução e valorização da identidade entre descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. O objetivo central é analisar como experiências turísticas voltadas à genealogia favorecem processos de reencontro e ressignificação identitária, promovendo interações com o território, a memória coletiva e o patrimônio cultural. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, combinando levantamento bibliográfico, análise de projetos de turismo genealógico já implementados na região e entrevistas semiestruturadas com participantes dessas iniciativas. Os resultados evidenciam que o turismo genealógico transcende o deslocamento físico, constituindo uma vivência sensível e educativa que aprofunda o conhecimento sobre as trajetórias familiares e fortalece o sentimento de pertencimento. Observa-se, ainda, que essas experiências contribuem não apenas para a redescoberta das raízes individuais, mas também para o desenvolvimento sustentável local, agregando valor à cultura e à economia das comunidades envolvidas. Assim, o turismo genealógico revela-se uma relevante ferramenta para a construção de identidades no contexto das migrações históricas.

Palavras-chave: Turismo Genealógico, Desenvolvimento Regional, Quarta Colônia, Patrimônio Cultural, Identidade Local, Ítalo-descendentes.

Introdução

O presente artigo refere-se a resultados parciais de pesquisa vinculada à dissertação do Mestrado na área de História e Patrimônio Cultural do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, que tem por objetivo compreender como o turismo genealógico pode impulsionar o desenvolvimento sustentável,

¹ A pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Mestrado Profissional, Universidade Federal de Santa Maria, RS, sob a orientação da professora Dra. Maria Medianeira Padoin.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Mestrado Profissional, Universidade Federal de Santa Maria, RS. Graduação em História pelo Centro Universitário Franciscano, atual Universidade Franciscana RS. Especialização em História da América Latina: o Cone Sul pela mesma Instituição. Mestrado em História Regional pela Universidade de Passo Fundo, RS. Email catiadalmolingens@gmail.com

valorizar o patrimônio cultural e fortalecer a identidade ítalo-brasileira, especificamente, na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS.

A justificativa para este estudo reside no potencial ainda inexplorado do turismo genealógico como um vetor de desenvolvimento sustentável, capaz de valorizar o patrimônio cultural material e imaterial, fortalecer a identidade local e promover o engajamento das comunidades em torno de suas raízes, não somente Itália-Brasil, mas vice-versa.

O problema central deste estudo encontra-se na necessidade de compreender como o turismo genealógico pode ser efetivamente planejado e promovido para maximizar seus benefícios econômicos, sociais e culturais, particularmente em regiões com forte herança imigratória, como é o caso da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, Brasil, e suas regiões de origem na Itália. O objetivo geral deste trabalho é, portanto, investigar as motivações dos viajantes genealógicos, os atrativos associados à herança cultural italiana e as estratégias de promoção do turismo genealógico em diferentes contextos, a fim de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas privadas que fomentem um turismo mais consciente, sustentável e conectado com a história e a cultura local.

Nos últimos anos, o turismo genealógico tem emergido como um campo de interesse crescente, especialmente entre descendentes de imigrantes que buscam reconectar-se com suas origens. Com frequência, esse fenômeno é associado ao chamado turismo de raiz (*Turismo delle Radici*), expressão hoje amplamente difundida, sobretudo após o projeto lançado em 2024 pelo *Ministero degli Affari Esteri Italiano*. Apesar da multiplicidade de designações — são mais de 40 nomenclaturas identificadas na literatura e no mercado turístico —, o termo *Turismo delle Radici* tornou-se uma referência internacional para descrever viagens motivadas pela busca das próprias raízes familiares.

Quando iniciei minha atuação profissional com esse tipo de turismo, voltado aos ítalo-descendentes, deparei-me com um desafio recorrente: a ausência de reconhecimento e compreensão sobre o que constitui efetivamente o turismo das origens. Muitos viajantes, inclusive, vivenciam experiências profundas de reconexão familiar e cultural sem atribuir-lhes um nome preciso. Essa lacuna terminológica e conceitual evidencia a importância de abordar o tema não apenas no âmbito do mercado turístico, mas também sob uma perspectiva acadêmica. O estudo sistemático desse fenômeno permite compreender sua relevância para a construção da identidade, da memória coletiva e das relações culturais entre países de origem e comunidades da diáspora.

Pesquisas e relatos sugerem que o desejo de conhecer a terra dos antepassados está presente entre a maioria dos ítalo-descendentes, ainda que a concretização desse sonho esbarre frequentemente em fatores de ordem econômica. Tal constatação reforça a necessidade de iniciativas públicas e privadas que promovam a democratização do acesso a esse tipo de viagem — mas, ao mesmo tempo, evidencia que o turismo de raiz transcende a experiência presencial. Atualmente, tecnologias digitais, bancos de dados on-line, redes sociais e o crescente uso de ferramentas de genealogia permitem o desenvolvimento de novas formas de reconexão, ampliando os horizontes do turismo genealógico para além das fronteiras físicas.

Nesse contexto, o turismo de raiz pode ser compreendido como um elo significativo entre os países de origem e de destino, favorecendo o diálogo e o intercâmbio cultural. Trata-se de um fenômeno que, ao articular memória, afetividade e pertencimento, contribui para a valorização das identidades individuais e coletivas, bem como para o fortalecimento dos laços culturais entre diferentes povos.

Concluindo, a análise acadêmica e humanizada do turismo genealógico mostra-se fundamental para dimensionar não apenas seu impacto econômico, mas, sobretudo, seu potencial de transformação pessoal e social. Ao reconhecer e dar nome a essas experiências, contribuimos para sua valorização histórica e cultural, tornando-as parte viva do processo de construção das identidades contemporâneas.

A emigrante italiana originária de San Germano dei Berici, província de Vicenza, Luigia Muraro, será a figura central da pesquisa. A trajetória de Luigia merece ser contada, como todas as histórias de mulheres, que foram esquecidas como objeto (e protagonistas) de estudo pela historiografia pois, decorrente da “cultura” de então, suas identificações que constam nas listas de bordo dos viajantes, somente aparecem seu primeiro nome e o sobrenome do marido, de acordo com a tradição de registros das sociedades patriarcais brasileira e italiana. Luigia, trisavó da autora, é a protagonista de uma história de Turismo Genealógico, de busca às origens italianas, na Itália. É a partir da história familiar da autora que busca-se desenvolver e ressaltar o turismo genealógico e a história familiar como um componente primordial a ser trabalhado no Patrimônio Cultural e na consolidação da identidade ítalo-brasileira.

O termo “turismo delle radici” (turismo de raiz) vem classificado como o movimento das pessoas que visitam turisticamente os lugares de proveniência da história familiar ou até mesmo de antepassados. (Perri, 2020). Ele pode ser entendido com diferentes terminologias, no total são 41 denominações subdivididas em 4 categorias, sendo as mais utilizadas na Itália são: turismo di ritorno (turismo de volta) e turismo genealógico que, como o próprio nome diz,

pressupõe uma pesquisa genealógica familiar, para aprofundar aspectos da vida, sobretudo dos antepassados, por esse motivo optou-se pela última terminologia.

Passados 142 anos da emigração de Luigia Muraro e sua família da Itália para o Rio Grande do Sul, reconstruí sua história, visitando todos os lugares na Itália que fizeram parte de sua trajetória. Lá, encontrei parte da família que ficou e que estava procurando os "parentes que haviam emigrado para a América". É tocante perceber que esse elo de ligação continuou forte e indissolúvel. Mesmo tendo perdido qualquer informação sobre quem emigrou, os familiares continuaram procurando. Eles chegaram a nomear as filhas de Luigia Muraro em homenagem à parente, minha trisavó. É importante fazer essa ressalva para entender de onde o trabalho com esse tipo de turismo, que toca profundamente as pessoas envolvidas. A partir dessa pesquisa, nasceu a empresa Gens Turismo Genealógico Itália-Brasil e o *Centro Studi Emigrazione Luigia Muraro*, ambos com sede na Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS, mais precisamente em São João do Polêsine.

O turismo genealógico faz com que o turista descubra o pertencimento, às suas memórias e raízes. É importante destacar que, na maioria das vezes, ele não tem a possibilidade de fazer novamente a viagem para a terra de origem. Nesse sentido, essa única ida, essas férias onde se faz o turismo das raízes, passa a ser algo excepcional. (Collauto, 2017).

Conforme explica Ferrari (2020, p. 30), "o turismo de raiz é um fenômeno emocional e cultural, onde a busca por pertencimento transcende a exploração física do espaço geográfico". Basu (2005, p. 35) em seus estudos sobre a mobilidade de descendentes de emigrantes escoceses, destaca que esse tipo de viagem vai além do lazer: é um "processo de reimaginação das relações pessoais e coletivas com o território de origem".

Para Marina Gabrieli (2018, p.10) o turismo de raízes responde à necessidade dos indivíduos de se sentirem pertencentes a uma "narrativa histórica e cultural maior, na qual suas histórias pessoais se conectam com as histórias coletivas das comunidades de origem".

Além disso, pesquisadores como Antonella Peri (2020) argumentam que as localidades devem ser capacitadas para receber esses visitantes. Isso inclui: formação de guias especializados em genealogia e história local, desenvolvimento de roteiros que integrem patrimônio material e imaterial e parcerias entre órgãos públicos, operadores turísticos e comunidades locais.

Diferente das viagens tradicionais, que são planejadas prioritariamente com base em atrações turísticas e atividades recreativas, os itinerários voltados para o turismo das raízes são adaptados para atender às necessidades emocionais e históricas dos viajantes. Segundo Ferrari (2020), um itinerário eficaz dentro dessa perspectiva deve incluir quatro elementos fundamentais: pesquisa genealógica, reconexão familiar, experiências culturais e visitas a locais significativos para a própria história familiar. Por entender que o turismo genealógico é uma experiência mais ampla, que obrigatoriamente envolve uma pesquisa genealógica mais profunda que busca entender os deslocamentos das famílias, profissões, cultura, língua, entre outros, optou-se por essa terminologia.

O turismo de raiz, que é predominantemente internacional, mas que se dirige a cidades menores, muitas vezes desconhecidas, poderia incentivar o surgimento de novos destinos e contribuir para o desenvolvimento econômico de certas áreas: aumenta o consumo de produtos locais e o uso de infraestrutura e serviços locais; é um turismo sustentável porque não invade áreas onde o turismo já tem um impacto considerável; pelo contrário, visa aumentar o valor das pequenas cidades onde a presença de visitantes poderia desencadear processos virtuosos de repensar o território, que neste caso seriam salvos do esquecimento e do abandono (Gabrieli, 2022).

No processo de elaboração desta dissertação, parto de uma análise fundamentada em estudos de caso e da minha experiência pessoal em pesquisas genealógicas desenvolvidas para o turismo genealógico de ítalo-descendentes na Itália, em articulação com a bibliografia dedicada ao tema. A partir desse percurso, emerge uma série de questionamentos que buscam ampliar o olhar sobre o fenômeno.

Será que a metodologia adotada para o turismo genealógico na Itália poderia ser adaptada e aplicada também em territórios brasileiros, como, por exemplo, na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, como forma de valorizar a identidade e a cultura local? Como se daria essa transposição, considerando as especificidades históricas, sociais e culturais do Brasil? Por outro lado, é possível pensar em um “turismo genealógico ao contrário” — Itália-Brasil —, em que descendentes, turistas ou pesquisadores sintam o desejo de percorrer as rotas trilhadas por seus antepassados em solo brasileiro? De que maneira seria possível sensibilizar as comunidades locais sobre a importância de suas próprias histórias familiares e sobre o potencial dessas narrativas para fomentar iniciativas turísticas e econômicas? Quais seriam os caminhos, desafios e possibilidades para envolver as pessoas dessas localidades no

processo, estimulando o pertencimento e a valorização de suas origens? Que tipos de políticas culturais, educativas e turísticas poderiam ser concebidas para fortalecer o desenvolvimento do turismo genealógico, respeitando contextos e identidades particulares? E ainda, por onde começaria a busca por potenciais interessados nesse tipo de experiência, e como identificar e acolher esses possíveis visitantes, cujas motivações variam entre a curiosidade e o desejo profundo de reconexão com o passado? Essas perguntas se impõem como ponto de partida para aprofundar a compreensão do turismo genealógico em diferentes contextos, sem a pretensão de oferecer respostas imediatas, mas sim de estimular o diálogo, a escuta e a busca coletiva por caminhos possíveis para a valorização da memória e da identidade.

Segundo Silva (2021), o turismo das raízes é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento local, pois contribui para a dinamização econômica de regiões historicamente marginalizadas, promovendo o resgate cultural e o fortalecimento da identidade regional. Esse fenômeno é especialmente relevante para localidades como a Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, onde a história da imigração italiana desempenha um papel central na constituição da identidade local. Pesquisas demonstram que a valorização do patrimônio imaterial e material nessa região não apenas fortalece os laços culturais, mas também gera oportunidades econômicas ao incentivar o turismo familiar e comunitário.

Compreender que nossa história pessoal é rica e significativa permite criar vínculos e desenvolver iniciativas que a valorizem. A partir desse conhecimento profundo, podemos não apenas enaltecer a história do território, mas também abrir novas fontes de renda e oportunidades de mercado. Com a partida de muitas famílias da região da Quarta Colônia, surge um importante campo de ação para o desenvolvimento do turismo genealógico. Este tipo de turismo oferece uma experiência única aos visitantes, que procuram mais do que lazer: eles buscam uma conexão emocional com suas raízes, resgatando histórias familiares e construindo pontes entre o passado e o presente.

Turismo Genealógico: Uma Análise Comparativa das Políticas, Investimentos e Abordagens na Escócia, Irlanda e Itália.

O turismo genealógico, impulsionado pelo crescente interesse dos viajantes em explorar as suas raízes e a sua herança cultural, tem vindo a ganhar destaque como um nicho de mercado promissor no setor do turismo cultural. No entanto, a forma como os diferentes países abordam

e promovem o turismo genealógico varia significativamente, refletindo as suas particularidades históricas, culturais e econômicas.

A Escócia foi a pioneira na promoção do turismo genealógico, através da iniciativa *Homecoming Scotland*, uma série de eventos e atividades que tinham como objetivo celebrar a cultura escocesa e convidar a diáspora a regressar à sua terra natal. O *Homecoming Scotland*, realizado em 2009 e 2014, envolveu um investimento significativo do governo escocês e resultou num aumento notável do número de turistas e da receita turística (Ray; McCain, 2011).

As políticas escocesas de turismo genealógico foram centradas na criação de uma marca forte para o país, na promoção do património cultural e na facilitação do acesso a informações genealógicas. A *VisitScotland*, a agência nacional de turismo, desempenhou um papel fundamental na coordenação e promoção das atividades relacionadas com o turismo genealógico, trabalhando em estreita colaboração com as comunidades locais, as organizações de património e os operadores turísticos.

A Irlanda seguiu um caminho semelhante ao da Escócia, através do projeto *The Gathering Ireland* 2013, uma iniciativa ambiciosa que visava revitalizar o setor do turismo e fortalecer os laços com a diáspora irlandesa. O projeto envolveu um investimento considerável do governo irlandês e resultou num aumento significativo do número de visitantes estrangeiros e da receita turística. Uma das características distintivas do *The Gathering Ireland* foi o forte envolvimento das comunidades locais na organização e realização dos eventos. Através da criação de um fundo de apoio a projetos comunitários, o governo irlandês incentivou as comunidades locais a desenvolverem atividades e iniciativas que celebrassem a sua herança cultural e atraíssem turistas genealógicos.

A Itália, com sua rica história, vasta diáspora e impressionante património cultural, possui um enorme potencial para o desenvolvimento do turismo genealógico. Contudo, ao contrário de países como a Escócia e a Irlanda, ela ainda está nos estágios iniciais de implementação de uma estratégia nacional abrangente para promover essa forma de turismo. Em 2024, o *Anno do Turismo delle Radici* foi instituído pelo Ministério das Relações Exteriores Italiano, juntamente com a criação de associações em todo o território italiano, os Italea, que se propõem a auxiliar ítalo-descendentes a encontrarem suas origens. Como afirma Marina Gabrieli (2018, p. 35), coordenadora nacional do projeto *turismo delle radici*, na Itália, "a genealogia é frequentemente o ponto de partida para uma jornada mais ampla de redescoberta

cultural e identitária". Porém, essas iniciativas focam no conhecimento da terra de origem, mais do que no aprofundamento genealógico de cada família.

Além de enriquecer nosso entendimento histórico e cultural, essa abordagem pode revitalizar economias locais, criar empregos e promover intercâmbios culturais profundos. Ao conectarmos pessoas à sua essência e história pessoal, não apenas celebramos a diversidade humana, mas também cultivamos um ambiente de compartilhamento e aprendizado mútuo, proporcionando um legado duradouro para as futuras gerações.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa que está sendo desenvolvida adota uma abordagem metodológica que combina a revisão bibliográfica com a análise documental, além da história oral. A revisão bibliográfica, realizada em bases de dados acadêmicos, livros e artigos científicos, publicados no Brasil mas, sobretudo nos países que já aplicam esse tipo de turismo, como Escócia, Irlanda, Itália, Portugal e Estados Unidos, tem como objetivo identificar e analisar as principais teorias, conceitos e abordagens relacionadas ao turismo genealógico, ao patrimônio cultural e ao desenvolvimento regional.

Para atingir esses objetivos, está sendo adotada uma metodologia abrangente, coletando dados qualitativos e quantitativos, através de um questionário cuidadosamente elaborado (formulário do Google) para famílias que usufruíram dos serviços da Gens Turismo Genealógico Itália-Brasil, de 2022 a 2025. Este questionário, de 26 perguntas, foi elaborado para capturar uma gama completa de experiências dos participantes, desde suas expectativas até a avaliação crítica de vários aspectos das suas viagens. Perguntas focadas permitem aos participantes discutir suas expectativas antes da viagem, oferecendo um quadro claro dos desafios e sucessos percebidos. Solicitamos descrições detalhadas dos momentos mais significativos para entender como essas experiências afetaram emocionalmente os participantes e como elas contribuíram para uma melhor compreensão de suas linhagens, além de depoimentos escritos ou orais, dos clientes. Questões sobre a duração das viagens, tamanho dos grupos e serviços contratados visam revelar como diferentes abordagens logísticas influenciam a satisfação geral e o valor percebido pelos clientes. Essas ferramentas metodológicas fornecem a capacidade de captar não apenas dados numéricos que descrevem as viagens, mas também os aspectos mais sutis, como as conexões emocionais e culturais que essas experiências proporcionam.

A análise dos dados coletados será realizada de forma qualitativa, através da interpretação e da síntese das informações obtidas nas diferentes fontes de pesquisa. A análise bibliográfica e documental permitirá identificar os principais temas e tendências no estudo do turismo genealógico, bem como as políticas e estratégias mais eficazes para o seu desenvolvimento. A observação participante, por sua vez, proporcionará uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais, culturais e econômicas do turismo genealógico, bem como dos seus impactos sobre o patrimônio cultural e o desenvolvimento regional.

Considerações Finais

O turismo genealógico oferece uma oportunidade única para fortalecer os laços entre as comunidades diaspóricas e as suas terras de origem, impulsionar o desenvolvimento econômico e valorizar o patrimônio cultural. Ao adotarem políticas coordenadas, investirem em marketing e promoção e envolverem as comunidades locais, a Escócia, a Irlanda e a Itália podem colher os frutos deste nicho de mercado em crescimento. É imprescindível implementar políticas nacionais que reconheçam e promovam o turismo genealógico como um setor estratégico, com objetivos claros e metas mensuráveis, aumentando o investimento em marketing e promoção, ao mesmo tempo incentivando a participação das comunidades locais no desenvolvimento e promoção do turismo genealógico, valorizando as suas tradições, costumes e conhecimentos. Importante salientar que é necessário facilitar o acesso a registros genealógicos, por exemplo digitalizando e disponibilizando online os registros genealógicos, facilitando a pesquisa e o acesso à informação para os turistas. Entre outras coisas, utilizar as redes sociais para promover o turismo genealógico, criando comunidades online, facilitando a interação entre os turistas e os prestadores de serviços. Por último, promover a sustentabilidade, garantindo que o desenvolvimento do turismo genealógico seja feito de forma sustentável, respeitando o patrimônio cultural, o ambiente natural e as comunidades locais.

Referências

BASU, Paul. Highland Genalogy and Heritage Tourism the Scottish Diaspora Homecomings. New York, 2007.

CAPUTO, Eleonora. Linee guida per lo sviluppo di progetti di turismo genealogico. Quando un emigrante diventa turista culturale. Udine: Società Filologica Friulana, 2016.

GABRIELI, Marina. La Valorizzazione delle Comunità Attraverso il Turismo delle Radici. Bari: Edizioni Radici, 2018.

_____. et al. Scoprirsi italiani. I viaggi delle radici in Italia. Soveria Mannelli: Rubbettino Editore, 2022.

RAY, Nina M.; MCCAIN, Gary. "Personal Identity and Nostalgia for the Distant Land of the Past: Legacy Tourism." *International Business & Economics Research Journal* 11.9 (2012): 977-989.

SILVA, Telma Camargo da. *Desenvolvimento Local e Turismo: Estudos de Caso no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Acadêmica, 2021.

PERI, Arianna. *Turismo Culturale e Sviluppo Sostenibile: Il Caso delle Radici*. Firenze: Le Monnier, 2020.

A memória italo-brasileira da Serra Gaúcha através da produção audiovisual de Boca Migotto

Ivanir Migotto¹

Quando estava na França, realizando meu doutorado sanduíche – UFRGS/Sorbonne – fui convidado para colaborar com a publicação da obra *150 anos da Imigração Italiana* (2019), organizada por Ademir Antonio Bacca e Luis H. Rocha. A proposta era escrever um artigo sobre a relação do audiovisual com a Serra Gaúcha. O texto em questão, publicado sob o título; *Foi ao cinema e salvou a história*, parte da premissa de que a realização do longa-metragem *O Quatrilho* (1995)², de Bruno Barreto, adaptado da obra homônima de José Clemente Pozzenatto, pode ser considerado um ponto de inflexão na relação da memória, da história e paisagem da Serra Gaúcha com a produção audiovisual. Através desta pesquisa ficou claro que antes dos anos 1990, embora tenha ocorrido filmagens na região – cinejornais, pequenos documentários e reportagens de TV, essencialmente –, a produção cinematográfica foi mínima. É a partir de *O quatrilho* que isso começa a mudar. E três fatores principais contribuíram para o *boom* de projetos audiovisuais a partir de então:

1) Primeiro, a importância do próprio *Quatrilho* na cinematografia brasileira. Além de alcançar um grande público em salas de cinema³, a obra concorreu ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro em 1996 e, assim, influenciou o olhar da região sobre a produção cinematográfica;

2) Associado a essa janela, que lançou luzes sobre a Serra Gaúcha, é preciso lembrar que a partir do início dos anos 2000 ocorreu uma verdadeira transformação tecnológica. A chegada do digital permitiu o barateamento dos equipamentos de captação e manipulação da imagem e isso, por si só, embora naquele momento ainda incipiente, democratizou o acesso à produção audiovisual em diversos níveis;

3) Por último, mas não menos importante, é preciso destacar as políticas públicas de incentivo à produção audiovisual desenvolvidas e aplicadas a partir do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Tudo isso associado permitiu que a região da Serra Gaúcha recebesse inúmeras produções de diversos formatos, para o cinema e para a TV, que abordaram diferentes temáticas. Nessa tendência, o papel da RBS-TV, em especial, foi muito importante. Uma experiência que nasceu

¹ Ivanir Migotto, em artes, Boca Migotto.

² Vale lembrar que neste ano, quando a imigração italiana comemora 150 anos, também se completa 30 anos do filme *O Quatrilho*.

³ Segundo site da ANCINE, *O Quatrilho* fez uma bilheteria de 1.117.754 espectadores em salas de cinema.

no início dos anos 2000 e que logo passou a ser conhecida, pelo grande público, como *Curtas Gaúchos*. Segundo Gilberto Perin (2009), em artigo publicado no livro *Núcleo de Especiais RBS TV – ficção e documentário regional*, organizado por Elizabeth Bastos Duarte e Maria Lília Dias de Castro:

Depois de algumas tentativas que não deram certo, durante pelo menos 20 anos, conseguimos sistematizar um esquema de produção. [...] A RBS TV ocupa[va] os horários optativos de programação que a Globo libera[va] para a exibição da programação regional. É o caso dos documentários e episódios de ficção produzidos pelo Núcleo de Especiais no Rio Grande do Sul, com programas de 15 minutos, uma vez por semana (sábados, 12h20min); e eventualmente algumas séries aos domingos, depois do programa Teledomingo. (Perin, 2009, p. 20).

Esse espaço na grade da RBS-TV foi fundamental para a produção audiovisual gaúcha ao longo de 15 anos, enquanto o mesmo manteve suas atividades. Tratava-se de uma produção regional, realizada por técnicos e artistas locais, que abordava temas pertinentes à história gaúcha. Inúmeros curtas-metragens e séries foram produzidos, sempre voltados para uma linguagem televisiva-cinematográfica e direcionados para um público amplo. Sempre envolvendo as cidades onde as produções eram realizadas, dando voz a aspectos culturais inerentes às localidades que serviam de locação para as filmagens. A Serra Gaúcha foi uma das regiões que mais beneficiou-se desse projeto.

Segundo informações colhidas junto ao arquivo pessoal do ex-Diretor Geral do Núcleo de Especiais, Gilberto Perin, desde 2001, quando foi realizado o primeiro programa da TV abordando a temática italiana, *Mundo Grande do Sul – viagem à terra da fartura*, de João Guilherme Barone, até 2012, quando a TV exibiu as obras *Dormentes do Tempo*, de Boca Migotto, *Se milagres desejais*, de André Constantin e Nivaldo Pereira e *Bah!ia*, de André Constantin, foram 29 obras filmadas nas regiões de colonização, produzidas pela RBS-TV ou, em alguns casos, licenciadas, com temáticas direta ou indiretamente relacionadas à imigração italiana.

O número apresentado por Perin expõe a importância da Serra Gaúcha como cenário para a produção audiovisual do período. Entretanto, embora a RBS-TV tenha um papel importante nessa filmografia ítalo-serrana, as paisagens e a história da região seduziram inúmeros outros realizadores que nem sempre trabalharam para a televisão gaúcha. Foram anos de intensa produção. Um verdadeiro *boom* de projetos que transitavam desde programas de TV, séries, passando por gravação de shows para venda em DVDs, novelas da Globo e comerciais. Na origem deste movimento, certamente, foi a descoberta das belezas da paisagem serrana e suas

particularidades, como, por exemplo, a arquitetura colonial, que atraiu diversas produtoras e realizadores para a Serra Gaúcha.

Assim, desde *O Quatrilha*, inúmeras cidades da Serra passaram a receber profissionais criativos, técnicos e artistas de Porto Alegre e do centro do país para se utilizarem da região nas suas obras audiovisuais. Soma-se a isso, ainda, a partir de 2010, a criação da *Film Commission* de Bento Gonçalves, instalada junto à Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal, responsável justamente por facilitar a comunicação entre as produtoras e a comunidade. Dessa forma, apenas para citar algumas produções, me utilizo do mapeamento que realizei para escrever o artigo publicado no livro *150 anos da Imigração Italiana*, para expor, aqui, uma amostra da intensidade das produções filmadas ao longo das últimas décadas nessas cidades.

Para citar apenas alguns, os longas-metragens *Real Beleza* (2013) e *Saneamento Básico* (2007), filmados em Bento Gonçalves, Santa Tereza e Monte Bello, além da série da Globo, *Decamerão, a Comédia dos Sexos* (2009), gravada em Garibaldi, todos os três dirigidos por Jorge Furtado. [...] Também vale destacar os longas-metragens *O céu sobre mim* (2012), uma produção da produtora caxiense Spaghetti Filmes, com direção do italiano Gian Vittorio Baldi; *A Oeste do Fim do Mundo* (2012), de Paulo Nascimento; *Os Senhores da Guerra* (2012), de Tabajara Ruas e *O Filme da Minha Vida* (2017), de Selton Mello. [...] O programa *Estrelas*, da TV Globo, gravado em 2017; o documentário *Nas trilhas da imigração italiana*, gravado em 2017, pela RAI italiana, a novela da Globo, *Tempo de Amar*, também de 2017; o comercial de Natal da Coca-Cola, de 2015; a novela *Além do Tempo*, também da Globo, gravada em 2015 e o DVD *Chitãozinho & Xororó – Ao vivo em Garibaldi*, dirigido por Paulo Nascimento e Gilberto Perin, ainda em 2003. [...] Ali perto, a pequena cidade de Cotiporã serviu de locação para *Os famosos e os duendes da morte* (2009), longa-metragem de Esmir Filho, o qual foi filmado também em outras cidades da região, além do documentário *Morro do Céu* (2009) e do longa-metragem de ficção *Os Dragões* (2018), ambos de Gustavo Spolidoro. (Migotto, 2020, p. 354)

Dentre estes e muitos outros projetos, que não cabe aqui citar por uma questão de espaço – interessados podem acessar a íntegra do artigo aqui citado para maiores informações – eu me encaixo como diretor de alguns produtos realizados a pedido do extinto Núcleo de Especiais da RBS-TV. Não fui o único a dirigir trabalhos para a RBS-TV na Serra Gaúcha. E também não realizei produções apenas para a RBS-TV. Mas, acredito ser possível afirmar que, ao longo dos anos, junto ao caxiense André Constantin, acabei por me tornar um dos diretores referência quando a televisão decidia abordar temáticas que explorassem as relações da região com a colonização italiana. Ao todo, para a televisão ou produções independentes, entre 2008 e 2018, realizei dez curtas-metragens, entre documentários e ficções, duas séries de TV ficcionais e um longa-metragem, também documental. Obras dirigidas por mim, em parceria com minha equipe e, em

alguns casos, alunos de Bento Gonçalves, onde, na época, ministrava o curso de produção de documentários intitulado *É tutto vero*, junto à Faculdade Cenecista da mesma cidade.

Sobre a minha relação com a docência, abro um parêntese, pois é importante esclarecer que fui professor da Faculdade Cenecista e, na companhia do meu colega, Felipe Gue Martini, ministramos dois cursos de cinema que renderam dois curtas-metragens dirigidos por alunos sob nossa orientação. Deste curso nasceu o NAC – Núcleo Audiovisual da Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves –, amparado pela mesma instituição, que se mostrou empolgada com o resultado da primeira edição do curso, e também coordenado por nós. Através do NAC, então, produzimos outros dois documentários com temáticas diretamente relacionadas à região e sua história, somando quatro obras dirigidas pelos alunos, por mim e/ou coletivamente.

Capacitar talentos locais para que documentassem a própria memória através do documentário foi uma demanda que nasceu da minha ansiedade em ver essas histórias preservadas. Eu mesmo não me contive visitar a região, como realizador, apenas quando havia alguma produção contratada pela RBS-TV. Em mais de uma ocasião, mobilizei equipe e, com recursos próprios, subi a Serra a fim de registrar histórias que me pareciam importantes. Geralmente, os personagens dessas histórias eram pessoas em idade avançada. Consequentemente, havia o risco iminente de perdermos suas memórias. Por isso, não havia tempo a perder. Assim, a urgência nos mobilizou para que pudéssemos documentar uma pequena fração das vidas, experiências e sotaques dessas pessoas.

Mas, realizada tal contextualização, voltemos ao ano de 2025, quando retornei aos bancos da universidade como aluno de graduação do Curso de História da PUCRS. Ao ser convidado por meu professor, Antonio de Ruggiero, para contribuir com esta publicação, nesse momento quando a imigração italiana comemora 150 anos, fui incitado a revisitar minha produção audiovisual realizada na região. Algumas obras já não via há muito tempo. E, certamente, em nenhum outro momento da minha vida havia realizado o exercício de rever essa produção na sua totalidade, inclusive respeitando sua cronologia de produção. Nesse sentido, algumas percepções me chamaram a atenção em particular. Antes de irmos a elas, a título de contextualização, cito as obras revisitadas, falando rapidamente sobre cada uma delas.

Em 2008, quando iniciei essa jornada, fui chamado para realizar a pesquisa que seria utilizada como base para que outros diretores dirigissem cinco programas para a RBS-TV. Intitulada *Na trilha dos rios*, esta seria uma série de cinco episódios sobre rios que cortam o território gaúcho. Como pesquisador, então, viajei o estado para conhecer as histórias, as pessoas e as paisagens dos rios Uruguai, Ibicuí, Jacuí, Antas/Taquari e da Lagoa dos Patos. Por ser oriundo de Carlos Barbosa e, também, por dominar mais que os demais diretores da série a história que

envolvia as cidades margeadas pelo Antas-Taquari, acabei sendo convidado a dirigir o episódio que seria gravado na Serra Gaúcha.

Rio das Antas – Vale da Fé (2008) aborda a influência do rio no imaginário da imigração, a cultura desenvolvida às suas margens – ou longe dele, por se tratar de um rio que corre entre penhascos e montanhas – e as questões ecológicas que envolvem a relação dos habitantes da Serra Gaúcha com o mesmo rio. Filmado em diversas cidades da Serra Gaúcha, como Carlos Barbosa, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Caxias do Sul, Nova Roma do Sul e São José dos Ausentes, o programa acabou me abrindo as portas da RBS-TV para outros projetos. E já no ano seguinte fui chamado para dirigir um episódio da série *Histórias Extraordinárias*.

O Homem dos Raios (2009) abordava o caso do agricultor Armindo Carra, que afirmava ter sido atingido por quatro raios e sobrevivido a todos eles. Trabalhando uma linguagem divertida, inclusive utilizando o dialeto *Talian* na maior parte do episódio, brincamos com a dicotomia entre fé e ciência que, desde cedo, se revelou um caminho a ser seguido. Assim, as crenças religiosas dos descendentes italianos, a partir do caso ocorrido com seu Armindo Carra, se colocavam como contraponto à ciência. Sem, no entanto, desmerecer nem uma, nem outra visão. As filmagens ocorreram em Antônio Prado, cidade histórica que anos antes fora atingida por um forte temporal. Sabendo disso, incorporamos ao episódio parte dessa tragédia municipal, que fazia parte do imaginário da região.

Dormentes do Tempo (2010), embora não tenha sido filmado na Serra Gaúcha, mas, sim, na região norte do Rio Grande do Sul, acabou por documentar, como pano de fundo, a migração interna dos filhos e netos de italianos que se obrigaram a buscar terras em outras regiões do estado e no oeste catarinense. Esse projeto foi financiado pelas prefeituras de Marcelino Ramos, Gaurama e Viadutos, e resultou num média-metragem – também reduzido para o formato curta-metragem – sobre a história da primeira ferrovia a ligar o Rio Grande do Sul à capital, Rio de Janeiro.

Já o *Frente a Frente* (2010), realizado no mesmo ano, foi mais um episódio para o *Histórias Extraordinárias* da RBS-TV e me levou de volta à Serra Gaúcha. Dessa vez filmado em Santa Tereza, Muçum, Serafina Correa, Guaporé e Porto Alegre, o documentário conta a história de Massimiliano Cremonese, pedreiro italiano responsável pela construção do campanário gótico-veneziano de Santa Tereza e ex-soldado na Primeira Guerra Mundial. Cremonese veio para o Brasil na década de 1920 e fez parte de uma segunda leva de imigrantes, dessa vez oriunda dos espaços urbanos, que contavam com uma profissão definida e que, na sua maioria, fugia das consequências da guerra.

Gigante de Ferro (2010) é resultado da primeira edição do curso *É tutto vero*. Dirigido pelo aluno Matheus Piccoli, com a colaboração dos demais alunos do curso, cada qual em uma função

predefinida, e contando com a coordenação e tutorias dos professores do curso, o documentário abordou a história da Ferrovia do Trigo, construída pelo Exército Brasileiro, que corta a Serra Gaúcha em direção ao norte do país. É quase como um complemento ao *Dormentes do Tempo*, pois esta veio a ser a segunda ferrovia que ligou o estado ao centro do país. Filmado em Bento Gonçalves, Muçum e Santa Tereza, esse documentário inaugurou uma dinâmica que se estendeu por várias outras produções, através das quais aproximávamos profissionais de Porto Alegre dos estudantes da região, visando, além do aprendizado no curso, que esses jovens locais tivessem oportunidade de aprender trabalhando com quem já estava no mercado. Ao mesmo tempo, esse contato serviu para que os alunos constituíssem uma rede de contatos que pudesse aproximá-los deste mesmo mercado audiovisual porto-alegrense.

Em 2011, deixamos o documentário um pouco de lado e propusemos à RBS-TV, através da minha produtora na época, a Epifania Filmes, uma série de ficção. *Sapore d'Italia* (2011) foi a primeira série internacional de ficção da RBS-TV a ser filmada no exterior. Parte dos cenários foram concentrados em Bento Gonçalves, mas mais da metade das cenas ocorreram na Itália, em especial, cidades do Vêneto. Uma série de ficção realizada com um orçamento limitado, mas que permitiu mobilizar mais de quarenta profissionais, entre técnicos e artistas, nos dois países. Uma parte desses profissionais viajou para a Itália, onde pôde trabalhar com produtores locais que nos ciceronearam por mais de vinte cidades entre Roma e o Vêneto. Da mesma forma, trouxemos os produtores italianos para o Brasil, para o lançamento da série em Bento Gonçalves. Um verdadeiro intercâmbio profissional entre o Vêneto e a Serra Gaúcha.

Além disso, no mesmo ano, realizamos a segunda edição do curso *É tutto vero* e produzimos *Eu sou mais Eu* (2011), sobre a musicista Ana Maria Mazzotti. Considerada uma promessa da MPB, infelizmente a artista morreu jovem, vítima de um câncer de mama. Mazzotti nunca foi reconhecida na sua própria cidade, Bento Gonçalves, e isso foi amplamente ressaltado por todos os depoentes que a conheceram e falaram sobre sua vida e obra. O documentário foi dirigido pelo aluno José Martim Estefanon, contou com a colaboração dos demais colegas de curso e, novamente, profissionais de Porto Alegre e Bento Gonçalves que ministraram as aulas.

Novamente em Bento Gonçalves, no ano seguinte, com uma equipe voluntária e recursos próprios, documentamos a história de Francesco Pértile, filho de imigrantes que lutou na Segunda Guerra Mundial como pracinha para o Exército Brasileiro. Por limitações orçamentárias, optamos por filmar *Tcheco* (2012) dentro da casa do nosso personagem, construindo toda a narrativa a partir dos relatos e imagens captados apenas no ambiente doméstico. Assim, evidenciamos a reclusão daquele homem que viajara o Brasil e a Itália, por causa da guerra, mas que agora envelhecia ao lado da esposa, preso à sua própria casa e às suas memórias.

No ano seguinte, foi a vez de voltarmos à ficção. *Bocheiros* (2013) foi filmada em Santa Tereza e Monte Belo do Sul, e abordou a vida dos habitantes de duas cidades fictícias fascinados pelo bocha, esporte muito difundido na região de colonização italiana. *Bocheiros* foi realizada para a TVE-RS, em quatro episódios de 30 minutos cada, e embora não aborde a imigração italiana diretamente, se utiliza da paisagem urbana colonial dessas duas cidades como locação, além de explorar aspectos da cultura dos descendentes italianos nas entrelinhas da obra.

Consertam-se gaitas (2014), curta-metragem documental, também foi filmado em Bento Gonçalves. Este é o primeiro projeto do NAC e, por isso, compartilhei a direção com dois alunos da Faculdade Cenecista, além de, novamente, aproximá-los de alguns profissionais de Porto Alegre, que foram convidados para contribuírem com a produção. O curta-metragem abordou a vida e o trabalho de ex-funcionários da fábrica Todeschini, [...] “*considerata la più importante e famosa marca di fisarmoniche in Brasile*” (Prezzi, 2010, p. 12), fundada em 1932 por Luiz Mateus Todeschini. Após o incêndio – alguns dizem criminoso, a fim de receberem o dinheiro do seguro – que destruiu as dependências da empresa, a Todeschini deixou de fabricar instrumentos musicais e passou a produzir móveis. Aliás, uma transição que ocorreu com diversas outras fábricas de gaitas e acordeons da Serra Gaúcha que, com o declínio das vendas a partir da popularização do violão, com a chegada da Bossa Nova, se utilizaram da experiência em manipular a madeira para produzir móveis. Este movimento empresarial transformou Bento Gonçalves num polo moveleiro no país, mas os personagens desse curta-metragem, no entanto, optaram pelo caminho inverso das empresas e abriram um negócio para consertar os instrumentos musicais.

Em Veranópolis e Canoas, no mesmo ano, filmamos com dois personagens apaixonados pela fotografia e pelo cinema. *Memórias em Sal de Prata* (2014) conta a história de Elígio Parisi⁴, fotógrafo e colecionador de Veranópolis e José Carvino da Silva Camillo, técnico cinematográfico e projecionista que mantinha uma oficina na cidade de Canoas. Ambos tinham em comum, além da paixão pelas suas profissões e pela imagem, a frustração em perceber que as pessoas não reconheciam a importância da memória documentada através do sal de prata, elemento químico presente nos filmes – tanto para a fotografia como para o cinema – que remete ao tempo quando a imagem era analógica. Triste ironia do destino, após as filmagens, antes mesmo do curta-metragem ficar pronto, ambos vieram a falecer no mesmo mês de outubro daquele ano.

⁴ Conheci Elígio Parisi em 2008, quando realizava as filmagens de *Rio das Antas – Vale da Fé*. Parisi foi indicado como fonte de pesquisa, por possuir um grande acervo de fotografias do rio, mas logo percebi que deveria utilizá-lo como depoente. Foi em seu depoimento que Parisi disse que gostava de gravar entrevistas com “as pessoas mais velhas” – na época ele já tinha 80 anos de idade – “para que ficasse na história”. Essa frase, proferida por Parisi na entrevista, foi aproveitada, por mim, para batizar o longa-metragem sobre Henrique Fitarelli, *Pra ficar na história*, realizado anos depois.

Em 2015, foi a vez de retornar para Bento Gonçalves para, novamente através do NAC, realizar o documentário *À sombra das videiras* (2015). Esta obra aborda a história de três famílias de agricultores, descendentes de italianos, que na época da vindima recebiam trabalhadores oriundos de outras partes do Brasil para a colheita da uva. Trata-se de um média-metragem viabilizado pelo Fundo Municipal de Cultura, através do qual foi possível mergulhar nas angústias e dificuldades dos vitivinicultores, trabalhadores braçais de um segmento produtivo que, no conceito geral, é associado ao *glamour*.

Às margens (2016), outro documentário, foi filmado em Carlos Barbosa, minha terra natal, quando registrei a vida e obra de Elson Tieppo. Artista plástico, apesar da qualidade das suas esculturas, Tieppo se via desvalorizado em sua própria cidade. Este curta-metragem, de certa forma, dialoga com o curta-metragem *Eu sou mais Eu*, pois a temática de ambas obras reflete a forma como os artistas são percebidos na região da Serra Gaúcha. Além disso, por ser um amante da natureza, através do nosso personagem foi possível (re)visitar paisagens da Serra Gaúcha como o Rio das Antas, em Santa Tereza, o Morro do Diabo, em Carlos Barbosa, e o Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves e Garibaldi. O documentário também estabelece um diálogo com Henrique Fitarelli, que veio a ser personagem de outra obra que estava sendo filmada nessa mesma época.

Em 2016, então, mais uma vez através da RBS-TV, realizamos o *Pra ficar na história* (2016), curta-metragem que conta a história de Fitarelli, veterinário de profissão, mas um apaixonado pela memória italiana. Fitarelli construiu, em sua propriedade no interior de Garibaldi, uma vila italiana do tempo da colonização. Para isso, ergueu, com as próprias mãos, réplicas de uma igreja, de uma bodega/armazém, uma ferraria e outras casas, compradas e desmontadas quando em processo de abandono para, na sua propriedade, serem reconstruídas e restauradas conforme suas características originais. Fitarelli também é um colecionador de objetos da imigração italiana e tinha, como objetivo, consolidar um museu etnográfico sobre a colonização.

Esse curta-metragem seduziu os produtores da Globo Filmes e já no ano seguinte rendeu sua ampliação, em formato longa-metragem. Dessa vez, então, além de contarmos a história de Fitarelli em Garibaldi, e seu amor pela colonização, o levamos para a Itália, para buscar suas origens na região do Vêneto, além de permitir uma reflexão mais aprofundada sobre o papel dos museus na preservação da memória italiana.

Por fim, novamente em Carlos Barbosa, realizei *Amábile* (2018), obra singela e pessoal que documenta a vida da minha tia, Olinda Amábile Migott. Nos seus mais de 80 anos – hoje 90 anos – tia Linda, como é conhecida, praticamente vive reclusa por conta da sua idade e, assim, convive com as memórias de uma cidade completamente transformada, a qual observa a partir da janela da sua casa. Essa obra, de certa forma, dialoga com o curta-metragem *Tcheco*. Tanto por ter

sido gravado apenas dentro da casa de ambos personagens, como pela forma como documenta a velhice e sua relação com a memória.

Todas essas obras, quando revisitadas em sequência cronológica, explicitaram algumas questões reincidentes que apareceram de forma natural nas linhas e entrelinhas de cada abordagem. O orgulho da ascendência italiana, por exemplo, encontra sua contradição na forma como os elementos que remetem a essa memória são facilmente descartados quando “atrapalham o progresso” e, claro, o lucro imobiliário. Isso ajuda a explicar a destruição das casas coloniais que, quando construídas em áreas nobres das cidades, encontraram como destino a especulação imobiliária e fatalmente tiveram, por destino, sua demolição. Um simples passeio pelo centro dessas cidades atesta a transformação sofrida. Com exceção, talvez, de Garibaldi, Santa Tereza e Antônio Prado, que conseguiram preservar seus casarios justamente porque a especulação chegou atrasada, o que permitiu que parte das casas fossem tombadas como patrimônio antes do mercado imobiliário avançar sobre elas, nas demais cidades, muito pouco restou como registro do passado colonial.

Outra percepção reincidente nas obras audiovisuais diz respeito à forma como são tratados os “diferentes”. Ana Mazzotti, Elson Tieppo e também Henrique Fitarelli, expunham suas frustrações por não verem seu trabalho reconhecido. Nesse sentido, é fato que com a morte dos mais velhos, morre, também, suas memórias. Sejam elas materiais ou imateriais. Parisi e Camillo, por exemplo, reiteravam suas decepções quanto ao fato das pessoas e do poder público não valorizarem seus acervos. Mas, se o acervo de Camillo não teve um destino adequado após sua morte, para não ser injusto com a cidade de Veranópolis, onde vivia Parisi, é preciso destacar que, segundo o livro *Eligio Parisi – vida, paixão e arte pela fotografia* (2015), escrito por Antônio Frizon, seu acervo foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Veranópolis;

[...] sendo acordado o valor de 240 mil reais. Isto ocorreu em 5 de julho de 2013, quando a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou sua aquisição por unanimidade. O acervo é composto por 659.106 negativos flexíveis, 178 negativos de vidro, 13.326 fotografias, 1.201 dispositivos slides e cromos, além de câmeras de madeira, câmeras de médio formato, câmeras 35 milímetros, e outras câmeras e objetos que representam a evolução da técnica fotográfica. (Frizon, 2015, p. 115)

Para que isso ocorresse, no entanto, foi preciso que Parisi morresse. Isso reforça a percepção de que há um desinteresse sobre a memória da imigração italiana, embora o dito orgulho sobre a história dos antepassados se mantenha intocada. A máxima de que os *nonnos* e *nonnas* vieram da Itália pobres e, aqui, progrediram através do trabalho, é reproduzida constantemente

através dos discursos. No entanto, também encontra sua contradição apontada no descarte de fotografias, objetos, documentos e na demolição das próprias casas erguidas pelos mesmos antepassados. Algo que se torna ainda mais grave quando pensamos na mulher “italiana”. Se a memória do homem imigrante se apagou com o tempo, essa intensificou-se ainda mais quando falamos do gênero feminino.

O progresso [...] concluiu a faxina do passado com a demolição das antigas casas e empresas. Um lote, um capitel, um porão de pedra, algum pedaço de metal, alguns utensílios, foi tudo o que restou dos bens e das vidas das mulheres proprietárias. A cidade, avançando sobre os lotes rurais, que se tornaram urbanos, completou o serviço de exclusão do passado. Raros são os que mantiveram as casas familiares e ainda menos aqueles que guardaram documentos preservando a memória familiar. (Slomp Giron, 2019, p. 406)

De uma forma geral, alguma explicação os pesquisadores do tema encontram no sentimento de vergonha que as gerações mais novas tinham da pobreza pela qual viveram seus antepassados. Assim, quando melhoraram de vida, as novas gerações construíram residências “modernas” e buscaram demolir as casas velhas, símbolos fundamentados em pedra basalto, daquele período de fome e miséria. Para além do fato de substituírem as edificações antigas por casas “melhores”, sob o ponto de vista estético e funcional – embora haja controvérsia sobre isso –, os descendentes dos imigrantes não percebem, até hoje, a importância do valor cultural da arquitetura colonial italiana, única no mundo. Se não pela técnica de construção, que, no geral, seguia o aprendizado carregado com os imigrantes desde o norte da Itália, certamente na utilização dos materiais disponíveis no Novo Mundo e, sobretudo, nas suas adaptações necessárias conforme o local onde eram erguidas. Rovílio Costa (1976) nos ajuda a compreender isso:

A extrema variedade de materiais e processos de construção, na verdade usados aparentemente sem compromisso, mostram a inexistência de normas estabelecidas. Ao mesmo tempo, surpreende a semelhança dos resultados técnicos e formais, advindos de um processo de construção espontâneo, mesmo levando em conta a influência recíproca e a inércia imaginativa dos construtores. Se o costume de construir segundo um padrão talvez tenha vindo da Itália, ainda assim, este padrão manifestou-se apenas como uma orientação geral, ao redor da qual o imigrante construía as instalações para a vida doméstica como melhor lhe convinha. Também é interessante observar que, à harmonia e ao bom gosto austero da obra dos imigrantes, seguiram-se as construções medíocres de seus descendentes, em visível decadência. (Costa, 1976, p. 17)

No entanto, é fato que, também, alguns dos terrenos onde foram construídas essas casas, principalmente nos espaços urbanos, mas também em áreas exploradas pelo turismo, se

valorizaram ao longo do tempo e, portanto, passaram a render dividendos que garantiram aos descendentes uma vida mais confortável. Isso se intensificou ainda mais na virada do século, quando as principais cidades da região cresceram vertiginosamente. Coincide com esse período, também, os primeiros sinais de uma estruturação turística em cidades como Bento Gonçalves e Garibaldi – depois seguida por outras – que vai agregar valor simbólico a toda região. Conforme apontado acima, não por acaso, é também o período das transformações das tecnologias utilizadas na produção audiovisual, que vai ampliar a quantidade de projetos filmados na Serra Gaúcha e que tem, no filme *O Quatrilho*, um ponto de partida significativo.

Nesse sentido, algumas obras como o *Pra ficar na história* – tanto a versão curta-metragem como o longa – ou o *Memórias em Sal de Prata*, foram concebidas para justamente discutir a preservação da memória da imigração italiana na região. Entretanto, chama a atenção que mesmo nas obras que tiveram outras abordagens, esse tema surgiu ao natural. Mesmo que de forma indireta. Parece que há uma disputa explícita entre aqueles que defendem o progresso a qualquer custo – e isso pressupõe a “modernização” das cidades – e aqueles que denunciam o apagamento sistemático dessas memórias. Para os primeiros, tudo aquilo que é velho deve ser substituído pelo novo. Para os segundos, aquilo que é percebido como velho é, justamente, a identidade da região que se apaga a cada novo empreendimento.

No artigo publicado no livro sobre os 150 anos da imigração, aponto o turismo como um elemento crucial para frear – ao menos num primeiro momento e mesmo que minimamente – a destruição da memória material da região. Em especial, as edificações. Foi a economia do turismo que visualizou a paisagem colonial como força atratora para aqueles que buscavam a região. Por isso, também foi este o setor econômico que percebeu a importância de preservar as antigas casas de pedra e madeira erguidas pelos antepassados. No entanto, observa-se hoje, num rápido passeio pelo Vale dos Vinhedos ou pelo Caminho das Casas de Pedra – que leva esse nome justamente por conta das edificações espalhadas pela Linha São Pedro, em Bento Gonçalves – o quanto o mesmo turismo vem transformando a paisagem através dos grandes empreendimentos voltados aos turistas. Algo que, por sua vez, também aumentou significativamente ao longo dos últimos anos.

Não por acaso, até Gramado, reconhecida nacionalmente pelo turismo, está propondo repensar a forma como este transformou completamente as relações socioculturais na cidade. Sob o título “*Talvez se proíba em definitivo*”, diz prefeito sobre suspensão de novos hotéis e restaurantes no centro de Gramado, a coluna de Giane Guerra, publicada em GZH no dia 17 de

julho de 2025⁵, explicita a drástica medida tomada pelo prefeito da cidade, Nestor Tissot, em relação à especulação imobiliária voltada para um turismo que dá sinais claros de esgotamento. Ironicamente, talvez seja interessante apontar que também em Gramado o cinema teve um papel crucial no desenvolvimento da economia do turismo. O Festival de Cinema de Gramado é um dos principais eventos turísticos da cidade e, desde que iniciou, em 1973, contribuiu decisivamente com a construção do imaginário de *glamour* que fez da cidade um dos principais destinos turísticos do país. Mais uma vez, o cinema a serviço do turismo. Para o bem ou para o mal. Em última instância, portanto, o cinema tornou-se cúmplice desta especulação econômica que ocorre a partir dos empreendimentos turísticos.

Por outro lado, as produções, salvo, talvez, *O Quatrilho*, uma das únicas obras conhecidas, reconhecidas e lembradas na região, não são aproveitadas pelas comunidades que se dizem orgulhosas da própria história. Na intensa programação voltada para comemorar os 150 anos da imigração italiana, por exemplo, apesar da enorme quantidade de produções que abordam a temática, não tenho conhecimento de ter ocorrido uma única mostra audiovisual que tenha reunido tais obras. Tal constatação é frustrante para os realizadores, que assim como eu, se debruçaram sobre a história da região na tentativa de contribuir para com sua preservação, mas, sobretudo, para as comunidades e para os descendentes de italianos que aqui chegaram a partir de 1875. Essa incapacidade de perceber o cinema como um aliado na preservação da memória repercute diretamente na história que está sendo transmitida às novas gerações. Resta saber se isso se dá por ignorância – no sentido de quem ignora um fato – ou se trata de uma orquestração pensada. Seja qual for o motivo, o resultado é frustrante, afinal:

Na conversa entre cinema e história, para usar uma expressão cunhada por Marc Ferro, um longo caminho tem sido percorrido e as possibilidades vão desde o uso didático até biografias e análises sobre a indústria cultural. Uma das alternativas, talvez a mais instigante, é a que explora a relação entre memória e história. (Soares e Ferreira, 2001, p. 11)

O audiovisual é uma ferramenta potente para refletir sobre o passado, pois tem condições de registrar, em imagem e som, as nuances de uma sociedade. E permite que, a partir dele, se aprofunde a discussão, uma vez que “[...] a memória se relaciona com o passado, a expectativa e a imaginação com o futuro.” (Munsterberg, 1983, p. 41). No entanto, para que seja plenamente aproveitado, o audiovisual “[...] supõe um encontro com o personagem e um encontro com o

⁵ Publicado em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/giane-guerra/noticia/2025/07/talvez-se-proiba-em-definitivo-diz-prefeito-sobre-suspensao-de-novos-hoteis-e-restaurantes-no-centro-de-gramado-cmcuq8n1e0052014rqj0qw0rb.html>

espectador.” (ROTH, 2005, p. 47). De nada adianta existir como obra artística se este não encontra seu público. O problema é que, quando encontra o espectador, o audiovisual, como obra artística que é, inevitavelmente propõe reflexões. E, talvez, isso não seja muito apropriado.

Retomando as minhas obras, chamo a atenção para o documentário *Rio das Antas – Vale da Fé*. Depois de ter sido exibido na grade da RBS-TV, em 2008, o mesmo permaneceu disponível no meu canal do *YouTube*⁶ ao longo de todo esse tempo. Poucas vezes foi acessado. No entanto, quando ocorreram as enchentes que atingiram o Vale do Rio Taquari, e as cidades em seu entorno, em 2023 e 2024, repentinamente, o mesmo foi intensamente visualizado. Então, uma obra que esteve “escondida” por praticamente 15 anos, de repente, foi “descoberta”, e elogiada intensamente, apesar do tom crítico que o documentário constrói sobre como as populações da região se relacionam com o rio. Talvez, isso se dê porque o curta-metragem conta, também, com um discurso otimista sobre a história dos imigrantes na região. E isso agrada aos olhos e ouvidos.

Na contramão desta experiência, entretanto, está o longa-metragem, *Pra ficar na história*. Num caminho contrário, embora este aborde diretamente a história dos imigrantes, o amor pela memória colonial e as paisagens da Serra Gaúcha – bem como a Itália de onde os antepassados vieram –, provavelmente, a abordagem crítica sobre o apagamento dessa memória tenha distanciado o público da obra. É um longa-metragem que tem muito a dizer, mas que se mantém mudo, pois não há interesse em escutá-lo. Isso deixa claro que não há muito espaço para refletir sobre os aspectos culturais da região, se estes não estiverem de acordo com o sentimento ufanista da epopeia italiana. Dessa forma, infelizmente, também não há espaço para refletir honestamente sobre a herança colonial que, por um lado, obviamente, é positiva, mas que, ao mesmo tempo carece de inúmeras atualizações.

Também para isso a produção audiovisual pode ser uma ferramenta poderosa. Afinal, através da subjetividade inerente a toda forma de arte, é possível apontar caminhos possíveis para refletirmos sobre as nossas certezas. Como apontei acima, o curta-metragem *Rio das Antas* exalta o trabalho do imigrante para transformar uma região íngreme cortada por um rio selvagem como o Antas, mas, também, propõe repensar a relação contemporânea das cidades com o mesmo rio. De certa forma, uma explicação plausível para emergência climática, responsável pela tragédia que atingiu milhares de pessoas na Serra e no Vale do Taquari.

O trabalho, essa entidade onipresente na cultura dos descendentes italianos, foi decisivo para que esse povo subjugassem a natureza implacável na qual foram praticamente jogados quando aqui chegaram. Mas não estamos mais no final do século XIX, e a mesma natureza, hoje, precisa

⁶ <https://www.youtube.com/@teimosofilmes>

ser preservada em nome da sobrevivência das próximas gerações. Da mesma forma, nesse conturbado século XXI, o próprio conceito de trabalho precisa ser repensado. Os curtas-metragens, *Eu sou mais eu* e *Às margens*, provocam essa reflexão. É trabalho somente aquele que o funcionário bate ponto às 7 horas para sair às 17 horas? E recebe um salário fixo para isso? Compor, cantar, esculpir ou dirigir um filme, portanto, não são formas de trabalho? Ou é trabalho apenas aquele que enriquece o trabalhador?

Henrique Fitarelli, que é veterinário de formação, por anos foi tratado como louco em Garibaldi, pois gastava seu dinheiro com as “casas velhas”. Tudo velharia, diziam os mesmos conterrâneos que [dizem] têm orgulho da epopeia dos imigrantes. Essa percepção sobre Fitarelli passou a mudar quando a Casa de Cinema de Porto Alegre descobriu sua *Villa Fitarelli* – assim mesmo, escrita com dois “Ls” – e a utilizou para filmar *Decamerão – a comédia do sexo* (2009), obra dirigida por Jorge Furtado, para a TV Globo. Quando foi pago pela locação da sua vila, ou quando o elenco, formado por globais como Matheus Nachtergaele, Deborah Secco, Leandra Leal, Daniel Oliveira, Lázaro Ramos e Drica Moraes, entre outros, foi visto circulando pelas ruas da pacata Garibaldi, o “louco” Fitarelli se tornou um “visionário”.

Através das obras que fui provocado a revisitar, portanto, mais do que nunca ficou claro que estas questões demandam reflexão. É óbvio que se pode ter orgulho da própria história e é importante que esta seja transmitida às novas gerações. No entanto, também é fundamental que isso ocorra de forma crítica. Assim como é importante saber de onde viemos, também é necessário que reflitamos sobre os erros dos nossos antepassados. Para isso, é fundamental que nos permitamos enxergar a nossa própria história com um olhar mais amplo e agudo. Que aprendamos a valorizar e reconhecer, também, a história daqueles que fracassaram. Das mulheres que foram apagadas pela imposição masculina. Daqueles que não viraram nomes de rua. Quanto muito, tiverem seus nomes escritos na lápide de um cemitério abandonado.

Desconstruir é apenas uma forma de reorganizar. Algo semelhante ao que faz Henrique Fitarelli quando desmonta uma casa velha, prestes a ruir, para remontá-la na sua vila, após substituir as tábuas apodrecidas pelo tempo. Para isso, essas obras aqui apresentadas – assim como outras tantas de tantos outros realizadores – cumprem seu papel como ponto de partida para que tais discussões possam ocorrer. É possível refletir sobre o passado, criticá-lo, inclusive, sem destruir as histórias de sucesso. E o audiovisual está aí para caminhar junto nesse processo de amadurecimento social, preservação cultural e reflexão conceitual, sem, no entanto, deixar de emocionar. E de contribuir com o futuro econômico, inclusive, da região.

Referências

BACCA, Ademir Antonio (org.). *150 anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*: v1. Bento Gonçalves, Projecto Cultural Sur/Brasil, 2019.

COSTA, Rovílio. *Antropologia visual da Imigração Italiana*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, UCS, 1976

FRIZON, Antônio. *Eligio Parisi: vida, paixão e arte pela fotografia*. Porto Alegre: Exclamação, 2015.

MUNSTERBERG, Hugo in XAVIER, Ismail (org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Edições Graal: Embrafilmes, 1983.

PERIN, Gilbero in DUARTE, Elizabeth Bastos e CASTRO, Maria Lília de (orgs.). Porto Alegre: Sulina, 2009.

PREZZI, César Augusto. *Mostra dela Fisarmonica – i pioneri in Brasile*. Bento Gonçalves: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bento Gonçalves, 2010.

ROTH, Laurent in MOURÃO, Maria Dora e LABAKI, Amir (orgs.). *O cinema do real*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

SOARES, Mariza de Carvalho e FERREIRA, Jorge. *A história vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ASPECTOS SIMBÓLICOS DA PRÁTICA DEVOCIONAL DO PEREGRINO JOÃO LUIZ POZZOBON

Tatiana Godinho Martins¹
Marta Rosa Borin²

O presente trabalho constitui-se como um recorte da dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Linha de Pesquisa História, Migração e Trabalho. Assim, apresentaremos a metodologia elaborada para a análise dos quadros idealizados por João Luiz Pozzobon, um leigo católico, descendente de imigrantes italianos, cuja obra de evangelização resultou no processo de canonização em curso no Vaticano. Entre os anos de 1950 e 1985, promoveu a Campanha do Terço, quando peregrinou levando até casas de família, escolas, hospitais e presídios a devoção à Mãe Rainha e Vencedora Três Vezes Admirável de *Schönenstatt*. Pozzobon produziu relatórios sobre suas atividades religiosas. A partir disso, esses registros foram anualmente condensados e convertidos em desenhos com o auxílio de um amigo, resultando em uma série de quadros, um para cada ano, que sintetizam, de forma visual, os principais acontecimentos e frutos dessa Campanha. A investigação propõe interpretar aspectos simbólicos, narrativos e devocionais de suas práticas religiosas a partir da linguagem iconográfica em articulação com os contextos históricos e sociais nos quais João Luiz Pozzobon estava inserido, pois o significado dos signos surge da interação entre o sujeito e o mundo.

Palavras-chave: Devoção; Iconografia; João Luiz Pozzobon.

Introdução

Em uma pequena comunidade do interior do Rio Grande do Sul, pertencente à Quarta Colônia de Imigração Italiana, hoje reconhecida como Geoparque Mundial pela UNESCO, nasceu João Luiz Pozzobon. Sua terra natal, o município de São João do Polêsine, abrigava a comunidade de Ribeirão, próxima a Santa Maria, onde Pozzobon passou os primeiros 23 anos de vida. Foi ali que cresceu, antes de se casar com Teresa Turcato e mudar-se para Restinga Sêca, onde o casal administrou um hotel e tiveram dois filhos. Diante dos problemas de saúde enfrentados por sua esposa, a família transferiu-se para Santa Maria, cidade onde, pouco tempo depois, Teresa veio a falecer. Entre o cuidado com os filhos e o trabalho no comércio, João

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria, Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria; Técnica em Processos Fotográficos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, IFRS; E-Mail: tatiana.godinho.martins@gmail.com

² Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Professora do Departamento de Metodologia do Ensino e do Mestrado Profissional em História, Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria; Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Mestrado Profissional; do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado, Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: marta.borin@ufsm.br

conheceu sua segunda esposa, Vitória Felipetto. Com ela, viveu por 46 anos em uma modesta casa de madeira, criando mais cinco filhos. Hoje, o local é preservado como a Casa Museu II João Luiz Pozzobon, espaço de memória que guarda traços de sua trajetória vivida.

Segundo Uriburu (1985), Pozzobon sempre demonstrou grande disposição em ajudar a Igreja, chegando a usar sua charrete e cavalo para levar o padre Celestino Trevisan a bairros distantes, onde este atendia enfermos e necessitados. Segundo o autor, desde jovem, João sentia uma saudade que não conseguia explicar isso foi sanado em 1950 durante um retiro espiritual, quando teve seu “encontro” com a Mãe Rainha e Vencedora Três Vezes Admirável de *Schöenstatt*. Naquele momento, compreendeu a importância do Rosário, oração que já praticava. Na ocasião, duas grandes imagens da Mãe Rainha foram abençoadas para a peregrinação entre as famílias, e uma delas foi confiada a João pela irmã Teresinha. Neste encontro, a irmã e o Pe. Celestino Trevisan apresentaram a pedagogia do Movimento Apostólico de *Schöenstatt*. A partir deste contato, João passa a se considerar um “pobre servo”, e assume isso como um ideal de vida, entendendo como um chamado divino para levar a devoção à Mãe Rainha através da oração do terço a outras pessoas.

Com esse sentimento João dedicou sua vida à evangelização por meio da oração do terço com as famílias, através da devoção à Mãe Rainha, lembrando características do catolicismo popular.³ Ainda, considerava de suma importância registrar todo o alcance deste seu movimento, por isso, contabilizava o número de terços rezados e os quilômetros percorridos com a capelinha da Mãe Rainha que lhe havia sido confiada. Estes registros, os quadros/relatórios de suas peregrinações são parte de nossas fontes de pesquisa.

Ao longo de sua Campanha, entre 1950 e 1985, afirma-se que ele teria percorrido cerca de 140 mil quilômetros, carregando uma imagem de onze quilos nos ombros. Vestido com terno, gravata e levando uma maleta nas mãos, Pozzobon tornou-se referência da Campanha do Terço, pois passou a rezar o terço com alunos e professores nas escolas, com as famílias nos lares, com os presidiários quando visitava o presídio e com os doentes quando visitava os hospitais. Além disso, promoveu festas religiosas, procissões práticas devocionais que protagonizou com simplicidade reconhecendo-se como um “pobre peregrino”.

³ O catolicismo popular no Brasil caracteriza-se por seu vínculo com a tradição lusitana, com forte participação leiga, expressão comunitária e práticas como procissões, romarias e ex-votos. Predominante até o século XIX, possui traços medievais e uma religiosidade mais afetiva e ritual. A partir do século XIX, é progressivamente substituído pelo catolicismo renovado, de orientação tridentina e clerical, centrado na hierarquia da Igreja, na doutrina oficial e na prática sacramental regular, conforme os modelos definidos pelo Concílio de Trento, 1545–1563 (Azzi, 1978)

O Movimento Apostólico de *Schöenstatt* tem suas raízes na Congregação Palotina, fundada por Vicente Pallotti em 1835, com o objetivo de tornar os leigos mais ativos na Igreja, uma proposta inovadora para a época. No entanto, Pallotti faleceu antes de alcançar esses princípios. Assim, inspirado pelo fundador da Congregação Palotina, o padre palotino José Kentenich, buscou desenvolver uma espiritualidade mais próxima à realidade dos fiéis, visando uma auto educação por meio de Maria. Segundo Trevisan (2000 apud Trevisan), o Movimento Apostólico de *Schöenstatt* pode ser compreendido a partir de quatro marcos históricos principais: sua fundação, em 18 de outubro de 1914, na Alemanha; a prisão de Kentenich pelo regime nazista, em 1941, com a deportação para o campo de concentração em Dachau; o exílio de Kentenich nos Estados Unidos, iniciado em 1949 após envio de uma carta ao episcopado alemão; e, por último, o reconhecimento oficial do Movimento Apostólico de *Schöenstatt* pelo papa Paulo VI, em 1965, em Roma.

Em sua trajetória, podemos considerar que João Luiz Pozzobon fora reconhecido em 1972, ao tornar-se Diácono, e em 1985, antes de perder a vida por atropelamento, foi honrado pelo Papa João Paulo II com o título de moderno pastoralista. Da mesma forma, pontuamos que, em 2009, foi instaurado em Roma o Tribunal Eclesiástico para a Causa de Beatificação e Canonização do Diácono, processo que continua até hoje, sendo que em junho de 2025 foi reconhecido pelo papa Leão XIV como Venerável devido as suas virtudes heroicas ou seja, viveu a fé, a caridade, a esperança, a justiça, a prudência de forma heroica, à custa de grandes sacrifícios.

Como mencionado, Pozzobon registrava suas vivências religiosas por meio de pequenos textos, bilhetes e rabiscos, relatando suas atividades e peregrinações ao longo do ano. A partir de 1955, passou a contar com a ajuda de Hayrton Bortholacci para sintetizar esses relatos em desenhos, baseados nas ideias e orientações de Pozzobon, que escolhia pessoalmente as palavras, os elementos e as cores dos quadros. Por meio dessa produção iconográfica, ele expressava suas experiências religiosas, os conflitos no campo religioso, o alcance de suas peregrinações e sua visão de um mundo mediado por Maria, mãe de Jesus. Este estudo busca, a partir desses registros, analisar o contexto da Igreja anterior ao Concílio Vaticano II, explorando as mensagens presentes nas produções iconográficas de Pozzobon através de seus elementos simbólicos e do contexto sociocultural de sua elaboração. Ressalta-se ainda que Pozzobon enfrentava um sério problema de visão desde a juventude, o que dificultava sua leitura, o afastou da formação sacerdotal e do serviço militar, levando-o a buscar formas alternativas de vivenciar e expressar sua religiosidade, especialmente através dos símbolos.

O pobre peregrino e os degraus de ouro

Para compreender os sentidos idealizados por Pozzobon, parte-se do pressuposto de que os símbolos fazem parte do cotidiano humano, servindo como meio de expressão de causas ou ideias. Os desenhos e anotações de João Pozzobon refletem seu compromisso com seus propósitos e sua conexão com o divino, algo que as palavras, sozinhas, não conseguiam transmitir. Esses desenhos, hoje preservados na Casa Museu II João Luiz Pozzobon, embora não sejam obras eruditas, revelam a complexidade simbólica presente no pensamento do “pobre peregrino”. Pozzobon não buscava, como destaca Ginzburg (1989), “controlar a curiosidade intelectual sobre as coisas do alto”, numa referência ao alerta de São Paulo contra o orgulho intelectual dos heréticos em matéria de religião.

O estudo dos traços da materialidade destes desenhos permite uma “leitura”, não somente do estilo do autor, do seu traçado, mas também, permitem decifrar outros significados através das narrativas que podemos encontrar já que ela pode conter um duplo significado, para além do sentido estático que caracteriza o desenho. Portanto, para compreendermos as formas de expressão iconográfica de Pozzobon, recorreremos a Fogelman (2007), que ao analisar as representações do céu, recorrentes nos tetos das igrejas católicas do período colonial, as considera como uma fronteira imaginária entre o mundo terreno e o divino. Assim como as pinturas no período colonial reforçavam a crença dos fiéis, podemos considerar que os desenhos do peregrino desempenham um papel semelhante, e ressignificam suas experiências religiosas de forma visual.

Logo, sua proposta criativa de expressão pode ser entendida como uma forma de comunicação, sobretudo para compreendermos sua proximidade com Maria, mãe de Jesus, seu compromisso com a igreja, suas práticas de fé. Isto vai ao encontro das ideias de Santo Agostinho (1956) que uniu a filosofia platônica com o pensamento cristão, incluindo a noção de signos. Para ele, a linguagem e o signo são instrumentos inventados pela razão para nomear a realidade. Partindo disso, os desenhos funcionam como formas de expressão e comunicação, enquanto as palavras nomeiam conceitos, os desenhos visualizam ideias. Neste sentido, podemos dizer que João Pozzobon utilizava a linguagem simbólica para dar sentido à sua realidade.

A seguir, abordaremos de maneira resumida, o período que João Luiz Pozzobon definiu como o tempo das *incompreensões*, entre 1956-1969, explorando como essa fase foi representada em seus quadros ao longo da Campanha da Mãe Rainha e Três Vezes Admirável de *Schöenstatt*. A síntese simbólica dessa experiência está presente no quadro de 1969,

justamente aquele que marca o fim desse período. Embora tenhamos nesse quadro específico a expressão iconográfica do que fora para ele as *incompreensões*, podemos perceber que esse significado já vinha sendo construído ao longo de vários quadros anteriores, em pequenos trechos escritos por ele e em elementos espalhados pelas obras, que nos ajudam a entender o que os *tempos de ouro* significaram para ele e como esse período moldou suas ações com a Mãe Peregrina.

É mister pontuarmos, que sempre que nos referimos aqui ao termo *incompreensões*, estaremos adotando a concepção dada por Pozzobon sobre essa experiência. Conforme o peregrino explicava, ele não considerava como uma perseguição, mas de uma série de obstáculos que surgiram ao longo de sua missão. Quando era mal interpretado, enfrentava resistência ou recebia palavras duras, Pozzobon procurava não deixar com que isso afetasse suas peregrinações. Dizia “Eu não me consagrei a uma pessoa, me consagrei à Mãe de Deus. Eu tenho com ela, eu tenho que dar conta a ela. Se não me entende, paciência, eu devo seguir” (Pozzobon, Entrevista em Jaraguá, 1977). Para ele, o importante era permanecer fiel à sua consagração e missão, independentemente da aceitação ou compreensão dos outros. Pozzobon acreditava firmemente que Nossa Senhora lhe enviava sinais e orientações, que ele chamava de *inspirações*. Por meio desses pensamentos e intuições, buscava entender o que Maria desejava que ele fizesse em cada etapa da Campanha.

Figura 1: Mapa da peregrinação de João Luiz Pozzobon.



Fonte: Casa Museu II João Luiz Pozzobon, Santa Maria/RS.

O início das *incompreensões* ficou especialmente marcado a partir do segundo quadro da Campanha, em 1956, figura 1 acima. Neste Pozzobon registrou “talvez, ainda não seja entendida a grande mensagem da Mãe e Rainha [...] Ela quer que todos a entendam. O seu amor: levar Jesus, seu Filho, aos corações, para dar mais glória a Deus Uno e Trino.” (Pozzobon, 1956, *Jornada da Boa Mãe e Rainha Três Vezes Admirável*). Ainda no mesmo ano, ao elaborar

um quadro-mapa de sua Campanha, descreveu aquele momento como “o tempo em que os fortes ventos sopravam”, demarcando de forma simbólica o início desse período difícil. A partir desse marco, em todos os quadros seguintes passa a intitular o seu movimento de peregrinação como a “Forçada Campanha”.

Fora a partir deste ano, 1956, que os sacerdotes deixaram de demonstrar apoio à Campanha de João Pozzobon, gerando dificuldades nas peregrinações que se estenderam por 14 anos. Segundo o próprio Pozzobon, em palestra de 1981, esse afastamento do clero resultou em cerca de três anos de isolamento, durante os quais ele seguiu na Campanha, inclusive sem orientação de padre espiritual, continuando suas peregrinações de forma discreta, retornando sozinho ao Santuário à noite, algo “nas sombras” (Pozzobon, entrevista, 1981). Vale pontuar, que um ano antes, em 1955, aconteceu a primeira coroação da imagem da Mãe Peregrina, com a colocação das cinco pedrinhas, simbolizando os anos da Campanha. No sexto ano, porém, as *incompreensões* impediram a coroação no Santuário. Como alternativa, Pozzobon organizou a cerimônia em um colégio. No entanto, na véspera, levou a coroa em procissão até o local, mas, ao chegar, encontrou resistência, isto é, a religiosa responsável, alegando uma circular do bispo que proibia a Campanha nas escolas, recusou-se a realizar a coroação. Mesmo com os apelos de João, a decisão não mudou, e ele foi orientado a sair discretamente pelos fundos do colégio. Do outro lado da rua, ao deixar o local, um homem que admirava a imagem se ofereceu para acompanhá-lo. Juntos, seguiram para outro colégio, onde a imagem da Mãe Peregrina pôde finalmente ser coroada (Pozzobon, 1980).

Figura 2: Quadro “Salve oh Mãe e Rainha Três Vezes Admirável”, 1958



Fonte: Casa Museu II João Luiz Pozzobon, Santa Maria/RS

Em 1958, João Pozzobon incluiu em um de seus quadros a imagem de um arco-íris, figura 2 acima, que para ele simbolizava a alegria de um período especial em que a Mãe e Rainha estendeu seu manto sobre Santa Maria, unindo simbolicamente os dois santuários marianos da cidade, o de *Schönenstatt* e o de Nossa Senhora Medianeira (Pozzobon, 1958, *Salve*

oh Mãe e Rainha Três Vezes Admirável). Em consonância com isso, o arco-íris pode ser interpretado como símbolo de união, equilíbrio e transformação espiritual, conforme apontam Chevalier e Gheerbrant (2001, p. 382), sendo visto em várias culturas, como entre os povos ameríndios, como uma ponte simbólica entre o céu e a terra.

Nesta referência ao Santuário de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, localizado em Santa Maria, podemos entender as motivações das *incompreensões* terem ocorrido com Pozzobon, de acordo com Borin (2015) a devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, surgida em Santa Maria, a partir da década de 1930, foi uma resposta estratégica do clero católico local ao contexto político e social da época. Com o fim da união entre Igreja e Estado, após a Proclamação da República, a Igreja viu-se enfraquecida politicamente e buscou novas formas de afirmação do catolicismo que deixava de ser hegemônico, pois a constituição republicana previa a liberdade religiosa. Nesse cenário, o jesuíta Padre Inácio Rafael Valle, foi figura central na promoção da devoção à Nossa Senhora Medianeira, apresentando-a como protetora da cidade de Santa Maria durante a Revolução de 1930, quando, segundo relatos da época, a cidade teria sido poupada de ataques dos revolucionários graças às preces feitas à Virgem Maria.

João Pozzobon enfrentou resistências dentro da própria Igreja, pois muitos, incluindo sacerdotes, não compreendiam o sentido de sua peregrinação com a imagem da Mãe Rainha. Ele via essas dificuldades não como fruto de má-fé, mas como resultado de divergências de perspectiva a respeito do sagrado (Pozzobon, entrevista, 1980). Entretanto, em consonância com Borin (2015), no contexto do crescimento da devoção à Nossa Senhora Medianeira, é importante entender que além de servir como instrumento de mobilização religiosa, servia para o âmbito social e político. Logo, o clero local, com apoio de líderes religiosos, como Dom João Becker e do governante Getúlio Vargas, usou a figura da Medianeira para fortalecer a identidade católica e combater o avanço do comunismo, especialmente entre os operários ferroviários de Santa Maria. Isto é, as divergências não eram meramente de posicionamento a respeito da religiosidade, mas, envolvia a organização da sociedade daquele período.

Um episódio marcante foi quando um sacerdote afirmou que, mesmo sem rezarem com João, as pessoas ainda receberiam as graças da Mãe de Deus. Essa fala causou confusão na comunidade e foi vista por Pozzobon como uma provação à sua fidelidade, reforçando seu compromisso com a missão. Nesse contexto de tensões, ele escreveu sua primeira carta ao bispo Dom Antônio Reis, relatando seu trabalho junto às famílias e os frutos pastorais alcançados. O bispo respondeu com apoio: “*Recebi a sua estimada cartinha e a li com toda atenção, e não só assino, mas estendo a marcha*” (Pozzobon, entrevista, 1980). Fortalecido por essa aprovação,

Pozzobon questionou o povo sobre quem eles escolheriam seguir: o padre que o questionava, ou o bispo e a Campanha. A resposta foi um movimento de apoio espontâneo à Mãe Peregrina. Vale destacar que, nesse período, o bispo ainda não havia proibido o Movimento, situação que mudaria em seguida.

Logo, podemos compreender, a partir de Bourdieu (2005), que o campo religioso em Santa Maria, neste período, se configurava como um espaço estruturado por forças, posições e lutas simbólicas, no qual diferentes lideranças e movimentos católicos buscavam afirmar suas formas de expressão e influência. A promoção da devoção à Medianeira, como explicado por Borin (2010), com seu forte caráter político-religioso e apoio institucional do clero local, consolidou uma posição dominante dentro do campo religioso, em contraponto com outros movimentos na cidade, como protestantes e maçons. Em contraste, a Campanha do Terço, promovida por Pozzobon sob a inspiração do Movimento de *Schöenstatt*, surgia como uma nova prática devocional que tencionava as estruturas estabelecidas, por se tratar da “mesma” Maria. As resistências enfrentadas por Pozzobon refletem justamente essas disputas internas no campo religioso, nas quais as posições eram definidas por lógicas de poder e capital simbólico⁴.

Dentro desse processo, ainda em consonância com o mesmo autor, o *habitus* de Pozzobon, moldado a partir de sua trajetória de fé simples, prática e popular, como autointitulado por ele sendo um “burrinho da Mãe Rainha”, orientava suas ações de forma muitas vezes não compreendida pelas autoridades eclesiásticas locais. Nisto, o *habitus* pode ser entendido como um sistema de disposições duráveis e incorporadas, formado a partir das experiências individuais e das condições sociais objetivas vividas pelos agentes. No caso de Pozzobon, sua religiosidade ligada ao contato direto com as comunidades para levar a Mãe Rainha até os lares, escolas, e sua convicção no bem que essa Campanha fazia para os envolvidos, levavam-o a perseverar, mesmo quando confrontado com a desconfiança ou oposição de setores da Igreja. Enquanto o clero local, com seu *habitus* institucional, priorizava formas de religiosidade mais centralizadas no clero, o *habitus* de Pozzobon expressava uma religiosidade humilde, de um “aluninho do Pe. Kentenich”.

No contexto dos conflitos religiosos em Santa Maria, Nossa Senhora Medianeira foi proclamada Padroeira dos Círculos Operários Católicos do Brasil em 1939 e, em 1942, tornou-se Padroeira oficial do Rio Grande do Sul. A partir daí, romarias multitudinárias consolidaram

⁴ Capital simbólico designa um conjunto de recursos de natureza imaterial, fundamentados no reconhecimento social, no prestígio e na legitimidade atribuída a determinados indivíduos ou grupos. Tal capital só adquire efetivo valor quando reconhecido como legítimo pelos demais agentes sociais, operando como uma forma de poder simbólico que pode ser convertido em outras modalidades de capital, como o econômico ou o cultural (Bourdieu 1989).

o Santuário da Medianeira como um dos maiores polos de peregrinação do Estado e símbolo da resistência católica frente aos movimentos anticlericais. O clero investiu em campanhas de comunicação, articulações políticas e obras religiosas para fortalecer essa devoção como expressão da identidade católica gaúcha. Um exemplo desse esforço foi o chamado "Falso Centenário", celebrado em 1958 em Santa Maria, quando, mesmo sem um marco histórico preciso de cem anos, promoveu-se uma grande comemoração cívico-religiosa. Nisto, o objetivo foi criar um contexto festivo que reforçasse a devoção à Medianeira e aumentasse o prestígio da Igreja local frente à população e às autoridades civis. Enquanto isso, o Movimento Apostólico de *Schönenstatt*, liderado pelos padres palotinos, enfrentava críticas. Dom Antônio Reis, bispo de Santa Maria, chegou a acusá-los de criar uma "diocese dentro da diocese", classificando as palestras do fundador, Padre Kentenich, como "apocalípticas" e o movimento como "messiânico", devido à forte mobilização de fiéis em torno do Santuário (Borin, 2015).

A partir de 1960, as críticas à Campanha da Mãe Peregrina se intensificaram, “diziam de Vossa mensagem herética e da Vossa Santa Imagem que era condenada” (Pozzobon, 1960, Três Tendas: Espada, Cruz, Santuário). Mesmo assim, João Pozzobon interpretava as adversidades como parte do plano de Deus e da proteção de Maria. Conforme Borin (2000), antes do Concílio Vaticano II, a responsabilidade pela evangelização era praticamente restrita às congregações religiosas, mas Pozzobon já atuava como missionário leigo com sua Campanha. Em 1961, apesar dos frutos pastorais visíveis, somando mais 8.900 terços ao total de 231.758 desde o início da Campanha, Pozzobon desabafava: “Ainda continuam as proibições” (Pozzobon, 1961, Viver os princípios para chegar até o fim). Em 1963, diante das tentativas de desmobilização do Movimento, ele reafirmava sua resistência: “Quando quiserem destruir o ideal do Santuário, mais prontamente responderá nossa consciência, nosso coração, nossa alma, a nossa vida à nossa Rainha” (Pozzobon, 1963, O Semeador). No ano seguinte, em 1964, Pozzobon reconheceu o atraso de 14 anos na inserção dos leigos na ação da Igreja, mas via nisso mais uma prova de fidelidade: “Ô pobre João, [...] dá testemunho com suas restrições (limitações) e obediência, com sua prova de fidelidade, de 14 anos de atraso da ação dos leigos no serviço da Santa Igreja” (Pozzobon, 1964, Jornada Celestial). Em 1967, após quase duas décadas de Campanha, as dificuldades ainda persistiam. Com uma imagem simbólica, descreveu sua experiência “O pequeno fósforo aceso jogado nas chamas representa as dificuldades quando dispensam esta visita. Um fogo pequeno jogado nas chamas de um ideal só pode aumentar o fogo do Amor” (Pozzobon, 1967, Minha Esperança).

As discriminações contra o Movimento de *Schönenstatt* não atingiram apenas João Luiz Pozzobon. De acordo com Borin (2000), em 1964, por ordem do padre Müller, superior dos

padres palotinos e enviado pelo Santo Ofício como Visitador, o Santuário da Mãe e Rainha em São João do Polêsine foi destruído, seguido pela destruição do santuário de Vale Vêneto, restando apenas o altar preservado em um museu local. A ação de Müller visava silenciar o Movimento, provocando a separação entre a pedagogia de *Schöenstatt* e a de Pallotti, além de proibir que padres de outras congregações, como os maristas, seguissem a espiritualidade schoenstattiana.

Dom Vitor Sartori, posteriormente, foi o bispo que “libertou” o Movimento das *incompreensões* locais. Antes de sua morte, recebeu a visita de Pozzobon, que rezou o terço com ele e ouviu suas palavras de reconhecimento: “*Esta campanha converte todo mundo*”⁵. Assim, com a Campanha da Mãe Peregrina, Pozzobon ultrapassou as fronteiras do Rio Grande do Sul, chegando a outros estados brasileiros e a países como Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e nações europeias. Sua visita ao Santuário original na Alemanha teve grande repercussão, e, em 1979, foi recebido pelo Papa João Paulo II, que abençoou a imagem e seu apostolado⁶ (Borin, 2000).

Contudo, mesmo Dom Vitor Sartori tendo posteriormente apoiado o Movimento, houve um período em que ele também questionava o peregrino. Em uma palestra de 1980, Pozzobon relatou que era frequentemente chamado à Cúria para prestar esclarecimentos, devido a relatos feitos por um sacerdote. Sem saber ao certo o que lhe seria perguntado, Pozzobon chegou a esconder uma cruz, presente de Dom Antônio Reis, sob a camisa, pronto para mostrá-la como sinal de sua missão, caso faltassem palavras. Durante uma dessas audiências, descreveu um encontro tenso, onde ele e o bispo ficaram frente a frente, “como dois coqueiros” (Pozzobon, 1980). O bispo sugeriu substituir a devoção da Mãe Peregrina pela da Mãe Medianeira, alegando serem a mesma, mas Pozzobon discordou firmemente: “Se é a mesma, por que mudar?” Para ele, diante da imagem da Mãe Três Vezes Admirável, sentia algo especial e profundo, algo que, segundo suas palavras, era insubstituível “para mudar teria só uma coisa que poderia mudar, podia mudar esse coração porque ele já está entregue ao título da Mãe Três Vezes Admirável. E isso não se pode trocar” (Pozzobon, 1980).

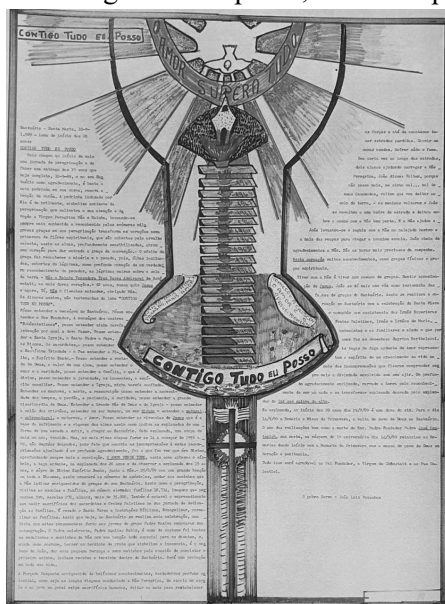
Assim, essa trajetória dos 14 anos, é representada por Pozzobon no quadro de 1969, intitulado “contigo tudo eu posso”, marcando o fim das *incompreensões*. De acordo com João, a imagem de Maria estava se tornando cada vez mais conhecida e reconhecida pelas inúmeras

⁵ Doc. J. 177-F 1004-1007, in: BORIN, Marta Rosa. *A resistência do peregrino João Luiz Pozzobon*. História Social, n. 7, p. 119-144, 2000.

⁶ Docs. J. 181-F 1212/1214 e J. 181-F 1215/1220, in: BORIN, Marta Rosa. *A resistência do peregrino João Luiz Pozzobon*. História Social, n. 7, p. 119-144, 2000.

graças milagrosas alcançadas, despertando nos fiéis uma transformação interior. Essa transformação espiritual, descrita como uma "primavera espiritual", representa o despertar dos corações à graça da conversão, comparando-os a flores cobertas pelo orvalho celeste. A presença da Mãe conduz à sensibilização das almas, ao reconhecimento da própria miséria e pecado, provocando uma sincera comoção. Um exemplo citado é a conversão de um homem de 82 anos, que até então rejeitava a fé, mas, tocado pela Mãe e Rainha, finalmente acolheu Jesus. O lema “Contigo tudo eu posso” sintetiza essa força de transformação, expressando a capacidade de compreender a missão do Santuário, a mensagem do Pai Fundador, os ensinamentos schoenstattianos, o sentido da Igreja e a vontade de Deus. Segundo Pozzobon, isso inclui entender a dignidade de uma alma, o amor, a caridade, a família, a juventude, o espírito Conciliar (Concílio Vaticano II), o sofrimento, a misericórdia e a missão eclesial confiada a cada fiel (Pozzobon, 1969, quadro “*Contigo tudo eu posso, o amor supera tudo*”).

Figura 3: Quadro “contigo tudo eu posso, o amor supera tudo”, 1969.



Fonte: Casa Museu II João Luiz Pozzobon, Santa Maria/RS.

No quadro acima, figura 3, as "esplanadas" presentes, simbolizam as diferentes etapas dessa escalada espiritual, conduzindo o peregrino ao Santuário como a meta final dessa jornada de fé. Cada esplanada simboliza um ano vencido na Forçada Campanha do Santo Terço. Na esplanada dos 20 anos, junto à dos 19, destaca-se o símbolo da taça ardente, que representa o sopro do Espírito Santo unido à presença da Mãe Rainha Três Vezes Admirável de Schöenstatt, abençoando a Campanha.

O período das *incompreensões*, entre 1956 e 1969, estão descritas por Pozzobon como os degraus que estão pintados completamente de amarelo, representando a cor ouro, simbolizando os anos dessas provações. Para ele, esse tempo de adversidade não foi um fardo, sendo ressignificado por ele como um momento importante em que pôde perceber com mais clareza que não era ele quem agia, mas sim a Mãe Rainha e Deus. Refletindo sobre isso, João chegou a afirmar que até sentia saudades daqueles anos, pois foi justamente nesse tempo que experimentou profundamente o poder e a fidelidade divina. Segundo suas palavras, somente Deus poderia ajudá-lo a superar tais desafios, pois nenhuma recompensa material justificaria aquele esforço, apenas o amor tornava tudo possível. Curiosamente, ele também reconhecia uma coincidência significativa, os anos de *incompreensões* que viveu coincidem com a quantidade de tempo que Pe. Kentenich, fundador do Movimento de *Schöenstatt*, ficou exilado, ou seja, ambos sofreram provações por 14 anos, o que ele via como uma ligação com o "Pai". Por isso, são referidas como "degraus dourados", pois João interpretava tudo vivido como um "tempo de ouro" (Pozzobon, 1980)

A composição visual é centrada na figura de uma espada, que serve como molde para os demais elementos. Em diálogo com a leitura de Pozzobon, a simbologia da espada adquire um sentido mais profundo ao ser analisada sob a perspectiva de Chevalier e Gheerbrant (2001). Isto é, na tradição cristã, representa a "guerra santa", o combate interior contra o mal e a busca pelas virtudes, simbolizando o poder espiritual e a Palavra de Deus, conforme a Epístola aos Efésios (6,10-17), como a "espada do Espírito". Além do sentido cristão, a espada tem significados universais, associados ao fogo, à luz e ao raio, como símbolo de purificação e força divina. Na psicanálise junguiana, representa o Self, o centro integrador da psique, expressão da razão iluminada, da justiça e da ordem.

No topo da espada, destaca-se a pomba, símbolo do Espírito Santo, voltada para o Santuário de *Schoenstatt*, de onde partem raios amarelos. Ocupando o ápice simbólico da composição, a pomba representa a origem celeste da missão e a presença de Deus, sendo um sinal de que o Espírito Santo guia e abençoa toda a Campanha. No imaginário cristão, ela simboliza paz, pureza, reconciliação e transformação. Segundo Chevalier e Gheerbrant (2001), carrega também um sentido arquetípico universal, ligada ao instinto, à alma e à mediação entre o visível e o invisível, como no mito de São Policarpo. No contexto trinitário, representa o amor, a terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Dantas (2024) complementa que a pomba, na arte cristã, assume diferentes sentidos conforme seus elementos associados, mas neste caso, dos quadros de Pozzobon, podemos entender que ela tem um papel de epifania, ou seja, manifesta

a luz e a presença divina que orienta a Campanha do Terço. Além disso, a pomba está saindo de um triângulo, símbolo da Santíssima Trindade.

Vale salientar que, segundo Dantas (2024), as cores na composição possuem forte carga simbólica. O verde envolve o Santuário em um leque e preenche a lâmina da espada como um “símbolo da esperança”. O vermelho, formando outro leque, é o “símbolo do fogo da caridade e do sangue”. Esse vermelho parte do Santuário representando as chamas, o fogo que “como a água, é símbolo da força de purificação e renovação. Deus surge no Antigo Testamento como fogo da sarça ardente; e no Apocalipse, como rodas de fogo”. Assim, está presente nos anos que representam as incompreensões. Nos primeiros anos, o azul divide espaço com o amarelo; o azul é “usado nas celebrações marianas, representando a Rainha do Céu em alguns lugares do mundo”. O amarelo, representando os “tempos de ouro”, dialoga com Chevalier e Gheerbrant (2001, p. 40-41), que afirmam que a cor está “associada ao mistério da Renovação [...] é a cor da eternidade, como o ouro é a cor da eternidade [...] amarelo da vida eterna, da fé, se unem à pureza original do branco na bandeira do Vaticano”.

Na lâmina da espada aparece uma cruz, ainda em consonância com o mesmo autor, um dos símbolos mais fundamentais do cristianismo, representando o homem perfeito e o equilíbrio entre aspectos opostos, como passividade e atividade. Além de remeter ao sofrimento pela crucificação de Cristo, a cruz também é vista como símbolo de redenção. Além disso, ela é acompanhada de um círculo vermelho ao centro, atrás da cruz, traços verticais também em vermelho, de “sacrifício”. Na alça direita da espada, lê-se a inscrição “começou a cruz com amor e aproveitamento”; e na alça esquerda, “quanto mais imposição, mais amor”, fazendo referência aos tempos de *incompreensões*.

Por fim, a referida iconografia pontua a amplitude da peregrinação, em 1969, com 10.734 famílias alcançadas, 399 imagens da Mãe Peregrina circularam, 270 escolas foram visitadas, e mais de 35 mil alunos foram diretamente tocados pela ação evangelizadora. A data de 25 de junho de 1969 é percebida como uma bênção para toda a Diocese, sendo vista como o prenúncio do crescimento do número de apóstolos que caminharão pelos caminhos indicados pela Mãe, enriquecidos pelas graças do Santuário.

Podemos pontuar também que há alguns marcos importantes destas tensões, como já fora visto, a exemplo, a Jornada iniciada com a bênção do Bispo Dom Luiz Victor Sartori, em 18 de abril de 1958, com encerramento em 3 de maio de 1958 (Pozzobon, 1958, quadro “*Pax e Amor*”). E há outras bênçãos episcopais: a primeira carta de Dom Antônio Reis, em 02.06.1954, a primeira de Dom Luiz Victor Sartori, em 04.06.1957, e, posteriormente, a carta

de 20.01.1964, em que Dom Sartori transmitiu também a bênção apostólica do Santo Padre o Papa (Pozzobon, 1965, *O Grande Sábio*).

Esses momentos de apoio oficial contrastam com as *incompreensões* que Pozzobon enfrentava por parte de setores do clero diocesano. Podemos extrair disso as contradições no campo religioso da época, mesmo em meio às *incompreensões* havia períodos e gestos institucionais que pareciam permitir e até incentivar a coexistência entre as duas devoções marianas, a da Mãe Rainha Três Vezes Admirável de *Schoenstatt* e a de Nossa Senhora Medianeira. Essas ambiguidades demonstram as tensões, conflitos e complexidade do campo religioso daquele período. Por isso, João, ouvindo a Palavra, pensava, e assim, inclusive, anunciou o lema de 1971, "*para mim, basta o teu olhar de Mãe e Mestra.*", isto é, apesar das interferências, para ele o que bastava era seguir as *inspirações* da Mãe. De acordo com ele, quando percebemos "os caminhos se abriram e seguiram numa verdadeira marcha de despertar as consciências daqueles que ainda continuam a desprezar a Palavra anunciada pelo Senhor (Pozzobon, 1970, "*Para mim basta teu olhar de Mãe e Mestra*").

Considerações finais

A análise da iconografia produzida por João Luiz Pozzobon, articulada com seus escritos e com o contexto histórico da época, nos faz pensar que os quadros elaborados durante o período de 1956 a 1969 não podem ser considerados apenas expressões da religiosidade pessoal do peregrino. Eles devem ser compreendidos também como fontes de pesquisa, ou seja, documentos iconográficos que nos permitem acessar, interpretar e problematizar as tensões socioculturais e religiosas vivenciadas naquele período.

Dessa forma, os elementos simbólicos presentes nos desenhos, bem como os significados atribuídos a eles por Pozzobon, revelam as disputas internas do campo religioso em constante transformação e conflito. Logo, as *incompreensões* vividas pelo peregrino também refletiam o contexto de intenções políticas e estratégias de controle no campo religioso santamariense. Neste cenário, onde a promoção da devoção à Nossa Senhora Medianeira, com forte apoio institucional e vínculos com a identidade católica gaúcha, posicionou-se frente à luta contra o avanço do comunismo, o inimigo vermelho (Borin, 2010). Logo, contrastava com a proposta da Campanha do Terço, conduzida por um leigo e com traços de uma religiosidade popular, que movido por sua fé interpela as estruturas institucionais da Igreja Católica, e alcança reconhecimento internacional com uma evangelização levando a Mãe Rainha de casa em casa.

Assim, os conflitos entre as devoções à Mãe Medianeira de Todas as Graças e à Mãe Rainha Três Vezes Admirável de *Schönenstatt*, podemos considerar como a expressão de um embate simbólico amplo, onde estavam em jogo formas diferentes de evangelização, de mobilização social e de gestão do capital simbólico no campo religioso local. Por isso, ao interpretar a produção iconográfica de Pozzobon, reconhecemos que os elementos servem como fontes para explorarmos os embates políticos e eclesiais de sua época. As imagens aqui estudadas se consolidam, portanto, como fontes históricas fecundas para a pesquisa das dinâmicas socioculturais no âmbito da história do campo religioso de Santa Maria, da experiência de fé leiga e das disputas de sentido no interior do catolicismo brasileiro do século XX.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **De Magistro**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1956.

AZZI, Riolando. **O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos**. São Paulo: Paulus, 1978.

BORIN, Marta Rosa. **A resistência do peregrino João Luiz Pozzobon**. *História Social*, n. 7, p. 119-144, 2000.

. _____. **Pe. Kentenich e a Ideologia de *Schönenstatt***. *VIDYA*, v. 19, n. 34, p. 12-12, 2000.

. _____. **A “guerra” pelas Marias: conflito no campo religioso sul rio-grandense**. Maringá: *Revista Brasileira de História das Religiões*. v. 7, n. 21, p. 33-45, 2015.

. _____. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República**. 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

. _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos, Mitos, Sonhos, Costumes, Formas, Figuras, Cores, Números**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2001.
FOGELMAN, Patricia. **Una fiesta en el Cielo: representaciones de la Virgen y la gloria en los techos de las iglesias de Minas Gerais colonial**. IV Encuentro Internacional sobre Barroco. La Fiesta, 2007

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

POZZOBON, João Luiz. **Entrevista em Jaraguá**. Arquivo Casa Museu II João Luiz Pozzobon, 1977.

. _____ **Entrevista.** Arquivo Casa Museu II João Luiz Pozzobon, 1981.

Quadro: **Jornada da Boa Mãe e Rainha Três Vezes Admirável.** Arquivo Casa Museu II João Luiz Pozzobon 1956.

Quadro: **Salve oh Mãe e Rainha Três Vezes Admirável.** Arquivo Casa Museu II João Luiz Pozzobon, Santa Maria/RS, 1958.

Quadro: **Três Tendas: Espada, Cruz, Santuário.** Arquivo Casa Museu II João Luiz Pozzobon 1960.

Quadro: **Viver os princípios para chegar até o fim.** Arquivo Casa Museu II João Luiz Pozzobon 1961.

Quadro: **Jornada Celestial.** Arquivo Casa Museu II João Luiz Pozzobon 1964.

Quadro: **O Semeador.** Arquivo Casa Museu II João Luiz Pozzobon 1963.

Quadro: **O Grande Sábio.** Arquivo Casa Museu II João Luiz Pozzobon 1965.

Quadro: **Minha Esperança.** Arquivo Casa Museu II João Luiz Pozzobon 1967.

Quadro: **Contigo tudo eu posso, o amor supera tudo.** Arquivo Casa Museu II João Luiz Pozzobon 1969.

Quadro: **para mim, basta o teu olhar de Mãe e Mestra.** Arquivo Casa Museu II João Luiz Pozzobon 1971.

URIBURU, Esteban J. **140 km a caminho com a Virgem.** Santa Maria: Instituto Secular dos Padres de Schöenstatt, 1985.

DE GIOVANNI A JOÃO CARUSO: A TRAJETÓRIA DE UMA VOZ ITALIANA NO PARLAMENTO GAÚCHO

Pietra Elisa Beling¹

Guilherme Falcão Goulart²

Maria Medianeira Padoin³

O presente trabalho se insere no âmbito da parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) para o lançamento de mais um livro da Série Perfis – Parlamentares Gaúchos. Por ocasião do sesquicentenário da imigração italiana para o Rio Grande do Sul, a obra que será lançada no segundo semestre de 2025 resgata a trajetória biográfica de João Caruso Scuderi: deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que nasceu na Itália e se naturalizou brasileiro, atuando em quatro legislaturas consecutivas entre 1951 e 1964 – sendo a última interrompida em razão da cassação de seu mandato após o golpe militar daquele ano.

Partindo da análise sobretudo dos anais da ALRS, de periódicos e de documentos disponibilizados por familiares do referido parlamentar, tem-se como objetivo evidenciar as implicações da condição de imigrante e de brasileiro naturalizado na trajetória e na inserção na vida política de João Caruso Scuderi. Dessa forma, a presente investigação visa contribuir para a compreensão dos percursos da integração política de imigrantes no Brasil, bem como para a valorização da memória parlamentar gaúcha, por meio da análise da trajetória pessoal e política de um deputado cuja experiência refletiu as tensões e possibilidades desse processo.

Quem foi João Caruso?

Nascido em 22 de maio de 1908, na região de Palermo, Sicília, o personagem aqui homenageado foi registrado na Itália como Giovanni Caruso Scuderi MacDonald. Com poucos

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM), com auxílio de Bolsa CAPES/DS e sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin. Bacharel em Relações Internacionais pela mesma instituição. E-mail: pietra.beling@acad.ufsm.br.

² Mestre em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCP-UFRGS). Bacharel em Ciências Sociais e licenciando em História pela mesma instituição. Atualmente é estagiário do Memorial da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul. E-mail: goulartguilherme26@gmail.com.

³ Doutora em História. Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), professora dos Programas de Pós-Graduação em História (PPGH) e de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC) da UFSM. Integrante dos IHGRS, IHGB e IHSL. E-mail: maria.m.padoin@ufsm.br.

dias de vida, embarcou com os pais e a irmã no navio *Mendoza* rumo ao Brasil. Seu pai, Salvatore Caruso MacDonald, era médico e buscava oportunidades de trabalho no interior do país, atraído pela escassez de profissionais da área de saúde. Ao chegar ao Brasil, Giovanni teve seus registros oficiais modificados para João Caruso Scuderi, sendo conhecido mais comumente apenas como João Caruso ao longo de sua trajetória política.

Esse aspecto já se revela interessante para refletir sobre o processo de imigração e construção identitária na chegada de Caruso ao país. Em diferentes momentos e contextos de sua vida, ele se colocou publicamente com variações de seu nome – João Caruso, João Caruso Scuderi e João Caruso MacDonald. A forma mais recorrente, João Caruso, estava associada à ascendência de seu avô paterno, Giovanni Caruso,⁴ e refletia a prática mais comum no Brasil, onde o sobrenome paterno costuma prevalecer na identificação social. Com isso, a simples escolha do nome revela um processo ativo na construção de pertencimento, posicionando-se entre os laços familiares e a sociedade que o acolheu.

Após breve permanência na localidade de Nova Orleans, em Santa Catarina, a família fixou residência efetivamente, em 1911, na região de Alfredo Chaves, atual Veranópolis, no Rio Grande do Sul. A infância de João Caruso nesses pequenos municípios foi importante no sentido de moldar sua formação pessoal. Nesse contexto, a aproximação com a profunda religiosidade de sua mãe, Anneta Scuderi, exerceu decisiva influência em sua trajetória política, contribuindo para o desenvolvimento de um senso de missão quase messiânico em sua atuação como parlamentar pelo Rio Grande do Sul. Essa dimensão se expressou especialmente em seus esforços para enfrentar o isolamento geográfico da região, a exemplo da defesa de melhorias na infraestrutura rodoviária e ferroviária, o que se tornou um dever e um compromisso de vida para além do âmbito político.⁵

Quanto à sua educação, João Caruso iniciou sua trajetória no ensino primário ainda em Alfredo Chaves. Posteriormente, cursou por quatro anos o Gymnasio Municipal Santa Maria, dos irmãos Maristas, na cidade de Santa Maria, localizada na região central do estado. No ensino superior, cursou Direito na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, período em que

⁴ O sobrenome Scuderi advinha da mãe de João Caruso, que se chamava Anneta Scuderi; no lado paterno, o seu pai se chamava Salvatore Caruso MacDonald, sendo seus avós Luigia MacDonald e Giovanni Caruso. Dessa forma, tanto João Caruso quanto seu pai, Salvatore, foram registrados com o sobrenome materno por último, mas João optou por privilegiar apenas o Caruso em sua vida pública.

⁵ Essa dimensão foi revelada por seu filho, Paulo Caruso, que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da presente investigação ao ceder documentos pessoais de João Caruso. Em especial, destaca-se uma autobiografia de aproximadamente 30 páginas, escrita pouco antes de falecer, na qual João Caruso expressou sua proximidade com Deus e seu empenho, quase em caráter messiânico, de melhorar as condições econômicas e sociais dessa localidade ao longo de sua trajetória na política.

se tornou destacado líder estudantil e se aproximou, por exemplo, de Alberto Pasqualini, que é reconhecido como o principal teórico do trabalhismo brasileiro. Foi nesse contexto também que, em 1929, Caruso participou de alistamento eleitoral e se tornou eleitor brasileiro logo que completou seus 21 anos.⁶

Em razão de dificuldades familiares enfrentadas pela morte de sua mãe nesse mesmo ano, João Caruso precisou interromper temporariamente seus estudos em Direito. A partir de então, iniciou sua atuação política como advogado, quando o exercício da profissão ainda era livre, com o objetivo de auxiliar financeiramente sua família, estabelecendo-se na cidade de Erechim, então denominada Boa Vista do Erechim, no norte do Rio Grande do Sul. Somado a isso, Caruso também se engajou ativamente em acontecimentos políticos e militares do período, atuando como voluntário da Brigada Militar nas Revoluções de 1930 e 1932. Nesses episódios, posicionou-se em defesa do recém-estabelecido governo de Getúlio Vargas, o que lhe rendeu visibilidade e prestígio para seu ingresso na vida pública.

Quando retornou à Erechim após os levantes armados de 1932, João Caruso foi nomeado juiz distrital pelo então interventor federal no Rio Grande do Sul, General José Antônio Flores da Cunha. No cargo, segundo seus próprios relatos, afirmou que em poucos meses conseguiu sanar o acúmulo de centenas de processos do âmbito municipal, o que teria contribuído para sua projeção profissional.⁷ Essa projeção foi impulsionada por uma aproximação com o prefeito do município, Amintas Maciel, que o inseriu em diversos espaços de articulação política de Erechim. Nesse contexto, Caruso foi eleito diretor do Hospital de Caridade de Boa Vista do Erechim e foi convidado com frequência para atuar como orador em eventos políticos, sociais e culturais do município,⁸ evidenciando também sua expressiva habilidade em oratória.

No entanto, após desentendimento com Amintas Maciel,⁹ João Caruso foi responsável por criar uma dissidência na seção local do Partido Republicano Liberal (PRL), ao qual era filiado. Como consequência desse embate político, Caruso foi destituído do cargo de juiz distrital, ainda que tenha recebido amplo apoio da população local frente ao ocorrido.¹⁰ Após

⁶ *A Federação (RS)*, 14 de novembro de 1929, p. 11.

⁷ Informação extraída da autobiografia concedida por Paulo Caruso, previamente mencionada.

⁸ Foi eleito orador, por exemplo, do S.C. Ítalo-brasileiro, do Club do Comércio e da Sociedade Cívico-Militar Tiro de Guerra, sendo essas informações adquiridas de documentos concedidos por Paulo Caruso.

⁹ João Caruso denunciou a atuação de um indivíduo controverso na cidade – Antonio Stabile – que era cabo eleitoral do prefeito, acusando-o de envolvimento em casos de corrupção.

¹⁰ Lideranças de diversas associações do município, como o próprio Hospital de Caridade, se reuniram para redigir um ofício a ser enviado ao prefeito da cidade no qual manifestavam “o profundo desgosto da sociedade erechinense” em relação aos ataques pessoais proferidos contra João Caruso. Em razão desse episódio, Caruso até mesmo apresentou pedido de demissão da direção do Hospital de Caridade. No entanto, a diretoria, reunida em convocação extraordinária, recusou o pedido reiterando o apoio a sua liderança. Estas informações foram obtidas

esse episódio, João Caruso não pôde retornar à advocacia em razão de uma normativa de 1933 que regularizou o exercício da profissão, definindo que apenas bacharéis ou doutores em Direito, já formados, poderiam se inscrever no quadro dos advogados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).¹¹ Assim, Caruso precisou finalizar sua formação acadêmica, colando grau em fevereiro de 1935 e, já no mês seguinte, regularizou sua inscrição na OAB.¹² Com isso, João Caruso seguiu atuando como advogado durante grande parte de sua trajetória profissional, com exceção do período em que foi parlamentar, tendo atuado também em outros cargos na esfera pública e privada antes de ingressar definitivamente na política.¹³

Em 1939, Caruso iniciou a reunir os documentos necessários para seu processo de naturalização, no qual foi concedido oficialmente por decreto presidencial em 1941.¹⁴ O processo destacou que ele havia se estabelecido no Brasil ainda com poucos meses de vida e que mantinha expressiva atuação profissional em Erechim, atuando como advogado e como servidor público. Também foi mencionado seu envolvimento nas Revoluções de 1930 e 1932 em defesa dos princípios políticos do governo de Getúlio Vargas.¹⁵ Desse modo, o processo de naturalização viabilizou a posterior candidatura de João Caruso nas disputas eleitorais ao parlamento gaúcho, ainda que tenha resistido a ingressar na política.

Um elemento que se destacou nesse processo foi o envolvimento de Caruso na criação da União Social Brasileira (USB) ao lado de Alberto Pasqualini e outras lideranças emergentes na política estadual, como Ajadil de Lemos, Leocádio Antunes, Egydio Michaelsen, Bruza Netto e Aníbal di Primio Beck. A USB, conforme apontado por João Batista da Cruz (2017, p. 46), preconizava uma nova lógica econômica pautada por eixos como cooperação, solidariedade e justiça social, assim visando uma regulação do capitalismo a fim de combater

da Ata da reunião dos delegados das diversas associações de Boa Vista do Erechim e da Nota do Hospital de Caridade de Boa Vista do Erechim a João Caruso, ambos datados de 1934.

¹¹ BRASIL. *Decreto 22.478, de 20 de Fevereiro de 1933*. Aprova e manda observar a consolidação dos dispositivos regulamentares da Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22478-20-fevereiro-1933-507612-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 jun. 2025.

¹² O jornal *A Federação*, no entanto, publicou que João Caruso havia concluído sua graduação e se tornado oficialmente bacharel em Direito no dia 2 de julho de 1932, possivelmente o ano em que ele teria se formado caso ainda não tivesse iniciado sua atuação profissional em outra cidade. É provável, então, que o Jornal tenha cometido um equívoco em manter o nome de Caruso entre a lista de formandos. *A Federação (RS)*, 2 de julho de 1932, p. 4; 4 de julho de 1932, p. 3. A data da colação de grau foi obtida pelo próprio registro de João Caruso Scuderi na OAB, concedido por Paulo Caruso.

¹³ Em 1938, após a saída de Amintas Maciel da prefeitura de Erechim, João Caruso foi nomeado membro da Comissão de Tabelaamento de Gêneros Alimentícios e Solução dos Problemas da Carne Verde no município. Ele também foi nomeado para o cargo de membro do Conselho de Administração Municipal de Erechim em 1946 e tornou-se consultor jurídico da União Erechim de Transportes Ltda antes de se candidatar à deputado estadual.

¹⁴ *O Imparcial (RJ)*, de 18 de abril de 1941, p. 6.

¹⁵ ARQUIVO NACIONAL. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). FUNDO: Série Interior - Nacionalidades. *BR RJANRIO A9.0.PNE.48063 - processo de naturalização de João Caruso Scuderi - Dossiê*.

desigualdades sócioeconômicas extremas – sendo esta uma preocupação recorrente na trajetória de Caruso como parlamentar.

A intenção inicial era que a USB de fato se tornasse um partido, no entanto, com a modificação da legislação eleitoral brasileira em maio de 1945, apenas a construção de partidos nacionais era permitida.¹⁶ Em decorrência disso, e somado à deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945, o quadro de intelectuais que formavam a USB foi integrado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Segundo Miguel Bodea (1992, p. 27-28), esse processo forneceu um caráter singular à seção gaúcha do PTB em contraste ao restante do Brasil. A partir disso, João Caruso intensificou seu envolvimento no meio político e assumiu a presidência da seção municipal do PTB em Erechim.

Mas foi somente em 1950, por insistência do próprio Alberto Pasqualini, que João Caruso aceitou se candidatar ao cargo de deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, sendo sua resistência inicial motivada pela necessidade de abandonar uma banca de advocacia amplamente reconhecida no estado e garantir o sustento da família – ele havia se casado com Maria Hedy Spalding em 1933 e, juntos, tiveram sete filhos. Mesmo sendo sua primeira candidatura, Caruso obteve expressiva votação, sendo o 9º candidato mais votado do estado.¹⁷ Impulsionado por esse êxito, foi reeleito nas três legislaturas seguintes, em 1954, 1958 e 1962, sendo neste último ano o 3º candidato mais votado do estado.¹⁸ Paralelo a isso, Caruso também exerceu o cargo de vice-prefeito de Erechim, entre 1952 e 1955, o que evidencia o amplo capital político que construiu naquela região, assim se tornando uma de suas bases eleitorais nas disputas para a Assembleia Legislativa (Cassol; Asturian, 2022).

A partir dessa breve apresentação, serão evidenciados na próxima seção os impactos da condição de imigrante e de brasileiro naturalizado na trajetória política de João Caruso Scuderi, destacando as formas pelas quais esses elementos refletiram na sua vida pública e na sua projeção no cenário político estadual e, até mesmo, nacional.

¹⁶ BRASIL. *Decreto-lei 7.586, de 28 de maio de 1945*. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 mar. 2025. Para compreender as implicações na mudança da legislação, ver mais em: ANGELI, Douglas Souza; COSTA, Rafael Navarro. A Lei Agamenon e as eleições de 1945: um retrato político-partidário e eleitoral com o fim do Estado Novo. *Antíteses*, Londrina, v. 15, n. 29, p. 336-365, 2022.

¹⁷ Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS). *Eleições 1950*. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/institucional/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/tre-rs-resultados-de-eleicoes-gerais-anteriores-1990>. Acesso em: 26 mar. 2025.

¹⁸ Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS). *Eleições 1962*. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/institucional/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/tre-rs-resultados-de-eleicoes-gerais-anteriores-1990>. Acesso em: 31 mar. 2025.

A Atuação de um brasileiro naturalizado na assembleia legislativa do Rio Grande do Sul

Embora João Caruso tenha se naturalizado brasileiro em 1941, sua origem estrangeira continuou a influenciar a forma como ele era percebido no meio político. Isso evidencia que, mesmo com a garantia formal de igualdade civil, aspectos étnicos e culturais ainda operam como marcadores de distinção entre brasileiros natos e naturalizados, processo esse que é evidenciado por Giralda Seyferth (2008) ao apontar para os limites da naturalização enquanto instrumento de integração plena de imigrantes à cidadania nacional. A autora afirma, nesse sentido, que “[...] o imigrante é um estrangeiro, ou alienígena, apesar da possibilidade de obter a cidadania como ‘naturalizado’” (Seyferth, 2008, p. 3).

Essa condição ficou evidente quando a candidatura de João Caruso à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi impugnada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS), sob a justificativa de ser brasileiro naturalizado.¹⁹ As desconfianças em relação à sua elegibilidade partiram de opositores políticos, que possivelmente buscavam conter a ascensão de Caruso no meio político. Isso porque, já em seu primeiro mandato, ele havia sido eleito vice-presidente e presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, consolidando-se enquanto uma liderança do PTB gaúcho. Frente ao impedimento em assumir seu posto no parlamento, Caruso partiu em defesa própria, com auxílio do jurista Ajadil de Lemos, e impetrou mandado de segurança contra a decisão do TRE – um instrumento jurídico empregado diante de ilegalidades e abusos de poder por parte de agentes governamentais.

Essa possibilidade, no entanto, já havia sido levantada nas eleições de 1950, como é possível observar em um artigo publicado em 30 de novembro daquele ano, no qual o constitucionalista Gustavo Capanema defendeu a legalidade da candidatura de João Caruso com base na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.²⁰ De acordo com Capanema, a legislação gaúcha não exigia a condição de brasileiro nato para o cargo de deputado estadual. Assim, embora a legislação eleitoral federal de 1945, que foi previamente citada, previsse tal restrição, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) concedeu decisão favorável ao petebista. Com essa decisão, João Caruso pôde tomar posse como deputado estadual em outubro de 1955, quase um ano após a realização das eleições.

¹⁹ Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS). *Eleições 1954*. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/institucional/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/tre-rs-resultados-de-eleicoes-gerais-anteriores-1990>. Acesso em: 28 mar. 2025.

²⁰ Recorte de periódico datado em 20 de novembro de 1950, localizado em meio aos documentos pessoais de João Caruso Scuderi que foram cedidos por Paulo Caruso.

Em seu retorno ao parlamento, João Caruso foi amplamente homenageado por seus colegas de bancada, que reconheceram não apenas sua trajetória, mas também a importância simbólica de sua reintegração, cujas falas refletem justamente o contexto de discussões sobre a integração efetiva de imigrantes à cidadania e à sociedade brasileira. Artur Bachini, por exemplo, afirmou que “se o nobre deputado João Caruso não é brasileiro de nascimento, mas o é de coração”,²¹ destacando sua dedicação à vida pública e seu comprometimento com valores nacionais. Jairo Brum, por sua vez, enfatizou o valor histórico do episódio, declarando que ele “[...] ficará inscrito para sempre nos seus anais e nos do Brasil que a Pátria grande e generosa que acolhe o estrangeiro e exige o seu trabalho, também, não lhe nega o direito de representação nas suas casas parlamentares”.²²

Já Cândido Norberto fez uma defesa da igualdade de direitos entre brasileiros natos e naturalizados, reforçando o direito de todos os brasileiros naturalizados à plena cidadania ao afirmar: “[...] não estamos recebendo nesta tarde nesta Casa Legislativa apenas o cidadão João Caruso, brasileiro radicado em Erechim, mas que estamos fundamentalmente recebendo na Casa do povo rio-grandense a todos os brasileiros naturalizados que têm e devem ter, necessariamente assegurados os mesmos direitos que possuímos, nós os brasileiros natos”.²³ As disputas jurídicas em torno de seu processo de naturalização, portanto, ultrapassaram o campo jurídico e também contribuíram para o debate público sobre os limites da cidadania formal de imigrantes, evidenciando as tensões entre inclusão institucional e identidade.

Em agradecimento aos colegas que se pronunciaram em seu retorno, João Caruso realizou a seguinte fala:

Muito obrigado aos nobres representantes pelas exageradas demonstrações de simpatia que aqui expendem, tão farta, tão prodigamente nesta tarde. Procurarei ser digno delas, corresponder à expectativa e fazer, em todos os momentos, com que a terra que eu adotei, a terra na qual me integrei de corpo e alma, a terra que eu sirvo, não tenha em mim motivos de descontentamento, não veja em mim senão um leal servidor e um grande amigo.²⁴

²¹ RIO GRANDE DO SUL. Memorial da ALRS. *Diário da Assembleia*. 175ª Sessão Ordinária, 20 de outubro de 1955, p. 233.

²² *Ibid.*

²³ *Ibid.*, p. 234-235.

²⁴ *Ibid.*, p. 236.

Além desse episódio, João Caruso, ao adquirir ainda maior centralidade na liderança do PTB gaúcho ao final da década de 1950,²⁵ teve sua origem estrangeira mobilizada por adversários como estratégia de deslegitimação política. Em 1959, Caruso foi decisivo em um contexto de destacadas disputas intrapartidárias, que criaram uma dissidência na seção estadual do partido. Conforme aponta Gustavo Guimarães (2020, p. 127), o PTB encontrava-se dividido em duas alas principais: uma liderada por João Goulart e Leonel de Moura Brizola – na qual se inseria Caruso – e outra liderada por Fernando Ferrari e José Loureiro da Silva.

Os atritos entre as lideranças se agravaram após a indicação de Brizola como candidato do PTB ao governo estadual nas eleições de 1958, decisão que foi impulsionada diretamente por João Caruso, o que frustrou as pretensões de Loureiro da Silva em concorrer ao cargo. Loureiro da Silva, se sentindo preterido, aceitou o convite do Partido Democrata Cristão (PDC) para disputar a prefeitura de Porto Alegre em 1959, saindo vitorioso. A adesão a outro partido foi interpretada como uma ruptura e João Caruso, então líder da seção estadual do PTB, articulou sua expulsão da legenda. Em resposta, Loureiro atacou publicamente a imagem de Caruso, afirmando que “tinha sido expulso do partido por um estrangeiro”.²⁶ Essa afirmação evidencia como a identidade estrangeira de Caruso, mesmo após vários anos de atuação e reconhecimento público, foi mobilizada como elemento de exclusão simbólica.

A aproximação de João Caruso com Brizola também se refletiu em uma maior projeção política, tendo em vista os convites que o deputado recebeu para ocupar uma série de pastas no governo estadual de Leonel Brizola, que se deu entre 1959 e 1963. Em 1959, Caruso ocupou a Secretaria do Interior e Justiça e, interinamente, a Secretaria de Energia; em 1960, ocupou a Secretaria de Obras Públicas, momento em que esteve à frente da Comissão Estadual de Prédios Escolares (CEPE) e da Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH); em 1961, tornou-se presidente do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA); e em 1962, ocupou a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. A atuação em pastas estratégicas do governo Brizola também lhe forneceu projeção a nível nacional, tendo sido nomeado pelo presidente João Goulart para liderar as atividades da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) no início de 1963.

Antes disso, porém, se especulava a possibilidade de que João Caruso concorresse ao governo do estado nas eleições a serem realizadas em 1962, sendo possível observar que sua

²⁵ João Caruso consolidou sua posição política especialmente ao se tornar líder do PTB estadual após João Goulart assumir a direção nacional do partido, tendo papel ativo nas articulações e campanhas para o governo do estado nas eleições de 1954 e 1958.

²⁶ *Diário de Notícias (RS)*, 19 de agosto de 1959, p. 6.

condição como brasileiro naturalizado foi o principal impedimento para tal. Para superar essa questão, Caruso chegou a convidar o reconhecido professor e advogado San Tiago Dantas para elaborar um parecer jurídico que comprovasse sua elegibilidade ao governo estadual.²⁷ Em dezembro de 1961, o *Diário de Notícias* ainda apontava Caruso como “o mais forte candidato” para disputar as eleições do ano seguinte, destacando a proximidade do mesmo com Leonel Brizola e sua atuação em meio à Campanha da Legalidade.²⁸

Mesmo com a ampla projeção política, a aproximação das eleições de 1962 revelou que João Caruso não seria o candidato do PTB ao governo do estado, cuja candidatura recaiu sobre Egídio Michaelsen. A condição de brasileiro naturalizado, portanto, embora formalmente garantisse os mesmos direitos civis e políticos de brasileiros natos, se configurou enquanto uma barreira para que Caruso aspirasse a cargos políticos de maior expressão, não podendo concorrer a governador ou a deputado federal, além de não poder sequer ser nomeado ministro – até mesmo por isso foi alocado na SUPRA. Essas limitações evidenciam, ainda que se trate de um caso bastante específico, as barreiras enfrentadas por imigrantes no acesso à cidadania plena no Brasil.

Assim, diante das barreiras legais e simbólicas impostas à sua trajetória, Caruso optou por se candidatar novamente à deputado estadual nas eleições de 1962, sendo reeleito para o seu quarto mandato consecutivo como o 3º candidato mais votado do estado. Esse último mandato, porém, foi interrompido abruptamente em razão do golpe militar de 1964, quando teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos, da mesma forma que diversas outras lideranças ligadas ao trabalhismo e ao projeto político de João Goulart (Konrad *et al.*, 2022). Simbolicamente, no último discurso que realizou na Assembleia Legislativa, após o decreto que o retirou da vida pública, João Caruso realizou a seguinte fala:

Volto os meus olhos sobre os meus passos, Sr. Presidente, e orgulho-me em dizer que nada tenho de que me envergonhar. Entrei para a vida pública com relutância, abandonando uma das melhores bancas de advocacia do interior do estado; fi-lo para atender a uma imposição de meus companheiros e servir a uma causa maior do que nós, e eterna como o Brasil. Ao longo de quatro legislaturas, fui fiel ao meu compromisso, cumpri o meu dever, defendi com ardor as ideias que constituem o programa do Partido Trabalhista Brasileiro. Tenho, por isto, a consciência tranqüila e a serenidade dos justos. Não me será, pois, necessário, nesta undécima hora, perder-me nos desvãos dos doestos e das recriminações.²⁹

²⁷ *Correio da Manhã (RJ)*, 15 de novembro de 1960, p. 10.

²⁸ *Diário de Notícias (RS)*, 28 de dezembro de 1961, p. 3.

²⁹ RIO GRANDE DO SUL. Memorial da ALRS. *Diário da Assembleia*. 36ª Sessão Ordinária, 11 de maio de 1964, p. 77.

E concluiu dizendo:

A todos uma recomendação — Nada deve alterar nossa determinação, nem arrefecer a fé, e a confiança que sempre tivemos no futuro de nossa Pátria. Sei que há de raiar melhores dias para o povo brasileiro, nêle incluídas, milhões de criaturas, sem terra, sem teto, sem saúde, sem emprego e sem perspectivas, que precisam de nós e de nossa mensagem. [...] Desço à planície. Fui Deputado, Secretário de Estado, Superintendente da Supra, Presidente de um Partido que é o maior do Rio Grande do Sul. Sou agora um proscrito. Banido embora da vida pública continuarei acalentando as idéias que sempre defendi, de justiça e liberdade.³⁰

Considerações finais

A partir dessa análise, portanto, foi possível evidenciar que a trajetória política de João Caruso Scuderi é um exemplo significativo para refletir sobre os desafios enfrentados por imigrantes no cenário político brasileiro. Apesar de ter se consolidado como uma das principais lideranças petebistas no referido contexto, a origem italiana de Caruso foi, por diferentes ocasiões, instrumentalizada para questionar sua legitimidade política, inclusive tendo uma de suas candidaturas impugnada em razão de não ser brasileiro nato, mesmo após já ter exercido um primeiro mandato como deputado estadual.

Os desafios enfrentados por Caruso ultrapassaram o campo político, alcançando dimensões identitárias e jurídicas que expunham os limites da integração institucional de imigrantes no país. Mesmo vivendo desde a infância no Brasil e sendo naturalizado brasileiro desde 1941, sua condição de estrangeiro também o impediu de almejar a maiores cargos políticos, como ao de governador do estado. Nesse sentido, a trajetória política de Caruso lança luz sobre as tensões que marcam a construção da cidadania para imigrantes no Brasil, envolvendo um processo contínuo de disputa por reconhecimento e pertencimento.

Referências

ANGELI, Douglas Souza; COSTA, Rafael Navarro. A Lei Agamenon e as eleições de 1945: um retrato político-partidário e eleitoral com o fim do Estado Novo. *Antíteses*, Londrina, v. 15, n. 29, p. 336-365, 2022.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

³⁰ *Ibid.*, p. 80.

CASSOL, Ernesto; ASTURIAN, Marcos Jovino. A trajetória política de João Caruso Scuderi na experiência democrática brasileira (1945-1964). *In*: ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco; BOMBARDELLI, Maura; TORRES, Anderson Vargas (Org.). **Trajetórias políticas no trabalho do Rio Grande do Sul (anos 1940-1960)**. Passo Fundo: Acervus, 2022, p. 245-263.

CRUZ, João Batista Carvalho da. Aos trabalhadores do Brasil, um novo partido: a formação do PTB no Rio Grande do Sul. *In*: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (Org.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017, p. 17-50.

GUIMARÃES, Gustavo Henrique Kunsler. **A trajetória política de Siegfried Emanuel Heuser (1950-1986)**. Passo Fundo: Acervus, 2020.

KONRAD, Diorge Alceno *et al.* **Golpe de 64 e as Cassações na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2022.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro. Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração.

Fronteiras culturais e empreendedorismo imigrante: a família Pasquali e a formação da indústria joalheira em Guaporé (RS)

Marinilse Candida Marina¹

A imigração italiana para o Rio Grande do Sul, incentivada pela Lei de Terras de 1850² e pelas políticas de colonização estatal, consolidou a imagem amplamente difundida dos imigrantes como agricultores, majoritariamente originários do Vêneto. Entretanto, trajetórias específicas evidenciam dinâmicas socioeconômicas diversificadas, como a da família Pasquali, oriunda da região fronteiriça de Bolzano (Trentino-Alto Ádige), cuja experiência migratória esteve vinculada a ofícios urbanos e artesanais. Pioneira na introdução da ourivesaria em Guaporé — atualmente o segundo maior polo joalheiro do Brasil —, a família Pasquali ilustra a pluralidade de perfis e estratégias econômicas presentes no processo migratório italiano no sul do país.

Outras famílias, como a Sebben, de Fonzaso (província de Belluno), e a Spiller, proveniente da região dos Sette Comuni (Vicenza), também desempenharam papéis relevantes na consolidação do setor joalheiro local. Nesta discussão, contudo, a análise concentra-se na trajetória da família Pasquali, em virtude de sua posição pioneira e de sua atuação decisiva na transição do trabalho artesanal para o industrial em meados do século XX.

Embora ancorado em uma abordagem micro-histórica, o estudo busca contribuir para uma compreensão ampliada das redes migratórias e econômicas que articulavam processos regionais, nacionais e transnacionais. Dessa forma, evidencia-se como as trajetórias familiares, as estratégias migratórias e as heranças culturais modelaram a inserção econômica desses imigrantes, permitindo uma leitura mais abrangente das dinâmicas identitárias e produtivas que permearam o desenvolvimento da indústria joalheira no Brasil e suas conexões

¹ Doutora em História, realizou pós-doutorado com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Realizou estágios de pesquisa na *Pontificia Universidad Católica Argentina (UCA)* e na *Universidad Alberto Hurtado* (Chile). Recentemente desenvolveu pesquisa vinculada à *Università degli Studi di Udine* (Itália). Este artigo integra a pesquisa discutida na obra *Das montanhas “italianas” para o Rio Grande do Sul: famílias pioneiras do ramo joalheiro em Guaporé* (MARINA, 2022). E-mail para contato: marinilsemarina@gmail.com

² A Lei de Terras de 1850 estabelecia os critérios para a estruturação das colônias agrícolas, assim como para a legitimação das sesmarias existentes. A partir dela, o acesso à propriedade da terra seria por meio da compra. Desse modo, com a colonização, que se intensificou na segunda metade do século XIX, diversas famílias de europeus alemães e, posteriormente, italianos partiram tendo como destino o Sul do Brasil, composto pela campanha, pelo planalto médio e pela serra, formada por terras acidentadas de difícil acesso e povoadas por grande número de indígenas (BENEDUZI, 2011).

de aprendizados supranacionais.

1. Bronzolo e o legado cultural alpino: o pano de fundo da migração Pasquali³

A família Pasquali emigrou do *comune*⁴ de Bronzolo, na província de Bolzano (Trentino-Alto Ádige), região alpina marcada historicamente por sobreposições culturais e políticas. Situada entre Alemanha, Áustria e Itália, essa área — conhecida como Tirol — caracteriza-se por uma diversidade linguística e identitária que ajuda a compreender os vínculos sociais que esses imigrantes estabeleceram no sul do Brasil, especialmente com grupos de origem germânica. Em registros documentais, parte da família Pasquali é identificada como austríaca — embora tenha ingressado no Brasil como italiana — evidenciando as ambiguidades nacionais típicas das regiões de fronteira.

Originalmente pertencente ao Império Austríaco e, mais tarde, ao Austro-Húngaro, o Tirol foi parcialmente incorporado à Itália após a Primeira Guerra Mundial. Naquele contexto, o território foi dividido: o Tirol do Norte e o do Leste permaneceram sob domínio austríaco, enquanto a porção meridional — correspondente ao atual Trentino-Alto Ádige — foi cedida à Itália pelo Tratado de Saint-Germain-en-Laye (1919). A região, cultural e linguisticamente diversa, compreende o Trentino, de maioria italiana, e o Alto Ádige (ou Tirol do Sul), de predominância cultural germânica.

Durante o regime fascista, políticas de italianização alteraram significativamente o cenário territorial e cultural local, com a imposição da língua italiana na administração pública e na educação, a repressão de expressões culturais germânicas e tentativas de reconfiguração identitária e territorial. Como analisa Corni (2010), essas políticas buscavam não apenas a assimilação forçada, mas a “normalização nacional” da região, apagando sua herança austro-germânica em favor de uma italianidade artificialmente imposta.

Até 1918, o Tirol constituía uma unidade administrativa do Império Austro-Húngaro, com capital em Innsbruck. No contexto migratório, trentinos e tirolezes que chegaram ao Rio Grande do Sul foram frequentemente registrados como italianos ou alemães, o que dificulta a identificação precisa de suas origens regionais (Giron, 2005). A migração oriunda da atual província de Bolzano foi numericamente reduzida, representando cerca de 2%, enquanto a

³ A intenção é apenas situar a família Pasquali na sua região de origem, sem adentrar, por delimitação de espaço e temática, profundamente a história territorial do Trentino-Alto Ádige.

⁴ *Comune*, *comuni* no plural, é uma divisão administrativa que, para fins de comparação com o Brasil, é análoga ao município.

maior parte dos migrantes provinha do Trentino, especialmente de localidades próximas a Belluno e Vicenza (Frosi; Mioranza, 2009).

Embora haja debate terminológico quanto ao uso dos termos “trentinos” ou “tirolezes”, este estudo adota a segunda designação, a fim de destacar as particularidades culturais da família Pasquali. Em 2025, Bronzolo conta com aproximadamente 2.800 habitantes, caracterizados como bilíngues, falantes de italiano e alemão, e herdeiros do ladino, uma língua minoritária de origem românica. Um panorama linguístico semelhante pode ser observado também no repertório cultural da família Pasquali.

O Tirol foi, historicamente, uma zona de contato e tensão entre culturas de matriz germânica e italiana, marcada por processos alternados de germanização e italianização. A presença do ladino — idioma preservado por uma minoria linguística radicada em vales específicos do Trentino e da província de Belluno — adiciona ainda mais complexidade a esse cenário cultural, de onde partiu a família Pasquali, na década de 1880. Sua trajetória exemplifica como certos grupos migrantes mobilizaram heranças culturais híbridas e redes transnacionais na construção de novas trajetórias sociais e econômicas no sul do Brasil.

2. Fixação da família no Rio Grande do Sul

Dos três irmãos Pasquali — originalmente Pascual — que emigraram para a América, um fixou-se nos Estados Unidos, outro na Argentina e o núcleo formado por Lorenz Augustin Pasquali e Maria Giovanini estabeleceu-se no Brasil. No final da década de 1880, chegaram à colônia Dona Isabel⁵, em uma área que futuramente integraria o município de Bento Gonçalves, onde adquiriram uma propriedade no centro da localidade (próxima à igreja matriz), ainda hoje pertencente à família. Desde os primeiros anos, atuaram no meio urbano, fundando uma cantina de vinhos, uma queijaria, um hotel, uma casa de comércio e operando diligências.

A participação nos transportes fluvial e terrestre foi estratégica: tornaram-se sócios do vapor Montenegro, que fazia a rota entre Porto Alegre e Montenegro — ponto de onde partiam as diligências para diversas colônias, como Guaporé, Antônio Prado e Alfredo Chaves. No hotel mantido pela família em Bento Gonçalves, os imigrantes recém-chegados eram hospedados temporariamente. Entre os colaboradores dos Pasquali destacou-se José Valduga, ligado à família Valduga do setor vitivinícola.

⁵ A colônia Dona Isabel, que recebeu seus primeiros colonos de língua italiana em 1875, foi oficialmente desmembrada do município de Montenegro em 11 de outubro de 1890, ocasião em que foi elevada à categoria de município com a denominação de Bento Gonçalves.

Esse percurso inicial revela alternativas à agricultura, destacando o perfil urbano e empreendedor que os Pasquali apresentaram desde a chegada ao Brasil. Essa atuação no comércio, no transporte e na aquisição de lotes urbanos evidencia uma inserção econômica diferenciada. Tais práticas refletem as fronteiras culturais entre os universos germânico e italiano, visíveis na educação bilíngue (italiano e alemão) e em alianças matrimoniais interconfessionais, demonstrando que as divisões políticas da Europa não eliminaram a herança cultural híbrida trazida por algumas famílias alpinas. Conforme Bourdieu (2012), tais processos envolvem disputas simbólicas pela definição legítima das identidades sociais.

A fotografia a seguir, registrada em Bento Gonçalves dos anos de 1900, retrata o núcleo familiar de Lorenz Pasquali e Maria Giovanini em seu contexto migratório no Rio Grande do Sul. A imagem evidencia a composição familiar e elementos culturais de origem europeia, oferecendo um registro visual da trajetória inicial da família no Brasil.

Figura 1 – Família de Lorenz Pasquali e Maria Giovanini (Bento Gonçalves, início de 1900)



Fonte: arquivo pessoal da família Pasquali.

Legenda (da esquerda para a direita): em pé – Maximina Tappeiner, Giacomo, João, Alexandre e Adelaide Basso; sentados – as três primeiras crianças eram filhas de Giacomo e Maximina, e as outras cinco, filhas de Alexandre e Adelaide.

Na década de 1900, período do registro da Figura 1, o núcleo já constituía uma grande família. Embora os dados oficiais os identificassem como agricultores, os Pasquali possuíam experiência anterior no comércio de ouro e pedras preciosas, atividade desenvolvida na Itália/Áustria. E ainda que Lorenz Pasquali e Maria Giovanini fossem italianos de nascimento, os filhos Alexandre, João (em italiano Giovanni), Giacomo e Basílio foram registrados como austríacos.

De acordo com a tradição oral (Hirsch, 2017)⁶, a família teria trazido suas riquezas ocultas, escondendo joias e ouro nas barras das saias e no interior de bíblias ocas, disfarçando essa condição econômica para se enquadrar no perfil de agricultores, exigido pelo governo brasileiro.

Após o falecimento de Maria Giovanini, em 1889, Lorenz Pasquali retornou a Bronzolo com o filho João, a fim de que este pudesse se aperfeiçoar no ofício de ourives, atividade já consolidada na Europa. Sem se adaptar à realidade sul-americana, Lorenz permaneceu definitivamente na terra natal. João, por sua vez, retornou e, em 1907, estabeleceu-se em Guaporé, fundando oficialmente a primeira ourivesaria da localidade em 1909. Esse percurso se alinha ao modelo de migração de retorno parcial descrito por De Ruggiero (2014), característico de artesãos italianos que regressavam à pátria para qualificação técnica, visando aplicar esses saberes no país de destino.

A família Pasquali provém de uma região historicamente ligada ao artesanato, especialmente à produção de esculturas sacras, de rendas e de joias de madeira, como se verifica em Val Gardena. Também a província de Vicenza, no Vêneto, reconhecida pela tradição na ourivesaria, surge como possível local de formação profissional de João. Segundo depoimento do bisneto Carlos Alberto Pasquali, o aprendizado do ofício ocorreu mediante a formação em cursos pagos, no início de 1900.

O percurso da família Pasquali evidencia um duplo movimento migratório: enquanto Lorenz retornou definitivamente à Europa com a viuvez, João realizou um retorno temporário e estratégico, visando à qualificação profissional. Essa trajetória demonstra que, além da busca por terras, alguns imigrantes direcionaram seus esforços para oportunidades urbanas e comerciais, mobilizando redes transnacionais e capital social oriundos da Europa.

3. Inserção socioeconômica em Guaporé

Após a formação no ofício de ourives na Itália, João Pasquali retornou ao Brasil e, no início do século XX, estabeleceu-se com a esposa Giacomina Zanchetta em Guaporé. A escolha pela colônia foi influenciada pelo contexto de expansão das áreas de colonização italiana no Rio Grande do Sul, período em que descendentes de imigrantes realizavam deslocamentos internos, partindo das colônias mais antigas em busca de novas oportunidades.

⁶ Maria Adelaide Pasquali Hirsch, além de ser descendente da família Pasquali, também é neta do coronel Ernesto Bertaso, um dos proprietários da Colonizadora Bertaso, Maia & Cia. Ltda., responsável por parte da colonização na Região Oeste de Santa Catarina.

Guaporé, oficializada como colônia em 1892, inseriu-se no chamado terceiro ciclo de colonização do Rio Grande do Sul, caracterizado pela expansão de núcleos coloniais italianos para áreas de fronteira agrícola. A colônia abrangia aproximadamente 5.000 lotes rurais, com dimensões médias entre 25 e 30 hectares cada, totalizando uma área estimada entre 125.000 e 150.000 hectares. Esses lotes foram destinados, em sua maioria, a colonos oriundos de outras colônias italianas consolidadas no estado, que migraram em busca de novas oportunidades econômicas e de terras mais acessíveis (Frosi; Mioranza, 2009).

Embora idealizada como um território de fomento à agricultura familiar, Guaporé diversificou progressivamente sua base econômica, incorporando atividades urbanas e artesanais. Entre essas, destacou-se a ourivesaria, que, a partir do início do século XX, configurou-se como um de seus principais eixos produtivos. A precariedade das estradas e a dificuldade de acesso terrestre atribuíram ao transporte fluvial⁷ um papel estratégico na circulação de pessoas e mercadorias, integrando Guaporé às principais rotas comerciais.

Segundo Carlos Alberto Pasquali, Guaporé oferecia condições favoráveis para o desenvolvimento de atividades comerciais, impulsionadas pela presença de uma elite local consolidada, por instituições educacionais — como os colégios Marista e Scalabrini — e por uma rede política e econômica em expansão. A inserção da família Pasquali nesse ambiente ocorreu também por meio de alianças matrimoniais, como no caso da união com a família do coronel Ernesto Francisco Bertaso, vinculada à colonização do oeste catarinense.

A abertura da primeira oficina de joias em Guaporé atendeu a uma clientela composta pelos segmentos mais abastados da região. No entanto, diferentemente de Bento Gonçalves e Caxias do Sul, Guaporé não recebeu, nas primeiras décadas, investimentos significativos em infraestrutura rodoviária, permanecendo dependente do transporte fluvial, principalmente por meio do porto de Muçum, e do transporte terrestre por carroças. Essa limitação retardou seu desenvolvimento econômico inicial, apesar de, posteriormente, a localidade consolidar-se como o segundo maior polo nacional nas indústrias joalheira e têxtil.

O percurso da família Pasquali evidencia seu perfil urbano e empreendedor desde a chegada ao Brasil. Antes de se estabelecerem em Guaporé, atuaram no comércio em Bento Gonçalves e eram sócios do vapor Montenegro. A dispersão de membros da família em diferentes localidades — como Estados Unidos, Argentina e Brasil — reflete a construção de uma rede migratória transnacional e estratégias familiares voltadas à estabilidade econômica em distintos contextos.

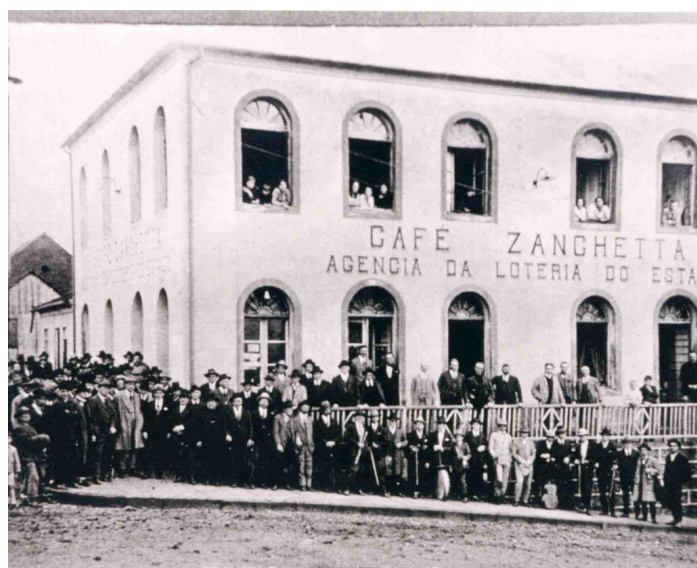
⁷ Nesse sentido, consultar Tedesco e Balbinot (2015).

Com elevado nível de instrução formal e bilinguismo, a família articulava o capital cultural herdado de uma região de fronteira germano-italiana e das políticas educacionais vigentes no norte da Itália e no Tirol austro-húngaro. Esse repertório cultural favoreceu a busca por formação especializada em ourivesaria e a inserção em nichos econômicos urbanos pouco explorados nas colônias italianas do Rio Grande do Sul no início do século XX.

4. João Pasquali e Giacomina Zanchetta: alianças familiares e a fundação da ourivesaria em Guaporé

Giacomina Zanchetta, esposa de João Pasquali, era filha dos proprietários do Hotel Zanchetta, situado na colônia de Alfredo Chaves, atual município de Veranópolis. A família Zanchetta é originária da província de Treviso, região do Vêneto. Antes de atuar como ourives, João Pasquali exerceu a função de *staffeta* — mensageiro que transitava entre as colônias de Bento Gonçalves e Alfredo Chaves —, contexto no qual conheceu a futura esposa.

Figura 2 – Café Zanchetta (década de 1900)



Fonte: Acervo Elégio Parise (in Comarú, 2012, p. 647).

O Hotel Zanchetta, que teve origem como café, destacou-se como um dos estabelecimentos comerciais relevantes no processo de colonização de Alfredo Chaves. Tais espaços desempenhavam papel estratégico no acolhimento de caixeiros-viajantes e migrantes, cuja circulação, realizada por tração animal, exigia percursos de vários dias. Hotéis e pousadas, nesse contexto, não apenas fomentavam a economia regional, mas também funcionavam como pontos de sociabilidade e de articulação de redes sociais e alianças matrimoniais entre as elites coloniais.

Do casamento de João Pasquali e Giacomina Zanchetta nasceram dois filhos que chegaram à vida adulta: Albino e Lourenço. Após o matrimônio e a migração para Guaporé, em 1907, João Pasquali, com 21 anos de idade, iniciou a primeira oficina de ourivesaria da colônia. Em 1909, formalizou a fundação da empresa. Entre os primeiros colaboradores destacou-se Antonio Silvestre Spiller, artesão com experiência prévia no ofício, que havia atuado junto à família Sebben, a segunda a estabelecer uma ourivesaria em Guaporé.

De acordo com relatos familiares, entre 1909 e 1945 a empresa manteve-se como uma oficina artesanal. A partir de 1946, iniciou-se gradativamente o processo de industrialização. Na década de 1950, com a separação societária entre os irmãos Albino e Lourenço, este último assumiu a direção da indústria, contando com o apoio da esposa, Luiza Hack. Ao longo desse processo de expansão, novos sócios externos foram integrados à estrutura empresarial.

A continuidade do empreendimento deu-se através dos descendentes. Lourenço e Luiza tiveram três filhos — Ildo, Ilson e Lórys. Com a saída de Lórys da sociedade em 1986 e, posteriormente, a retirada dos sócios externos na década de 1990, a gestão da empresa permaneceu sob responsabilidade das famílias de Ildo e Ilson. Após o falecimento de Ildo em 1997, os filhos Carlos Alberto e Lourenço Neto passaram a liderar a Pasli Joias, enquanto José Henrique e Gustavo, filhos de Ilson, fundaram, em 2005, a HP Metais Folheados Ltda., também atuante no setor joalheiro.

Figura 3 – Estabelecimento comercial da família Pasquali (Guaporé, 1975)



Fonte: Centenário da imigração italiana, 1875-1975 (1975, p. 227).

A Figura 3 apresenta um dos estabelecimentos comerciais históricos da família em Guaporé, atualmente sede da HP Metais. Já a Pasli Joias mantém suas atividades em um imóvel localizado na Linha Três de Maio, ao lado do antigo curtume do imigrante piemontês Carlo Termignoni.

A oficina fundada por João Pasquali em 1907 passou por um processo gradual de transformação, consolidando-se como indústria a partir de 1946. Na década de 1980, os bisnetos do fundador passaram a integrar a gestão do negócio familiar. Com as reestruturações societárias ocorridas ao longo do tempo, a Pasli Joias permaneceu sob administração dos descendentes de Ildo Pasquali, enquanto outros membros da família fundaram a HP Metais, refletindo trajetórias empresariais distintas, ainda que vinculadas à tradição joalheira.

O desenvolvimento industrial da Pasli Joias exemplifica o percurso descrito por Pesavento (1985), segundo o qual a indústria pode emergir tanto da ampliação do capital comercial quanto da evolução gradativa do trabalho artesanal. No caso Pasquali, ambas as dimensões coexistiram: João investiu recursos provenientes do comércio e, paralelamente, transformou a oficina artesanal em um empreendimento industrial, articulando herança econômica e qualificação técnica adquirida em sua formação em ourivesaria na Itália.

5. Entre São Paulo e Guaporé: expansão e consolidação industrial no setor joalheiro

Conforme relatam Carlos Alberto e Martha Pasquali, bisnetos de João Pasquali, Albino Pasquali — tio-avô da geração atual — estabeleceu uma parceria comercial com o empresário Raul Michelin no segmento de folheados, em São Paulo. Posteriormente, Albino retirou-se da sociedade, enquanto Michelin consolidou sua atuação empresarial ao fundar a Rommannel, que viria a se tornar uma das principais fabricantes nacionais de joias folheadas. Apesar desse ponto de contato, a Rommannel desenvolveu-se sem vínculos societários com a família Pasquali. Em Guaporé, o folheado, inicialmente rejeitado por joalherias tradicionais, como Pasli, Spolli e Sebben, foi introduzido por Heitor Girelli, responsável pela difusão local dessa técnica.

Após a dissolução da sociedade com o irmão Lourenço, Albino fixou-se em São Paulo, ampliando as conexões comerciais entre o Rio Grande do Sul e o principal centro econômico do país. A industrialização paulista, favorecida pelo capital cafeeiro e pela presença de imigrantes italianos, impulsionou o desenvolvimento de diversos setores, incluindo o alimentício, o vinícola e o joalheiro (Cano, 2007; De Ruggiero, 2018). Italianos e descendentes atuaram inicialmente no comércio de produtos importados e, posteriormente, na produção local, criando redes inter-regionais que conectavam estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Enquanto Guaporé consolidava-se como o segundo polo nacional da indústria joalheira, Limeira (SP) liderava o segmento. A introdução do folheado democratizou o acesso a produtos antes restritos às elites, substituindo o chapeado por técnicas mais acessíveis e escaláveis.

Segundo a família Pasquali, a técnica inicial utilizava camadas de latão e ouro, enquanto o folheado consistia em uma fina camada de ouro sobre ligas metálicas.

As primeiras oficinas joalheiras de Guaporé preservavam processos produtivos artesanais e mantinham sigilo técnico antes da popularização da galvanização. Como destaca Carlos Alberto Pasquali, a aquisição dessa tecnologia em São Paulo democratizou o setor e possibilitou o surgimento de novas empresas locais. Mesmo após a dissolução da sociedade com Michelin, Albino permaneceu ativo no mercado como representante comercial em São Paulo, atuando na intermediação de produtos da indústria gaúcha, como couro (curtumes Corbetta e Fuga) e vinhos (Vinícola Salton). Sua atuação evidencia as conexões comerciais entre a Serra Gaúcha e o mercado paulista, reforçando a importância das redes étnicas italianas.

O processo de industrialização paulista, conforme analisa De Ruggiero (2018), estruturou-se por meio de comerciantes itinerantes e caixeiros-viajantes, que ampliaram a circulação de produtos nacionais e importados no interior paulista e nas colônias agrícolas. Albino Pasquali integrou-se a essa dinâmica, formando equipes de vendas compostas por jovens de Guaporé.

Figura 4 – Livreto com contato de Albino Pasquali (década de 1950)



Fonte: arquivo pessoal da família Pasquali.

Na década de 1950, como ilustrado na Figura 4, Albino Pasquali desenvolvia atividades comerciais em São Paulo, mantendo, contudo, vínculos regulares com Guaporé. Enquanto

reconstruía sua trajetória pessoal e profissional no principal centro econômico do país, o irmão Lourenço Pasquali permaneceu no Rio Grande do Sul, onde, juntamente com a esposa Luiza Hack, liderou a consolidação da Pasli Joias.

As trajetórias de Albino e Lourenço ilustram estratégias complementares no interior da mesma família: de um lado, a expansão comercial interestadual, inserida em redes econômicas transregionais; de outro, o fortalecimento da base industrial local. Ambas as dinâmicas foram decisivas para a afirmação de Guaporé como um dos principais polos da joalheria nacional.

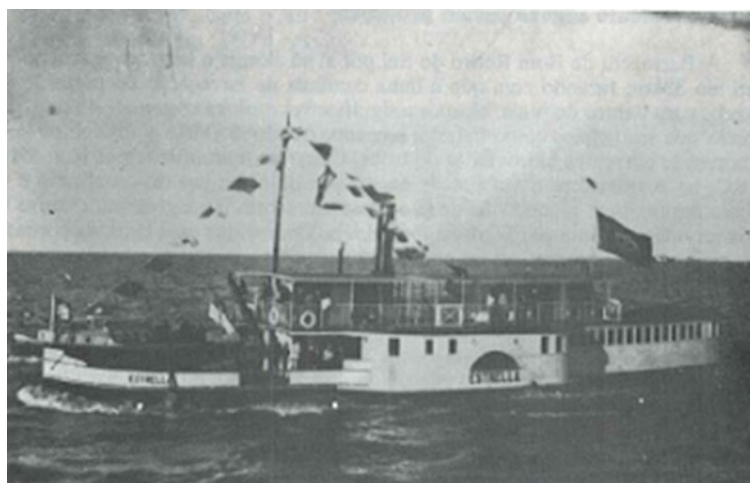
6. Redes familiares entre Guaporé, Estrela e Montenegro: Pasquali, Ruschel, Dexheimer e Hack

As famílias Hack, Ruschel e Dexheimer estabeleceram vínculos com os Pasquali por meio de alianças matrimoniais e de parcerias comerciais e industriais em Guaporé e no Vale do Taquari. Segundo Martha Pasquali, a avó Luiza Hack, esposa de Lourenço Pasquali, descendia de imigrantes alemães fixados em Maratá, interior de Montenegro (RS). Os ramos Hack e Pasquali posteriormente migraram para São Lourenço do Oeste (SC), onde estabeleceram relações com a família Bertaso, ligada à colonização do oeste catarinense e de Guaporé. A conexão Pasquali-Bertaso consolidou-se com o casamento de Paulo Pasquali (filho de Alexandre) e Elsa Bertaso, filha do coronel Ernesto Bertaso. Essa união fortaleceu redes econômicas e sociais entre famílias empresariais da região.

Originários do Alto Ádige, os Pasquali mantiveram vínculos culturais com descendentes germânicos e preservaram a língua alemã no ambiente doméstico. Luiza Hack, por exemplo, que exercia influência central na família, comunicava-se cotidianamente em alemão, italiano e português. O filho primogênito, Ildo Pasquali, que assumiu a gestão da Pasli Joias, casou-se com Hilda Ruschel Dexheimer, reforçando os laços com a elite germano-brasileira do Vale do Taquari.

As famílias Ruschel e Dexheimer tiveram papel destacado na industrialização e no comércio regional. Os Ruschel, estabelecidos em Estrela desde o século XIX, atuaram no transporte fluvial — incluindo a propriedade do vapor Estrella (Figura 5), que trafegava entre Muçum e Porto Alegre — e diversificaram investimentos em energia elétrica, moagem de grãos e comércio regional.

Figura 5 – Vapor Estrella



Fonte: Leandro Lampert⁸.

Os Ruschel fundaram a empresa Ruschel & Irmãos, ampliando investimentos nos setores industrial e de serviços. A família Dexheimer, por sua vez, destacou-se no setor bancário, especialmente por meio do Banco do Comércio, com filiais em Estrela e Guaporé. A migração de membros dessas famílias para Guaporé reforçou as conexões comerciais e sociais com os Pasquali, incluindo o fornecimento de máquinas industriais importadas da Alemanha.

O casamento de Hilda Ruschel Dexheimer e Ildo Pasquali, celebrado em Estrela em 1947, consolidou esses vínculos. Após o matrimônio, Hilda transferiu-se para Guaporé, onde a nova geração deu continuidade aos negócios familiares. As trajetórias dessas famílias evidenciam como redes econômicas e culturais de origem germânica contribuíram para o desenvolvimento comercial e industrial de Guaporé e da região. Suas atividades econômicas abrangiam transporte fluvial, hotelaria, comércio varejista e importação de maquinário.

Segundo relatos familiares, a atuação da família Dexheimer ia além do setor bancário, envolvendo também a importação de equipamentos industriais. A relação com os Pasquali teve início com o fornecimento dessas máquinas e expandiu-se por meio de alianças familiares e parcerias comerciais. A interação entre descendentes de imigrantes alemães e italianos ilustra a formação de redes interétnicas no interior do Rio Grande do Sul. Atualmente, os filhos de Ildo e Hilda Pasquali permanecem à frente da Pasli Joias, assegurando a continuidade da tradição industrial da família.

⁸ Disponível em: <https://leandrolampert.blogspot.com/2016/02/os-ruschel-03.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Considerações finais

A trajetória da família Pasquali, analisada sob a perspectiva micro-histórica, evidencia como processos migratórios não se limitam à transferência territorial, mas envolvem também reconfigurações culturais, econômicas e sociais que transpassam fronteiras nacionais e regionais. Oriundos de uma região alpina marcada por sobreposições políticas e identitárias, os Pasquali mobilizaram saberes artesanais e capitais culturais acumulados no contexto europeu, inserindo-se no Brasil não apenas como agricultores — como preconizavam as políticas colonizadoras —, mas sobretudo como agentes de dinamização urbana e comercial.

A atuação pioneira na ourivesaria em Guaporé e as conexões comerciais com centros regionais e nacionais revelam como a migração italiana para o sul do Brasil envolveu perfis sociais e estratégias muito mais complexos do que o modelo homogêneo de colonização agrícola sugere. Além disso, a construção de alianças familiares interétnicas, especialmente com grupos de origem germânica, demonstra a capacidade desses imigrantes de articular redes sociais amplas e heterogêneas, favorecendo o desenvolvimento econômico e cultural da região.

Por fim, a continuidade da tradição no setor da ourivesaria entre as gerações descendentes — que mantêm ativa a indústria familiar — reforça a relevância das heranças culturais e econômicas no fortalecimento de polos industriais regionais. O caso de Guaporé, consolidado como um dos principais centros joalheiros do país, exemplifica como trajetórias migratórias individuais e familiares contribuíram para processos mais amplos de transformação econômica e social no contexto sul-brasileiro.

Referências:

BENEDUZI, Luís Fernando. *Os fios da nostalgia: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, IE, 2007.

CENTENÁRIO da imigração italiana, 1875-1975. Porto Alegre: Edel, 1975.

COMARÚ, Itamar Ferretto. Elígio Parise: arte, comunicação e referência fotográfica. Breves notas sobre um fotógrafo e suas fotografias. *Revista Rosa dos Ventos*, Caxias do Sul, v. 4, n. IV, p. 638-649, out./dez. 2012.

CORNI, Gustavo. *L'Alto Adige/Südtirol. Una questione di identità*. Bologna: Il Mulino, 2010.

DE RUGGIERO, Antonio. Os empreendedores toscanos do mármore nas cidades brasileiras (1875-1914). In: DE RUGGIERO, Antonio; FAY, Claudia Musa (org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 75-90.

DE RUGGIERO, Antonio. A saudade dos sabores e o comércio étnico dos imigrantes italianos no Brasil (1875-1914). *Revista Prâksis*, Novo Hamburgo, ano 15, v. 1, p. 121-138, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/1534/2133>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.

GIRON, Loraine Slomp. Do Trentino ao Trentino: imigrantes tirolezes na antiga colônia Caxias. In: GROSSELLI, Renzo (org.). *Trentamila tirolesi in Brasile: storia, cultura, cooperazione allo sviluppo*. Trento: [s. n.], 2005. p. 5-32.

HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. *Ernesto Francisco Bertaso: de Verona a Chapecó*. Chapecó: Argos, 2017.

MARINA, Marinilse Candida. *Das montanhas "italianas" para o Rio Grande do Sul: famílias pioneiras do ramo joalheiro em Guaporé*. Itapiranga: Schreiber, 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatary. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovani. *Comércio, carretas e trapiches: a Colônia de Guaporé e o Porto de Muçum 1892-1940*. Passo Fundo: UPF Editora, 2015.

O culto ao imperador Francisco José entre os imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1918)

Marcelo Armellini Corrêa*¹

Em 1875, chegaram as primeiras levas de imigrantes italianos ao Rio Grande do Sul, sendo que, desse ano até 1914, entraram no estado de 80 a 100 mil imigrantes (Manfroi, 2001). A grande maioria deles provinha das províncias do norte da Itália: Vêneto, Lombardia, Friuli e Trentino-Alto Ádige. O biênio 1875-1876 foi o período em que mais italianos vieram para o Estado, dirigindo-se, a maior parte, para as colônias Caxias, Dona Isabel, Conde D'Eu e Silveira Martins, esta última criada em 1877.

Ao se estudar os imigrantes italianos, não se deve compreendê-los como um grupo homogêneo, mas, sim, heterogêneo, devido ao fato de a Itália no século XIX ser caracterizada pelos regionalismos, ou seja, pelas identidades regionais. Isso ocorria porque esse país só foi unificado em 1870, com a tomada de Roma pelas tropas do Reino de Piemonte que, por ser o mais forte tanto política como militarmente, uniu os demais reinos da península itálica. Cada região, no entanto, conservava sua cultura local, principalmente em relação ao idioma, pois prevaleciam os dialetos regionais em vez da língua italiana oficial. Mesmo após a unificação, algumas regiões com populações de fala italiana continuaram sob domínio estrangeiro, como foi o caso do Trentino-Alto Ádige e de Trieste, províncias do Império Austro-Húngaro.

Os imigrantes trentinos começaram a chegar ao Rio Grande do Sul em 1875 junto com imigrantes italianos oriundos de outras regiões da Itália. Eles vieram de uma região que naquela época ainda não tinha sido incorporada ao Reino da Itália, pois o Trentino, também conhecido como Tirol Italiano, pertencia ao Império Austro-Húngaro. Esses imigrantes entravam no Brasil com passaporte austríaco, se consideravam como austríacos, simpatizavam com a monarquia dos Habsburgos e se orgulhavam de serem súditos do Imperador Francisco José I.

O Império austríaco, no século XIX, era um gigantesco emaranhado de povos com enormes diferenças culturais e geográficas, compreendia os territórios da Europa do leste, central e do sul. A Áustria era um país de cultura germânica em oposição à Hungria, que tinha uma cultura eslava e oriental. Segundo Del Hierro (2008), os austríacos de língua

¹ Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. Professor titular da rede municipal de ensino de Gravataí.

alemã desfrutavam de um padrão de vida melhor do que as demais etnias e, além disso, ocupavam a maioria dos cargos públicos. Enquanto isso, os outros povos experimentavam um menor desenvolvimento econômico e poucas oportunidades de participar da vida política do Império.

A questão das nacionalidades mantinha-se um problema pendente, pois o império era multinacional, habitado por populações que falavam diversos idiomas, possuíam costumes e religiões diferentes. Os movimentos nacionalistas nos territórios habitados por minorias étnicas enfraqueciam a unidade nacional do país. Além disso, enquanto a parte ocidental era rica e industrializada, Áustria e Boêmia possuíam indústrias, a parte oriental continuava atrasada e pobre, com uma economia do tipo rural, baseada no latifúndio.

Para compreender o Império Austro-Húngaro, deve-se abordar o problema das nacionalidades, da diversidade de grupos etnolinguísticos, dos movimentos irredentistas e, ainda, das reivindicações por parte de nações históricas, como Hungria, República Checa, Croácia e Polônia.

Segundo Bérenger (1993), a expressão “grupos etnolinguísticos” é utilizada em vez de nacionalidades para se qualificar nações não históricas. O censo de 1910 constatou ao todo 11 povos e 12 grupos linguísticos que falavam diversas línguas, embora o alemão fosse o idioma oficial. Para o autor, “[...] o que caracteriza um grupo, muito mais que uma definição étnica, é a sua originalidade cultural e, sobretudo, a língua falada e escrita” (Bérenger, 1993, p. 552).

Bérenger afirma que os alemães da Áustria consideravam os Habsburgos como seus senhores naturais e “[...] eram os únicos que manifestavam uma verdadeira fidelidade à dinastia” (Bérenger, 1993, p. 554). Entretanto, não eram somente os povos de língua alemã que dedicavam essa fidelidade ao imperador, os trentinos, apesar de serem de cultura italiana, também tinham esse sentimento, já que muitos deles se consideravam austríacos e não italianos.

A identidade dos trentinos era baseada na religião católica e no culto ao Imperador da Áustria, Francisco José I. A Itália, em 1870, conquistou militarmente Roma e outros territórios da Igreja, por isso o Papa excomungou o reino italiano, considerando-o um Estado ateu. A Áustria-Hungria defendia a Igreja e o Papa, em vista disso os trentinos, como eram católicos fervorosos, preferiam ser súditos austríacos a pertencer ao Reino da Itália, um Estado condenado pelo Pontífice. Muitos trentinos que imigraram para o Brasil traziam consigo um quadro com a imagem de Francisco José devido ao culto ao

imperador, e, por causa disso, vários deles transferiram sua simpatia deste para Dom Pedro II (Grosselli, 1999). O imperador austríaco era visto como um defensor da fé católica pelo fato de apoiar as causas da Igreja Católica. Para Possamai, “[...] os trentinos consideravam-se mais católicos do que os italianos pelo fato de não serem originários de um Estado condenado pelo Papa” (Possamai, 2005, p. 92-93).

Os trentinos mantinham a fidelidade ao imperador da Áustria, Francisco José, e uma certa aversão à Itália e aos italianos devido à posição da Igreja Católica, a qual condenava o Reino da Itália por causa da tomada da cidade de Roma pelo exército italiano em 1870 devido à Unificação Italiana.

Quando Roma foi anexada ao Reino da Itália durante a unificação italiana, o Imperador manifestou seu apoio ao papa que se declarava prisioneiro de guerra após ver as terras pertencentes à igreja serem tomadas pelos exércitos italianos. O nacionalismo austríaco era baseado na religião católica e no culto ao Imperador Francisco José I. Provavelmente esse sentimento patriótico se estendia apenas às populações germânicas e húngaras que comandavam politicamente o país, não às minorias étnicas, a não ser os tirolezes italianos que, devido à forte devoção católica, simpatizavam com o Imperador. Na Colônia Caxias, o imigrante Caetano Costamilan, ao defender as sociedades católicas, disse que:

As sociedades católicas, como qualquer outra sociedade, sabe-se que são permitidas pela constituição dos Estados Unidos do Brasil [...] e nada têm com o meu requerimento; e se talvez o Governo italiano não é favorável a esta sociedade, eu posso dizer-vos que, na terra de minha origem (Áustria), essas sociedades gozam de proteção da suprema autoridade, o Imperador; [...]. (Costamilan, 1989, p. 328).

O Imperador Francisco José I (1830-1916) foi o último imperador da Áustria e também o que reinou por mais tempo, 68 anos, de 1848 até sua morte em 1916. Era a figura do Imperador o elemento de identidade que os diversos povos que habitavam o Império tinham em comum; segundo Bérenger (1993), sua morte significaria o desaparecimento da monarquia. O fato consumou-se dois anos após seu falecimento, pois a derrota da Áustria na I Guerra Mundial, em 1918, causou o fim do Império e a queda da Monarquia dos Habsburgo, que governava o país desde o século XIII.

A imigração do Império Austro-Húngaro para o Brasil aumentou consideravelmente após o ano de 1859. Pois neste ano houve uma diminuição no fluxo de imigrantes alemães devido ao decreto *Von der Heydt* do Reino da Prússia, o qual proibia a imigração subsidiada para o Brasil e a atuação de agentes agenciadores de imigrantes nos antigos

estados alemães devido às notícias sobre as péssimas condições de vida dos imigrantes alemães no Brasil (Cunha, 2003). Assim, os agentes agenciadores passaram a concentrar suas ações no Império Austro-Húngaro, instalando escritórios em cidades austríacas (Prutsch, 2011).

Em relação aos imigrantes vindos do Império Austro-Húngaro, segundo Bertonha (2013), havia identidades em conflito, “(uma nacional e étnica e outra supranacional, imperial) que se alterava conforme a nacionalidade envolvida” (Bertonha, 2013, p. 173). Assim, para o autor:

Os imigrantes, em alguns casos, se aproximavam mais da sua identidade étnica e, em outros, estavam mais próximos da supranacional (...) mas devem ter relação com a experiência de cada grupo dentro do Império e talvez com as suas experiências no Brasil. Assim, os imigrantes de origem alemã tendiam a ser fiéis ao Império, enquanto poloneses e ucranianos às suas nações, com os trentinos ou tirolezes num meio termo, mediado pelo catolicismo (...) para essas pessoas, a Primeira Guerra Mundial foi com certeza, um momento especial, já que foi quando as lealdades e identidades dos povos que compunham o Império foram colocados à prova. (...) Para o caso dos trentinos ou tirolezes (...) os dados disponíveis indicam como religião, opção política e identidades se misturavam, num quadro que levou a vários choques entre italianos e austríacos de língua italiana. Essa fidelidade ao Império desse grupo, ao menos em parte, se manteve mesmo durante a Primeira Guerra (Bertonha, 2013, p. 173-174).

Os trentinos eram em sua maioria alfabetizados, sabiam ler e escrever, pois tinham mais instrução do que os imigrantes provindos de outras partes da Itália que, em grande número, eram analfabetos. O império Austro-Húngaro determinava em sua legislação que os rapazes frequentassem obrigatoriamente a escola até os 14 ou 15 anos. Por isso, os trentinos davam valor à educação, embora, às vezes, os filhos de imigrantes não tivessem acesso à escola devido às condições precárias das colônias, que necessitavam do trabalho braçal para a sobrevivência das famílias. Conforme Grosselli: “Os trentinos que vieram para o Brasil, eram em sua maioria, agricultores alfabetizados, reunidos em famílias numerosas, habituados nos Alpes a um exaustivo trabalho cotidiano” (Grosselli, 1995, p.158). Na Áustria, devido ao crescimento dos nacionalismos entre as populações não alemãs do império no século XIX:

O governo austríaco esforçava-se em cultivar a consciência de que a Áustria significava o Estado como um todo, para além das fronteiras étnicas e regionais. (...) Eles criavam uma “instância de socialização”, a fé na lealdade pelo monarca, ou seja, pela figura integradora do “bom Imperador”, Francisco José I. Também faziam parte dos mecanismos de integração a uniformização das técnicas administrativas, o uso de uma moeda comum, o sistema escolar (...) (Prutsch, 2011, p.3).

O governo austríaco tinha, através do sistema escolar, uma forma de promover a integração e a lealdade dos seus súditos de diferentes nacionalidades ao Império, desta maneira promovendo uma identidade supranacional. Assim, conforme Prutsch, “Aqueles que tinham alguma formação escolar estavam socializados como austríacos, tinham aulas de história austríaca e lhes era transmitida uma sensação de identidade supranacional” (Prutsch, 2011, p. 3). Por isso, o alto grau de escolaridade dos imigrantes trentinos era um fator de ligação destes com o Império Austro-Húngaro, pois reforçava a identidade deles como austríacos.

Por se tratar de um império multinacional, o nacionalismo austríaco não era baseado no fator etnolinguístico, mas na figura do imperador Francisco José I e do catolicismo conservador. Em relação aos tirolezes, tanto de fala alemã como de fala italiana, esse conceito se aplica perfeitamente. Assim: “(...) o camponês do Tirol, fosse ele de língua alemã, ladina ou italiana, não participava da realidade política da Itália (...) a população camponesa permanecia ligada às suas tradições, ao clero e ao imperador” (Altmayer, 2016, p. 40). Segundo Hobsbawm, em relação à região do Tirol:

(...) a combinação pós-tridentina da terra-ícones-fé-imperador-estado favoreceu a Igreja Católica Romana e o Kaiser Habsburgo (...) contra o moderno conceito de uma nação alemã, austríaca ou qualquer outra (Hobsbawm, 2021, p. 74).

Os tirolezes, apesar de falarem idiomas diferentes, têm um passado histórico comum em relação à forte religiosidade de seus habitantes, ao ponto do Tirol ser considerado como uma terra sagrada (Hobsbawm, 2021).

A figura do imperador Francisco José era um fator de identidade principalmente entre os austríacos de língua alemã e italiana imigrados para o Brasil. Os trentinos ou tirolezes italianos eram conhecidos por terem em suas casas um quadro com a imagem do imperador da Áustria. Devido a este fato, houve uma divisão nas colônias italianas no Rio Grande do Sul entre 1875 e 1918. Pois de um lado estavam os imigrantes de língua italiana provenientes da Itália e do outro estavam os trentinos, os quais emigraram da Áustria. Esta rivalidade entre os imigrantes de fala italiana se acirrou durante a Primeira Guerra Mundial 1914-1918. Quando o Imperador da Áustria morreu em novembro de 1916, um grupo de trentinos que viviam em Caxias do Sul encomendou uma missa em sua homenagem, no entanto, italianos provenientes do Reino da Itália roubaram o sino da igreja para impedir a realização da missa devido ao fato de Itália e Áustria estar em guerra. Este fato causou um atrito entre os italianos e os trentinos. Mas, após localizarem os sinos e a realização da missa, os ânimos se acalmaram (Giron, 2005).

Os italianos apresentavam-se como súditos de sua majestade Vítor Emanuel, enquanto os trentinos se reconheciam como súditos de Francisco José. Era muito comum os trentinos trazerem consigo um quadro com uma pintura do imperador da Áustria, pois “[...] as referências ao Kaiser por parte dos austríacos não eram senão um sinal distintivo deles, um feitiço a pôr ao lado de suas longas barbas e dos cachimbos que fumavam [...]” (Grosselli, 1987, p. 436). Tudo isso era feito para criar um afeto entre a figura do imperador e as populações emigradas para o exterior. “No Brasil, os trentinos transferiram a simpatia que sentiam pelo imperador Francisco José a D. Pedro II e, quando a monarquia brasileira caiu, em 1889, os jornais católicos do Trentino manifestaram sinais de luto.” (Grosselli apud Possamai, 2005, p. 93). Na colônia Dona Isabel, foi erguida, por um grupo de trentinos, uma bandeira da Província de Trento em frente à casa do imigrante Felix Pedot.

A pedido dos elementos mais destacados do grupo trentino de Conde D’Eu e Dona Isabel, como o padre Augusto Finotti, João Joris e os irmãos Valduga, a municipalidade de Trento enviou a Félix Pedot uma bandeira provincial de seda. A bandeira ficou hasteada durante oito dias na fachada da casa de Pedot, em Dona Isabel, onde recebia um verdadeiro culto por parte dos trentinos [...] No dia do aniversário do imperador Francisco José, os trentinos de Dona Isabel e Conde D’Eu se reuniram para inaugurar a bandeira com missa solene e bênção, seguidas de um banquete realizado na casa de Davi Manica. Em todas as ocasiões festivas que se seguiram, a bandeira era hasteada na fachada da casa de Pedot, que ficava no início da rua principal da vila. O forte sentimento regionalista, alimentado pelo culto à bandeira provincial, frequentemente degenerava em aversão aos italianos do reino unificado, o que não deixava de existir mesmo por ocasião da contração de relações de parentesco. (Lorenzoni apud Possamai, 2005, p. 92).

Em Bento Gonçalves, que naquela época chamava-se Colônia Dona Isabel, os trentinos faziam festa e desfilavam no dia do aniversário do Imperador da Áustria, Francisco José, dia 18 de agosto; os italianos também desfilavam no dia 20 de setembro, data da unificação italiana². Apesar desses incidentes, a convivência entre os italianos e os trentinos foi pacífica na maioria das vezes, pois o auge da rivalidade entre os dois grupos na região colonial italiana ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a Itália e a Áustria entraram em conflito.

Segundo Júlio Lorenzoni, os trentinos desfilavam no dia 18 de agosto, data do aniversário do Imperador da Áustria Francisco José. O autor relata uma festa promovida pelos imigrantes trentinos ocorrida na colônia Dona Isabel em 1885:

²Entrevista com Dary Loss Luzzato realizada em 2013.

Impossível descrever as festas, a satisfação de todos os trentinos aqui residentes (...) No dia 18 de agosto daquele mesmo ano, transcorrendo o aniversário do imperador Francisco José, os trentinos daqui e alguns de Conde d'Eu quiseram inaugurar a sua bandeira com missa solene, bênção e finalmente um lauto banquete na casa do senhor Davi Manica, que residia defronte à praça Padova (...) (Lorenzoni, 1975, p. 171-172).

A colônia Caxias, hoje município de Caxias do Sul, foi a colônia onde se instalou a maior quantidade de imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul. Um episódio ocorrido na colônia Caxias foi o casamento entre um membro da família Slomp, trentino, com Virgínia Lain, nascida em Vicenza, na Itália, que não agradou às duas famílias devido às questões de nacionalidade (Giron, 1995). Giovanni Lain e Giuseppe Slomp, pais dos noivos, divergiam politicamente. Slomp tinha um quadro com a imagem da família imperial austríaca em sua casa, o que demonstrava que venerava Francisco José: “Giuseppe tinha uma litografia colorida na parede da sala de sua casa. Já Giovanni defendia o Reino da Itália.” (Giron, 1995, p. 21). Segundo Giron, os austríacos e os italianos tiveram muitas disputas na colônia Caxias, as quais haviam trazido da Europa (Giron, 1995). Com o passar dos anos, entretanto, essas disputas diminuíram devido aos casamentos entre italianos e trentinos.

O padre trentino Giovani Batista Fronchetti veio ao Rio Grande do Sul em 1889 para auxiliar espiritualmente os imigrantes nas colônias da serra gaúcha. O padre Fronchetti, embora de fala italiana, era cidadão austríaco e admirador do imperador da Áustria, Francisco José, tendo sido, por isso, vice-cônsul da Áustria e, em 1911, condecorado com a Cruz de Cavaleiro da Ordem do Imperador Francisco José (Rubert, 1977). Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a Itália e a Áustria lutaram uma contra a outra, o jornal *Il Colono Italiano*, dirigido por ele em colaboração com padres capuchinhos franceses em Garibaldi, mostrou-se pró-Áustria, descontentando muitos italianos oriundos do Reino da Itália.

Assim, para Azzi (1993), a Itália era governada por maçons, por isso, muitos sacerdotes simpatizavam com o Império Austro-Húngaro, entre eles estavam os capuchinhos franceses, pois “[...] a ordem dos capuchinhos era particularmente ligada às monarquias católicas, em especial à casa da Áustria” (Possamai, 2005, p. 161). Em vista disso, provavelmente a atuação dos capuchinhos era mais forte entre os trentinos do que entre os italianos (Possamai, 2005).

Em 1901, o embaixador austro-húngaro no Brasil, Eugen Von Kuczynski, esteve em Porto Alegre para fazer uma visita a seus compatriotas residentes no Rio Grande do Sul.

Durante sua estadia na capital gaúcha, o cônsul fez um relatório a respeito dos austro-húngaros que residiam no estado:

Foi igualmente gratificante a forte impressão causada sobre os brasileiros pelo amor à pátria e pela fidelidade com o Império, expressas com grande entusiasmo pela nossa colônia. Pois estes, se bem tivessem conhecimento da existência em seu meio de muitos alemães, poloneses e italianos, pareciam não saber que uma boa parte deles era composta por cidadãos do grande Estado [da Áustria-Hungria]. Somente agora eles perceberam que o Império Austro-Húngaro tem trazido e ainda traz para o Rio Grande do Sul um contingente bastante considerável de pessoas capazes e trabalhadeiras, que fazem parte dos colonos alienígenas mais úteis e apreciados e aos quais se deve uma bela porção do trabalho de cultura no seu país. Quase todos os artigos publicados na imprensa local, os quais tomaram a minha visita como objeto de sua atividade jornalística, confirmaram este fato, com comentários lisonjeiros sobre a nossa colônia (...) (Prutsch, 2011, p. 6).

Conforme a autora, toda vez que um diplomata austríaco visitava as colônias no Brasil, os colonos demonstravam a sua fidelidade a Áustria através de celebrações festivas típicas de sua pátria de origem, pois os cônsules forneciam materiais como partituras do Hino Nacional Austríaco, revistas com ilustrações de Viena e retratos do imperador Francisco José, cujo aniversário costumava ser celebrado na maioria das colônias (Prutsch, 2011).

Em 1893, um grupo de imigrantes austríacos de língua alemã se instalou na colônia Ijuí. Em relação a esses austríacos, segundo Weber: “Na icônica imagem dos imigrantes austríacos que chegaram a Ijuí a partir da última década do século XIX, a homenagem ao Império faz parte da identidade austríaca” (Weber, 2021, p. 4). No município de Ijuí, os austríacos se fixaram majoritariamente na linha 6, conhecida como Rincão dos austríacos (Bindè, 2007). Em relação a estes imigrantes: “Os austríacos não perderam o contato com sua antiga pátria. Em 1909, receberam a visita do cônsul encarregado da Áustria-Hungria em Porto Alegre, Josef Kostanjevic. Este evento que deve ter sido importante para a comunidade, pelo reconhecimento recebido das autoridades austríacas” (Haiske, 2017, p. 36). Seu apelo à monarquia era bastante destacado, tanto que quando o Imperador Francisco José faleceu em 1916, os imigrantes se manifestaram em solidariedade com sua pátria de origem, “(...) quando Franz Joseph, imperador da Áustria (...) faleceu durante a I Guerra Mundial, comunidades locais enviaram ao representante do consulado do Império Austro-Húngaro em Porto Alegre uma carta de apoio com várias assinaturas” (Weber, 2021, p. 4). Também foram para a colônia Ijuí um grupo de imigrantes trentinos, e sua convivência com os austríacos foi pacífica, pois eram compatriotas apesar de

falarem línguas diferentes (Prutsch, 2011). Desta maneira, foram estabelecidos laços de solidariedade entre eles, conforme o relato do imigrante austríaco Ludwig Streicher: “Os italianos sul-tirolezes sentiam-se naquele momento tão austríacos e a solidariedade entre eles e os outros austríacos manifestou-se de muitas maneiras mais tarde na colônia” (Streicher, apud Heiske, 2017, p. 65). Manifestações de identidade austríaca como retratos do imperador ou de Viena nas casas destes imigrantes e a popularidade do nome Francisco José dado a crianças filhos de imigrantes eram comuns (Bertonha, 2018a e Prutsch, 2011). Outro fator que pode ter contribuído para reforçar a identidade como austríaco em relação aos alemães foi a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial em 1917, pois o Brasil só declarou guerra à Alemanha. O governo brasileiro praticou políticas anti-alemãs, como a proibição de jornais em língua alemã reprimindo a cultura alemã e qualquer manifestação de germanidade. Desta maneira, “esta proibição pode ter sido a razão de os imigrantes austríacos se distanciarem de qualquer nacionalismo alemão e referirem seu caráter austríaco” (Prutsch, 2022, p. 47). No entanto, “A Primeira Guerra não foi ignorada pelos imigrantes e descendentes que acompanhavam as notícias pelos jornais. (...) Entre as notícias recebidas pelos austríacos foi a morte do Imperador Franz Joseph e a coroação de Karl I em 1916” (Haiske, 2017, p. 36-37).

Os estudos mostram que havia em Porto Alegre uma comunidade austríaca relevante. Um fato importante foi quando o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, foi assassinado em julho de 1914, os imigrantes austríacos residentes na cidade mandaram celebrar uma missa na paróquia São José para homenageá-lo (Bonow, 2011). Quando a Primeira Guerra Mundial teve início em agosto de 1914, reservistas austríacos se apresentaram perante o consulado para lutar na guerra na Europa (Bonow, 2011).

Segundo os estudos de Stefan Bonow (2011), no período da Primeira Guerra Mundial houve uma solidariedade entre as comunidades alemã e austríaca na capital gaúcha em relação aos esforços de guerra aos seus países de origem. Durante as reuniões na Sociedade Germânia (a qual congregava imigrantes alemães) para tratar do apoio ao esforço de guerra, o jornal *A federação* “afirmou que as reuniões congregavam harmoniosamente as comunidades alemã e austríaca” (*A federação* 12/08/1914, apud Bonow, 2011). O autor também cita um concerto de música clássica em 1914 para arrecadar fundos para os exércitos alemão e austríaco e, em 18 de agosto de 1915, devido ao aniversário do Imperador Francisco José, foi realizada uma festa na Sociedade Germânia para arrecadar dinheiro, o qual seria doado à Cruz Vermelha austríaca (Bonow,

2011). Esses fatos demonstram que os imigrantes austríacos frequentavam os mesmos espaços sociais que os imigrantes alemães, como clubes, sociedades recreativas e igrejas.

Na Alemanha, assim como na Áustria, o imperador também tinha o título de Kaiser. Segundo os estudos de Heloísa Capovilla da Luz Ramos (2019), os imigrantes alemães e seus descendentes em São Leopoldo entre 1871 e 1918, período de existência do Império Alemão, costumavam comemorar os aniversários dos imperadores alemães Guilherme I e Guilherme II nas dependências de seus clubes sociais. A partir de 1871, quando a Alemanha se unificou politicamente, a data do aniversário do imperador passa a ser comemorada como data nacional. Assim, em 17 de março de 1877, foram comemorados os 70 anos do Imperador Guilherme I durante um baile na Sociedade Orpheu em São Leopoldo (Ramos, 2019). Nos anos de 1916 e 1917, durante a I Guerra Mundial, foram realizadas festas para comemorar o aniversário do Imperador Guilherme II nos clubes Orpheu em São Leopoldo e no Ginásio em Novo Hamburgo. A data do aniversário do Kaiser Guilherme II, 27 de janeiro, era considerada como “Dia Alemão” (Ramos, 2019). Desta maneira: “A festa do aniversário do imperador para os teuto-brasileiros tinha desde a unificação alemã, adquirido foro de data nacional (...) Era também uma festa cívica e fazia parte da manutenção da sua identidade” (Ramos, 2019, p. 144).

A figura do Kaiser foi muito importante para a construção e manutenção da identidade dos imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. Assim, conforme a autora:

Mais do que qualquer outro, o imperador foi um dos símbolos da Alemanha grandiosa para os teuto-brasileiros. As representações da antiga pátria podiam ser enquadradas entre as formas de “não esquecer”. Eram nesse sentido, maneiras de pertencer ligado á terra de origem (Ramos, 2019, p. 216).

Um objeto de pesquisa a ser explorado são as associações de socorro mútuo austríacas. As principais associações são: Viribus Unitis em Porto Alegre, sociedade Austro-Húngara de Jaguari no Rio Grande do Sul, Sociedade austro-húngara de São Bento do Sul em Santa Catarina, Associação Austríaca Donau em São Paulo, Sociedade Escolar Austro-Húngara em Ijuí.

Em Porto Alegre, havia, no começo do século XX, uma sociedade austríaca chamada *Osterreich-Ungari-Scherverein*. Existem poucas informações sobre ela e, por isso, seriam necessárias mais pesquisas a respeito dela. Paulo Possamai foi o único autor a citar a sua existência ao citar os relatos de um viajante italiano de 1906: “Em Porto Alegre havia uma sociedade austro-húngara, a *Osterreich-Ungari-Scherverein*, que provavelmente

reunia os austríacos que se expressavam em língua alemã” (Bucelli, 1906 apud Possamai, 2005, p. 90-91). Sabe-se que esta sociedade editava um jornal chamado *Viribus Unitis: organ der oesterreicher und ungarn in Brasilien*, o qual era editado em língua alemã e atualmente resta apenas uma edição que foi publicada em dezembro de 1902 e se encontra no arquivo histórico do estado de São Paulo. Como este jornal não foi digitalizado, não se sabe em qual estado de conservação se encontra e nem quantas páginas tinha. Ele seria uma excelente fonte histórica para pesquisas futuras. No entanto, pode haver outras edições em acervos particulares. Os únicos jornais austro-húngaros do Brasil foram o *Viribus Unitis* e o *Il trentino*, ambos impressos em Porto Alegre. Em relação ao último jornal, pesquisei sobre ele em minha dissertação de mestrado (Corrêa, 2018). Este jornal, impresso entre 1915 e 1917, se autodefinia como o órgão dos austro-húngaros no Brasil, era dirigido pelo médico trentino Giovanni Andreatti, o qual era presidente da sociedade Trento-Trieste, que editava o jornal e também era membro da sociedade austro-húngara local, a *Österreicher Flottenverein*³ (Bertonha, 2018c). Em setembro de 1917, o jornal mudou de nome para *Áustria Nova* (Borges, 1993). Depois disso, não foram encontradas mais informações sobre o jornal. Quanto à sociedade Trento-Trieste, as informações sobre ela são escassas. A *Österreicher Flottenverein* era presidida pelo cônsul austríaco no Rio Grande do Sul, Josef Konstanjevic.

A comunidade austríaca em Porto Alegre não era coesa, pois no ano de 1916 o Dr. Giovanni Andreatti e o cônsul Konstanjevic se desentenderam devido às diferentes opiniões em relação ao patriotismo austríaco. Segundo Andreatti, os trentinos eram primeiro católicos, depois austríacos e, por fim, italianos. Para o cônsul austríaco, “a lealdade à monarquia vinha antes do catolicismo e que nenhum padre podia ter mais poder do que o imperador, como havia ficado subentendido” (Bertonha, 2018c, p. 145). Assim, o cônsul expulsou o Dr. Andreatti da *Österreicher Flottenverein* e também pediu exoneração da sociedade Trento-Trieste, da qual Andreatti era presidente (Bertonha, 2018c). Esse fato pode ter gerado um racha dentro da comunidade austríaca, já que ambos eram lideranças comunitárias.

Giovanni Andreatti atacou o cônsul em um artigo escrito em língua alemã no jornal *Il Trentino* na edição de janeiro de 1916, desta forma se defendendo:

(...) afirmando que ambos estavam em rota de colisão já há algum tempo, tanto pelo pouco catolicismo do cônsul, como porque ele promovia iniciativas como a comemoração do aniversário do

³Provavelmente se trata da mesma sociedade austríaca anterior, mas com um nome diferente.

Imperador, em ambientes da colônia alemã, o que seria negativo para a imagem da coletividade austro-húngara (Bertonha, 2018c, p. 146).

O presente artigo demonstrou a importância do Imperador Francisco José da Áustria para a manutenção da identidade dos imigrantes trentinos nas colônias italianas da serra Gaúcha, que na época de sua chegada ao Brasil eram de fato austríacos de fala italiana, já que emigraram do Império Austro-Húngaro.

Para concluir, este artigo mostra uma pequena parte das pesquisas relativas ao assunto e espera-se que seja de utilidade para futuros pesquisadores que queiram se dedicar ao tema. Como foi demonstrado, existem muitas lacunas a serem preenchidas a respeito da imigração italiana e austríaca no Rio Grande do Sul.

Referências

ALTMAYER, Everton Leopoldino. Os tirolezes italianos e sua presença no Brasil. In: BONATTI, Mário e ALTMAYER, Everton Leopoldino (orgs). **O dialeto trentino no Brasil**. Blumenau: Nova Letra, 2016.

_____. Imigração austríaca no Brasil. In: **Tirolezes no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://tirolezes.com.br/>. Acesso em 2/9/2018.

AZZI, Riolando. O catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). **Imigrações e história da Igreja no Brasil**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.

BÉRENGER, Jean. **El imperio de los Habsburgo 1273-1918**. Barcelona: Crítica, 1993.

BERTONHA, João Fábio. Imigrantes em tempos de guerra: estrangeiros no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). In: Pátaro, Cristina Satiê; Hahn, Fábio André; Mezzomo, Frank Antonio (orgs). **Instituições e sociabilidades: religião, política e juventudes**. Campo Mourão: Editora Fecilam, 2013.

_____. **Imigrantes do Império Austro-Húngaro no Brasil: uma agenda de pesquisa**. In: BERTONHA, João Fábio (org). **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil: Nacionalismos e Identidades**. Caxias do Sul, EDUCS, 2018a.

_____. **Nem todos os italianos vieram da Itália**. A imigração dos súditos imperiais austríacos de língua italiana para o Brasil, 1875-1918. In: BERTONHA, João Fábio (org). **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil: Nacionalismos e Identidades**. Caxias do Sul, EDUCS, 2018b.

_____. **Uma “guerra de papel”**. Jornais italianos e austro-húngaros de língua italiana no Brasil, durante a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918. In: BERTONHA, João Fábio (org). **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil: Nacionalismos e Identidades**. Caxias do Sul, EDUCS, 2018c.

BINDÉ, Ademar Campos. **As etnias de Ijuí**. Os austríacos. Ijuí: [s.n], 2007.

BONOW, Stefan Chamarro. **A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial: cidadãos leais ou retovados?**. Tese de doutorado em História- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

BORGES, Stella. **Italianos: Porto Alegre e trabalho**. Porto Alegre: EST, 1993.

COSTAMILAN, Ângelo Ricardo. **Homens e mitos na história de Caxias do Sul**. Porto Alegre: Posenato arte & cultura, 1989.

CORRÊA, Marcelo Armellini. **Dos Alpes do Tirol à serra gaúcha: a questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1918)**. Porto Alegre: EST, 2018.

CUNHA, Jorge Luiz. **A Alemanha e seus imigrantes**. p. 17-58 In: CUNHA, Jorge Luiz; GARTNER, Angelika (orgs). **Imigração alemã no Rio Grande do Sul: História, Linguagem, Educação**. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

DEL HIERRO, María Pilar Queralt. Francisco José um hombre para um Imperio. **Revista historia y vida**, Barcelona, n. 480, 2008.

GIRON, Loraine Slomp. **Dom de lembrar: os Slomp**. Caxias do Sul, RS: Educs, 1995.

_____. **Do Trentino ao Trentino: imigrantes tirolezes na antiga colônia Caxias**. In: GROSSELLI, Renzo (Org.). *Trentamila tirolesi in Brasile: storia, cultura, cooperazione allo sviluppo*. Trento: [s.l.], 2005.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

_____. **A utopia concretizada: os liberais e a colonização no Brasil no século XIX. O caso dos tirolezes italianos**. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. N 38, p. 149-163, São Paulo, 1995.

_____. *Noi tirolesi, sudditi felici di don Pedro II*. Porto Alegre: EST, 1999. (Italia nel Mondo)

HAISKE, André. **Imigrantes Austríacos no Município de Ijuí: Relato Da Imigração Por Ludwig Streicher**. Trabalho de Conclusão de Graduação. Curso de Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

HOBSBOWN, Erick J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 10ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução. Armida Lorenzoni Parreira, prefácio e notas de Itálico Marcon. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MANFROI, Olivio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul:** implicações econômicas, políticas e culturais. 2.ed. Porto Alegre: EST, 2001.

POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’ Italia Siamo Partiti”:** a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

PRUTSCH, Ursula. **A emigração de austríacos para o Brasil (1876-1938).** Brasília: Embaixada da Áustria, 2011.

_____. ***Between nostalgia and nationalism: emigrants from the habsburg empire in south America.*** In: **Dve domovini two homelands n°55.** ZRC SAZU, Slovenian Migration Institute, Založba ZRC. Lubiana, Eslovenia, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.3986/dd2202.1.03>. Acesso em 1/5/2023.

RAMOS, Heloísa Helena Capovilla da Luz. **O teatro da sociabilidade:** Clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo, 1850-1930.

RUBERT, Arlindo. **Clero secular italiano no Rio Grande do Sul (1815-1930):** padres dos imigrantes. Santa Maria: Palotti, 1977.

WEBER, Regina. **Do Império à cidade multiétnica:** austríacos no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de população*, vol.38, São Paulo, 2021.

Migrações e relações interétnicas

“(…) Chamando de gringos e outros nomes”: a inter etnicidade na antiga colônia Conde D’Eu (serra gaúcha - início do século XX)

Daniele Turcato Biffi¹

Resumo

Apesar de serem conhecidas como colônias de imigração italiana, esses locais não foram formados apenas por esta etnia. A exemplo disso, temos a antiga Colônia Conde D’Eu, na Serra Gaúcha, fundada em 1870 e que passaria a ser chamada de Garibaldi, a partir de 1900. A Colônia foi povoada principalmente por imigrantes italianos e trentinos, mas também foi destino de alemães, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses e luso-brasileiros, que passaram a conviver no novo destino. Buscamos então compreender um pouco mais sobre essas relações interétnicas através de um processo-crime, datado de 1901 e disponível no Arquivo Público do estado. O processo-crime em questão trata do ferimento a bala sofrido pelo “negro” Antonio Bernardo e praticado pelo italiano Alessio Valliati, em uma casa de negócios na Linha Boa Vista, Garibaldi. O ferimento, na verdade, foi uma fatalidade, visto que o alvo era um grupo de “brasileiros” que estavam provocando os presentes e os chamando de “gringos”. Por meio da análise qualitativa desse processo-crime, tendo como base a micro-história, nosso objetivo foi o de revelar as tensões, animosidades, solidariedades e conflitos que marcaram as relações interétnicas que existiam nas Colônias. Longe de afirmarmos que essas relações foram predominantemente conflituosas, nossa intenção é contribuir para o enriquecimento da historiografia produzida acerca da Imigração Italiana. Dessa forma, para além da narrativa que prevaleceu por muitos anos, de que os imigrantes italianos ficaram isolados em suas colônias, foi possível perceber que conviveram constantemente com etnias diversas à sua e o posicionamento desses imigrantes diante de negros e “brasileiros”.

Palavras-Chave: Interetnicidade; Imigração Italiana; Garibaldi.

Introdução

Através de Decreto de 24 de maio de 1870, a Colônia Conde D’Eu foi fundada pelo presidente do estado João Sertório², em terras ditas devolutas, na região serrana do Rio Grande do Sul. A antiga colônia foi elevada à condição de município em 1900, tendo seu nome alterado para Garibaldi e seu território compreendia os atuais municípios de Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Boa Vista do Sul e o atual distrito de Imigrante, Daltro Filho.

Os primeiros imigrantes a se instalarem na Colônia Conde D’Eu foram prussianos, que chegaram a Porto Alegre em agosto de 1870. No lugar já se encontravam algumas famílias luso-brasileiras e, claro, a população indígena (Clemente; Ungaretti, 1993). Entre 1870 e 1874, chegaram à Colônia diversos imigrantes de origem alemã, austríaca, francesa, suíça, sueca,

¹ Licenciada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); e-mail: danielb2000@gmail.com

² João Sertório nasceu em 1820, em Santos (SP). Atuou como “(...) deputado nas assembleias provinciais de São Pedro do Rio Grande do Sul e, depois, de São Paulo. Hoje, o cargo corresponde ao de deputado estadual. De volta ao Estado, se tornou presidente da província entre 1869 e 1870, função hoje correspondente à de governador.” (Zarembeski, Juliano, 2016).

portuguesa e belga (Facchin, 2016). As primeiras levas de imigrantes italianos chegaram à colônia mais tarde, em 1875, junto com poloneses e trentinos, quando passou a acontecer a colonização efetiva do território.

Para compreender a imigração ao Brasil, é preciso entender, antes de tudo, que migrar era algo comum para as sociedades camponesas da Europa. Essas populações estavam acostumadas a migrações sazonais, dentro de seu território ou mesmo a países vizinhos, aproveitando os períodos de maior empregabilidade, como o da colheita. Segundo Vendrame,

(...) a migração temporária ou definitiva passou a ser entendida como mecanismo preciso de subsistência e reprodução do grupo camponês. Desse modo, os deslocamentos escondiam aspectos como estratégias demográficas, hereditárias, estrutura familiar, escolhas individuais e ciclos de vida (Vendrame, 2016, p. 69-70).

Já no país, os imigrantes precisavam se adaptar ao novo local, principalmente à vegetação e aos animais que encontravam, muito diferentes dos europeus. “No lugar de campos tranquilos e bucólicos, como muitos imaginaram, ou mesmo de áreas já domesticadas pela mão humana, com as quais estavam acostumados, os forasteiros encontraram um cenário intimidador” (Bublitz, 2010, p. 55), cheio de matas, árvores gigantescas e animais desconhecidos.

A adaptação a esse cenário dispar contou com o auxílio de “brasileiros velhos” ou “habitantes primitivos”, como Júlio Lorenzoni afirma:

Era interessante quando encontrávamos algum brasileiro velho [...] e interessado em ensinar-nos o efeito que produziam as diversas ervas medicinais que se achavam na região. [...] Esses habitantes primitivos que encontramos eram uma espécie de índios, que viviam de caça e pesca, seminus e, portanto, hábeis conhecedores da eficácia daquelas ervas (Lorenzoni, 1975, p. 75).

Desse modo, os imigrantes aprenderam mais sobre sua nova terra através do contato com os brasileiros e indígenas que encontraram. Apesar disso, relatos de ataques indígenas permaneciam presentes nas memórias, sobretudo dos imigrantes alemães, grupo que teve mais contato com a população indígena local³, alimentando o medo entre os colonos.

Assim, diante de tantas etnias e culturas diferentes, as relações foram muito diversas e alguns locais se tornaram sinônimo de sociabilidade, sobretudo aos domingos, como as vendas e casas de negócio, igrejas e festas de comunidade. Eram locais e momentos de integração entre

³ Para saber mais sobre as relações sociais entre indígenas e imigrantes alemães e italianos, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ver: DORNELLES, Soraia Sales. De Coroados a Kaigang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2011.

os moradores, de se abastecer dos itens que não produziam e de praticar sua religião.

Nosso objetivo, então, é compreender um pouco mais sobre como se deram essas relações interétnicas na antiga Colônia Conde D’Eu, através da análise de um processo-crime datado de 1901. A análise foi baseada na micro-história e aliada à bibliografia existente, sobretudo a produzida através da História vista de baixo.

Os processos-crime caracterizam-se por serem fontes judiciais que nos possibilitam, através do crime investigado e dos depoimentos das testemunhas, observar mais de perto a realidade das camadas populares. Por meio destes depoimentos, obtemos vislumbres das “(...) relações de amizade, parentesco, vizinhança e sobrevivência” (Grinberg, 2009, p. 126).

No entanto, é preciso observar que:

Os processos criminais são fundamentalmente fontes oficiais, produzidas pela Justiça [...]. Por conta disso, é fundamental que os processos sejam tomados também como ‘mecanismos de controle social’, marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão. [...] que decidiam o que devia constar nos autos, de acordo com as regras legais preestabelecidas nos códigos penais (Grinberg, 2009, p. 126-127).

Ou seja, o que consta nos autos de um processo-crime são versões que podem ter sido interpretadas pelos agentes oficiais. Quem analisa um processo-crime precisa estar atento aos vislumbres que podem surgir e compreender ainda que o objetivo das testemunhas é sempre a defesa ou a acusação do réu. (Grinberg, 2009; Neves, 2021).

Mesmo que nossa pesquisa utilize uma análise qualitativa das fontes encontradas, é necessário salientar que os casos de conflitos que resultam em processos-crime, ou até mesmo em denúncias policiais, são apenas uma pequena fração dos conflitos reais. Muito disso corresponde à desconfiança por parte dos imigrantes do aparato judicial, bem como a uma sensação de dever - pois os homens responsáveis pela família deveriam ser capazes de resolver os conflitos que os envolvessem.

Relações Interétnicas

A vinda de imigrantes europeus para o Brasil foi propiciada pelas discussões a respeito das questões de raça, que atingiram seu auge no século XVIII. Nesse período, essas concepções passaram a ter uma definição científica, que “(...) ligaria a inferiorização racial a grupos específicos, sempre colocando como ápice evolutivo o homem caucasiano, branco e europeu. Não é surpresa que as sociedades e raças consideradas inferiores fossem aquelas que passavam por processos de colonização e escravismo” (Neves, 2021, p. 21).

Ao chegarem, os imigrantes absorveram essas concepções de superioridade racial dos brancos, em oposição à inferioridade de negros e indígenas, difundidas no Brasil, colaborando com o fato de que eram direcionados, ao menos no Sul do país, a colônias “suas”. Assim, desenvolveram certo sentimento de posse e de diferenciação com o *outro*. Contudo, isso não significa que esses imigrantes estivessem etnicamente isolados. Como já citado anteriormente, diversas etnias conviviam nas Colônias, a exemplo de Conde D’Eu, marcada pela presença de alemães, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses, italianos e luso-brasileiros.

Essas relações interétnicas ocorriam desde o embarque, na chegada ao Brasil e principalmente nas colônias, através do contato com outros europeus ou com brasileiros, negros e indígenas. As dificuldades e alteridades variavam desde o idioma, características físicas, até os hábitos e cultura.

Ao descrever a viagem e chegada da família ao Brasil, Júlio Lorenzoni (1975) aponta o estranhamento em relação aos negros na ilha de São Vicente, onde o navio havia parado para se abastecer. Segundo o autor, “(...) Para nós, italianos, tudo isto era estranho, pois nunca tivéramos oportunidade de ver tantos espécimes desta raça [*negros*] juntos” (Lorenzoni, 1975, p. 29). Em Rio Grande, Lorenzoni descreve ainda a grande quantidade de escravizados e de “mulatos” que encontraram.

Monsma (2007), ao pesquisar as relações entre negros e imigrantes em uma cidade paulista, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, apresenta que na maioria dos casos os dois grupos étnicos ocupavam os mesmos espaços de trabalho. No entanto, ao olhar-se para os casos de violência, percebe-se uma “disputa” de mando/obediência:

(...) Quando um negro agrediu um imigrante, tipicamente foi em resposta a uma atitude de superioridade e autoridade que este havia assumido, sem justificativa. Quando um europeu feriu ou matou um afro-brasileiro, geralmente foi depois de este ter afirmado sua igualdade e dignidade abertamente, insistindo em trato igual (Monsma, 2007, p. 115).

Ou seja, ao procurarem se diferenciar dos negros, os imigrantes, sobretudo os italianos, não podiam “admitir” que estes desfrutassem de um tratamento igualitário. A percepção que os imigrantes tinham a respeito dos “negros”⁴ ou “brasileiros”, como chamavam, assim como dos indígenas, sem dúvidas, era de “(...) indivíduos que repudiavam o trabalho, como preguiçosos, reproduzindo o discurso presente na sociedade brasileira, que sobrevalorizava a capacidade de

⁴ Como adendo, é importante salientar que nem sempre o termo “negro” referia-se a pessoas etnicamente pretas, mas também poderia fazer alusão a afrodescendentes e a luso-brasileiros. Infelizmente, as fontes utilizadas carecem de maiores detalhes, impossibilitando compreendermos melhor o sentido de seu uso. Desse modo, entenderemos o termo “Negro”, neste artigo, com o sentido de indivíduo preto, pardo e/ou afrodescendente.

trabalho dos imigrantes italianos em relação aos nacionais” (Pereira, 2011, p. 53).

Segundo Helga Piccolo, em “Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções interétnicas e ideológicas no século XIX” (1990), alguns conflitos deram-se, também, entre italianos e alemães na nova terra. Para a autora, as primeiras fricções devem ter ocorrido “(...) no campo comercial, uma vez que nos primeiros tempos da colonização itálica, o excedente da produção era escoado por Caí e o comércio desta produção estava nas mãos de alemães que, com ele, acumulavam” (Piccolo, 1990, p. 581). Se considerarmos que os imigrantes precisavam comprar diversos mantimentos e vender suas produções e que a grande maioria dos comércios concentrava-se nas mãos de imigrantes alemães, essa afirmação faz sentido. No entanto, apesar do foco da autora ser nos imigrantes italianos e alemães, dos quais dispomos de mais fontes, é preciso lembrar que outros grupos imigrados também podem ter tido os mesmos problemas ao negociar suas mercadorias.

Enrico Perrod, em seu relatório no Boletim Consular de 1883, procurou evidenciar as vantagens e o “sucesso” das colônias italianas no Estado. Perrod deixou claro sua opinião sobre indígenas, portugueses e alemães, ao afirmar que o desenvolvimento e a produção das colônias italianas no Rio Grande do Sul:

(...) giammai sarebbero spuntati da' suoi elementi indigeni neppure dal tedesco e dal portoghese. Poichè le colonie tedesche vecchie di 40 anni, sono rimaste povere relativamente alle nostre, e non hanno saputo estrarre da questo suolo se non i prodotti già conosciuti ai brasiliani (Herédia; Romanato, 2016, p. 126)⁵.

Assim, fica clara a posição que os cônsules italianos e, provavelmente, os próprios imigrantes italianos tinham de si próprios: eles eram superiores aos indígenas, alemães e portugueses que estavam na região, pois, em pouco tempo, tinham desenvolvido-na. Novamente, fica clara a supervalorização do imigrante italiano com relação a todos os demais, mesmo aqueles que compartilhavam dos espaços colonizados.

No entanto, não eram apenas os imigrantes que estavam imbuídos de preconceitos. Ao analisar os ofícios dos Inspectores Especiais, Luchese (2009) identifica que houveram reclamações de maus tratos por parte dos imigrantes, principalmente no que se referia à alimentação. Mas, o que mais chama a atenção é o Ofício do Inspetor Especial Carlos Jansen, de 1878. Nele, Jansen afirma que sempre sobrava comida, “depois da primeira e inteira distribuição de pão, [quando] faz-se outra gratuita, por terem sobrado pães. Se, pois, tais

⁵ Tradução: “(...) nunca teriam surgido dos seus elementos indígenas, nem mesmo dos alemães e portugueses. As colônias alemãs, por terem 40 anos de idade, têm-se conservado pobres em relação às nossas, e não têm podido extrair deste solo senão os produtos já conhecidos dos brasileiros” (Herédia; Romanato, 2016, p. 126).

imigrantes andam pedindo esmolas pelas ruas, só é devido a sua índole, pois que muitos vêm aqui sob o título de agricultores, mas que na Europa eram verdadeiros mendigos”⁶.

Assim, percebe-se que nem todos os brasileiros aprovavam a vinda dos imigrantes. Outra questão parecida é relatada por Lorenzoni (1975), que, ao reclamar de um diretor da colônia, afirma:

“(...) os poucos brasileiros, moradores na colônia, que só viam em qualquer imigrante italiano um elemento de desordem e um parasita, quando, em vez disto, o nosso colono representava o trabalho, a economia, a persistência, a obediência às leis [...]. Mas com todas essas belas qualidades, o mais agradável título que lhe davam, era: GRINGO!” (Lorenzoni, 1975, p. 164).

Essa visão de imigrantes desordeiros e “parasitas” ia contra a visão que os próprios imigrados possuíam de si e queriam passar para os demais. Em sua concepção, por terem derrubado o mato e “construído” as colônias, os imigrantes deveriam ser mais valorizados. Enquanto isso, para muitos brasileiros, a percepção era justamente a de imigrados que necessitavam de altas somas de dinheiro do governo, dando pouco retorno e causadores de várias desordens e brigas.

Diante disso, podemos identificar a presença de diversos grupos étnicos na Colônia Conde D’Eu, no ano de 1877, através do Relatório apresentado pelo Ministro e Secretário de Estados e Negócios da Agricultura, Obras Públicas e Comércio, Thomaz José Coelho⁷, que refere-se tanto à Conde D’Eu quanto à Colônia Dona Isabel. No relatório, o Ministro cita a presença de “brasileiros”, “franceses”, “prussianos”, “italianos”, “tirolezes” e até “ingleses”.

Como citado anteriormente, essa população costumava se encontrar nos chamados espaços de socialização, como a Igreja e as vendas, onde a convivência com outros grupos étnicos era inevitável, o que não impedia que o preconceito estivesse presente. São nesses momentos que os conflitos surgiam, principalmente entre imigrantes italianos e seus descendentes e os “brasileiros”, como eram denominados os moradores da região de descendência luso-brasileira e os negros (Vendrame; Zanini, 2014, p. 129-130)⁸.

Exemplo claro de conflito envolvendo imigrantes italianos e negros é o estudado por Vendrame (2020), ao analisar o assassinato de Adão Luiz dos Santos, em Caxias do Sul, cidade

⁶ Ofício nº 224 da Inspetoria Especial de Terras e Colonização, de 05/07/1878. Lata 280, maço 09, AHRGS - (Luchese, 2009, p. 46).

⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa na Primeira Sessão da Décima Sexta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Obras Públicas e Comércio, Thomaz José Coelho de Almeida, 1877 – Transcrição encontrada no AHMG.

⁸ Um caso de conflito entre italianos e um negro, ocorrido em uma casa de negócios, foi analisado por NEVES, Norton. “Não o querem pela razão da cor que tisa sua pelle”: Masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma região de imigração italiana (Caxias do Sul/RS, 1899-1910). Dissertação de Mestrado - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021.

próxima da Colônia Conde D'Eu, já no início do século XX. Para além da questão da solidariedade étnica apresentada pelas autoridades com os imigrantes infratores, é interessante visualizar as motivações do conflito.

A questão teria começado quando Adão protestou sobre o local disponibilizado para que ele e a esposa pernoitassem, junto com outros operários: “(...) Adão tomou a decisão de abandonar o local de trabalho. Porém, antes disso, protestou e mostrou-se bastante desrespeitoso” (Vendrame, 2020, p. 504). Visando “resolver” a situação, Adão foi contido, amarrado pelas mãos e pelo pescoço a um cavalo, sendo arrastado pelas estradas e, por fim, enforcado.

Há uma clara demarcação étnica presente e, segundo a autora, mais do que os insultos proferidos por Adão, o que teria ofendido os italianos teria sido o fato dele não aceitar as condições de moradia oferecidas. O comportamento de Adão foi considerado uma “afronta”, principalmente sua não submissão:

(...) o uso da classificação ‘negro’ aparece nos discursos das testemunhas e autoridades como uma característica que justifica o comportamento agressivo e a própria necessidade de controle das atitudes do prisioneiro. A questão étnica e a cor demarcam uma diferenciação e justificavam o uso da violência (Vendrame, 2020, p. 505).

Ocorrências como essa não foram raras nas colônias de imigração italiana, já que era percepção geral dos imigrantes e seus descendentes que o uso da violência era aceitável contra “negros” e “brasileiros” que buscassem respeito ou tratamento igual aos dados aos próprios imigrantes. Vendrame (2020) ainda afirma que “(...) Casos de linchamentos eram seguidos pela formação de redes de proteção, para que os autores das mortes não fossem descobertos” (Vendrame, 2020, p. 509).

São situações que buscavam “restabelecer uma determinada ordem rompida” através de linchamentos e atos de humilhação pública, como atrelar Adão pelo pescoço ao cavalo. Apesar de não serem frequentes nas fontes, é preciso ter em mente que os registros são apenas uma pequena parcela dos casos reais, são os delitos que saíram do controle e tomaram proporções maiores (Vendrame, 2020).

Para compreender a existência de conflitos interétnicos, é preciso conceber que a Região de Colonização Italiana, da qual a Colônia Conde D'Eu faz parte, é definida pelas suas particularidades, não apenas como um local. Segundo Márcio Biavaschi (2011) a “região seria o local onde parte dos grupos sociais torna-se dominante por meio de alianças, construindo sua liderança por meio do acúmulo de capital simbólico, ao controlar seu poder impondo-se acima dos demais grupos sociais tornando-os, então, subalternos” (Pesavento *In*: Biavaschi, 2011, p.

22). Ou seja, através de alianças e de identificação com o capital simbólico, tem-se uma “hierarquia”, onde o grupo principal é quem detém a liderança, possibilitando assim, a exclusão de outros grupos com quem não se identificam.

“(...) chamando de gringos e outros nomes”

No dia 23 de setembro de 1901, as autoridades da Vila de Garibaldi foram informadas de que Antonio Bernardo havia sofrido um ferimento no dia anterior, na venda de Vincenzo (ou Vicente) Telck, onde, segundo depoimentos, alguns imigrantes e descendentes estavam jogando cartas, bebendo e comendo. Na denúncia, apresentada no Processo-Crime Nº 710, de 1901⁹, consta que

No dia 22 do corrente, às 7 horas da noite, na linha Boa Vista, município de Garibaldi, na casa de negocio de Vincenzo Telck, achando-se Antonio Bernardo em companhia de outros, ali entrou Ludovico de tal acompanhado de mais quatro companheiros, todos armados de facão provocando e ameaçando a quanto ali se achavam. Diante de tamanha surpresa, os agredidos procuraram escapar-se não o tendo conseguido Alessio Valliati, que, impedido pelos agressores, atirou sobre os mesmos, ferindo a Antonio Bernardo que aliás não fazia parte d’aquelle grupo.¹⁰

Os procedimentos tomados pelas autoridades, incluíram o exame de corpo de delito em Antonio Bernardo (50 anos, viúvo e brasileiro), realizado já no dia 24 de setembro, onde consta que o ferimento havia sido causado por uma bala na região glútea direita, saindo do lado esquerdo e contendo um centímetro de diâmetro. Os peritos (não profissionais) avaliaram o dano em 150\$000 (cento e cinquenta mil réis).

Os primeiros relatos, inclusive do ofendido, confirmam a denúncia, afirmando que um “brasileiro” teria chegado na venda acompanhado e armado, ameaçando e provocando os presentes que procuraram fugir, tendo Alessio Valliati (28 anos, casado e natural da Itália) ficado encurralado e, procurando defender-se, teria atirado - errando os agressores e acertando Antonio Bernardo. Nos depoimentos prestados, as armas usadas pelos “brasileiros” em questão variam entre adagas, facas ou facões.

Devido ao pequeno ferimento e à previsão de recuperação feita pelos mesmos peritos, de 20 dias, assim como o fato de o ferimento não ter sido feito intencionalmente, o acusado, Alessio Valliati, é denunciado no grau mínimo do artigo 303 do Código Penal da República,

⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 710, Comarca da Vila Cahy, Maio 14, 1901. Optamos, neste trabalho, por manter a grafia original da fonte.

¹⁰ Idem.

com atenuante do artigo 42, parágrafo terceiro.

Segundo o Código Penal da República, de 1890, consta no Art.º 303: “Offender physicamente alguém, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue: Pena - de prisão celllular por tres mezes a um anno”¹¹. Já no Artigo 42, que trata de circunstâncias atenuantes, consta, no parágrafo 3º o seguinte: “§3º Ter o delinquente cometido o crime em defesa da propria pessoa ou de seus direitos, ou em defesa das pessoas e direitos de sua familia ou de terceiros”.¹²

Os depoimentos, no desenrolar do processo, vão esclarecendo alguns detalhes. O primeiro é de Danielli Lotti (25 anos, casado, natural da Itália), que afirma ter encontrado o grupo em outra casa, onde estaria acontecendo um baile. Procurando evitar problemas, o dono da casa havia mandado todos embora e fechado-a. Porém, ao se dirigir para o negócio de Telck também chegaram

(...) esses quatro desconhecidos, [que] começarão de novo a provocar a todos ahi chamando de gringos e outros nomes, e em vista desta ameaça, tratarão os que não fasia parte desse grupo, de fugir, evitando assim qualquer conflito, não podendo fugir Alessio Valliate que foi impedido pelos agreçores, este para defender-se foi obrigado a puchar pelas suas armas, e tirando a pistola deu um tiro contra o grupo, acertando no preto Antonio Bernardo, que estava ahi nesse momento.¹³

O próximo depoimento é de Francisco Rama (19 anos, solteiro, brasileiro), que informa que os indivíduos, estavam “(...) armados de espada deseinhada davão digo tentavão dar em todos, e sempre conseguirão dar um planchasso em Alessio que tendo ficado só na venda porque os outros fugirão”¹⁴. Sendo assim, o que se percebe é que, além de sentir-se insultado pelas palavras proferidas pelos “brasileiros”, Alessio Valliati também teria sido agredido fisicamente pelo grupo, o que o levou a se defender.

O depoimento do dono da casa de negócio, Vincenzo Telck (48 anos, casado, austríaco), arrolado como testemunha pela defesa, afirma que Alessio estava jantando em sua casa, quando apareceram “(...) quatro individuos de nacionalidade Brasileira, que de espada desembanhada e em attitude ameaçadora, provocaram as demais pessoas que pacificamente ali se achavam; as quaes, umas impellidas pelo medo, e outras para evitarem um conflicto resolveram sahir”¹⁵.

¹¹ Código Penal da República, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm.

¹² Código Penal da República, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm.

¹³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Processo-crime nº 710, Comarca da Vila Cahy, Maço 14, 1901. Optamos, neste trabalho, por manter a grafia original da fonte.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

Ao serem questionados sobre a conduta de Alessio, todas as testemunhas afirmam ser “boa pessoa” e ter “conduta exemplar”. Além disso, declararam que Alessio e Antonio Bernardo eram bons amigos, não havendo nenhuma rixa ou inimizade entre os dois.

O ofendido, Antonio Bernardo, ao ser novamente interrogado, declara que no dia dos fatos,

(...) dirigio-se elle a casa de negocio de Vicente Telck, afim de faser algumas compras. Ahi chegado encontrou grande numero de pessoas que formando diversos grupos estavam palestrando e entre elles achava-se o denunciado. Derepente foi invadido a casa por quatro ou cinco individuos, de nacionalidade brasileira, que armados de espada, procurando agredir as pessoas que ali se achavão. Em vista da attitude ameaçadora dos recém chegados, muitas pessoas fugirão, não tendo elle depoente podido sahir devido a grande confusão que ali se estabeleceu. [...] o denunciado puchou de uma pistola que consigo trazia, e por diversas veses intimou os seus agressores, que recuassem do contrario faria fogo sobre elles; e como os referidos turbulentos cada vez mais apertassem o denunciado sobre um canto da casa, este vio-se na dura contingencia de faser fogo. Antes porem de detonar o tiro foi elle respondente agarrado pelos dois individuos, que o empurraram na frente da arma, razão pela qual sahio elle ferido. ¹⁶

A própria vítima do ocorrido confirma as alegações das testemunhas e do denunciado, que Alessio havia agido em legítima defesa contra o grupo que o estava agredindo - sendo o ferimento causado em Antonio Bernardo uma fatalidade. Ao final do processo, Valliati foi absolvido pelo Juiz da Comarca Dantos Gomercindo Taborda Ribas.

Antes de passarmos para nossas considerações, é importante destacarmos que nosso objetivo não é afirmar se a sentença está certa ou errada, mas sim analisar pequenos detalhes do desenvolvimento do processo que contribuirão para uma melhor compreensão das relações interétnicas na Antiga Colônia Conde D’Eu.

Para isso, iniciaremos observando as alegações escritas do denunciado, apresentadas já ao final do processo. Alessio Valliati, através de seu advogado, Domingos Mincarone, afirma que

Estava o denunciado, sentado a uma mesa comendo, mui tranquillamente, quando inopinadamente alli chegarão quatro individuos de côr preta, [...] todos armados; e penetrando na casa de espadas em punho, sem o menor motivo, levantarão uma berraria infernal, ameaçando espancar a todos os que se achavão presentes! Aterrados pelas ameaças desses quatro fascinoras, procurão todos escapar-se [...]. Nessa ocasião, investirão sobre elle denunciado, o qual [...], puchando de uma pistola, pa amedrontar seus agressores, que insistentemente o perseguião, cercando-o por todos os lados! Tendo o denunciado, sempre recuado, e defendendo-se com a pistola, arma com que aparara os golpes que lhe são desferidos, tocado a um angulo da casa,

¹⁶ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Processo-crime nº 710, Comarca da Vila Cahy, Maço 14, 1901. Optamos, neste trabalho, por manter a grafia original da fonte.

sem poder mais recuar; nessa ocasião recebeu uma forte pancada de espada sobre o braço direito desfechando a arma que tinha na mão direita, sobre seus agressores; mas, que elles fizeram com que o projectil se fosse empregar em uma das nadegas de Antonio Bernardo, que nesse momento, fora por elles empurrado, n'um abrir e fechar d'olhos, sobre o denunciado, como para lhes servir de trincheira. O denunciado, vendo-se entre a espada e a parede, ameaçado de morte, por essa mantilha de malvados; arrastado pelo direito de necessidade absoluta e extrema, não podia obrar de outra maneira; e foi pena não ter morto um desses bandidos, para exemplo dos outros. (Grifos da fonte)¹⁷

Em sua defesa escrita, Valiatti buscou se posicionar como homem virtuoso, que estava, assim como os demais, apenas procurando se divertir ou alimentar-se, opondo-se aos malvados “negros” que invadiram a casa e prejudicaram a todos. Portanto, em sua visão, tinha o dever de proteger os companheiros ali presentes.

Com certeza, o ato de revidar os insultos e agressões sofridas se encaixava nas definições de defesa da masculinidade e honra, muito comuns no período. Porém, ao analisarmos um conflito envolvendo imigrantes e descendentes e um grupo de “brasileiros”, como são chamados, outros pontos começam a saltar aos olhos.

Os imigrantes que se estabeleceram no Brasil e particularmente na colônia aqui estudada, compartilhavam da noção de que eram superiores em relação à população negra e indígena, conforme já mencionado. Muito se deve ao cientificismo do século XIX e XX, que justificava a inferioridade de negros e indígenas em comparação com a população europeia, justificando, também, as agressões sofridas pelos primeiros. Além disso, o fato de que os imigrantes europeus haviam sido “escolhidos” para ocupar estas terras dava a estes a sensação de posse sobre o local e superioridade em relação aos demais.

A primeira questão a ser analisada são os “insultos” que estavam sendo proferidos pelo grupo contra os imigrantes e descendentes, sendo esses chamados de “gringos”¹⁸. Ao pesquisarmos sobre o significado do termo, encontramos no site Conceitos.com (2016)¹⁹ que a palavra gringo é de uso comum na América Latina. Ela é empregada num sentido pejorativo para referir-se aos estrangeiros. Já a definição apresentada pelo Google, através do dicionário Oxford Languages, é de “(...) indivíduo estrangeiro, residente em ou de passagem pelo país.” - mas também contém o alerta de ser um termo pejorativo.

Ao serem chamados de gringos, ainda mais por pessoas negras, os imigrantes e seus

¹⁷ Idem.

¹⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Processo-crime nº 710, Comarca da Vila Cahy, Maço 14, 1901. Optamos, neste trabalho, por manter a grafia original da fonte.

¹⁹ Editora Conceitos.com (dez., 2016). Conceito de Gringo. Em <https://conceitos.com/gringo/>. São Paulo, Brasil. Acesso em: 26/10/2023.

descendentes (que tinham sido “escolhidos” pelo governo para ocupar aquelas terras), eram vistos e se consideravam superiores aos “negros”. Uma hierarquia havia sido rompida: os negros, que deveriam ficar quietos e eram julgados inferiores, haviam afirmado que os imigrantes que ali se achavam eram gringos, estrangeiros, que não pertenciam àquele lugar. Também podemos contrapor ao fato de que se estavam chamando-os de gringos, eles se colocavam e assumiam a identidade de brasileiros, portanto, pertencentes.

Situação semelhante à criticada por Júlio Lorenzoni e já analisada neste artigo, no qual o autor, um imigrante italiano, afirma que alguns brasileiros viam os imigrados como desordeiros e parasitas, chamando-os assim de “gringos”. Para ele, essa palavra não demonstrava a valorização do trabalho que haviam feito nas colônias ou tudo o que, em sua concepção, representavam.

Nota-se, também, e esta é nossa segunda questão, que no desenvolver do processo há uma clara diferença no tratamento entre os negros e os imigrantes e descendentes que se achavam na casa de negócios. Essa alteridade fica evidente ao analisarmos os termos com que todos eles são tratados nos depoimentos. Para os negros, os termos usados são “provocadores”, “barulhentos” e “ameaçadores”, se olharmos as declarações de Alessio Valliati, ainda podemos acrescentar “fascínoras”²⁰, “matilha de malvados” e “bandidos”. Já os outros, os imigrantes e seus descendentes, são retratados sempre como “pacíficos”, pois estavam se divertindo em uma casa de negócios e tiveram que fugir amedrontados do grupo de agressores.

Portanto, o que podemos ver no processo é a justificação dos atos de Alessio Valliati perante os “negros” que desrespeitaram e insultaram os imigrantes, ao entrar com armas em punho, falando alto e os chamando de “gringos”. Os termos usados para descrevê-los demonstram uma clara diferenciação entre os grupos.

Com isso, chegamos a um terceiro tópico: as alegações de Alessio Valliati. Mesmo tendo sido entregue após as audiências e, portanto, após todos os depoimentos a seu favor, em que Alessio é apresentado como uma pessoa tranquila, que só queria jantar, quando foi interrompido pelos “(...) indivíduos de côr preta”²¹. A todo momento, segundo suas alegações, ele apenas procurou defender-se, enquanto os facínoras continuavam a avançar e a tentar feri-lo.

Sem escapatória, precisou defender-se (agressivamente), “infelizmente” não matando

²⁰ Facínora: Pessoa que comete crimes de maneira cruel e perversa; perverso. Definição encontrada em Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/facinora/>.

²¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs). Processo-crime nº 710, Comarca da Vila Cahy, Maço 14, 1901. Optamos, neste trabalho, por manter a grafia original da fonte.

nenhum dos negros que participavam do ato: “(...) O denunciado, vendo-se entre a espada e a parede, ameaçado de morte, por essa mantilha de malvados; arrastado pelo direito de necessidade absoluta e extrema, não podia obrar de outra maneira; e foi pena não ter morto um desses bandidos, para exemplo dos outros”²².

Apesar de ser retratado como pacífico e como a grande vítima de tudo, mesmo que quem tenha sido ferido foi o “negro” Antonio Bernardo, Valliati demonstra com essa declaração o quanto considerava-se superior aos negros que tumultuaram a casa de negócios, pois, segundo ele, teria o direito de matar um do envolvidos, para que os demais “aprendessem”. Também é possível perceber que essa era uma forma de pensar muito comum na sociedade em questão, já que foi uma declaração que passou por várias instâncias da Justiça (advogado, escrivão, juiz, etc.) sem sofrer reprovação alguma.

O fato de terem falado bem da relação de Valliati e Antonio Bernardo ou mesmo de terem alegado ser este último uma boa pessoa, além de servir ao objetivo do processo - demonstrar que o tiro havia sido acidental e inocentar Valliati-, pode servir para considerarmos as atitudes de Antonio Bernardo na comunidade. Claro, não dispomos de material suficiente para apresentar fatos, mas podemos supor que Antonio, homem “negro” em uma colônia de imigração europeia, poderia ter aceito o papel a ele imposto e o tratamento inferior. Assim, ao conformar-se com o espaço a ele relegado, Antonio Bernardo pode ter sido interpretado pelos imigrantes como tolerável.

Considerações Finais

Dessa forma, pretendemos, com este artigo, entender mais sobre as relações interétnicas travadas na antiga Colônia Conde D’Eu, atual Garibaldi, no início do século XX. Essa pesquisa visa ajudar a suprir uma lacuna existente na historiografia sobre a região, que, centrada nos aspectos positivos ou na memória criada sobre a imigração, relega ao esquecimento a complexidade das relações entre os imigrantes e seus descendentes. Pesquisar mais a fundo as sociedades imigrantes que se formaram na região colonial tem por função, e resultado, enriquecer nossa percepção a respeito da visão existente sobre os imigrantes italianos e as relações que estabeleceram com outros grupos.

Como metodologia, utilizamo-nos da historiografia produzida sobre imigração e conflitos étnicos, sobretudo a caracterizada pela História Social, a história vista de baixo. Como foco

²² Idem.

principal, no entanto, temos a análise qualitativa de fonte judicial, mais precisamente, de um processo-crime.

Nosso objetivo era investigar se houveram conflitos derivados das diferenças étnicas e como se desenvolveram na região. A hipótese de que as relações entre os imigrantes eram muito mais diversas do que as costumeiramente apresentadas pela historiografia tradicional mostrou-se verdadeira. Esta historiografia, ao falar dos imigrantes italianos, sobretudo, costuma apresentá-los como únicos moradores da região, completamente pacíficos, laboriosos e religiosos. No entanto, os processos-crime e a bibliografia explorada por nós deixam clara a presença de outras nacionalidades coabitando esses espaços, apresentando, também, situações diversas às de pacificidade.

Sendo assim, foi possível perceber que as relações interétnicas entre os moradores da Colônia Conde D'Eu, no final do século XIX e início do XX, foram variadas. A presença de imigrantes de diversas origens e nacionalidades pode ser confirmada nos relatórios dos diretores da Colônia, na historiografia e relatos dos imigrantes, nos Boletins Consulares e também, no processo-crime aqui analisado.

As relações interétnicas travadas na Colônia Conde D'Eu foram muito ambíguas e diversas, podendo ser caracterizadas como amigáveis, respeitadas, de inimizade ou agressivas. O principal exemplo é o processo-crime analisado, ao vermos que o réu, italiano, parecia manter com o ofendido, um negro, boas relações; enquanto que o grupo de negros que estavam fazendo algazarra na casa de negócios o incomodou e foram descritos, nos autos, como “provocadores”, “barulhentos” e “ameaçadores”.

O que se percebe, portanto, é que a presença de um grupo superior numericamente estreitou as possibilidades e ações dos demais, sob sentimentos de posse e pertencimento e da exclusão dos *outros*. Mas também foram relações pautadas pelas diferenças, pelos conceitos e pensamentos vigentes no período e que foram adotados pelos imigrantes ao chegarem aqui.

Esperamos que, a partir deste artigo, mais pesquisas sejam desenvolvidas sobre a temática e a região, aprofundando o que aqui apenas começamos a compreender. A temática de relações interétnicas contém infinitas possibilidades, inclusive de fontes - jornais, fontes orais, fotografias, etc. -, mas que também podem ser abordadas de diferentes maneiras a partir do olhar do pesquisador.

Referências

- BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. **Relações de Poder Coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o Período Borgista (1903-1928)**. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2011.
- BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na Floresta Subtropical: uma história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2010.
- CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FACHIN, Gabriela. **Imigração Italiana na Colônia Conde D’Eu e a Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D’Itália**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Vale do Taquari (Univates), Lajeado, 2016.
- GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- HERÉDIA, Vania B. M; ROMANATO, Gianpaolo (Orgs.). **Fontes Diplomáticas: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Educs, 2016, Tomo I, p. 117-141.
- LORENZONI, Júlio. **Memórias de um Imigrante Italiano**. Trad. Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- LUCHESI, Terciane Ângela. **Relações de Poder: Autoridades Regionais e Imigrantes Italianos nas Colônias Conde D’Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves – 1875 a 1889**. Curitiba: Editora CRV, 2009.
- MONSMA, Karl. **Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914**. Notas de pesquisa. São Leopoldo: Revista História Unisinos, v. 11 nº 1 - jan./abr. 2007.
- NEVES, Norton. **“Não o querem pela razão da cor que tisa sua pelle”: Masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma região de imigração italiana (Caxias do Sul/RS, 1899-1910)**. Dissertação de Mestrado - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021.
- PEREIRA, Sylrêa Marques. “Ser Italiano” no Brasil ou Como Viver entre Dois Mundos. In: MARTINS, Ismênia de L.; HECKER, Alexandre (Orgs.). **E/Imigrações: Histórias, Culturas, Trajetórias**. São Paulo: Expressão e Arte, 2011.
- PICCOLO, Helga Iracema L. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções inter-étnicas e ideológicas no século XIX. In: **A Presença Italiana no Brasil - Vol. II**. Luis A. de Boni (Org.). Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 577-593.
- VENDRAME, Maíra Ines. **“Não tinha medo dos gringos”: violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil**. São Leopoldo: História Unisinos, v. 24, nº 3, set./dez. 2020, p. 502-515.
- _____. **O Poder na Aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.
- _____. ZANINI, Maria Catarina C. **Imigrantes Italianos no Brasil Meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais**. Revista de Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 40, nº1, jan/jun. 2014, p. 128-149.
- _____. **Ofensas, reparações e controle comunitário: a justiça dos imigrantes italianos nos**

núcleos coloniais do Sul do Brasil. Caxias do Sul: Métis: história & cultura, v. 12, nº23, jan/fev. 2013, p. 218-232.

ZAREMBSKI, Juliano. **Saiba quem são as pessoas que dão nome a importantes avenidas da Capital.** Zero Hora, 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2016/10/saiba-quem-sao-as-pessoas-que-dao-nome-a-importantes-avenidas-da-capital-7513923.html>. Acesso em: 26/06/2025.

A força da capela na comunidade de origem italiana

SCHVARSTZHaupt, Rosalina Luiza Cassol
Universidade de Caxias do Sul (UCS)
rlcassol@gmail.com

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti
Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL)
Universidade de Caxias do Sul (UCS)
vbmhered@gmail.com

Introdução

A formação de capelas, na colonização italiana, ocorreu como um processo de unificação de esforços, em que se estruturou a vida socioeconômica, religiosa, recreativa e moral de comunidades rurais. Suas fundações ocorreram nos primeiros anos da chegada dos imigrantes, que colonizaram a região sul do Brasil, no final do século XIX. Do local que partiram, trouxeram consigo uma expressiva fé católica, alicerçada em valores morais, sociais e familiares, sustentada na boa convivência, amor ao trabalho e espírito de economia e previdência.

Do lugar de partida, vivenciaram a experiência de comunidades rurais, que, aglomeradas em torno de igrejas paroquiais, cultivavam suas devoções marianas e ouviam a pregação do sacerdote, líder religioso que representava a ligação com Deus e com a cultura (De Boni; Costa, 1984). Na nova pátria, uma das primeiras iniciativas que esses imigrantes providenciaram foi construir uma capela, em seus grupamentos, a qual assumiu o papel aglutinante da vizinhança (Azevedo, 1975). Na sua capela, o grupo se reunia para rezar o rosário, as ladainhas e outras devoções.

O presente estudo tem por objetivo apresentar a capela, na região de colonização italiana, como inspiração de comunidade e a ocorrência do sentimento de pertença desses imigrantes à comunidade rural, tendo como campo de pesquisa o Santuário N. Sra. de *Caravaggio*, no município de Farroupilha-RS, e sete capelas a ele vinculadas.

Esses imigrantes, na sua grande maioria, eram provenientes do meio agrário e possuíam uma consistente cosmovisão sacral. Buscavam melhores condições econômicas com o intuito de conquistarem a posse de terras e melhorar a vida familiar. As capelas, de uma forma geral, exerceram importante papel na socialização e desenvolvimento local.

A metodologia da pesquisa, de natureza qualitativa, compreendeu pesquisa documental, para a construção do referencial teórico e a história do Santuário e das sete capelas; utilizou o

método da história oral¹ e o método de análise textual discursiva², integrados, para a análise dos dados. Foram realizadas 35 entrevistas abertas³, gravadas e transcritas, constituídas na amostra por conveniência, em que participaram representantes eclesiais, que atuaram na gestão do Santuário e das capelas, e moradores locais que conheciam profundamente a história da capela a que pertenciam bem como do Santuário.

O fio condutor da história do Santuário foi tecido por meio das narrativas dos entrevistados, dos quadros sociais das localidades em que as capelas se formaram, e das relações destas com a capela-sede, que se tornou Santuário. Por meio da análise das narrativas, constatou-se que a expressão de fé e devoção da comunidade, fortaleceu o espírito religioso comunitário e contribuiu para que o local fosse um atrativo religioso, de grande expressão para o turismo da região, marcado por dois importantes eventos: a *Romaria de Caravaggio*, que ocorre em 26 de maio e a *Romaria Votiva*, realizada no dia 2 de fevereiro.

A pesquisa proporcionou identificar que a fé expressa na religiosidade católica, trazida de seus locais de origem; a solidariedade mútua exercida para superar os obstáculos frente aos desafios da imigração; e o espírito de pertencimento étnico e devocional, como característica identitária, constituíram-se alicerces na construção da história desses imigrantes e os motivaram a perseverar nos princípios cristãos.

A pesquisa envolveu as linhas de investigação que dizem respeito à religiosidade popular expressa na força que a capela exerceu na comunidade de origem italiana, no contexto da imigração italiana no RS e o espírito de pertencimento ao meio rural, a partir de revisão bibliográfica, com suporte principalmente nos autores: Bertuol (1950), Decó (1994), Zorzi (1986), De Boni; Costa (1984), Herédia (2012; 2017), Azevedo (1975), entre outros.

O Santuário N. Sra. de *Caravaggio*, em Farroupilha-RS, localizado em área rural, constitui-se o local de Turismo Religioso mais visitado no Sul do Brasil e acolhe em torno de dois milhões de visitantes anualmente (Schvarstzhaupt, 2024).

¹ O uso do método da história oral foi baseado nos pressupostos teóricos de Alexandro Portelli (2016), Lucila Delgado (2010). Portelli defende a história oral como um lugar de escuta e de diálogo entre o pesquisador e o narrador. A escolha de Delgado justifica-se na visão que a autora tem sobre as lembranças que o narrador traz nos seus depoimentos quanto ao objeto de pesquisa.

² A análise textual discursiva postulada por Moraes e Galiuzzi (2007) permite uma construção ou reconstrução de significados, a partir dos relatos dos entrevistados. Categoriza as falas pelas ideias principais.

³ As entrevistas foram realizadas por Rosalina Cassol Schvarstzhaupt na sua tese de doutorado, “Hospitalidade e religiosidade popular: sentimento de pertença à comunidade do santuário Nossa Senhora de Caravaggio no município de Farroupilha-RS”, defendida em dezembro de 2025 na UCS, no Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade e Turismo.

O início da imigração italiana no Rio Grande do Sul

O sistema de colonização adotado no Rio Grande do Sul foi marcado pela pequena propriedade (Herédia, 2017). Caracterizou-se principalmente pela audácia e coragem dos pioneiros que, sob a orientação de alguns engenheiros, se embrenharam floresta adentro e demarcaram cidades, povoados e colônias. Para fundar as cidades, escolhiam locais que correspondessem à finalidade. Ali, ergueriam a igreja paroquial, a casa canônica, a prefeitura municipal, escolas, casas do comércio entre outras atividades.

O programa de colonização implementado pelo governo brasileiro colocava os imigrantes em lotes rurais e não em pequenos povoados, como estavam habituados na Itália. A configuração proposta para cada colônia, contava com um ou mais vilarejos que deveriam ser o seu centro socioeconômico. Esses centros haveriam de desenvolver-se, mas o núcleo imediato de convergência, a nível de relações primárias, haveria de ser o travessão, ou linha, com a vida social girando ao redor da capela. Dessa forma surgem as capelas como comunidades espontâneas de relações primárias.

A demarcação de “Linha” consistia em um traçado estreito que cortava a floresta através de todo acidente geográfico unindo dois pontos quaisquer tomados como ponto de partida e de chegada. À direita e à esquerda desta “Linha” dividiam o terreno em lotes numerados, geralmente com 200 metros de frente e dois quilômetros de fundo, posteriormente distribuídos aos colonos (D’Apremont e Gillonnay, 1976, p. 22).

A imigração italiana no Rio Grande do Sul teve início na localidade de Nova Milano, no município de Farroupilha-RS, em 24 de maio de 1875. Essa imigração foi promovida pelo governo imperial que tinha por objetivo ocupar as terras devolutas na Província do Rio Grande do Sul (Herédia, 2012).

Os lotes rurais de assentamento dos imigrantes da região do Santuário faziam parte da Linha Palmeiro, porção de terras constituída por 200 lotes rurais, numa extensão de 28 Km, situada entre Caxias do Sul e Bento Gonçalves, considerada a principal linha da imigração de colonização da ex-Colônia Dona Isabel (Decó, 1994)⁴.

As 22 famílias que constituíram a comunidade, envolveram-se na construção da primeira capelinha, a qual deu origem ao Santuário de *Caravaggio*. Essa “foi erguida em frente ao cemitério de *Caravaggio*, no lote número 136, de propriedade da família Franceschet”

⁴ Atualmente os lotes de número 1 ao 99 pertencem ao município de Bento Gonçalves e do número 100 ao 200 situam-se dentro do município de Caxias do Sul.

(Decó, 1994, p. 121). A escolha de Nossa Senhora de *Caravaggio* como padroeira ocorreu pela decisão da comunidade local tendo em vista um quadrinho da família de Natal Faoro que havia trazido da Itália e que era objeto de devoção e oração comunitária em seu local de origem.

A origem da devoção à N. Sra. de *Caravaggio* surgiu de uma aparição da Santa, no dia 26 de maio do ano de 1432, em *Caravaggio*, no Norte da Itália, a uma jovem camponesa, que era maltratada pelo marido. A jovem colhia pasto para os animais, no final da tarde, quando lhe aparece a Santa. Esta lhe pede que se ajoelhe, reze e escute o que vai lhe dizer e que ela mesma refira seus dizeres até onde puder chegar sua mensagem e onde não for possível que ela o faça por meio de outros. Solicita que as pessoas voltem a rezar e às práticas cristãs e que as autoridades locais negociem a paz (Bertuol, 1950; Zorzi, 1986; Ziglioli, 2004).

A formação de capelas nos núcleos rurais

As capelas constituíram-se um fenômeno típico de expressão da imigração italiana que não significou apenas local de culto, mas demonstrou ser uma organização espontânea, ordenada e liderada pela autoridade do padre e pelos fabriqueiros responsáveis pelo conjunto de bens da igreja, que incluía o templo, o cemitério, a copa, a escola e o culto, mantido pela contribuição dos fiéis.

Construídas e mantidas pelos habitantes de cada linha, as capelas representavam a organização comunitária que buscava solucionar as necessidades religiosas do imigrante abandonado à sua sorte, tanto por parte do governo como da igreja, em meio aos matos e montanhas da região serrana do Rio Grande do Sul.

A originalidade das capelas evidencia que, a partir da necessidade religiosa, conseguiram constituírem-se em solução para outros problemas dos imigrantes que ultrapassavam o âmbito religioso. Para o imigrante recém estabelecido, a capela representava também a “responsabilidade comunitária, não só em relação à religião, mas também à educação e à solução de problemas sociais” (Costa, 1998, p. 164).

Os fabriqueiros, responsáveis pela capela, encarregavam-se das festas do santo padroeiro, dos preparativos para o matrimônio, das procissões, dos enterros, das providências urgentes em caso de crimes, de desastres, de incêndios e de providenciar suporte solidário às famílias em situação de enfermidades. Além disso, em conformidade com o Estatuto das Capelas Filiais, emitido pelo bispo da diocese, eram responsáveis pela vigilância moral em relação aos bailes, geralmente reprimidos e em relação aos jogos e a outras festividades como também deveria prestar socorro aos atingidos por acidentes ou outros infortúnios.

Os cargos de fabriqueiros, nomeados em torno de quatro ou cinco, eram cobiçados como indicativo de prestígio e fonte de poder na vizinhança rural. Essa função era provida pelo vigário que os designava a seu juízo ou aceitava a indicação da assembleia da Sociedade da Capela. O padre exercia, diretamente e por aquele meio, uma forte autoridade sobre o grupo ao mesmo tempo em que se identificava com ele, em função de sua origem familiar normalmente por vir de família de colonos, pelo falar do dialeto, pela frequência dos lares, pelo convívio na *copa* onde partilhava de atividades e alimentação com os colonos.

As capelas exerceram papel importante na socialização. Os espaços rurais e urbanos apresentam-se com características diversas e marcados por relações e funções cada vez mais interligadas. Azevedo (1975), ao escrever a respeito dos anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul, relata que a moradia e os implementos agrícolas estavam dispostos de maneira a permitir o máximo de rendimento social e econômico no contexto mais largo e compreensivo de travessão⁵. O travessão constituiu o polo imediato de convergência e de coordenação da vida nos lotes, a unidade de referência para indicar a localização e as distâncias das colônias e o grupo primário de integração étnica e familiar.

Tem-se a observar que o relacionamento entre as colônias não era motivado apenas pela identidade étnica e parentesco, mas pelas facilidades de acesso e comunicação determinadas pelas características do terreno. O trânsito de pedestres, de animais e de carretas, muitas vezes era mais viável por atalhos e trilhas unindo lotes de travessões e léguas diferentes, do que pelos caminhos que definiam aquelas circunscrições.

Cada linha ou travessão, sentia-se na obrigação de construir seu pequeno templo, pois não tê-lo equivalia a reconhecer-se como inferior aos vizinhos. Por um lado, se a decisão de ter a própria capela unia os habitantes da linha, os passos posteriores eram passíveis de provocar cisões, muitas vezes marcadas pela violência. A primeira questão a ser resolvida era o local da construção, que se tornaria o ponto central da linha.

A construção de igrejas/capelas e suas estruturas complementares foi produto da cotização de todos, constituindo-se um movimento de solidariedade. Em alguns casos, ocorria motivos de disputas quanto a materiais a serem empregados, o lugar a escolher para a construção, ou ainda quanto à decisão de comprar o primeiro sino, construir a escola.

5. Travessão ou Linha era uma estrada em linha reta, com aproximadamente 13 km de comprimento. A colônia era dividida em travessões ou linhas, que por sua vez dividiam-se em lotes rurais. Margeavam esta estrada os lotes coloniais, em forma de retângulo, tendo uma frente de aproximadamente 250 metros, por 1 km de fundos, onde encontrava-se com os lotes de outra linha (De Boni e Costa, 1984, p.80).

Várias eram as ofertas de um pequeno terreno para tal fim, encobrindo o desejo de prestígio daquele que o oferecia. Determinado o local, surgiam questões de materiais a serem empregados (madeira, tijolos, pedras) e a disputa para escolha do padroeiro. Cada qual ou grupo desejava que prevalecesse o nome do santo padroeiro de sua localidade de origem. Muitas vezes, ocorria a construção de duas, ou até mais capelas na mesma linha, como também, dois ou mais patronos para a mesma igreja.

A autoridade dos fabriqueiros era relevante, cabendo-lhes não apenas a administração financeira da capela, mas também a gestão dos demais negócios do grupo, exercendo de fato uma liderança inquestionável na vida da comunidade.

A função dos fabriqueiros não se restringia apenas à vida da igreja, exerciam importantes tarefas sociais e comunitárias. Fochesatto (1977) menciona que em caso de alguma família ter alguém que adoecesse, com longa enfermidade, os fabriqueiros escalavam pessoas da comunidade para permanecer na casa do doente, principalmente à noite. Se era homem, escalavam senhores, e no caso de mulheres, escalavam senhoras. O mesmo era feito com relação ao trabalho: convocavam todas as pessoas disponíveis da comunidade para o plantio, ou a limpeza, ou a colheita da safra da família envolvida na doença.

As capelas constituíam um conglomerado de vinte a trinta casas, mais ou menos, situadas em sua volta. Esses lugarejos se movimentam só aos domingos, na hora do ofício religioso e depois para o jogo de bochas ou futebol, para as *domingueiras* e carreiras de cavalo, para a reunião da cooperativa ou associação agrícola, para as conversas e bebedeiras em pequenas casas de comércio (Willems, 1940; Azevedo, 1975).

De Boni e Costa (1984) observam que após a construção da capela, a comunidade via-se envolvida em novos investimentos, tais como adornar a igreja, comprar alfaias, construir um altar, adquirir bancos, encomendar imagens, entre outras providências. Também surgia a necessidade de construir um campanário, de adquirir sinos, os quais inicialmente eram “importados geralmente da França ou da Alemanha” (De Boni e Costa, 1984, p. 112).

O cemitério era outro local importante e considerado sagrado, anexo à igreja. Muitas vezes, seu estabelecimento precedia à própria capela. De Boni e Costa (1984) sustentam que também a questão da gestão do cemitério causava desentendimentos. Havia uma classificação para atender aos sepultamentos. No campo considerado santo, eram sepultados os que haviam morrido em comunhão com a Igreja. Havia um canto para as crianças não batizadas e, em um espaço extramuros, eram sepultados os não católicos, os maçons mortos que não haviam se reconciliado com a Igreja.

A atuação dos líderes religiosos nas colônias

Ao se estabelecerem no Rio Grande do Sul, os imigrantes italianos não dispunham de acompanhamento de sacerdotes. Os poucos que lhes davam atendimento eram insuficientes para a celebração das cerimônias religiosas dominicais. Assim sendo, os colonos sentiram a necessidade de resolver da melhor maneira possível uma questão que para eles era de vital importância. Recorreram a um elemento do grupo que possuísse autoridade moral, para assim presidir o culto. Bernardino d'Apremont, filósofo capuchinho, qualificou tal indivíduo de *padre-leigo*⁶. De Boni e Costa (1984) apontam que tal decisão já havia sido tentada antes pelos imigrantes alemães católicos e luteranos, bem como pelos luso-brasileiros com seus *rezadores*.

Os critérios para escolha do padre-leigo eram os mais variados. Costa (1975) descreve que as qualificações incluíam alguém que tivesse um livro de Vésperas ou Missal, ou que na Itália tivesse sido sacristão ou pertencesse ao coro paroquial, ou ainda que tivesse um pouco mais de cultura e conhecesse rudimentos do latim. Muitas vezes, esse era também o líder social do grupo. Exercia tarefas por tempo determinado, enquanto o padre-leigo permanecia indefinidamente no cargo, especialmente quando não havia outro elemento com suficiente prática e conhecimentos religiosos para substituí-lo.

A organização e a vida comunitária da capela eram estimuladas pela expectativa de um dia terem um padre e de a capela se tornar paróquia, o que lhes fornecia um status privilegiado, uma vez que a escala de valores sociais que repercutia em seu contexto era a dos valores religiosos. Apenas construídas as primeiras casas nos centros coloniais os colonos concorriam na disputa pela fixação da sede de um futuro curato. Quando finalmente as disputas eram resolvidas pela autoridade eclesiástica, o local que tivera a sorte de ser escolhido desenvolvia-se e progredia. Em torno da capela, fundava-se a escola, o colégio, as associações, os corais, as bandas de música e o povoado tornava-se um ambiente cheio de vida (Baréa, 1925).

Os capuchinos exerceram importante papel em favor da instrução nas colônias e pregações através de missões populares em toda a região da colonização italiana. D'Apremont e Gillonnay (1976, p. 159) relatam que “[...] de modo geral, os missionários Capuchinos do Rio Grande do Sul sempre se prontificaram a ajudar aos senhores Vigários, em tudo o que lhes era possível. Não só nas colônias, mas até fora daquela região”. Portanto, representavam um suporte aos vigários quando estes necessitavam se ausentar e quando necessitavam de auxiliar

⁶ Vania Beatriz Merlotti descreve o papel do padre-leigo na sua dissertação de mestrado, “Antecedentes míticos em torno da figura do padre entre descendentes de imigrantes italianos”, defendida na PUCRS em 1978.

para as confissões. Sua presença também marcou a arquitetura na introdução do estilo gótico na construção de igrejas e capelas e pelas publicações que originaram o jornal *Correio Rio-grandense*, de forte abrangência na região.

O padre desempenhou importante função e desfrutou *status* entre os imigrantes. Isso ocorreu nem tanto por sua pessoa, que muitas vezes era alvo de duras críticas, mas pelo cargo ocupado. No padre, encontrava-se reunida a maior fonte do saber da localidade, pois muitas vezes era o único indivíduo que possuía educação superior, e o prestígio dos poderes sobrenaturais da religião. Em função disso, sua palavra mesmo em assuntos profanos, influenciava decisivamente, e suas bênçãos e maldições ainda atualmente são tidas como sendo proferidas por Deus.

O sacerdote criava um ambiente psicológico de segurança importante ao ajustamento do imigrante às suas novas condições existenciais e exercia, junto com os agentes civis da sociedade, inclusive o controle social pelos critérios mais rígidos das relações de trabalho, da interação societária, da moralidade individual e coletiva que caracterizam certas comunidades camponesas, como identificam Arensberg e Kilball (1940).

Passados 150 anos da imigração, a Diocese de Caxias do Sul conta, atualmente, com 74 paróquias, com um total de 1.005 comunidades-igreja (Diocese de Caxias do Sul, 2025).

O espírito de comunidade e o ritmo da vida nas capelas

As sedes coloniais atraíam importante fluxo de população, particularmente nos domingos e dias santificados, para o culto, a troca na feira, os encontros com amigos e parentes. Muitos dirigiam-se para essas sedes cotidianamente à medida de suas necessidades: compras, reparos de ferramentas, entrega de produtos a estabelecimentos localizados nos povoados. Quanto ao ritmo anual, esse decorria do modo de utilização da terra e da tecnologia empregada. Desde o início da colonização, o colono produzia em seu lote de terras aproximadamente todos os artigos agrícolas de necessitava para o consumo de sua família e os que cultivava para comercializar (Azevedo, 1975).

Dessa maneira, a cultura agrícola era diversificada, não existindo extensas monoculturas. O ritmo das atividades e das pausas era praticamente comum ao conjunto de agricultores. Esses eram também pequenos criadores de aves, de porcos, de gado bovino, de muars, de equinos. Esses últimos, além de serem utilizados na tração de carretas e no transporte de cargas e de montaria também eram bens comercializáveis.

Outro fator do ritmo de vida era o sistema de rotação das culturas, segundo o qual num mesmo lote e numa mesma área do lote as lavouras se sucediam ciclicamente no correr do ano, umas de cultura perenes e outras, anuais ou periódicas. Dessa forma, em cada lote ou estabelecimento associavam-se os dois tipos de cultura.

O calendário social e religioso derivava do ritmo do trabalho. Os casamentos tinham dois ou três períodos anuais de maior frequência que se relacionavam com a atividade agrícola e com as prescrições canônicas. Normalmente, os meses de janeiro e fevereiro, quando ocorria certa folga nas atividades rurais, como a folga que antecedia a safra da colheita da uva. O período de maior número de casamentos ocorria nos meses de junho e julho, fase de menor atividade no campo e de mais recursos financeiros devido à venda das safras de uva, do milho e da batata (Azevedo, 1975).

Azevedo (1975) sustenta que o padre foi o agente de mais força e influência junto da autoridade civil. Além da assistência espiritual a uma população imensamente religiosa, o padre foi o mais poderoso elemento de ordem, moralidade e estabilidade para os colonos. Por esse motivo, os chefes de “Comissões de Terras da Imigração”, encarregados de estabelecê-las, aproveitavam-se dele como auxiliar indispensável para influenciar que os imigrantes recém-chegados povoassem os núcleos novos, se dedicassem ao trabalho agrícola com perseverança, obedecessem às determinações impostas e não abandonassem os lares (Azevedo, 1975).

Azevedo descreve que um alto funcionário dessa Comissão reconhecia a vantagem que provinha para o Estado a presença dos padres como importantes auxiliares para organizar a vida nas colônias italianas. Com esse apoio reconhecido, os colonos reclamavam mais o padre e a Igreja do que a escola e os professores. Do estreito contato entre o colono e o padre, e particularmente de seu modo comum de vida, resultava uma simpatia recíproca, uma autoridade moral incontestada sobre o colono.

A consciência de comunidade manifestava-se na solidariedade em determinados momentos e em certo orgulho de pertencer à mesma. Azevedo (1975) descreve que o núcleo de condensação, a *capela*, iria transformar-se em vilas e cidades, cabeças de distrito e de municípios, modificado ao longo dos decênios pelo acréscimo da serraria, da sede da cooperativa agrícola, de casas comerciais, de habitações, do ginásio, do seminário, do convento, da hospedaria, da oficina mecânica e outras estruturas e órgãos.

Importante é assinalar que essa vizinhança rural, constituída em torno das capelas, vinha ser uma experiência inteiramente nova de agrupamento espacial, de adaptação ecológica, de relacionamento social para os imigrantes habituados na Itália à existência de pequenos burgos

com densas habitações e população concentrada e que trabalhavam a terra muito mais subdividida do que a alheia e para todos.

Nas colônias do Rio Grande do Sul, o imigrante ressocializava-se como proprietário e convivia com iguais numa sociedade homogeneamente estruturada e sem classes, de pequenos agricultores, ainda que uns ou outros tivessem mais recursos econômicos e viessem a acumular diferentes excedentes de produção. O agricultor e o sacerdote católico italiano trouxeram para o Rio Grande do Sul o costume que os acompanhou na imigração e se incorporou à sociedade, que se constituiu da bênção das culturas, das primícias e do sustento da “cura” rural, ao menos em parte, com os frutos da terra, como refere Azevedo (1975).

Como recompensa ao sacerdote, no tempo da safra os colonos lhe traziam, trigo, uva, batata inglesa, farinha de milho, frutas, verduras. Além disso, cada lar rural contribuía com uma quantia fixa para a manutenção do padre e do culto.

Funções de orientação e controle social, exercidas pelo padre, nos povoados, em colaboração com a autoridade civil, passam a ser cumpridas, no regime das capelas filiais, pelo sacerdote com os fiéis. Isso ocorre num ambiente um tanto democrático de combinações e acordos dispondo os fiéis de certa margem de participação em algumas decisões, tais como fixação de valores de taxas para cobertura de transporte e despesas com o culto (Azevedo, 1975).

O Santuário N. Sra. de *Caravaggio* e suas sete capelas

A formação da capela que deu origem ao Santuário e suas sete capelas vinculadas, bem como das demais capelas na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul, ocorrem como um processo que congregou esforços que contribuíram para a estrutura da vida social, religiosa, recreativa, moral e econômica das comunidades rurais.

As sete capelas que integram a Paróquia N. Sra. de *Caravaggio*, em Farroupilha-RS, estão localizadas em zona rural, estando a mais próxima (Capela Todos os Santos) a uma distância de 2,9 km do Santuário, e a mais distante (Capela São Victor e Santa Corona), a 22,9 km. Atualmente, quatro destas capelas pertencem ao Município de Farroupilha-RS (Todos os Santos, São José, N. Sra. das Dores e N. Sra. de Monte Bérico) e as outras três (São Tiago, Santa Juliana e a São Victor e Santa Corona) pertencem ao Município de Flores da Cunha-RS. Suas fundações ocorreram entre os anos de 1879 e 1893, quando os respectivos territórios pertenciam à Colônia Caxias.

Com a emancipação dos Municípios de Caxias do Sul (1890), Bento Gonçalves (1890), Flores da Cunha (1924) e por último Farroupilha (1934), essas capelas, embora passassem pela administração municipal de sua jurisdição, enquanto pertencentes aos municípios da época, mantiveram o vínculo religioso com o Santuário, independentemente de seus limites territoriais municipais (LT Sant, n.1, 1876-2018; LT Cap, 1968-2018).

As três capelas que estão no território do Município de Flores da Cunha (Santa Juliana, São Tiago, e a São Victor e Santa Corona) constituem o atual distrito de *Mato Perso*. Esse território agrega as terras das Linhas Hortência, Treze de Maio, Quatro de Setembro e Entre Rios, medidas alguns anos mais tarde, devido a seu difícil acesso e às condições geográficas definidas por rios e montanhas (Crocoli, 2003).

As ocupações dos lotes rurais ocorreram, gradativamente, nos terrenos de maior dificuldade de acesso. As capelas dessa região foram construídas no centro das linhas e tiveram a função de organizá-las socialmente, pois, em torno delas, foram edificadas a escola, o cemitério e o salão paroquial, estruturas que integravam os moradores de cada localidade. Cada capela escolheu um padroeiro principal, que deu nome à capela.

Nos relatos atuais dos moradores locais, lembram de que as capelas a que pertencem e a bodega atraíam a comunidade para os encontros aos domingos à tarde. O domingo era marcado por uma refeição diferenciada da semana. Vestiam a melhor roupa para participar da missa dominical que, regularmente, ocorria pela manhã. Para isso, andavam a pé ou a cavalo por vários quilômetros, até chegarem à sede paroquial de Santo Antônio, em Bento Gonçalves-RS, que nos primeiros anos após a imigração, era a igreja matriz da região.

Para os moradores das capelas rurais, o domingo era um dia especial, envolvido pelo espírito religioso e sacral. Não havendo possibilidade de missa, esses moradores iam até a capela, para rezar o terço diante de alguma imagem de um santo ou, geralmente, uma imagem de Nossa Senhora. O toque do sino conclamava para a récita do terço, momento em que fechavam as bodegas e interrompiam o jogo de bochas. Era costume os homens postarem-se no lado direito de quem olha para o altar, e as mulheres, no lado esquerdo, prática que ainda perdura em algumas comunidades rurais.

Os fabriqueiros, ainda atualmente, têm a autoridade de pessoas comprometidas na condução dos destinos da comunidade/capela, eleitos por assembleia dos sócios, por um período de um ano e passam pela aprovação do pároco. Costumam tomar posse nos primeiros dias do ano. Os sócios têm o direito de usar a capela em benefício das famílias, para realizarem batismos, casamentos, a primeira eucaristia, catequese e atos fúnebres, sem despesas.

Desde os primeiros anos da imigração, a maioria dos colonizadores, da região das sete capelas, dedicou-se à agricultura. O comércio e os empreendimentos surgiram da necessidade de articulação para a autossuficiência, em virtude da distância com os centros comerciais da época. A agricultura se baseou na mão de obra familiar, na pequena propriedade e na produção de todos os gêneros de consumo necessários para a manutenção. Os produtos mais cultivados eram o trigo, o milho e as videiras. Com esses alimentos, garantiam os tradicionais, oriundos dos costumes de sua terra de origem, tais como: o pão, as massas, o vinho, a farinha de milho para a polenta e os grãos para a engorda dos suínos, bem como com os produtos derivados: a banha, o toucinho e as carnes embutidas.

Para o consumo, plantavam, principalmente, arroz, batata-inglesa, batata-doce, amendoim, aipim, soja, feijão e aveia, e o excedente da produção comercializavam em São Sebastião do Caí-RS. Havia horta, pomar e jardim em todas as propriedades. Na horta, eram cultivados *radicci*, tomate, temperos verdes, chás; dentre as árvores frutíferas, destacavam-se: laranjeiras, bergamoteiras, ameixeiras e videiras. Com o passar dos anos, a produção foi sendo modernizada e ampliada, e a comercialização passou a ser realizada em escala e para outros destinos comerciais.

O território em que se localizaram possui características geográficas bastante adversas para a agricultura, por situarem-se em região de encostas íngremes e vales em garganta. As dificuldades de acesso eram visíveis, a mata era fechada e não havia estradas. Os acessos construídos levavam unicamente às colônias que ocupavam. Para quaisquer necessidades, tinham que ir para a região mais central, que, no início, era a capela-sede (atualmente Santuário), um lugar central que dispunha de alguns serviços, que davam suporte às necessidades de seus imigrantes.

Com o passar do tempo, foi ocorrendo a modernização na agricultura e no local foram se constituindo diversas indústrias de equipamentos agrícolas e de industrialização de produtos locais, além do incremento à comercialização em outros mercados da região.

Considerações finais

Na história do Santuário e na história das comunidades que dele fazem parte, há um elemento forte de identidade que as manteve integradas e que se estrutura nos princípios da religião que exercem. No estudo, a reconstrução da história do Santuário e das sete capelas

permitiu a compreensão das dinâmicas que foram utilizadas pela Igreja, para o fortalecimento desse local que é considerado um local de hospitalidade e de religiosidade.

Nesse sentido, a religião da imigração italiana, como religiosidade popular, foi muito marcante nas entrevistas, o que confirma estudos sobre o tema. De Boni e Costa (1984, p. 124) chamam a atenção para o catolicismo popular, de cunho agrário e afirmam que a religião dos imigrantes italianos “é também uma religião de caráter cultural, com evidente cunho agrário, cujos valores religiosos e sua expressão normativa tendem a identificar-se com os da sociedade”.

O forte fervor religioso dos imigrantes fortaleceu a integração das famílias na comunidade em torno das capelas. Na história dessas, se confirma o caráter ritualista da religiosidade popular por meio da participação comunitária. As comunidades das sete capelas participam de forma decisiva nas festividades no Santuário e colaboram para que o mesmo acolha a todos os que se dirigem a ele e que realizem sua experiência de fé.

Na percepção dos entrevistados, é a força do Santuário e de sua história, história essa que faz parte dos relatos da imigração, e da forte religiosidade que alimentavam os imigrantes italianos, das devoções que cultivaram que faz com que os mesmos reproduzam a cultura religiosa e de boa convivência comunitária nessa região.

A Capela *Caravaggio* se tornou sede e, com isso, desenvolveu diversas benfeitorias que a comunidade reconhece como coparticipação e que lhe confere espírito de pertencimento também ao Santuário, destacando a visita de padres em suas capelas e residências e a oferta de serviços a que se propõem continuamente a colaborar. Essa posição da capela lhe dá um *status* privilegiado, o de um lugar de hospitalidade que acolhe os moradores, que acolhe aqueles que escolhem o lugar para cultuar suas devoções e que os integram à finalidade comum que a Igreja oferece.

Destacam-se dois aspectos nas falas dos entrevistados: o papel dos fabriqueiros e o papel do padre. No que concerne ao papel dos fabriqueiros, na organização das capelas, nas atividades que são desenvolvidas no seu interior e na integração das mesmas, eles aparecem como responsáveis pelas dinâmicas da comunidade de *Caravaggio*. São os fabriqueiros que se responsabilizam, nas capelas, pela organização das atividades nelas realizadas, e suprir todas as necessidades que se apresentam, desde a organização das festas e da vida coletiva na capela.

No que diz respeito aos sacerdotes, após muito empenho pela sua presença nas capelas, praticam papel de liderança, de acompanhamento e de orientação aos paroquianos. Em depoimentos, o padre é visto como liderança. “A liderança dos padres, nos primeiros tempos aqui da imigração, eles foram muito importantes. [...] Acho que é fundamental o padre estar à

frente da gente para a gente ter a religião” (Morador, 60 anos). Também é referida a função do padre na atualidade: “além de celebrar a missa, de atender confissões, de dar conselhos, também se preocupa com a organização social e econômica dos seus habitantes, porque tudo isso deve ser um todo” (Sacerdote, 85 anos).

Muitos entrevistados repetem que as devoções que cultuam fazem parte da religião católica, e que a mesma, na localidade, foi trazida pelos imigrantes italianos. As devoções de cada capela são mantidas, mas a devoção à N. Sra. de *Caravaggio* é aquela que todos cultuam; inclusive, a capelinha domiciliar, com a imagem da Santa, visita mensalmente todos os moradores, numa devoção de profundo reconhecimento.

Outro aspecto a destacar evidencia a análise descrita por Azevedo (1975), a respeito da colaboração de todos. Na comunidade de *Caravaggio*, todos colaboram e ajudam na organização das atividades que o Santuário desenvolve, principalmente nas romarias. Azevedo (1975, p. 185) escreve que “a consciência da comunidade manifesta-se na solidariedade, em determinados momentos, e em certo orgulho de pertencer à mesma”. As festas são comuns e seguem um calendário, para que todos possam participar de todas as festas. Todos colaboram na realização das festas, o que demonstra o sentimento de solidariedade e pertencimento. Essa solidariedade se dá também na vida quotidiana, na ajuda mútua, por necessitarem uns dos outros. Essa condição ressalta o fator da ruralidade, por estarem mais distantes e, ao mesmo tempo, próximos pela convivialidade.

Assim sendo, verifica-se que a capela se constituiu em um fenômeno típico de expressão da imigração italiana. Atualmente, embora tenham ocorrido importantes mudanças sociais, as capelas mantêm-se como local de culto, de convívio social e de organização comunitária, que fazem unidade com a Igreja. No caso em estudo, indicam um forte sentimento de pertença dos moradores das capelas e dos apoiadores do Santuário, o que evidencia a força da religiosidade popular nessas localidades que tem características específicas a ruralidade.

Referências

ARENSBERG, Conrad Maynadier; KIMBAALL, Solon Toothaker. **Family and community in Ireland**. Cambridge: Harvard M. Press, 1940.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BAREA, Giuseppe. La vita spirituale nelle colonie italiane dallo stato. **Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande Del Sud 1875-1925**. [s.l.; s. n.], p. 55-131, 1925.

BERTUOL, Padre Olívio. **Milagrosa rainha de Caravaggio**. Caxias do Sul: Mitra Diocesana de Caxias do Sul, 1950.

COSTA, Rovílio *et al.* **Imigração italiana no Rio Grande do Sul**: religião, vida, costumes. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

COSTA, Rovílio. **Raízes de Veranópolis**. Porto Alegre: EST, 1998.

CROCOLI, Aldir. **São Tiago de Mato Perso**: resgate de uma história. Porto Alegre: Evangraf, 2003.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno de. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre, EST, 1976.

DE BONI, Luís Antônio; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Correio Riograndense, 1984.

DECÓ, Ermínio Dall'Agnol. **Microrregião de colonização italiana de Bento Gonçalves e Farroupilha**. Canoas: Gráfica La Salle, 1994.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.

DIOCESE DE CAXIAS DO SUL. **Paróquias e missas**. Disponível em: <https://www.diocesedecaxias.org.br/paroquias/all/0>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FOCHESATTO, Iloni. **Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/UCS, 1977.

HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti. **O processo de industrialização na zona colonial italiana**. Caxias do Sul: Educs, 2017. 2ª.ed.

HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Um município marcado por migrações**. In: Henrichs, D. P. et. al. **Histórias de Caxias do Sul**. Secretaria de Cultura/Departamento de Memória e Patrimônio. Caxias do Sul/RS, 2012.

LIVRO DE TOMBO (LT). **Capelas**: Paróquia N. Sra. de *Caravaggio* (1968-2018).

LIVRO DE TOMBO (LT). **Santuário**: Santuário N. Sra. de *Caravaggio*. (1913-2024). 5v.

MERLOTTI, Vania Beatriz Pisani. **Antecedentes míticos em torno da figura do padre entre descendentes de imigrantes italianos**: um estudo descritivo. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Dissertação de mestrado, 1978.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí-RS: Ed. UNIJUÍ, 2007.

PORTELLI, Alessandro. **A história oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Vozes, 2016.

SCHVARSTZHAUPT, Rosalina Luiza Cassol. **Hospitalidade e religiosidade popular:** sentimento de pertença à comunidade do Santuário N. Sra. de *Caravaggio* no município de Farroupilha-RS. 2024. Tese (Doutorado em Turismo e Hospitalidade) - Universidade de Caxias do Sul, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/14509>. Acesso em: 24 jul. 2025.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil:** estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940.

ZIGLIOLI, Roberto. **Santa Maria del Fonte in Caravaggio:** l'apparizione e il santuario. 2. ed. Caravaggio, IT: Cassa Rural Ed. Artigiana, 2004.

ZORZI, Dom Benedito. **Nossa Senhora de Caravaggio no Brasil.** Caravaggio, Farroupilha-RS: Mitra Diocesana de Caxias do Sul, 1986.

Cantos e Identidade: as composições do Pe. Cornélio Dall'Alba e o resgate da cultura musical dos imigrantes italianos na região de imigração italiana do Rio Grande do Sul

Paolo Parasecoli (Universidade de Caxias do Sul).

Resumo: A imigração italiana no Rio Grande do Sul deixou marcas profundas na cultura da região, sendo a música um dos elementos fundamentais para a preservação da identidade e da memória dos descendentes. Este artigo investiga três composições do Pe. Cornélio Dall'Alba (1935-2022) e sua importância na consolidação do repertório musical dos imigrantes italianos. As canções interpretadas pelo grupo Vozes da Terra de Caxias do Sul-RS são analisadas enquanto expressões da tradição oral, refletindo aspectos da religiosidade, do cotidiano e do sentimento de pertencimento à comunidade. A pesquisa utiliza fontes documentais e entrevistas com integrantes do grupo, evidenciando o papel da música na manutenção das raízes culturais e no fortalecimento da identidade ítalo-gaúcha.

Palavras-chave: imigração italiana; canções populares; Pe. Cornélio Dall'Alba; Grupo Vozes da Terra; tradição oral.

1. Introdução

A imigração italiana no Rio Grande do Sul, iniciada na segunda metade do século XIX, tem como marco histórico o ano de 1875, e trouxe consigo uma rica herança cultural. Dentre os aspectos mais marcantes está a tradição dos cantos populares, que desempenharam um papel importante na vida social e comunitária dos imigrantes. A música acompanhava os imigrantes nos diferentes momentos da vida e das atividades por eles desenvolvidas. Segundo Arroque (2019), é possível afirmar que os imigrantes italianos trouxeram em sua bagagem cultural um amplo repertório de canções populares. Esse repertório enriqueceu-se pela soma dos cantos das diferentes províncias de origem dos imigrantes e, ainda, pelo acréscimo de cantos compostos, quase sempre, por autores anônimos na própria região de imigração italiana, como é o caso do Pe. Cornélio Dall'Alba na cidade de Caxias do Sul. É muito provável que os primeiros cantos eram ouvidos logo depois da chegada no Rio Grande do Sul, durante o caminho para alcançar as terras prometidas pelo governo brasileiro aos imigrantes.

Cantavam derrubando a mata, na plantação do milho e do trigo, nas vindimas, nas festas. Interessante lembrar que as músicas eram cantadas em língua italiana, mas também usando os diferentes dialetos das regiões de origem, principalmente o Vêneto. De fato, no início da colonização, encontraram-se, em cada uma das numerosas comunidades rurais que estavam se constituindo, famílias originadas de diferentes partes do norte da Itália, trazendo, cada uma, além da diversidade de cantos, diferenças de melodia e letra para cada tema musical. Assim, nestas novas comunidades, cada família ia cedendo um pouco e aceitando parte do modelo da

outra, para confluir em uma base cantável por todos, com o poema que se adaptava à nascente Língua *talian*.

Esses cantos, trazidos da Itália, passaram portanto por um processo de ressignificação ao serem confrontados com a nova realidade cultural, social e econômica no Brasil. Este artigo pretende investigar o fenômeno da adaptação e transformação de alguns desses cantos populares trazidos pelos imigrantes italianos para a região da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, examinando como a memória coletiva e a identidade dos imigrantes foram preservadas ou transformadas por meio das canções.

Esses cantos, muitas vezes associados ao trabalho, à religião, às tradições comunitárias, ao amor e à juventude, à vida militar e à saudade da Pátria, foram ressignificados no novo contexto brasileiro, misturando-se com outras influências locais e adquirindo novos significados para as comunidades imigrantes.

Importante destacar que, ainda hoje, existem corais de formação espontânea, como o grupo Vozes da Terra, que formou-se na comunidade de São Gotardo pertencente à Paróquia de Ana Rech, na cidade de Caxias do Sul, compostos por familiares e amigos principalmente de comunidades rurais que demonstram como o canto popular faz parte da memória coletiva dos descendentes e, por isso, o canto ainda apresenta a sua força nos dias atuais. Pretende-se analisar como esses cantos se mantiveram vivos, como foram transformados e de que maneira contribuíram para a identidade cultural dos descendentes de italianos na região.

Estudar os cantos populares da imigração italiana é fundamental para compreender como os imigrantes mantiveram e adaptaram suas tradições em um novo contexto, muito diferente daquele que deixaram na terra de origem. Através da análise dos cantos, é possível também conhecer, ver e compreender melhor o fenômeno da imigração italiana. Trata-se, portanto, de um tema interessante e valioso para ser estudado, de uma forma diferente; é preciso lembrar que a grande imigração italiana para o Brasil foi um importante evento que caracterizou o Rio Grande do Sul e que em 2025 vai completar 150 anos de história.

A importância dessa pesquisa está em que os cantos não são apenas manifestações culturais, mas também documentos vivos da memória, que revelam o processo de construção de identidades em contextos migratórios. Segundo Piazza Ribeiro (2004), o canto popular aparece como uma das expressões coletivas que se reveste de maior significado dentre as manifestações da tradição oral, e reforça, como prática coletiva, um dos traços de identidade dos descendentes dos imigrantes italianos. Além disso, ao investigar esses cantos, será possível compreender melhor as interações entre culturas distintas e os impactos da imigração na formação da cultura regional gaúcha.

A pesquisa também pode contribuir para estudos sobre música, identidade cultural e memória coletiva, com relevância tanto acadêmica quanto social. Esses cantos não apenas refletiam o cotidiano dos imigrantes, mas também serviram como mecanismos de preservação identitária e adaptação ao novo mundo.

Ao entender as mudanças e a permanência desses elementos culturais, a pesquisa contribui para a história social e cultural do Brasil, ampliando o conhecimento sobre os processos de integração e adaptação de comunidades imigrantes. Além disso, esse estudo pode subsidiar políticas de preservação do patrimônio imaterial, considerando o valor histórico e cultural que os cantos populares representam. É, portanto, de suma importância desenvolver essa pesquisa para contribuir com a difusão das fontes históricas sobre o fenômeno migratório italiano no Rio Grande do Sul e evidenciar, nos cantos e nas músicas, os aspectos da cultura dos imigrantes presentes na vitalidade de sua tradição oral expressa através essa forma de arte.

A análise dos dados coletados será realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Essa metodologia permite a categorização e interpretação dos significados subjacentes nos depoimentos e registros musicais, identificando padrões e mudanças culturais que ocorreram após a migração.

2. Pe. Cornélio Dall’Alba

Nasceu no dia 11 de setembro de 1935, no município de Nova Trento, hoje Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul. Era filho de Albino Dall’Alba e Juvina Cuzer, e teve sete irmãos. Aos 10 anos, ingressou no Seminário de Fazenda Sousa, em 1945. Em 1950, foi transferido para Conceição da Linha Feijó, para concluir o curso ginasial e fazer o noviciado, onde concluiu o magistério.

Em 1957, iniciou os estudos de Filosofia e Teologia, em Viterbo, na Itália, onde foi ordenado sacerdote, em 1962. Ao retornar ao Brasil, atuou no Colégio Normal Rural, em Ana Rech, no Seminário de Fazenda Sousa e no Abrigo de Menores de Caxias. Em 1996, retornou a Roma e fez o curso intensivo sobre o Carisma de Murialdo e a Vida Religiosa. Em 1998, assumiu como Mestre Noviço em Caxias do Sul, dedicando-se à formação dos jovens e confrades. Atuou em Porto Alegre e também em Araranguá.

Em 1972, foi conduzido ao Seminário São José de Orleans, sendo diretor e promotor vocacional. Foi membro da Congregação dos Josefinos de Murialdo e dedicou seu saber às crianças e jovens mais pobres. Era pedagogo e ainda tinha formação em Filosofia, Teologia, Letras e Literatura Brasileira.

Foi animador vocacional nas escolas do sul de Santa Catarina durante 33 anos. Em 2008, iniciou a nova modalidade de Seminário em Orleans: o Seminário Doméstico. Ele visitava as famílias dos seminaristas e fazia o acompanhamento, orientando os estudos e a vida cristã, tanto da família, como do futuro candidato ao postulado e ao noviciado.

Padre Cornélio, quando adolescente, contraiu febre amarela e hepatite. Na viagem à Itália, teve um mal-estar, ficando tão fraco que não conseguiu carregar suas malas. Na véspera da ordenação sacerdotal, teve febre, causada por influenza gripal.

Com a contínua enfermidade causada pela inflamação do trigêmeo¹, retornou para a Sede Provincial de Caxias do Sul, em 2010. Voltou para suas atividades em Orleans em 2011 e, por consequência do câncer de próstata, não resistiu e veio a falecer no dia 12 de agosto de 2022.

Em Orleans, atuou na Paróquia Santa Otília, auxiliando o Vigário Geral. A diretora de Cultura do Unibave (Centro Universitário Barriga Verde), que conviveu com ele, disse que sempre se adaptou bem às mudanças de lugar e às novas tecnologias. “Usava com habilidade as mídias de comunicação social e era muito grato ao mundo da computação, porque à medida que a sua memória encolhia a do computador ficava cada vez maior e mais veloz”, relata Edina, citando palavras do Padre (Unibave, 2022).

Profissionalmente atuou como professor e diretor do Seminário São José, foi membro do Conselho Curador da Febave (Fundação Educacional Barriga Verde) e membro da Academia Orleanense de Letras (ACOL). Foi pesquisador, radialista, músico e compositor. Com a técnica de mosaico, produziu obras artísticas, com fragmentos de rocha, cascalho e areia. Foi também autor de canções populares religiosas e vocacionais, escultor e pintor.

Após cinco anos estudando em Viterbo, Itália, Padre Cornélio adquiriu o direito de tradutor juramentado e foi convidado para lecionar italiano na escola de Orleans. Traduziu muitos livros do italiano para o português, como “40 formas de oração”, e organizou o livro de homilias do Cardeal Raniero Cantalamessa. Autor de livros de poesias em forma de oração, como “versus Deum”. Escreveu “40 anos de Josefinos no Brasil”, o que, segundo ele mesmo, era a sua melhor produção bibliográfica. Foi o autor do Hino Oficial do Centenário de Orleans, “Viva Viva Orleans Centenária”. Em Orleans, tinha um programa semanal de rádio e foi coordenador da Associação das Mães Apostólicas (AMA), congregando muitas mulheres, em orações, pelas vocações sacerdotais e religiosas.

¹ Dor facial intensa devido à disfunção do 5º nervo craniano (nervo trigêmeo). Este nervo transporta informação sensitiva desde o rosto até o cérebro e controla os músculos envolvidos na mastigação.

3. Grupo Vozes da Terra

O grupo Vozes da Terra surgiu oficialmente em 1992, no âmbito do projeto “Paisagens do Tempo Ana Rech, Cultura e Turismo”, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, através do Museu e Arquivo Histórico Municipal, tira o grupo do anonimato com o intuito de preservar e difundir a tradição musical italiana, que tem uma forte conexão com as origens da nossa cidade. Os seus primeiros membros foram Edima D’Agostini, Ivo Giacomet, Marlei Zanete e Zulmira Santana Calgaro. Pode-se afirmar que a música uniu as famílias Zanete e Giacomet, vizinhos na comunidade de São Gotardo, distrito de Vila Seca, Caxias do Sul.

Segundo Dall’Alba (1987), a comunidade de São Gotardo foi criada por imigrantes italianos no final do século XIX, situa-se nas terras da Fazenda dos Souza que iniciava no Rio São Marcos, fazendo divisa com a Fazenda dos Horn, passava por Vila Seca, Fazenda Souza, São Roque, Rio Piaí, Santa Lúcia. Trata-se de uma área rural, no interior da cidade de Caxias do Sul-RS, situada ao norte do município. Esse território é conhecido como Capela de São Gotardo-Vila Seca. A localidade caracteriza-se por uma vegetação nativa, com pinus araucárias, eucaliptos e mata nativa. É uma região montanhosa, com um clima ameno. A maioria das pessoas que moram nesse território são de origem europeia (italianos, poloneses e alemães). As principais construções são casas de alvenaria de pequeno e médio porte, mas existem ainda algumas casas de madeira. As famílias não são numerosas, algumas são compostas, no máximo, de quatro a cinco pessoas.

A área da comunidade de São Gotardo se encontra a sudoeste do Distrito de Vila Seca e faz parte da Paróquia de Ana Rech no município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. O atual endereço é Estrada Municipal José Zanette. Trata-se de uma área rural mas com fácil acesso pois, recentemente, a estrada foi pavimentada com asfalto, o trecho liga a Rota do Sol (RS-453) com a BR-116. A maioria dos moradores trabalha com produção de uvas, frutas (caquis, ameixas, pêssegos, maçãs) e hortaliças.

Conforme as palavras de Edima D’Agostini e Marlei Zanete, durante uma entrevista coletiva com a mãe Zulmira Santana Calgaro (2025) “Na verdade nós já cantávamos na igreja, com os amigos e vizinhos, como a família Giacomet da qual o Senhor Ivo, que faleceu em 2016, entrou no grupo tocando bandolim. A minha mãe Zulmira desde jovem já cantava com a sua irmã na escola, em casa e no trabalho na roça. A motivação principal, para cantar, foi reunir pessoas apaixonadas pela música italiana e com o desejo de reviver as canções que marcaram gerações de imigrantes italianos na região. Queríamos também valorizar essa herança cultural

e transmitir nossa identidade através da música, criando um espaço para a comunidade se conectar com suas raízes de uma forma emocionante e musical.”

Zulmira é neta de imigrantes e iniciou a prática do canto sob a inspiração da mãe, Angelina. Em dueto com sua irmã Catarina, encantava as famílias vizinhas. As apresentações em público, que na adolescência eram comuns, retornariam quando sua filha Edima manifestou o seu interesse pela música começando a tocar o violão. O primeiro mestre foi Ivo Giacomet. A esse trio formado fortuitamente, se uniu a filha menor Marlei.

Ivo Giacomet começou a tocar o cavaquinho e posteriormente, o violão. O aprendizado do bandolim foi fruto do seu interesse pessoal. O bandolim que ele usava foi adquirido do tio Avelino Giacomet, que por sua vez mandou importá-lo da Itália, através da antiga Livraria Saldanha², em 1942.

Na opinião de Edima (2025), “A cidade de Caxias do Sul tem uma forte influência no nosso trabalho, pois é uma cidade de grande imigração italiana. A cultura local está impregnada com essa tradição pois, seja nós da família Zanete seja da família Giacomet, temos raízes profundas com a história da imigração. A música que tocamos reflete não apenas a herança italiana, mas também a forma como essa cultura se mistura com a vida cotidiana aqui na Serra Gaúcha. Isso é especialmente perceptível em nossas apresentações, onde buscamos incluir elementos da nossa história local, misturando as raízes italianas com a riqueza cultural da nossa terra.”

Importante lembrar a colaboração com o Pe. Cornélio Dall’Alba, que foi autor de muitas músicas para o grupo Vozes da Terra. “A colaboração com o Pe. Cornélio Dall’Alba começou de uma maneira muito natural, através do vínculo que tínhamos e temos com a comunidade religiosa dos Josefinos de Murialdo e cultural de Caxias do Sul. O Pe. Cornélio era uma figura muito respeitada na nossa cidade, tanto pela sua atuação religiosa quanto pela sua dedicação à preservação da cultura italiana. Ele sempre foi um grande admirador da nossa música e, ao longo do tempo, ele começou a compor algumas músicas especialmente para o grupo. A música “Bruscar le vigne”, por exemplo, é uma das canções vencedoras do festival “Nostra Gentchê” que o grupo participou e foi escolhida como a mais popular e continua ainda hoje fazendo sucesso. Essa canção é escolhida como tema musical no desfile de candidatas à soberanas da

² O prédio construído na década de 1910, na cidade de Caxias do Sul, foi o resultado do espírito inovador da família Saldanha. Neste lugar, localizado na Av. Júlio de Castilhos, 1944, foi instalada uma livraria e bazar no térreo e a residência na parte superior que tornou-se uma referência para a sociedade caxiense. O imponente prédio, que lembra os magazines europeus, possui fachada eclética encimada pelas esculturas de três musas (música, pintura e literatura). Foi tombado pelo Município de Caxias do Sul em 14 de abril de 1988. (Boletim Memória nº 25 – Junho de 2004).

Festa da Uva de Caxias do Sul, momento que reúne milhares de pessoas na torcida e evento que tem transmissão televisiva, por internet e por rádio. Foi um momento muito especial, pois ele conseguiu traduzir em música a essência de nossa missão de resgatar e compartilhar a cultura italiana. A colaboração dele trouxe uma nova profundidade ao nosso repertório e, até hoje, algumas das canções que ele compôs para nós continuam a ser muito emocionantes para o público.”

Na sua trajetória o Vozes da Terra se apresentou em algumas edições da Festa da Uva e conseguiu gravar três CDs: “A terra canta” (2000), “Bruscar le vigne” (2003) e “Che bel, che bom... un giorno in campagna” (2007). Nessa oportunidade, ao grupo se uniram dois novos membros: o cantor Glademir Corrent Bonatto Vidor e o acordeonista Diego Boschetti. As canções têm uma forte conexão com a tradição italiana, mas também com a realidade da comunidade. Cada canção escolhida traz um elemento que faz parte da vida e da história dos imigrantes, seja pela letra, pela melodia, ou pelo contexto histórico. Afirma a Edima (2025): “A diversidade é muito importante para nós, então procuramos equilibrar as músicas tradicionais mais conhecidas com outras que talvez o público não conheça tanto, mas que também são ricas em significado e valor. A nossa intenção é sempre criar um repertório que emocione e conecte as pessoas, transmitindo a beleza e a profundidade da música italiana”.

4 Canções

Para a pesquisa, foram escolhidas três canções compostas por Pe. Cornélio Dall’Alba e que melhor representam as características do canto como fator de identidade cultural, de tradição ligada à história da imigração italiana e de pertencimento à comunidade.

As composições que serão analisadas são: *Bruscar le vigne*; *Viva el milio e la polenta e Levemo i bicier*.

<i>Bruscar le vigne</i> <i>La brina, el fredo i ze sòci e amici dei nostri vignai</i> <i>El vento el fa nina nana, la brina la slusa su i cai</i> <i>Ma eco che vien primavera, amorosa la par una mama</i> <i>Par sveiar la so creatura la ghe mete una stimana.</i> <i>Rit: Su tosi, su tose, che el sol, romai el scominsia scaldar</i>	Podar as videiras A geada e o frio são sócios amigos dos nossos parreirais O vento faz ninar e a geada brilha sobre os galhos Mas eis que chega a primavera amorosa parece uma mãe Para acordar seu filho precisa uma semana Ref: Vamos rapazes, vamos moças que o sol está começando esquentar
---	--

<i>Ghe vol che bruschemo le vigne, se nò le se mete a butar, se nò le se mete a butar.</i> <i>Vardé, che le mèio cai curti, così el vignal el tra fora</i> <i>Con forsa la ua par soto, e fòie ben mòrbie par sora</i> <i>le vigne bruscae e ligae, le piande come un bambin</i> <i>ma la par febràio le bala in bote piene de vin</i> <i>Rit: Su tosi, su tose, che el sol, romai el scomìnsia scaldar</i> <i>Ghe vol che bruschemo le vigne, se nò le se mete a butar, se nò le se mete a butar.</i> <i>Compagni a le vigne noantri, non femo vin bon senza poda</i> <i>Gesù lo ga dito sti ani e lu non l'è fora de moda.</i> <i>Rit: Su tosi, su tose, che el sol, romai el scomìnsia scaldar</i> <i>Ghe vol che bruschemo le vigne, se nò le se mete a butar, se nò le se mete a butar.</i>	Precisamos podar as videiras senão elas começam brotar, senão começam brotar Olhem que é melhor galhos curtos assim o parreiral brota Com força a uva por baixo e as folhas vem viçosas por cima As videiras podadas e amarradas, choram como uma criança mas la por fevereiro dançam em pipas cheias de vinho Ref: Vamos rapazes, vamos moças que o sol está começando esquentar Precisamos podar as videiras senão elas começam brotar, senão começam brotar Igual as videiras somos nós não fazemos vinho bom sem poda Jesus o disse há alguns anos e ele não está fora de moda. Ref: Vamos rapazes, vamos moças que o sol está começando esquentar Precisamos podar as videiras senão elas começam brotar, senão começam brotar
---	--

Esse texto poético se inscreve dentro da tradição oral que valoriza os ritmos da natureza, o trabalho manual e os saberes transmitidos entre as gerações. Ao abordar o ato de podar a videira com imagens poéticas e comparações afetivas, a canção propõe uma visão cíclica e simbólica do tempo agrícola, na qual o inverno e a primavera representam não apenas estações, mas estados emocionais e espirituais.

"La brina, el fredo i ze sòci e amici dei nostri vignai / El vento el fa nina nana, la brina la slusa su i cai". Desde os primeiros versos, a canção personifica os elementos da natureza — frio, vento, geada — como companheiros fiéis do trabalho do viticultor. Essa personificação revela uma visão em que o ambiente natural não é hostil, mas colaborador, ainda que exigente. A geada e o frio, normalmente associados à morte ou estagnação, são aqui tratados como parte necessária do ciclo vital da vinha. Nas culturas agrícolas, o inverno representa uma fase de dormência fecunda, que prepara o renascimento.

"Ma eco che vien primavera, amorosa la par una mama / Par sveiar la so creatura la ghe mete una stimana". A primavera é associada à figura da mãe, que desperta amorosamente sua “criatura” — a videira. Essa metáfora materna reforça a ideia de que a terra é viva, sensível

e animada. O trabalho do homem se entrelaça à ação da natureza, que não apenas produz, mas também cuida e protege. Tal imagem evoca a cosmovisão camponesa que considera o solo como um corpo vivo, dotado de ritmos e afetividades próprias. A vinha é tratada como uma “criança” que precisa ser guiada e educada — daí a poda ser também um ato de cuidado.

Ghe vol che bruscemo le vigne, se nò le se mete a butar". O refrão enfatiza a importância da poda: se não for feita, a vinha cresce de forma descontrolada (“butar”, no dialeto, significa “brotar fora de hora, em excesso”). A poda é, portanto, um ato de disciplina produtiva. Esse princípio remete a uma ideia central nas culturas agrícolas: a liberdade da natureza precisa ser orientada pela técnica e pelo saber humano, para que dela se obtenha o melhor fruto. Assim como a criança precisa de limites e orientação, também a videira necessita de poda para frutificar com equilíbrio.

"Vardé, che le mèio cai curti, così el vignal el tra fora / Con forsa la ua par soto, e fòie ben mòrbie par sora". Aqui se manifesta uma estética da funcionalidade: o texto ensina que a beleza da videira está na sua organização, na economia da forma e na força do fruto. Os galhos curtos são mais produtivos. A poda, portanto, não é apenas um trabalho técnico, mas também um gesto artístico e ético, em que se revela o conhecimento empírico do camponês.

"Le vigne bruscae e ligae, le piande come un bambin / ma la par febràio le bala in bote piene de vin". Esse verso finaliza a segunda estrofe com uma imagem poética poderosa: as vinhas que antes dormiam agora “dançam” — uma metáfora clara para o mosto fermentando nos tonéis. O vinho surge como fruto da disciplina, do tempo e do trabalho amoroso, e é elevado à categoria de celebração.

"Compagni a le vigne noantri, non femo vin bon senza poda / Gesù lo ga dito sti ani e lu non l'è fora de moda". Essa referência direta a Jesus remete ao Evangelho de João (15:1–2), onde Cristo afirma: “Eu sou a videira verdadeira, e meu Pai é o agricultor. Todo ramo que em mim não dá fruto, ele o corta; e todo o que dá fruto, limpa, para que dê mais fruto”. Trata-se de uma alegoria espiritual da poda como purificação, necessária ao florescimento espiritual.

Portanto, o texto termina afirmando que a prática da poda é tanto agrotécnica quanto espiritual, pois reforça a humildade, a paciência e a necessidade do trabalho bem orientado.

<i>Viva el milio e la polenta</i>	Viva o milho e a polenta
<i>Chi ze sta, chi ze sta a semenar el primo sorgo I taliani i se domandano curiosi Mi ghe credo ale storie legendarie Pi che ai libri sapienti dei studiosi</i>	Quem foi, quem foi a semear o primeiro sorgo Os italianos se perguntam, curiosos Eu acredito nas histórias lendárias Mais do que nos livros sábios dos estudiosos

<i>Se raconta, se raconta che un rè mago verso sera</i> <i>Ben darente a Betleme l'è rivà Ma per sbaglio el ga perso un fagotin E un angelo sto tesoro el ga catà. Rit: Viva, viva el milio e la polenta I scartossie el paion La polenta fa la carne E la paia la passion</i> <i>El sacheto, el sacheto el gera pien de perle giale Ch'el rè mago portea a Gesù Bambin Ma quel angelo le pianta e, nasseste Le ga fato tute tute un fagotin. Le plantele, le plantele bele alte le paraa La Madona cocolando el so tatin Ch'el mostrea un ciufeto de cavei Infassà co i scartossi color lin.</i> <i>Rit: Viva, viva el milio e la polenta I scartossie el paion La polenta fa la carne E la paia la passion.</i> <i>Eco el sorgo, eco el sorgo El nostro milio americano La polenta e le scartosse par dormir Sgranemo el nostro core e tuti insieme Femo festa e balemo par finir...</i>	Conta-se, conta-se que um rei mago ao entardecer Bem próximo a Belém chegou Mas por engano ele perdeu um saquinho E um anjo esse tesouro encontrou. Refrão: Viva, viva o milho e a polenta As palhas e o colchão A polenta se torna carne E a palha a paixão O saquinho, o saquinho estava cheio de pérolas amarelas Que o rei mago levava ao Menino Jesus Mas aquele anjo as plantou e ao nascerem Elas formaram uma pequena espiga dourada As plantinhas, as plantinhas bem altas pareciam A Virgem Maria ninando o seu menino Que mostrava um pequeno tufo de cabelo Envolto em folhas secas de milho da cor do linho Refrão: Viva, viva o milho e a polenta As palhas e o colchão A polenta se torna carne E a palha a paixão Eis o sorgo, eis o sorgo O nosso milho americano A polenta e as palhas para dormir Abrimos nosso coração e todos juntos Façamos festa e dancemos para finalizar...
---	---

O texto é carregado de significados simbólicos, tanto no plano material (milho, polenta, palha), quanto no plano espiritual (anjos, Reis Magos, Menino Jesus). A música presta homenagem à cultura agrícola, particularmente à importância do milho na vida rural, e entrelaça essa reverência a elementos do cristianismo popular.

A canção inicia exaltando o milho e a polenta: “*Viva el milio e la polenta / Chi ze sta, chi ze sta a semenar el primeiro sorgo*”.

A palavra “*milio*” refere-se ao milho, planta americana introduzida na Europa a partir do século XVI, e que se tornou alimento base na dieta dos camponeses italianos, especialmente no norte do país. A polenta, por sua vez, é um prato tradicional feito com farinha de milho cozida, símbolo de sobrevivência e rusticidade alimentar. O milho é também chamado de *sorgo*

na canção, embora botânica e tecnicamente sejam plantas diferentes. No uso popular, os termos podem se confundir, o que mostra a importância do simbolismo mais do que da precisão científica. A canção dá ênfase ao trabalho agrícola, à preparação da terra e à expectativa da colheita.

A narrativa logo se desloca do cotidiano agrícola para o terreno do mito cristão popular, ao contar que um dos Reis Magos teria perdido um pequeno saco com “pérolas amarelas” (as sementes de milho), que foi encontrado por um anjo e semeado próximo a Belém: “*Se racconta che un rè mago verso sera [...] el ga perso un fagotin / E un angelo sto tesoro el ga catà*”.

Essa passagem confere ao milho um caráter sagrado e mítico. O alimento se transforma em uma dádiva celeste, destinada originalmente ao Menino Jesus, mas “perdida” e reencontrada pela humanidade. A metáfora religiosa é forte: a semente torna-se símbolo da graça divina que se espalha pela terra.

Além disso, a canção descreve a Virgem Maria ninando seu filho em folhas secas de milho (scartossi), criando uma imagem de simplicidade e humanidade: “*La Madona cocolando el so tatin / Ch’el mostrea un ciufeto de cavei / Infassá co i scartossi color lin*”.

Este trecho associa o caráter humilde do nascimento de Cristo aos elementos do cotidiano camponês. As folhas de milho, geralmente usadas para embalar alimentos ou como forro para dormir, tornam-se berço sagrado. Essa imagem evidencia a integração entre a fé popular e a vida agrícola.

O refrão se repete ao longo da música com as frases:

“*Viva, viva el milio e la polenta*

I scartossi e el paion

La polenta fa la carne

E la paia la passion”

Essas frases possuem múltiplos níveis de interpretação:

“*La polenta fa la carne*”: sugere que a polenta, mesmo sendo um alimento simples e sem proteína animal, é suficiente para alimentar e sustentar. É um elogio à autossuficiência camponesa.

“*La paia la passion*”: associa a palha (resíduo agrícola do milho) à paixão. Pode ser uma metáfora para o sofrimento redentor (referência à Paixão de Cristo), ou ainda à força vital do povo que transforma o pouco em muito.

A repetição do refrão reforça o caráter festivo e comunitário da canção, concluindo com um convite coletivo: “*Femo festa e balemo par finir...*”

“*Viva el milio e la polenta*” é mais do que uma canção folclórica: é um testemunho cultural, um símbolo da relação entre povo, terra e espiritualidade. Através de uma linguagem poética e acessível, ela articula mito, memória, alimento e fé, valorizando o mundo rural não como atraso, mas como fonte de saber, identidade e resistência.

<i>Levemo i bicier</i>	Levantemos os copos
<i>Su, fioi, parecemo le bote</i> <i>L'è ora de far el vin bon</i> <i>Lavemo pulito i tinassi</i> <i>Prontemo le ceste e i seston.</i> <i>La ua la è bel che maura</i> <i>Coi graspi ben sgionfi de grani</i> <i>Che prosia! La ua la someia</i> <i>Na tosa nel fiore dei ani.</i> <i>Rit: L'è fin un pecà machinarla</i> <i>Ma questo el è 'l suo destin</i> <i>Morir e poi dopo cantar</i> <i>La vita l'è fata de graspe</i> <i>Ma anca de vin e alegria</i> <i>Cin, cin, cin levemo i bicier</i> <i>I afani butemoli via.</i> <i>El mosto par oto giornae</i> <i>El boie pien de passion</i> <i>E eco che soto le graspe</i> <i>Vien fora el vin de staion.</i> <i>Adesso ghe vol travasarlo</i> <i>E dopo tre mesi el devente</i> <i>Vin bon che se beve de gusto</i> <i>Magnando fortaia e polenta</i>	Vamos lá, filhos, preparemos as pipas É hora de fazer um bom vinho Lavemos bem as tinas Preparemos as cestas e os cestos. A uva está bem madura Com os cachos cheios de grãos Que preciosidade! A uva parece Uma moça na flor da idade. Refrão: É quase um pecado esmagá-la Mas esse é o seu destino Morrer e depois cantar A vida é feita de bagaços Mas também de vinho e alegria Cin, cin, cin, levantemos os copos As aflições deixemos para trás. O mosto por oito dias Borbulha cheio de paixão E eis que sob os cachos Surge o vinho da estação. Agora é preciso transvazá-lo E depois de três meses ele se torna Vinho bom que se bebe com gosto Comendo omelete e polenta.

Com linguagem simples, viva e profundamente enraizada no cotidiano rural, o texto celebra o ciclo da uva e a produção do vinho, um dos pilares culturais e econômicos dessa região. O vinho, mais do que uma bebida, constitui-se como símbolo de sociabilidade, tradição, religiosidade e prazer. Ao longo da canção, o processo de produção do vinho é narrado com entusiasmo e lirismo, integrando a dimensão do trabalho manual com a celebração coletiva, o que revela o vínculo profundo entre natureza, cultura e festa na vida camponesa.

O texto inicia com um chamado à ação coletiva: “*Su, fioi, parecemo le bote / L'è ora de far el vin bon*”. Essa abertura já nos insere na lógica cooperativa do trabalho rural, onde a colheita e o preparo do vinho são rituais anuais que envolvem toda a comunidade. A preparação

das pipas, das tinas, cestas e utensílios marca o início de um ciclo sagrado de transformação, no qual a natureza é domesticada pelo esforço humano.

“*La ua la è bel che maura / Coi graspi ben sgionfi de grani / La ua la someia / Na tosa nel fiore dei ani*”. Aqui, a uva madura é comparada a uma jovem no auge da juventude, reforçando a ideia de beleza, fertilidade e potência. A metáfora revela o olhar afetivo e até sensual com que o camponês se relaciona com a terra e seus frutos.

No refrão, há uma virada poética de grande impacto simbólico: “*L’è fin un pecà machinarla / Ma questo el è ‘l suo destin / Morir e poi dopo cantar*”. A imagem de esmagar a uva como um ato necessário, porém doloroso, remete à ideia de sacrifício produtivo. A uva “morre” para que o vinho possa nascer — a destruição da forma inicial permite uma transformação gloriosa. Esta é uma metáfora poderosa da própria vida humana: o sofrimento e o esforço são caminhos para a alegria, o renascimento e a celebração. Esse ciclo ecoa também o simbolismo cristão do vinho como sangue, presente na liturgia da Eucaristia.

Na segunda parte do refrão, destaca-se ainda a expressão: “*Cin, cin, cin levemo i bicier / I afani butemoli via*”. Trata-se de um chamado à comunhão e à alegria coletiva. O vinho, fruto do trabalho árduo, torna-se o símbolo da superação das dores e das dificuldades. Ele transforma o sofrimento da terra (e do homem) em prazer, alívio e riso. É o alimento da alma e da convivência.

A canção prossegue com a descrição do processo de fermentação: “*El mosto par oto giornae / El boie pien de passion*”. A fermentação do mosto é descrita em termos emocionais — “cheio de paixão” — o que reforça o elo afetivo entre o ser humano e os processos naturais. A natureza parece animada, viva, cheia de sentimentos, como o próprio povo que a cultiva.

“*E eco che soto le graspe / Vien fora el vin de staion*”. Esse momento é celebrado como um nascimento, a revelação do novo vinho, símbolo de esperança e continuidade das tradições. Depois disso, o vinho precisa “descansar”:

“*Adesso ghe vol travasarlo / E dopo tre mesi el devente / Vin bon che se beve de gusto / Magnando fortaia e polenta*”. Esse trecho reforça a relação entre vinho e paciência, sugerindo que o tempo e o cuidado são fundamentais para que algo se torne bom e digno de celebração. O vinho é, portanto, também uma metáfora da maturidade e da vida que se constrói com tempo e dedicação.

A canção “*Levemo i bicier*” é um belo exemplo de como a cultura popular dos imigrantes italianos transforma o cotidiano em poesia, e o trabalho em símbolo. O vinho, como protagonista, representa não apenas um produto agrícola, mas uma experiência coletiva, espiritual e sensorial que une natureza, cultura e tempo. O texto revela uma visão de mundo em

que o esforço, o tempo e a transformação são valorizados, e onde a alegria nasce do esforço compartilhado. Em tempos de vida acelerada e desconectada da terra, esse tipo de narrativa nos convida a reconsiderar os valores da simplicidade, da comunhão e do respeito ao ritmo da natureza.

5. Considerações finais

As análises desenvolvidas ao longo deste estudo permitem reconhecer a importância e o valor das composições do Pe. Cornélio Dall’Alba no contexto da tradição oral dos descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. As canções examinadas — *Bruscar le vigne*, *Viva el milio e la polenta* e *Levemo i bicier* — constituem registros de uma memória coletiva que atravessa gerações e reafirma a identidade cultural ítalo-gaúcha. O conteúdo simbólico, poético e religioso presente nas letras revela uma íntima articulação entre natureza, espiritualidade e trabalho, confirmando a música como forma de expressão e resistência cultural (Piazza Ribeiro, 2004). Dessa forma, a figura do Pe. Cornélio Dall’Alba transcende o papel de compositor, configurando-se como mediador entre o passado e o presente, capaz de traduzir em arte os elementos fundantes da vida rural e comunitária.

A atuação do Grupo Vozes da Terra, como intérprete desse repertório, reforça a importância dos vínculos comunitários e da transmissão dos saberes culturais. A preservação de dialetos, temas e símbolos presentes nas canções analisadas demonstra que a tradição não é estática, mas sim viva e em constante reelaboração, conforme as experiências das novas gerações. Nesse sentido, a música popular tradicional emerge como forma de educação não formal, fortalecendo o sentido de pertencimento e a valorização da diversidade cultural na região de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Ao retomar práticas e narrativas ligadas à imigração, o grupo vocal contribui significativamente para o reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial regional, aproximando o fazer musical das políticas de memória e identidade (Arroque, 2019).

Portanto, este trabalho evidencia que os cantos populares de inspiração italiana, ressignificados e elaborados no Brasil, desempenham papel crucial na construção da identidade cultural dos descendentes de imigrantes, revelando aspectos da religiosidade, do cotidiano e das transformações sociais vivenciadas ao longo do tempo. As composições do Pe. Cornélio, especialmente por seu caráter simbólico e afetivo, não apenas registra práticas culturais, mas também constituem-se como instrumentos de reconstrução de laços comunitários e reafirmação da identidade coletiva. Em tempos de crescente homogeneização cultural, reconhecer e

valorizar essas manifestações torna-se essencial para a preservação da diversidade e para o fortalecimento da memória social, além de oferecer caminhos para futuras pesquisas nos campos da história oral, da etnomusicologia e dos estudos migratórios.

Referências

ARROQUE, Roberto Mauro. **O canto tradicional da cultura taliana**. In: BACCA, A. A.; ROCHA, L. H. (Org.). 150 anos Imigração Italiana Rio Grande do Sul Vol. I. Bento Gonçalves: dos Autores, 2019. p. 303-319.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

CALGARO, Santana Zulmira; D'AGOSTINI, Edima; ZANETE, Marlei. Entrevista. Entrevistador: Paolo Parasecoli, São Gotardo-Vila Seca, 30.03.2025

DALL'ALBA, João Leonir. **História do Povo de Ana Rech: paróquia**. Volume I. Caxias do Sul, EDUCS, 1987.

PIAZZA RIBEIRO, Cleodes Maria. **O lugar do canto**. In: PIAZZA RIBEIRO, C. M.; POZENATO, J. C. (Org.). Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes. Caxias do Sul: Educs, 2004. p. 339-346.

UNIBAVE (Santa Catarina). **Missa do sétimo dia do Padre Cornélio Dall'Alba será celebrada nesta sexta-feira (19/08)**. Disponível em: <https://unibave.net/noticia/missa-de-setimo-dia-do-padre-cornelio-dallalba-sera-celebrada-nesta-sexta-feira-19-08/#:~:text=Profissionalmente%20atuou%20como%20professor%20e,e%20vocacionais%2C%20escultor%2C%20pintor..> Acesso em: 02 abr. 2025.

Colonização Multiétnica e Relações Interétnicas: memória, identidade e desenvolvimento regional no Noroeste Gaúcho

Autoras: Me. Viviane Rocha; Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia

O município de Ijuí, localizado no Noroeste do Rio Grande do Sul, constitui um dos mais expressivos exemplos de colonização multiétnica no Brasil. A partir do final do século XIX, fluxos migratórios diversos deram origem a uma configuração social marcada pela convivência e interação entre mais de 19 etnias, incluindo descendentes de alemães, italianos, poloneses, suecos, austríacos, árabes, afro-brasileiros, entre outros. Essa pluralidade modelou um espaço social complexo, em que as dinâmicas de encontro, negociação e (re)configuração identitária foram decisivas para a formação da identidade local e para o desenvolvimento regional.

Em reconhecimento a essa trajetória singular, Ijuí foi oficialmente declarada “Capital Nacional das Etnias”, pela Lei Federal nº 14.280, sancionada em dezembro de 2021. Posteriormente, em outubro de 2022, a cidade recebeu o título de “Capital Mundial das Etnias”, concedido pela Organização Internacional de Folclore e Artes Populares (IOV), entidade vinculada à UNESCO. Essa dupla chancela não apenas consagra simbolicamente o associativismo interétnico local, mas projeta Ijuí como referência global de convivência e valorização da diversidade cultural.

O reconhecimento institucional dessas particularidades, com a concessão dos títulos de “Capital Nacional das Etnias”, em 2021, e de “Capital Mundial das Etnias”, em 2022, evidencia a relevância desse processo não apenas para a constituição de uma identidade local, mas, também, para a promoção do desenvolvimento regional através da valorização do patrimônio cultural. A descontinuidade da marca FENADI (Festa Nacional das Culturas Diversificadas) a partir de 2023, após trinta e cinco edições, simboliza uma inflexão nesse percurso, apontando para um novo momento de projeção internacional das práticas culturais locais.

O presente estudo parte do seguinte problema: como as relações interétnicas e os processos de construção da memória social se articulam na formação identitária e no desenvolvimento territorial de Ijuí? O objetivo principal é analisar como essas dinâmicas se consolidaram ao longo da história e como operam, na atualidade, como vetores de desenvolvimento. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, que combina história oral, observação participante e análise documental, ancorada em uma sólida reflexão teórica sobre identidade, memória e cultura.

Contextualização histórica da formação da Colônia *Ijuhy*: organização territorial, fluxos migratórios e identidade cultural

A compreensão da formação da Colônia *Ijuhy* e sua transformação no município de Ijuí exige uma leitura que, conforme propõe Santos (1985), articule as dimensões geográficas, históricas e sociais na análise dos processos de organização e reorganização do espaço. O território gaúcho, como adverte Pesavento (1997), foi desde o período colonial um espaço de disputa e circulação, cuja ocupação resultou da sobreposição de estratégias políticas, econômicas e culturais que moldaram sua configuração contemporânea.

A região que hoje corresponde ao Noroeste do Rio Grande do Sul, onde se insere Ijuí, esteve envolvida, inicialmente, na dinâmica das fronteiras sulinas, disputadas entre Portugal e Espanha ao longo dos séculos XVII e XVIII, e cuja definição se deu através dos tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777). Estes acordos, conforme destaca Pesavento (2002), pavimentaram o caminho para a expansão das frentes de colonização lusitana e, posteriormente, para o avanço dos projetos de povoamento vinculados ao processo de modernização e de afirmação da soberania nacional sobre áreas consideradas “despovoadas”.

A formação do Rio Grande do Sul, enquanto espaço político-administrativo, consolidou-se no século XIX, em grande medida pela intensificação dos fluxos migratórios europeus, utilizados como instrumento de ocupação e produção agrícola. Nesse contexto, a Lei de Terras de 1850 criou o marco legal para a regulamentação da propriedade fundiária, restringindo o acesso à terra a partir da sua mercantilização e promovendo, consequentemente, a atração de imigrantes europeus, sobretudo alemães, italianos e, posteriormente, poloneses, suecos, austríacos, franceses, entre outros.

No caso específico da criação da Colônia *Ijuhy*, em 1890, o Estado brasileiro buscou consolidar a ocupação do Noroeste gaúcho, região até então caracterizada por uma presença indígena significativa e pela atuação de povos mestiços, como os tropeiros e os caboclos. A colonização da área foi conduzida pela *Comissão de Terras e Colonização*, que atraiu um novo perfil de imigrantes, preferencialmente agricultores familiares, aptos a desenvolver atividades agrícolas que impulsionassem a economia regional e consolidassem a presença do Estado na região.

A Colônia *Ijuhy* se constituiu, assim, como um núcleo de colonização oficialmente multiétnico, reunindo desde sua origem mais de 19 etnias diferentes, organizadas em linhas coloniais e núcleos familiares, cada qual buscando manter elementos de sua cultura de origem como língua, religião, arquitetura e práticas produtivas, mas simultaneamente estabelecendo processos de interação e negociação cultural. Esse modelo, como argumenta Pesavento (1997),

é exemplar do paradigma da “colonização planejada”, onde a diversidade foi não apenas tolerada, mas institucionalmente promovida como estratégia de desenvolvimento territorial. De acordo com o cadastramento dos colonos instalados em Ijuhy, realizado em 1896, o total de imigrantes assentados era de 5.228 pessoas, em grande maioria, imigrantes vindos diretamente da Europa. Essa lista nominativa, datada após seis anos do início da colonização, registrava família por família, informando o nome, a idade, o sexo, o estado civil, a nacionalidade e a religião dos indivíduos.

Figura 1- Reprodução de uma página do cadastramento de colonos, em 1896

	Nome	Idade	Estado	Nacionalidade	Sexo	Religião	Profissão	Relig.	marido
63	José Schubert	33	C	Polaco	m	ag	ag	C	10-11
64	Luiza	30	"	"	f	"	"	"	"
65	Bernilava	8	m	"	f	"	"	"	"
66	Reavari	4 1/2	"	"	m	"	"	"	"
67	Antônio	2 1/2	"	Bras	"	"	"	"	"
68	Felice	1	"	"	"	"	"	"	"
69	João Formafatti	38	C	Polaco	m	fer	"	"	43-44
70	Rosalia	41	"	"	f	mf	"	"	"
71	Pedro Scalatti	33	"	"	m	"	"	"	42-43
72	Mariano	32	"	"	f	"	"	"	"
73	Clara	3	m	Bras	f	"	"	"	"
74	José	3	"	"	m	"	"	"	"
75	Antônio (Pai)	85	"	Polaco	"	"	"	"	71-72
76	Mariano (mãe)	73	"	"	f	"	"	"	"
77	Fredrico, Defensor	54	S	Bras	m	fer	"	ag 11-12	"
78	Conceição	35	S	"	f	mf	"	C	15-16
79	Salma Santa Capelita	25	m	"	"	fer	"	"	"
80	Antônio	1	m	"	m	"	"	"	"
81	Thomas, Polchunantz	30	C	Polaco	"	mf	"	"	40-41
82	Guilherme	30	"	"	f	"	"	"	"
83	Victorin	11	m	"	"	"	"	"	"
84	João	3	"	Bras	m	"	"	"	"
85	Mariano	3	"	"	f	"	"	"	"
86	Thomas, Kraschinski	31	C	Polaco	m	"	"	"	44-45
87	Joana	26	"	"	f	"	"	"	"
88	Constante	2	m	Bras	m	"	"	"	"
89	Traslar	4	"	"	f	"	"	"	"
90	Valente Schubert	56	C	Polaco	m	"	"	"	46-47 47-48
91	Mariano	49	"	"	f	"	"	"	"
92	Constante	17	"	"	f	"	"	"	"
93	José	21	"	"	m	"	"	"	"

Fonte: Acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana

O cadastramento pode ser considerado um verdadeiro censo que revela quem são os primeiros imigrantes oriundos da Europa, das colônias velhas e os antigos moradores da área. De acordo com o referido levantamento, 53,49% da população é de nacionalidade brasileira, o que dá a medida do fluxo populacional oriundo das colônias velhas - filhos e netos de imigrantes europeus já nascidos no Brasil ou mesmo de luso-brasileiros. Dentre os europeus, os poloneses representam 16,30%, os russos 12,21%, os alemães 7,34% e os italianos 4,34%, além de austríacos, suecos, espanhóis, franceses, armênios, belgas e suíços, entre outros.¹

Tabela 1 - Imigrantes oficiais recebidos pelo Rio Grande do Sul e Ijuí entre 1890 e 1911

ANO	RIO GRANDE DO SUL	IJUÍ
1890	19.457	664
1891	20.739	513
1892	8.496	476
1893	2.795	275
1894	855	0
1895	2.452	224
1896	3.095	104
1897	1.451	255
1898	1.606	585
1899	1.956	548
1900	1.503	286
1901	1.255	208
1902	847	115
1903	743	88
1904	834	198
1905	963	127
1906	1.013	329
1907	754	366
1908	4.117	1.070
1909	6.046	1.241
1910	3.583	559
1911	7.790	129
TOTAL	92.350	8.649

Fonte: Sistematizado com dados de Callai (1980) a partir dos Relatórios Anuais da Secretaria de Negócios das Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

A dinâmica espacial da Colônia foi marcada por uma rápida reorganização territorial, com a instalação de infraestrutura básica como escolas, igrejas, cooperativas e, posteriormente,

¹ Os dados referem-se a imigrantes oficiais enviados para a colônia pela Secretaria de Negócios das Obras Públicas responsáveis pela colonização e que possuía um sistema de controle de movimentação dos imigrantes. A Diretoria de Terras e Colonização remetia de Porto Alegre, da Hospedaria do Cristal, os imigrantes para as diversas colônias e o controle desse movimento era feito por intermédio dos "Mapas de destino dos Imigrantes" (Callai, 1980).

a chegada da ferrovia em 1911, que consolidou a integração da Colônia *Ijuhy* ao circuito econômico estadual. As formas de apropriação do espaço pelos grupos étnicos refletiram tanto as heranças culturais de origem quanto às adaptações exigidas pelo novo meio, como observa Santos (1985), ao destacar a indissociabilidade entre estrutura, processo, função e forma na constituição dos espaços sociais.

Figura 2 - Inauguração da Estrada de Ferro, em 1911



Fonte: Marques, Grzybowski (1990. p. 88).

A multiplicidade étnica de Ijuí expressou-se, desde os primeiros anos, na organização de associações culturais, cooperativas e sociedades recreativas, que serviram como instrumentos de manutenção das tradições e de inserção socioeconômica. A partir da segunda metade do século XX, esse associativismo convergiu para a formação da União das Etnias de Ijuí (UETI), que coordenou as ações dos Centros Culturais e impulsionou, a partir de 1987, a realização da Festa Nacional das Culturas Diversificadas (FENADI), consolidando a cidade como referência de convivência interétnica e valorização cultural.

É nesse percurso que se forja uma identidade territorial singular, sustentada pela memória das trajetórias migrantes e pela afirmação pública das diferenças culturais como patrimônio comum. A decisão recente de consolidar Ijuí como “Capital Nacional das Etnias” (2021) e, posteriormente, como “Capital Mundial das Etnias” (2022), coroa esse processo, projetando internacionalmente uma experiência local de organização social e cultural que

resulta diretamente da histórica reorganização do espaço e das estratégias de convivência entre grupos étnicos diversos.

Como sintetiza Sandra Pesavento (1997), o processo de colonização no Rio Grande do Sul não deve ser visto apenas como ocupação de um vazio, mas como construção de um território socialmente vivido, onde memórias, identidades e práticas culturais se entrelaçam na configuração de um espaço singular.

Figura 3 - Divulgação da marca Ijuí, Capital Nacional das Etnias



Fonte: Website da União das Etnias de Ijuí em 2019

Identidade, Memória e Hibridização Cultural: aportes teóricos para compreensão das dinâmicas interétnicas em Ijuí

A compreensão das relações interétnicas que se estabeleceram em Ijuí demanda uma abordagem que supere a visão essencialista dos grupos culturais, privilegiando a análise das práticas sociais e simbólicas que caracterizam o contínuo processo de construção identitária. Nesse sentido, é fundamental assumir que a identidade não é um dado natural ou fixo, mas uma construção relacional e processual, constituída nas interações e mediações com o “outro”.

Fredrik Barth (1969), ao propor a ideia de fronteiras étnicas como sistemas sociais de interação, rompe com o entendimento da etnicidade como um conjunto estático de traços culturais. Para o autor, o que define um grupo étnico não é a substância de sua cultura, mas a persistência de fronteiras simbólicas que são constantemente negociadas. No caso de Ijuí, tais

fronteiras não impediram o contato nem a cooperação entre os diversos grupos, mas foram mantidas e ressignificadas em práticas como o associativismo, as festas e as expressões artísticas.

Esse movimento de distinção e negociação articula-se com o que Bourdieu (1996) conceitua como *habitus*, isto é, um sistema de disposições socialmente constituídas que orienta práticas e percepções. Os grupos étnicos em Ijuí, ao internalizarem valores e disposições específicas, desenvolveram estratégias simbólicas de distinção, ao mesmo tempo em que, pela convivência, produziram práticas híbridas, que transformaram a cultura local em um complexo mosaico. A interação entre as disposições herdadas das matrizes culturais de origem e as necessidades de adaptação ao novo território geraram formas de sociabilidade marcadas tanto pela preservação quanto pela inovação.

Essa perspectiva encontra consonância com Hall (1996), para quem a identidade é um processo contínuo de construção discursiva, permanentemente tensionada entre tradição e transformação. As identidades coletivas formadas em Ijuí foram produzidas no interior de um campo de forças no qual memória, cultura e poder se entrelaçam, dando origem a um *ethos* local que não pode ser reduzido a nenhuma das etnias fundadoras, mas que resulta da hibridização cultural.

O conceito de hibridização, tal como desenvolvido por Canclini (2006), é central para compreender o caso de Ijuí, na medida em que permite apreender as práticas culturais como produtos de negociações e traduções entre diferentes matrizes simbólicas, superando a dicotomia entre tradição e modernidade. A coexistência de múltiplos grupos étnicos em um mesmo espaço, mediada por práticas associativas e festividades, produziu formas culturais híbridas, visíveis na culinária, na arquitetura e nas celebrações coletivas.

Neste contexto, a memória social emerge como categoria fundamental para a análise das dinâmicas interétnicas. Conforme destaca Halbwachs (2006), a memória não é apenas um repositório passivo do passado, mas uma construção social orientada pelas necessidades do presente. As narrativas sobre a colonização de Ijuí, celebradas e materializadas em eventos públicos e monumentos, são resultantes de processos seletivos de rememoração, que articulam lembranças e esquecimentos segundo interesses coletivos e institucionais.

Por fim, a ideia de tradução intercultural, defendida por Boaventura de Sousa Santos (2006), reforça a necessidade de compreender as relações interétnicas em Ijuí não como processos de assimilação ou homogeneização cultural, mas como articulações que respeitam a pluralidade e a diferença, produzindo um campo social onde coexistem múltiplas formas de vida e de saber.

Caminhos metodológicos

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com ênfase na história oral, combinada à observação participante e à análise documental. A utilização da história oral como método não apenas complementou, mas fundamentou a interpretação analítica deste estudo, sendo central para captar a dimensão subjetiva da memória social e compreender as representações que os sujeitos elaboram sobre a experiência multiétnica de Ijuí. Foram realizadas entrevistas narrativas em profundidade com membros de todos os 12 centros culturais que possuem representação, por meio das casas étnicas, no parque de exposições, além de representantes da União das Etnias de Ijuí (UETI) e participantes das festas e eventos culturais.

A utilização da história oral como metodologia, conforme propõe Portelli (1997; 2016), permite captar não apenas os fatos históricos, mas, sobretudo, a dimensão subjetiva das memórias, as quais se configuram como instrumentos de construção identitária e de legitimação social. A escuta das narrativas de descendentes de colonos revela não apenas a experiência histórica da colonização, mas também o modo como essas experiências são reinterpretadas à luz das demandas contemporâneas por reconhecimento e valorização cultural.

A observação participante foi realizada em atividades promovidas pelos Centros Culturais Étnicos durante a 32ª edição da Festa Nacional das Culturas Diversificadas (FENADI), em 2019, uma das últimas edições sob essa marca, pois as duas edições subsequentes (2020 e 2021) foram online em função da pandemia de COVID-19 e, com a realização do evento de 2022, houve a descontinuidade da marca. A partir de 2023, as atividades culturais passaram a ser vinculadas à chancela de Capital Mundial das Etnias, motivo pelo qual se fez necessária uma nova incursão a campo e a realização de entrevistas em abril de 2025 para complementar os resultados da pesquisa.

A análise documental incluiu o exame de fontes históricas, registros oficiais, atas, acervos museológicos e materiais de divulgação institucional. A triangulação entre as distintas técnicas de coleta de dados buscou assegurar a validade interpretativa, permitindo compreender a complexidade do fenômeno estudado.

Dinâmicas interétnicas e desenvolvimento regional: análise e resultados

O estudo revelou que a convivência interétnica em Ijuí se constituiu a partir de um equilíbrio entre distinção e integração. De um lado, os grupos étnicos mobilizaram estratégias de preservação de suas tradições, materializadas na criação dos Centros Culturais e da

construção das Casas Étnicas, na promoção de festas e no ensino de línguas de origem e danças tradicionais. De outro, a cooperação e o compartilhamento de espaços e eventos produziram práticas culturais híbridas que superaram as barreiras das fronteiras simbólicas.

A FENADI, realizada ininterruptamente por quase quatro décadas, foi o principal espaço de expressão dessa dinâmica, funcionando como um dispositivo simbólico de reafirmação das identidades étnicas e como instrumento de promoção do desenvolvimento regional através da economia da cultura, fomentando o turismo. A obtenção dos títulos de Capital Nacional e, posteriormente, Mundial das Etnias representa o reconhecimento dessa trajetória e a consolidação de Ijuí como referência internacional na valorização da diversidade cultural.

Contudo, as narrativas coletadas indicam que o processo não foi isento de conflitos e tensões. As memórias sobre a colonização revelam tanto experiências de cooperação quanto episódios de discriminação e marginalização de determinados grupos, especialmente afrodescendentes e indígenas, cujas presenças foram, por vezes, invisibilizadas nas celebrações oficiais. A memória social, nesse sentido, operou seletivamente, promovendo determinados elementos enquanto silenciava outros.

A transformação recente, com a descontinuidade da marca FENADI e a reorganização institucional das festividades sob a égide da Capital Mundial das Etnias, expressa uma reconfiguração das estratégias de promoção cultural e de desenvolvimento territorial. A internacionalização da identidade ijuicense implica novos desafios, como a necessidade de ampliar a representatividade e de problematizar as narrativas hegemônicas sobre a formação da cidade, bem como uma nova reflexão sobre o papel dos arranjos produtivos locais (iniciativa privada, poder público, representantes do terceiro setor e a comunidade) sobre as ações futuras em prol do desenvolvimento regional, objetivo principal, que desde o final da década de 1980, motivou e norteou os caminhos que conduziram ao presente momento.

A titulação de “Capital Mundial das Etnias”: significados, implicações e desdobramentos

Em outubro de 2022, Ijuí recebeu a titulação de “Capital Mundial das Etnias”, concedida pela Organização Internacional de Folclore e Artes Populares (IOV), entidade não-governamental de abrangência global, com status consultivo junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A IOV atua na promoção, proteção e valorização das manifestações culturais e folclóricas no mundo, reconhecendo e estimulando

boas práticas de preservação e promoção da diversidade cultural e das expressões de patrimônio imaterial.

A titulação de Ijuí não apenas reconhece a trajetória histórica e cultural do município, marcada pela convivência multiétnica e pela institucionalização de políticas e práticas culturais voltadas à preservação das heranças identitárias, mas também insere a cidade em uma rede global de municípios e regiões que, pela singularidade de seus processos culturais, são destacados como patrimônios vivos da diversidade humana.

Embora existam distintas iniciativas internacionais de reconhecimento cultural, como as nomeações de Patrimônio Mundial da UNESCO, as designações de Cidades Criativas (UNESCO Creative Cities Network), ou as identificações de Patrimônio Cultural Imaterial, a titulação de Capital Mundial das Etnias possui especificidade ao colocar em destaque não apenas bens materiais ou manifestações isoladas, mas o próprio modelo social e político de convivência interétnica institucionalizada, como ocorre em Ijuí.

Experiências similares podem ser observadas em municípios como Edmonton, no Canadá, que promove o festival *Heritage Days* como celebração da diversidade cultural, ou Sarajevo, na Bósnia-Herzegovina, reconhecida informalmente como cidade símbolo da convivência interétnica, embora marcada por conflitos históricos. Também se destacam exemplos como Melbourne, na Austrália, que organiza o *Multicultural Festival*, promovendo políticas de convivência em uma das cidades mais multiculturais do mundo; Antuérpia, na Bélgica, com mais de 170 nacionalidades convivendo em seu território; Montreal, no Canadá, que integra a rede de Cidades Criativas da UNESCO²; e São Paulo, no Brasil, onde a multiculturalidade se expressa em festivais e na forte presença de diversas comunidades de imigrantes.

A relevância de uma titulação como esta reside em múltiplos aspectos. Em primeiro, ela confere visibilidade internacional à trajetória local de convivência, promovendo intercâmbios culturais, atração de eventos e possibilidade de inserção em redes globais de cooperação para a proteção do patrimônio cultural imaterial. Em segundo, fortalece políticas locais de valorização cultural, legitimando as práticas institucionais, como as desenvolvidas pela União das Etnias de Ijuí (UETI) e impulsionando processos de desenvolvimento territorial baseado na cultura, no turismo e na economia criativa.

Por fim, a titulação abre caminhos para a revisão crítica das próprias narrativas sobre a identidade local, colocando em evidência os desafios relacionados à representatividade, à

² Disponível em <https://www.unesco.org/en/creative-cities>. Acesso em 02 jul 2025.

pluralidade cultural e à necessidade de garantir que a promoção internacional não oculte conflitos históricos ou silencie grupos minoritários. Assim, a projeção de Ijuí como “Capital Mundial das Etnias” pode ser entendida não apenas como coroamento de um percurso histórico, mas como a abertura de um novo ciclo, em que o município é chamado a refletir sobre seu próprio modelo de convivência e sobre os rumos futuros de sua política cultural.

Considerações Finais

A trajetória histórica de formação e consolidação de Ijuí como um espaço multiétnico singular no contexto brasileiro evidencia a complexidade dos processos sociais que articulam identidade, memória e desenvolvimento territorial. Este texto buscou demonstrar, com base em uma abordagem qualitativa, sustentada por entrevistas, observação participante e análise documental, que as relações interétnicas em Ijuí foram construídas a partir de dinâmicas simultâneas de distinção e integração, promovendo um modelo de convivência cultural que se tornou referência nacional e internacional.

O estudo revelou que a constituição da Colônia *Ijuhy*, no final do século XIX, não foi apenas um processo de ocupação territorial, mas um projeto deliberado de colonização multiétnica, orientado por políticas públicas que buscavam povoar e desenvolver a região noroeste do Rio Grande do Sul. A estruturação de linhas coloniais e a instalação de instituições como escolas, igrejas e cooperativas fomentaram a fixação dos grupos imigrantes, ao mesmo tempo que promoveram processos de interação e negociação cultural.

Ao longo de mais de um século, a convivência entre diferentes grupos étnicos em Ijuí resultou na construção de práticas culturais híbridas e na formação de uma identidade territorial própria, expressa em instituições como a União das Etnias de Ijuí (UETI) e eventos como a Festa Nacional das Culturas Diversificadas (FENADI), cuja realização, por quase quatro décadas, foi fundamental para a valorização e a visibilidade das expressões culturais locais.

O reconhecimento oficial de Ijuí como “Capital Nacional das Etnias”, em 2021, e posteriormente como “Capital Mundial das Etnias”, em 2022, conferiu uma nova dimensão simbólica e política à experiência ijuicense, projetando-a para além dos limites regionais e nacionais. A análise realizada permitiu compreender que tais titulações são não apenas coroamentos de uma trajetória histórica, mas também instrumentos que potencializam a promoção do patrimônio cultural e o desenvolvimento regional, sobretudo através do turismo e da economia criativa. Um exemplo tangível é a construção do complexo cultural, atual sede da UETI, considerado o maior projeto de espaço cultural inteiramente financiado com recursos

aportados pela Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul, por meio da Lei de Incentivo à Cultura. O empreendimento, inaugurado em 2022, recebeu um investimento de R\$ 6,2 milhões do governo gaúcho, fruto de um longo caminho (cinco anos) de esforços para a construção. O município de Ijuí foi um dos grandes parceiros para a viabilização da iniciativa, com a concessão de uso sem custo por 20 anos, de terreno de 2.706,87 m². O complexo, que abriga a sede administrativa da UETI, é totalmente voltado ao desenvolvimento artístico-cultural do Movimento Étnico de Ijuí, e foi planejado para atender às necessidades dos centros culturais que, somados, reúnem cerca de 5 mil integrantes voluntários, além da comunidade cultural regional, que esperava espaços qualificados para o desenvolvimento de suas atividades.

Figura 4 - Complexo Cultural de Ijuí (Ueti)



Fonte: <https://www.estado.rs.gov.br/governador-inaugura-sede-cultural-da-uniao-das-etnias-de-ijui-ueti>

Entretanto, a pesquisa também evidenciou que este processo não está isento de tensões e desafios. As entrevistas e documentos analisados indicam que, apesar da celebração da diversidade, persistem processos de invisibilização e marginalização de certos grupos, como as populações afrodescendentes e indígenas, historicamente silenciadas nas narrativas oficiais sobre a formação da cidade. Assim, a memória social, ainda que institucionalizada e celebrada, permanece um campo de disputas simbólicas.

A recente descontinuidade da marca FENADI, substituída pela chancela de “Capital Mundial das Etnias”, inaugura uma nova etapa na trajetória de Ijuí, marcada por um reposicionamento institucional e simbólico no cenário internacional. Este novo ciclo impõe desafios importantes, como a necessidade de ampliação da representatividade nas instâncias decisórias e de fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção da diversidade cultural de maneira mais inclusiva e crítica.

Esta pesquisa contribui ao oferecer uma análise articulada dos processos de formação identitária, de construção da memória social e de desenvolvimento territorial a partir de uma experiência concreta de convivência interétnica. A combinação da história oral com a análise documental e a observação participante permitiu captar não apenas as estruturas institucionais, mas também as dimensões subjetivas, afetivas e simbólicas que permeiam a experiência cultural de Ijuí.

Referências

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras: fundamentos da antropologia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. O senso prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e imaginário social. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do espaço urbano. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1985.

UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ (UETI). Atas e documentos institucionais. Acervo interno. Ijuí, 2019.

UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ (UETI). Relatórios e materiais de divulgação. Acervo interno. Ijuí, 2019.

UNIÃO DAS ETNIAS DE IJUÍ (UETI). Relatório para a Organização Internacional de Folclore e Artes Populares (IOV), elaborado para a concessão do título de Capital Mundial das Etnias. Ijuí, 2023.

BRASIL. Comissão de Terras e Colonização. Relatórios sobre a formação da Colônia Ijuhy. Acervo: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, [1890].

ENTREVISTAS realizadas com representantes dos Centros Culturais, entidades representativas, organizativas e participantes. Ijuí, 2019.

ENTREVISTAS realizadas com o novo presidente, diretora cultural, consultor e produtor cultural da União das Etnias de Ijuí (UETI). Ijuí, abril de 2025.

OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE realizada nas atividades promovidas pelos Centros Culturais Étnicos e durante a 32ª Festa Nacional das Culturas Diversificadas (FENADI). Ijuí, outubro de 2019.

Imigração italiana no Rio Grande do Sul: tendências e lacunas na produção acadêmica de teses e dissertações nas bases da Capes e BDTD (1996–2024)

Luciana Sanguiné,¹

INTRODUÇÃO

A imigração italiana constitui um dos processos formadores mais intensos da identidade cultural do Rio Grande do Sul, especialmente em regiões de colonização agrícola como a Serra Gaúcha. Inserida no contexto da chamada “grande imigração italiana” (1875–1914), a chegada de mais de 80 mil imigrantes, majoritariamente camponeses do norte da Itália, atendeu aos interesses do Estado brasileiro em povoar e produzir economicamente áreas do sul do país. A construção de colônias organizadas, as práticas culturais preservadas e a intensa participação dos descendentes na vida pública regional consolidaram esse grupo como referência simbólica do ideário do “bom colono” (Corrêa, 2014). Como destaca Ruggiero (2016), esse legado foi amplamente representado, mas também de certa forma silenciado, em parte da produção historiográfica e memorialística.

A produção de conhecimento sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul insere-se em um campo de disputas simbólicas e epistemológicas que caracterizam o espaço científico. Segundo Bourdieu (1983), o campo científico é estruturado como um espaço de posições em luta, no qual os agentes disputam legitimidade, reconhecimento e autoridade para definir o que é válido como ciência. Nesse contexto, investigar os rumos da produção acadêmica sobre a imigração italiana contribui para a compreensão da historicidade do objeto e revela como determinadas abordagens ganham centralidade, enquanto outras permanecem marginalizadas ou silenciadas. A análise das teses e dissertações, portanto, contribui para desvelar tais dinâmicas no interior das Ciências Humanas e Sociais.

Realizar um estado do conhecimento sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul neste momento revela-se oportuno e necessário por diversas razões. O marco dos 150 anos dessa imigração tem mobilizado ações comemorativas e reatualizado o interesse acadêmico e social sobre o tema. Nesse cenário, é fundamental examinar o que foi produzido no campo científico, identificando recorrências, lacunas e silenciamentos ainda presentes. Soma-se a isso

¹ Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Mestra em Gestão de Projetos pela University of Essex (Reino Unido). Graduada em História, Gestão da Tecnologia da Informação, Letras e Engenharia da Computação. Pesquisa imigração, identidade e etnicidade no Rio Grande do Sul.

o crescimento expressivo do número de dissertações e teses nas últimas décadas, o que demanda sistematizações que permitam compreender as dinâmicas de legitimação de temas, abordagens e instituições. O mapeamento dessa produção oferece subsídios para pesquisas futuras, fortalece o debate historiográfico e amplia a visibilidade de contribuições que permanecem, muitas vezes, restritas ao circuito da pós-graduação.

Este capítulo está estruturado em quatro seções: a introdução do tema e sua relevância; a descrição da metodologia adotada; a apresentação dos resultados obtidos a partir do mapeamento; e, por fim, as considerações finais, que destacam as contribuições e limitações do estudo.

Metodologia:

A presente investigação se fundamenta na metodologia de estado do conhecimento, que se propõe a mapear, organizar e analisar criticamente a produção acadêmica sobre determinado tema em uma perspectiva longitudinal e sistemática. Conforme destacam Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2025), tal abordagem permite identificar avanços, lacunas e tendências nas pesquisas, oferecendo uma visão consolidada do campo. No caso deste estudo, o estado do conhecimento foi direcionado à análise das teses e dissertações que tratam da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Foram utilizadas duas bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A escolha dessas fontes se deu por sua abrangência nacional, atualizações regulares e livre acesso às produções acadêmicas.

As buscas foram realizadas entre abril e julho de 2025. Iniciaram-se pela base BDTD, por esta permitir a geração automática de relatórios com metadados relevantes para análise (título, autor, instituição, ano, resumo, etc.), o que não ocorre na base da CAPES. Foram utilizados os descritores booleanos: *“imigração italiana” AND “Rio Grande do Sul”*, além de variações como *“imigrantes italianos”* e *“colonização italiana”*. Após testes, constatou-se que a expressão direta *“imigração italiana” AND “Rio Grande do Sul”* apresentou maior eficácia para os objetivos do estudo.

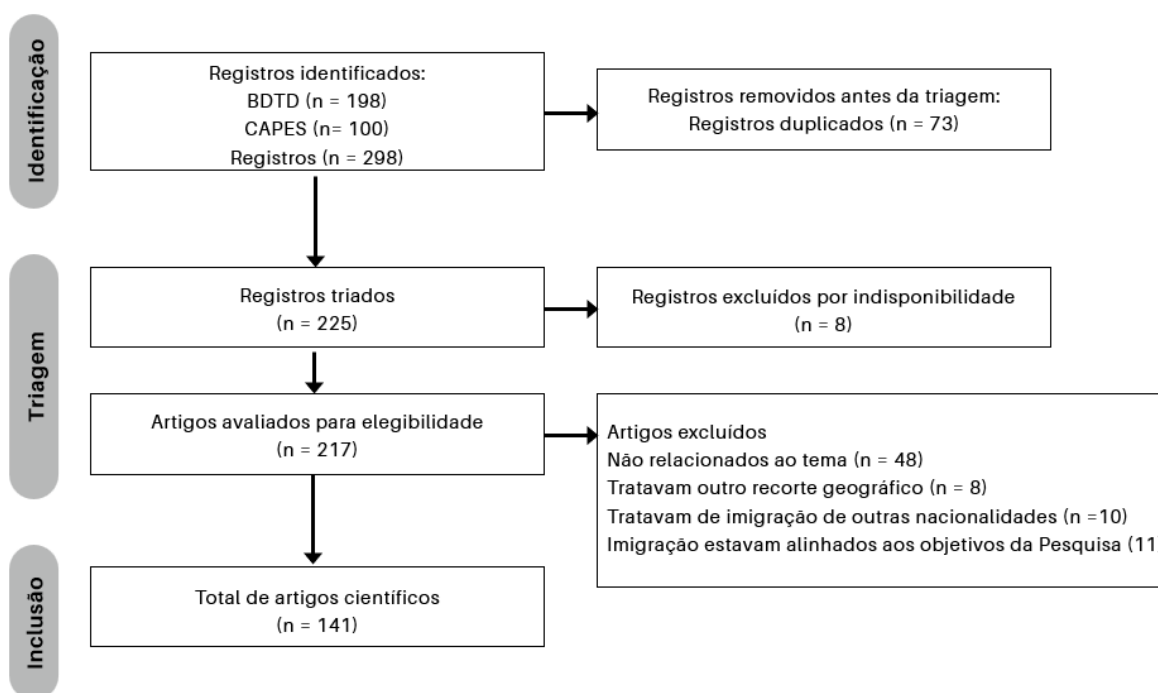
Inicialmente, foram identificados 198 trabalhos na BDTD e 100 na CAPES. Da base BDTD, 68 trabalhos foram excluídos por duplicidade com os da CAPES e 5 por estarem duplicados na própria BDTD. Após fusão das planilhas e leitura inicial dos títulos, resumos e

palavras-chave, aplicaram-se os seguintes critérios de exclusão:

- 8 trabalhos foram descartados por abordarem outro recorte geográfico;
- 10 tratavam de imigração de outras nacionalidades;
- 48 apresentavam temáticas não relacionadas diretamente à imigração italiana;
- 11 não estavam alinhados aos objetivos da pesquisa;
- 8 não estavam disponíveis para leitura, com o arquivo inacessível nas bases digitais.

Ao final da triagem, conforme podemos observar na Figura 1, restaram 141 teses e dissertações consideradas válidas para análise, após a aplicação dos critérios de exclusão e remoção de duplicidades.

Figura 1 – Fluxograma do processo de identificação, triagem e inclusão dos trabalhos analisados



Fonte: Adaptado do modelo PRISMA 2020 (PAGE et al., 2021)

O recorte temporal do estudo compreende o período de 1996 a 2024. O ano inicial foi definido a partir da primeira dissertação localizada que aborda diretamente o tema da imigração italiana no Rio Grande do Sul: “*A influência da imigração italiana no desenvolvimento do esporte no Rio Grande do Sul*”, de Regina Celi FonticIELha de Rose

(1996).

Os trabalhos selecionados foram organizados em uma planilha eletrônica que permitiu a análise sistemática por diferentes categorias: área do conhecimento, ano de defesa, instituição de origem, programa de pós-graduação, palavras-chave, abordagem metodológica, região geográfica analisada e lacunas identificadas pelos próprios autores. A análise qualitativa foi complementada por gráficos e esquemas que ajudam a visualizar os padrões emergentes.

Para a organização dos dados e a identificação de padrões temáticos, os trabalhos selecionados foram submetidos a uma leitura flutuante e, posteriormente, classificados em categorias analíticas recorrentes, como turismo, identidade, memória, ensino, patrimônio, práticas culturais e trajetórias biográficas. A categorização buscou respeitar a diversidade temática do corpus, agrupando os estudos de acordo com seus enfoques centrais. Conforme propõe Bardin (2016), a categorização é uma etapa fundamental da análise de conteúdo, pois permite a sistematização do material analisado, facilitando a identificação de regularidades e a construção de inferências significativas a partir dos dados empíricos.

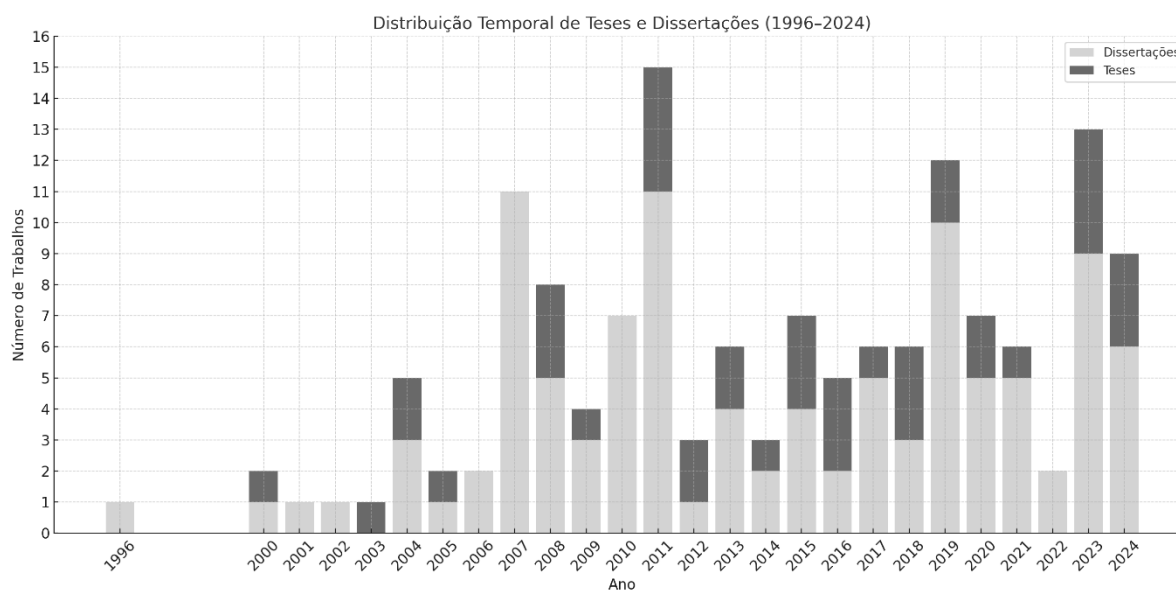
Este capítulo apresenta uma versão condensada dos resultados obtidos, com o objetivo de contribuir com os debates comemorativos dos 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Uma versão expandida da pesquisa, com aprofundamento teórico e analítico, será publicada como artigo científico em breve. Além disso, destaca-se que é possível que outras teses e dissertações relevantes não tenham sido incluídas no corpus, especialmente no caso de documentos antigos não digitalizados. Em contato com a Biblioteca da PUCRS no dia 30 de julho de 2025, foi informado à autora que algumas obras mais antigas não estão disponíveis nos repositórios digitais, mas podem ser encontradas fisicamente no acervo da instituição.

Resultados e discussão:

A análise temporal da produção acadêmica referente à imigração italiana no Rio Grande do Sul, entre 1996 e 2024, demonstra uma trajetória de crescimento gradativo, com picos de interesse concentrados a partir de 2007. O primeiro trabalho identificado na pesquisa data de 1996, configurando-se como uma produção isolada naquele ano. Observa-se, em seguida, um hiato de quatro anos sem novas publicações sobre o tema, até que, no ano 2000,

dois novos trabalhos sejam registrados. Esse intervalo inicial evidencia a incipiência da abordagem acadêmica sobre a temática no período, apontando para um crescimento gradual e posterior consolidação do interesse investigativo ao longo das décadas seguintes. Observa-se um número modesto de publicações até 2006, com no máximo dois trabalhos por ano. O ano de 2007 marca o início de um aumento expressivo, com 11 dissertações defendidas. O ápice da produção ocorre em 2011, com 15 trabalhos (11 dissertações e 4 teses), o que sinaliza uma intensificação do interesse pelo tema nas universidades brasileiras. Após 2011, a produção mantém certa constância, variando entre 3 e 13 trabalhos por ano, com destaque para 2019 (12 trabalhos) e 2023 (13 trabalhos). Essa evolução é sintetizada na Figura 2 a seguir, que apresenta a distribuição temporal das teses e dissertações identificadas no corpus da pesquisa.

Figura 2 – Distribuição temporal das teses e dissertações sobre imigração italiana no Rio Grande do Sul (1996–2024)



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ao longo das quase três décadas analisadas, o número total de trabalhos somou 141, sendo 94 dissertações de mestrado e 47 teses de doutorado. Dissertações seguem predominando ao longo de todo o período, o que pode estar relacionado à maior capilaridade dos programas de mestrado no país. A predominância das dissertações de mestrado em relação às teses de doutorado no corpus analisado reflete, ainda, uma desigualdade estrutural na organização da pós-graduação brasileira. Segundo Velloso e Fortuna (2003), o sistema de pós-

graduação no Brasil reproduz uma hierarquia institucional entre mestrado e doutorado, na qual o mestrado ocupa uma posição mais acessível e disseminada, especialmente em instituições que ainda não possuem programas de doutoramento consolidados. Essa assimetria se expressa tanto na quantidade de trabalhos produzidos quanto nas oportunidades de orientação, financiamento e inserção institucional. Assim, a maior presença de dissertações evidencia, por um lado, a consolidação do tema como objeto de investigação acadêmica e, por outro, reflete os limites estruturais de expansão e consolidação dos programas de doutorado nas diferentes regiões do país.

Embora a área de história concentre a maior parte da produção acadêmica relacionada à imigração italiana no Rio Grande do Sul, outras áreas do conhecimento também têm contribuído de forma expressiva para ampliar e diversificar os enfoques sobre o tema. Um exemplo disso é a dissertação de Portela (2019), vinculada ao Turismo, que investiga a presença italiana em Nova Roma do Sul e sua articulação com práticas turísticas, revelando como memória e patrimônio são mobilizados nesse setor. Outro caso relevante é o trabalho de Manfio (2019), na área da educação, que discute a construção identitária de sujeitos escolares descendentes de imigrantes italianos no município de Bento Gonçalves, contribuindo para o debate sobre pertencimento étnico no espaço educacional. A área de Letras também se faz presente, como demonstra a dissertação de Godoy (2002), que analisa os romances *O Quatrilho* (1985) e *A Cocanha* (2000), de José Clemente Pozenato, explorando como essas obras constroem representações da identidade italiana em solo gaúcho. Ao investigar as noções de utopia, pertencimento e alteridade, o trabalho evidencia o entrelaçamento entre ficção literária, memória social e imaginário migrante, revelando o potencial da literatura como espaço privilegiado de elaboração simbólica das experiências imigratórias. Destaca-se ainda a tese de Budó (2000), na área da enfermagem, que trata da prática de cuidados em comunidades rurais e do preparo da enfermeira, revelando, de forma indireta, a ausência de abordagens que articulem de maneira mais sistematizadas as políticas públicas de saúde e a cultura de imigração. Esse tipo de trabalho evidencia uma lacuna temática importante: a escassez de produções que integrem, de forma situada, questões culturais no planejamento e na formação profissional voltadas para populações com heranças imigrantes. Esses exemplos mostram que, apesar da centralidade da História, o fenômeno migratório é abordado de maneira interdisciplinar, com interfaces relevantes com o turismo, a educação, a literatura, o direito, a comunicação e a saúde, ampliando as possibilidades interpretativas sobre o impacto

e a permanência da imigração italiana no contexto sul-rio-grandense.

A escassez de produções que integrem de forma situada as heranças culturais de populações imigrantes no planejamento de políticas públicas e na formação profissional representa uma lacuna importante, pois ignora dimensões identitárias fundamentais para a efetividade das ações em contextos multiculturais. Segundo autores como Lesser (2015), as identidades étnicas no Brasil moldam as relações comunitárias e exercem influência relevante sobre a forma como diferentes grupos se relacionam com instituições como escolas e serviços de saúde. Além disso, de acordo com Santos (2006), a ausência de reconhecimento da pluralidade cultural nos processos institucionais configura uma forma de “invisibilidade epistemológica”, que tende a marginalizar saberes locais e práticas tradicionais. No campo da saúde, Leininger (2001), criadora da Teoria do Cuidado Transcultural, argumenta que políticas e práticas de cuidado que desconsideram o contexto cultural dos grupos atendidos estão fadadas ao fracasso, por não atenderem às suas necessidades reais de forma sensível e significativa.

No caso do Brasil, especialmente em regiões como o Rio Grande do Sul, onde descendentes de imigrantes constituem comunidades historicamente enraizadas, não incorporar suas visões de mundo, práticas culturais e expectativas nas políticas públicas pode produzir barreiras no acesso e na efetividade das ações estatais, sobretudo em áreas como saúde coletiva, educação e assistência social.

A tese de Budó (2000), que trata da prática de cuidados em comunidades rurais com populações descendentes de imigrantes italianos, é emblemática ao mostrar que aspectos culturais estão presentes na dinâmica cotidiana dessas comunidades, embora raramente sejam tematizados de forma central nas políticas públicas ou nos currículos de formação. Nesse sentido, o trabalho serve como indicador indireto da necessidade de uma abordagem interseccional, que considere simultaneamente aspectos étnico-culturais e estruturais no desenho de intervenções públicas.

A produção acadêmica mapeada evidencia uma diversidade de enfoques temáticos, com predominância dos estudos voltados às construções identitárias, às práticas de memória e à valorização do patrimônio cultural. As investigações sobre identidade aparecem em diferentes contextos, especialmente nos modos como os descendentes de imigrantes italianos negociam pertencimentos étnicos no cotidiano, na escola e nas comemorações locais. A memória coletiva é abordada como elemento dinâmico, mobilizado em narrativas familiares,

eventos públicos e processos de patrimonialização. O patrimônio, por sua vez, é analisado tanto em suas expressões tangíveis, como a arquitetura e a gastronomia, quanto nos aspectos imateriais que sustentam tradições e saberes transmitidos entre gerações. Além disso, é possível identificar um conjunto significativo de trabalhos voltados ao ensino e à educação patrimonial, com foco na articulação entre história local e práticas pedagógicas. Embora em menor escala, surgem também pesquisas que exploram o turismo cultural, a relação entre práticas linguísticas e heranças culturais, bem como temas ligados à saúde, gênero e políticas públicas, ampliando o campo de análise e demonstrando a vitalidade do tema em diferentes áreas do conhecimento.

Apesar da diversidade temática e do volume crescente de pesquisas que consolidam a imigração italiana como objeto de interesse acadêmico, a produção sobre o tema no Rio Grande do Sul ainda apresenta lacunas importantes a serem preenchidas. O corpus analisado evidencia uma forte concentração em torno dos temas de identidade cultural, memória e patrimônio. Embora esses eixos sejam essenciais para compreender as experiências das comunidades descendentes, sua centralidade acaba por ofuscar outras dimensões igualmente relevantes. Há, por exemplo, uma notável escassez de estudos que articulem a infância e os processos de formação identitária em contextos marcados por heranças migratórias. Também são raros os trabalhos dedicados à diversidade de perfis biográficos dos sujeitos da imigração. A tese de Schwartzman (2007), que explora a trajetória do médico Giovanni Bonalume, é uma exceção importante ao lançar luz sobre aspectos culturais e profissionais da imigração no século XIX, ainda que permaneça isolada em um campo com grande potencial inexplorado.

Além disso, observa-se uma carência de pesquisas que tratem, de forma sistemática, dos impactos ambientais associados à ocupação migrante e da relação histórica dos imigrantes com o território, suas paisagens e recursos naturais. A concentração geográfica das investigações em torno das colônias da Serra Gaúcha, como Bento Gonçalves e Caxias do Sul, também limita a abrangência dos estudos, deixando em segundo plano outras regiões também marcadas pela presença italiana, como o noroeste e a fronteira oeste do estado, espaços ainda pouco explorados nos programas de pós-graduação. Soma-se a isso a baixa incidência de abordagens interseccionais que considerem gênero, classe, geração e profissão na análise da experiência migratória. São poucas as pesquisas voltadas às mulheres imigrantes em suas múltiplas dimensões, como trabalhadoras, educadoras, mães ou líderes comunitárias, ou aos profissionais que não se enquadram nas figuras tradicionais do agricultor ou comerciante. A

ausência de perspectivas interdisciplinares, especialmente oriundas da antropologia, sociologia e saúde coletiva, contribui para a manutenção de uma abordagem homogênea quanto aos sujeitos e temas investigados. Nesse sentido, diversificar os enfoques teóricos e metodológicos é fundamental para enriquecer o debate acadêmico e possibilitar a construção de uma representação mais complexa e plural da presença italiana na história do Rio Grande do Sul.

Considerações finais:

A sistematização das teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e CAPES revelou um conjunto expressivo de produções acadêmicas dedicadas à presença de comunidades de origem italiana em distintas regiões do Rio Grande do Sul. Os temas mais recorrentes orbitam em torno da identidade, da memória e do patrimônio, com forte incidência de estudos na área da história. Embora relevantes para compreender os processos de pertencimento e continuidade cultural dessas populações, tais enfoques tendem a se repetir, o que evidencia um campo consolidado, mas ainda pouco diversificado. Além disso, a produção analisada se concentra majoritariamente em regiões da Serra Gaúcha, com escassa representatividade de municípios do noroeste, da fronteira oeste e de outros contextos de colonização ítalo-brasileira. A ausência de abordagens que articulem infância, meio ambiente, diversidade de trajetórias e interseccionalidades também foi notada. Por fim, dificuldades de acesso a acervos temporariamente indisponíveis e a ausência de digitalização de trabalhos anteriores ao ano 2000 limitaram parcialmente a abrangência do levantamento realizado.

Este mapeamento contribui para o campo das humanidades ao oferecer uma visão crítica da produção acadêmica sobre a imigração italiana no sul do Brasil. Ao apontar tendências temáticas e lacunas investigativas, o estudo amplia o repertório de possibilidades para pesquisas futuras. Também fornece subsídios importantes para o fortalecimento de iniciativas interdisciplinares, a formulação de políticas públicas e a valorização de memórias locais ainda pouco exploradas pela historiografia e pelas demais áreas do conhecimento.

Entre as principais limitações, destaca-se a indisponibilidade temporária da base digital da Universidade Federal de Santa Maria durante o período de coleta, o que pode ter resultado na omissão de trabalhos relevantes. Outro fator limitante foi a ausência de

digitalização de dissertações e teses defendidas antes dos anos 2000 em algumas instituições, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Além disso, o foco exclusivo nas produções disponíveis na BDTD e CAPES restringiu o levantamento, não incluindo livros, capítulos e artigos publicados em outros repositórios.

Sugere-se a ampliação da investigação por meio da inclusão de outras bases de dados, especialmente de livros, e-books e artigos científicos dispersos em periódicos e editoras locais. Investigações que priorizem trajetórias individuais ou coletivas em áreas ainda pouco exploradas, como a infância, a atuação de profissionais imigrantes em áreas como saúde e educação, e os impactos ambientais dos processos de colonização, podem contribuir significativamente para o aprofundamento do campo. Também é recomendável o desenvolvimento de estudos com abordagens interseccionais e interdisciplinares, integrando variáveis como gênero, geração, classe e território.

Referências:

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 3. reimp. da 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122–155.

CORRÊA, M. A. Dos Alpes do Tirol à Serra Gaúcha: a questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875–1918). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3846>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GIL, Pedro Henrique Conte. Experiências de profissionais de saúde com a diversidade de cuidadores, saberes e práticas de cuidado nos atendimentos a bebês de 0 a 2 anos na atenção básica de Caxias do Sul. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/233800>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GODOY, Ana Boff de. O eu e o outro na terra da cocanha: o jogo da identidade italiana em solo gaúcho. 2002. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/143232>. Acesso em: 31 jul. 2025.

LEININGER, Madeleine. Culture care diversity and universality: A theory of nursing. Jones & Bartlett Learning, 2001.

LESSER, Jeffrey. A invenção da brasilidade. EDUSP, 2015.

MANFIO, Juliana Maria. A construção de uma memória: as comemorações do centenário da imigração italiana na região da ex-colônia Silveira Martins (1975–1993). 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9093>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MOROSINI, Marilia; KOHLS-SANTOS, Patrícia; BITTENCOURT, Zuleika. Estado do cohecimento: teoria e prática. 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2025.

PAGE, M. J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, v. 372, n. 71, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>.

PORTELA, Eliane Carine. Turismo pedagógico: ferramenta para a sensibilização ambiental e cultural na Quarta Colônia de Imigração Italiana (RS). 2019. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/6345>. Acesso em: 31 jul. 2025.

ROSE, Regina Celi Fonticielha de. A influência da imigração italiana no desenvolvimento do esporte no Rio Grande do Sul. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/crfb/acervo/709594/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

RUGGIERO, Antonio de. Entre silêncios e releituras: reflexões sobre memórias de imigrantes toscanos no Brasil. *História Oral*, v. 19, n. 1, p. 149–162, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/21885>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHWARTSMAN, Leonor Carolina Baptista. Olhares do médico-viajante italiano: Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul (1901–1914). 2007. 251 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2540>. Acesso em: 31 jul. 2025.

VELLOSO, Andrea. A pós-graduação no Brasil: legados e desafios. *Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa*, v. 1, n. 1, p. 36–49, 2014.

Por ocasião das comemorações dos 150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-2025), esta publicação reúne 21 textos divididos em quatro eixos: “Imigração e instituições sociais”, “Imigração e cultura”, “Imigração e identidade” e “Migrações e relações interétnicas”. Trata-se de uma série de pesquisas acadêmicas recentes desenvolvidas por pesquisadores/as que, em diferentes níveis – da iniciação científica até o pós-doutorado –, refletem sobre o legado histórico e cultural da presença italiana no Rio Grande do Sul, apresentando novas perspectivas sobre o assunto.

